

## **A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918.**

**Os jornais *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*.**

**A acção da censura e da propaganda.**

**Noémia da Encarnação Padilha Malva Novais**

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, especialidade de Comunicação e Ciências Sociais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Francisco Rui Cádima.**

**2013**

**Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio**



**Dedico esta tese de doutoramento aos Professores Doutores:**

**António Reis,**

que me desafiou a investigar a imprensa e a propaganda durante a Primeira Guerra Mundial no âmbito de um curso de doutoramento e sob a orientação do Prof. Doutor Francisco Rui Cádima.

**José Manuel Tengarrinha,**

a cujo labor historiográfico devemos o primeiro e mais exaustivo estudo da história da imprensa periódica portuguesa, uma base incontornável deste e de qualquer trabalho nas áreas da Comunicação e da História da Imprensa em Portugal.

**José Medeiros Ferreira,**

a quem devo o ‘encontro’ com o jornalista – escritor Karl Kraus, que me abriu novos horizontes de investigação e de compreensão do papel da imprensa dos dois lados da Primeira Guerra Mundial.



## **Agradecimentos**

A ideia é agradecer a todos os que ajudaram na elaboração deste estudo, porém receamos esquecer alguém, pelo que, se assim acontecer, registamos, desde já, os agradecimentos a todos quantos tornaram possível esta tese de doutoramento.

Entre os que devemos distinguir, contam-se:

- O Professor Doutor António Reis, que nos desafiou a investigar a imprensa e a propaganda durante a Grande Guerra no âmbito de um curso de doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e sob a orientação do Prof. Doutor Francisco Rui Cádima.

- O Professor Doutor Francisco Rui Cádima, nosso Orientador, que aceitou orientar cientificamente a investigação sobre a imprensa e a propaganda, guiando os nossos passos, sobretudo os mais hesitantes, abrindo novos caminhos quando nos defrontámos com algumas encruzilhadas e, para além disso, tendo sempre uma palavra de estímulo, confiança e amizade.

- O Professor Doutor José Medeiros Ferreira, a quem devemos o ‘encontro’ com o jornalista – escritor Karl Kraus, que nos abriu novos horizontes de investigação e de compreensão do papel da imprensa dos dois lados da Grande Guerra.

- O Professor Doutor António Sousa Ribeiro, o tradutor português de Karl Kraus, que nos facultou trabalho de sua autoria, sobre o jornalista – escritor austríaco, não publicado em Portugal.

- O Professor Doutor Fernando Rosas, nosso professor do seminário de Problemática da Modernidade Política no Portugal do Século XX: República, Estado Novo e Revolução, que nos ensinou, entre outras coisas, a valorizar o rigor na investigação.

- O Professor Doutor Hermenegildo Borges, nosso professor do seminário de *Retórica e Jornalismo*, que nos ensinou tantas coisas. Sobre Retórica, muito. Se mais

não ensinou é porque não tivemos capacidade de aprender. Sobre os valores, muito. Sobre o superior valor da amizade, muito mesmo.

- O Professor Doutor Ernesto Castro Leal, que nos convidou a partilhar consigo alguns projectos de investigação, alguns em co-autoria já publicados, que nos ensinou muito, quer do ponto de vista científico quer ao nível dos valores da amizade e da humildade, ofertando-nos algumas das obras que hoje temos sobre a Grande Guerra.

- As Professoras Doutoradas Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, que nos convidaram a partilhar consigo a coordenação científica de um congresso internacional sobre *Guerra e Propaganda*, que decorrerá em Novembro do corrente ano de 2013, mas também a assumirmos a autoria de trabalhos destinados a publicações portuguesas e internacionais.

- A Professora Doutora Isabel Nobre Vargues, que, durante vários anos, coordenou o grupo de trabalho que integramos no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Ceis20) da Universidade de Coimbra, e, para além de partilhar connosco a coordenação científica de um congresso internacional sobre *Crises através da Imprensa*, viabilizou a investigação, quer em Portugal quer em Inglaterra, bem como a nossa participação, na qualidade de conferencistas, em diversos congressos no estrangeiro.

- A Professora Doutora Maria Emília Prado, a Professora Doutora Maria das Graças Ataíde, a Professora Ana Lúcia Nemi, o Professor Doutor Carlos Cordeiro, a Professora Doutora Susana Serpa Silva, o Professor Doutor Alberto De Bernardi, o Professor Doutor Vítor Neto, o Professor Doutor Luis Reis Torgal, a Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, coordenadores científicos dos congressos, colóquios e conferências internacionais em que participámos no Brasil, nos Açores, em Itália e em Portugal continental.

Quanto a instituições, em cujo espólio procurámos as respostas que permitiram elaborar esta dissertação, salientamos:

- A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em que, durante quatro anos, nos foi disponibilizada uma boxe, que facilitou a investigação, a

sistematização dos conhecimentos, a redacção e revisão da tese. Na BGUC, os directores, os responsáveis pelas boxes, bem como todos os bibliotecários e demais funcionários criaram as condições para que hoje esta tese seja uma realidade.

- A Biblioteca Nacional, em Lisboa, as bibliotecas e institutos das faculdades de Letras, Direito, Economia e do Ceis20 da Universidade de Coimbra, a biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como as bibliotecas municipais e hemerotecas de Lisboa, Porto e Coimbra.

- A British Library e a British Library Newspapers, em Londres, onde consultámos um vasto conjunto de imprensa ilustrada inglesa, nomeadamente jornais ilustrados de propaganda de guerra em língua inglesa, portuguesa e francesa.

- O Arquivo Histórico - Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo espólio em matéria de diplomacia, guerra e paz, é dos mais ricos que compulsámos até hoje.

- A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da qual recebemos, durante quatro anos, uma bolsa de doutoramento, fundamental para a realização da investigação e do início da escrita da dissertação, bem como o apoio financeiro para a participação em congressos e colóquios científicos no estrangeiro.

- O Rotary Club de Valença, na pessoa de Paulo Alvares da Cunha, mecenas que nos permitiu receber uma bolsa rotária, durante seis meses, que auxiliou a continuação da escrita da dissertação quando a bolsa de doutoramento chegou ao fim e a tese, cujo plano de trabalhos era de cinco anos, estava ainda longe do final.

Entre os amigos, devemos referir a Carmo Esteves, a Fátima Rebelo, a Lina Alves Madeira, a Paula Conde Gouveia, a Sandra Pinto, o Joaquim Veríssimo, o Jorge Pais de Sousa e o Milton Pedro Pacheco.

Por fim, o agradecimento aos mais próximos. Aos pais – Maria das Mercês e Hermínio Malva. Ao Paulo Novais e aos nossos filhos Catarina Malva De Novais e Daniel Malva De Novais. Todos, provavelmente, ainda mais ansiosos do que nós pelo fim desta tese.





**A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918.**

**Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas.**

**A acção da Censura e da Propaganda.**

**The Portuguese Press and the War. 1914-1918.**

**The interventionists and anti-interventionists newspapers.**

**The action of Censorship and Propaganda.**

**AUTORA/AUTHOR**

**Noémia da Encarnação Padilha Malva Novais**

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa, Primeira Guerra Mundial, Censura, Propaganda.

**KEYWORDS:** Press, First World War, Censorship, Propaganda.

## Resumo

Esta tese de doutoramento, intitulada *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas. A acção da Censura e da Propaganda*, reflecte acerca da natureza e da intensidade da relação existente entre a imprensa portuguesa (intervencionista e anti-intervencionista) e o fenómeno da Primeira Guerra Mundial decorrida entre 1914 e 1918 e, fundamentalmente, no período compreendido entre 1916 e 1918, dado que este é o tempo em que Portugal participou, como força aliada, no conflito mundial.

Simultaneamente, explicita a legislação republicana da imprensa que, num primeiro momento, regulamenta a actividade dos jornais, jornalistas e tipógrafos, num clima de liberdade de imprensa, tipicamente liberal, e até então inexistente em Portugal. Mas que, num segundo momento, limita essa liberdade, e, num terceiro, suspende essa liberdade de imprensa, proibindo a publicação de notícias, de opiniões e de imagens consideradas contrárias ao interesse nacional.

Deste modo, este estudo confirma a introdução, ao tempo da República, da censura, ainda que, em rigor, da censura de guerra. Ou seja: à semelhança do que aconteceu em outros países beligerantes, de ambos os lados do conflito, em Portugal, durante a guerra, a imprensa desempenha um papel activo na formação da opinião pública. Assim, confirma a afirmação de Karl Kraus, em Novembro de 1914, de que as nações são diferentes mas a imprensa é igual por todo o lado e tem um papel maior nesta Primeira Guerra Mundial.

A imprensa é significativa para a formação da opinião pública, porque, quer espontaneamente, quer por via das limitações e das imposições da censura de guerra, é parte activa na manipulação do espírito dos portugueses, manipulando a favor ou contra a ida do exército português para os campos de batalha na Flandres. Evidentemente, o seu poder é ainda maior quando se encontra ao serviço da máquina de propaganda colocada em marcha pelo Ministério da Guerra tutelado por Norton de Matos.

Em suma: apesar da imprensa portuguesa não ser tão poderosa quanto a imprensa britânica, francesa, americana ou alemã, e apesar da máquina de propaganda de guerra montada por Norton de Matos não ser tão evoluída quanto a daqueles mesmos estados, e ainda apesar da acção da censura de guerra entre nós não ter sido tão apertada quanto naqueles mesmos países, a verdade é que, em Portugal, a imprensa foi uma *arma* poderosa, primeiro, no combate que se travou entre *intervencionistas* e *anti-intervencionistas* e, depois, na influência junto das famílias portuguesas, quer quando partiam os familiares, quer quando regressavam mutilados, quer ainda quando regressavam sem vida ou, simplesmente, não regressavam.

Estas e outras questões são abordadas nesta dissertação que redigimos tendo em conta os contributos metodológicos das ciências da comunicação e da história dos media, da cultura e das ideias políticas.

## Abstract

This doctoral dissertation - *The Portuguese Press and War. 1914-1918. The interventionist and anti-interventionist newspapers. The action of Censorship and Propaganda* - reflecting on the nature and intensity of the relationship between the Portuguese press (interventionist, anti-interventionist) and the phenomenon of the First World War period between 1914 and 1918 and, crucially, the period between 1916 and 1918, since this is the time in which Portugal has participated as an allied force in world the conflict.

Simultaneously, it explicits the republican legislation of press, that, at first, regulates the activity of newspapers, journalists and printers in a climate of freedom of press, typically liberal, but up to that moment non-existent in Portugal. However, in a second moment, it limits the freedom of press, and in a third moment in practice, to suspend the same freedom of press, prohibiting the publication of news, views and images which are contrary to national interest.

Thus, this study confirms the introduction, at the time of the Republic, the censorship, even though, strictly speaking, the censorship of war. That is to say, as has happened in other belligerent countries on both sides of the conflict in Portugal during the war, the press plays an active role in shaping public opinion. This confirms the consistency of Karl Kraus' statement in November 1914, that nations are different but the press is the same everywhere and has had a major role in this First World War.

The press is significant for the building up of public opinion, because, either spontaneously or through the limitations and constraints of the censorship of war, it played an active part in the handling of the spirit of the portuguese for or against the departure of hosts from Portugal to the battlefields of Flanders. Of course, his power is even greater when it is put to use for the propaganda machinery put in motion by the Ministry of War tutored by Norton de Matos.

In short, although the portuguese press is not as powerful as the press French, British, German or American, - to name just a few countries - and although the propaganda machinery of war mounted by Norton de Matos is not as evolved as that of those same states, and even though the action of the censorship of war between us was not as tight as those same countries, the truth is that in Portugal, the newspapers was a 'weapon' powerful, first, the 'fight' to be fought between *Interventionists* and *anti-interventionists* and, afterwards within the portuguese families, both when viewed from their families or when the saw them coming back maimed or even when returning lifeless or simply did not return.

These and other issues are analysed in this dissertation that has been drafted taking into account the methodological contributions of communication sciences and the history of media, cultural history and political ideas.



## INDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
------------------------	----------

<b>Capítulo I: O discurso jornalístico no primeiro quartel do Século XX: contributos para uma teorização dos conceitos de objectividade e de subjectividade na escrita da imprensa.....</b>	<b>21</b>
---	-----------

<b>I.1</b> A realidade e a sua reconstrução discursiva.....	24
<b>I.2</b> A subjectividade ou <i>objectividade subjectiva</i> nas ciências sociais e humanas e no jornalismo.....	34
<b>I.3</b> A objectividade subjectiva/intencionalidade da imprensa durante a guerra.....	37
<b>I.4</b> A «inautenticidade» da imprensa durante a Guerra segundo Karl Kraus.....	40
<b>I.4.1</b> A ideia de que as nações são diferentes mas a imprensa é toda igual.....	49
<b>I.5</b> A batalha de Karl Kraus contra a imprensa.....	55
<b>I.6</b> Aquilino Ribeiro, a imprensa francesa e a guerra.....	61

<b>Capítulo II: A Imprensa antes da I República: Da instauração da liberdade de Imprensa à Lei <i>repressiva</i> (da Imprensa) de 1907.....</b>	<b>71</b>
---	-----------

<b>II.1</b> Entre avanços e recuos até à <i>Lei das Rolhas</i> .....	75
<b>II.2</b> Da Regeneração do jornalismo à <i>Portaria Muda</i> .....	81
<b>II.3</b> A Lei <i>repressiva</i> da Imprensa de 1907.....	92
<b>II.4</b> A proximidade entre a pena e a espada depois do regicídio.....	97

<b>Capítulo III: A Imprensa na I República: Entre a utopia liberal e a realidade da Guerra.....</b>	<b>107</b>
---	------------

<b>III.1</b> A Lei de Imprensa de 28 de Outubro de 1910.....	107
<b>III.2</b> A restrição da liberdade de imprensa em face da guerra.....	113
<b>III.2.1</b> A apreensão administrativa de publicações periódicas (Decreto 2270 de 12 de Março de 1916) e as reacções dos jornais.....	118
<b>III.2.2</b> A Lei n.º 495 - lei da censura prévia -, as reacções dos jornais e a oposição da União Republicana.....	121
<b>III.3</b> Critérios irregulares dos censores, reacções dos jornais e novas leis.....	125
<b>III.4</b> A legislação sidonista da Imprensa.....	129

**Capítulo IV: A I República, a Imprensa e a Guerra: O discurso dos jornais *intervencionistas* versus o discurso dos jornais *anti-intervencionistas*.....135**

<b>IV.1</b>	As negociações diplomáticas belicistas.....	140
<b>IV.1.1</b>	Intervenção no pedido de auxílio da França.....	151
<b>IV.2</b>	O <i>pimentismo</i> contrário à guerra.....	156
<b>IV.2.1</b>	O regresso do discurso da propaganda republicana.....	159
<b>IV.3</b>	A declaração de guerra da Alemanha a Portugal.....	165
<b>IV.4</b>	A política de guerra da <i>União Sagrada</i> .....	177
<b>IV. 4.1</b>	Do <i>milagre de Tancos</i> à ida do CEP para França.....	184
<b>IV.5</b>	O <i>sidonismo</i> contrário à guerra.....	197
<b>IV.6</b>	Entre o <i>intervencionismo</i> e o <i>anti-intervencionismo</i> : O caso de <i>O Açoriano Oriental</i> .....	201
<b>IV.6. 1</b>	De jornal pró-aliado a germanófilo e novamente pró-aliado.....	203
<b>IV.6.2</b>	A reacção em face da censura.....	207
<b>IV.6.3</b>	De jornal sidonista convicto a acolhedor do Integralismo Lusitano.....	210

**Capítulo V: A Imprensa ilustrada, a censura, a propaganda e a Guerra..... 217**

<b>V.1</b>	A propaganda de guerra.....	220
<b>V.2</b>	A imprensa ilustrada de propaganda de guerra.....	231
<b>V.2.1</b>	<i>Portugal na Guerra</i> , revista quinzenal ilustrada de propaganda de guerra...	237
<b>V.2.2</b>	<i>O Espelho</i> , jornal ilustrado de propaganda de guerra.....	241
<b>V.3</b>	A singularidade do panfleto Portugal perante a Guerra.....	248

**Conclusão.....**  
**265**

**Fontes e Bibliografia..... 279**

**Anexos**

- I. Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa (1821)
- II. 1.ª Lei sobre a Liberdade de Imprensa de 1821
- III. Carta de Lei da Liberdade de Imprensa de 1821
- IV. Carta de Lei de 1834
- V. Carta de Lei de 15 de Novembro de 1837
- VI. Portaria de 23 de Outubro de 1840

- VII.** Decreto de 19 de Outubro de 1840
- VIII.** Carta de Lei 2 e 3 de Agosto de 1850 – *Lei das Rolhas*
- IX.** Lei de 22 de Maio de 1851
- X.** Lei de 17 de Maio de 1866
- XI.** Decreto de 29 de Março de 1890
- XII.** Decreto de 12 de Fevereiro de 1896
- XIII.** Decreto de 7 de Julho de 1898
- XIV.** Lei de 11 de Abril de 1907
- XV.** Decreto de 21 de Junho de 1907
- XVI.** Lei de 28 de Outubro de 1910
- XVII.** Decreto de 28 de Dezembro de 1910
- XVIII.** Lei de 15 de Julho de 1912
- XIX.** Lei de 25 de Julho de 1912
- XX.** Portaria de 28 de Agosto de 1913
- XXI.** Decreto de 30 de Novembro de 1914
- XXII.** Decreto 2270 de 12 de Março de 1916
- XXIII.** Lei n.º 495 de 28 de Março de 1916
- XXIV.** Lei de 31 de Março de 1916
- XXV.** Lei de 31 de Julho de 1916
- XXVI.** Decreto n.º 3:283 de 8 de Agosto de 1917
- XXVII.** Lei n.º 815 de 6 de Setembro de 1917
- XXVIII.** Lei de 19 de Outubro de 1917
- XXIX.** Lei de 10 de Novembro de 1917
- XXX.** Lei de 13 de Novembro de 1917
- XXXI.** Leis sidonistas
- . Decreto da Junta Revolucionária, 9 Dezembro 1917
  - . Decreto da Junta Revolucionária, 11 Dezembro 1917
  - . Decreto da Junta Revolucionária, 12 Dezembro 1917
  - . Decreto n.º 4:082 de 13 Abril 1918
- XXXII.** Decreto n.º 5:165, 21 Fevereiro 1919, restabelece a liberdade de imprensa
- XXXIII.** Decreto n.º 22:469 de 11 de Abril de 1933
- XXXIV.** Relatório acerca da participação de Portugal na Guerra
- XXXV.** *O Espelho*, n.º 1, Setembro 1914
- XXXVI.** *O Espelho*, n.º 12, Outubro 1915

**XXXVII.** *O Espelho*, vol. V, 8 de Março de 1919

**XXXVIII.** *Portugal na Guerra*, n.º 1, 1 de Junho de 1917

**XXXIX.** Jornais referenciados no estudo



## Introdução

### 1. Problemas

Este estudo, intitulado *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas. A acção da Censura e da Propaganda*, reflecte acerca da natureza e da intensidade da relação existente entre a imprensa portuguesa (*intervencionista* e *anti-intervencionista*) e o fenómeno da Primeira Guerra Mundial decorrida entre 1914 e 1918 e, fundamentalmente, no período compreendido entre 1916 e 1918, dado que este é o tempo em que Portugal participa, como força aliada, no conflito mundial.

Simultaneamente, explicita a legislação republicana da imprensa que, num primeiro momento, regulamenta a actividade dos jornais, dos jornalistas e dos tipógrafos, num clima de liberdade de imprensa, tipicamente liberal e até então inexistente em Portugal, mas que, num segundo momento, limita essa liberdade e, num terceiro momento, na prática, suspende essa mesma liberdade, proibindo a publicação de notícias, de opiniões e de imagens consideradas contrárias ao interesse nacional.

Os documentos legislativos apresentados (cartas de lei, diplomas, leis, decretos...) são os que nos parecem indispensáveis para a compreensão das circunstâncias em que a imprensa surge, vive e acaba, bem como para os diferentes estadios evolutivos da liberdade de imprensa legislada e aplicada. A análise começa na segunda década do século XIX por duas ordens de razões: primeiro, porque é a partir daí que o jornalismo desperta da apatia em que vivera desde o início; segundo, porque é nesta altura que, com o liberalismo e o constitucionalismo, surge o jornalismo em que se fundamenta o jornalismo republicano.

A análise da legislação relativa à imprensa confirma a introdução, ao tempo da República, da censura, ainda que, em rigor, da censura de guerra. Ou seja: à semelhança do que acontece em outros países beligerantes, de ambos os lados do conflito, em Portugal, durante a guerra, como procuramos mostrar, a imprensa também desempenha um papel activo na formação da opinião pública, pelo que

concordamos com Karl Kraus que, em Novembro de 1914, afirma que as nações são diferentes mas a imprensa é igual por todo o lado e tem um papel maior nesta guerra. Ainda assim, o nosso trabalho procura esclarecer que a imprensa portuguesa (tanto a *intervencionista* como a *anti-intervencionista*), apesar de ter procedido à exasperação dos sentimentos nacionalistas, provocando, pelo menos na fase inicial da nossa intervenção, um certo exacerbamento da opinião pública - aliás, à semelhança do que acontece nos demais países aliados -, não chega ao ponto de ter provocado a guerra como, de acordo com a opinião de Karl Kraus, acontece do lado das potências centrais.

A imprensa é, portanto, entre nós, significativa para a formação da opinião pública, porque, quer espontaneamente, quer por via das limitações e das imposições da censura de guerra, é parte activa na manipulação do espírito dos portugueses, manipulando a favor ou contra a ida dos exércitos portugueses para os campos de batalha na Flandres. Evidentemente, o seu poder é ainda maior quando é posta ao serviço da máquina de propaganda colocada em marcha pelo Ministério da Guerra tutelado por Norton de Matos.

Assim, importa referir, de forma breve, os principais objectivos deste estudo, a saber:

- . Analisar, sucintamente, os problemas da subjectividade ou objectividade subjectiva da imprensa, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial e, fundamentalmente durante a intervenção de Portugal nesse conflito armado.

- . Compreender o nascimento e evolução da ideia de liberdade de expressão do pensamento pela imprensa, inscrita em letra de lei de espírito liberal, desde a Monarquia constitucional até à I República, inclusivé, evidenciando as contradições entre a utopia legislativa e a realidade governativa.

- . Estudar o discurso e a acção dos jornais *intervencionistas* e *anti-intervencionistas* portugueses durante a Primeira Guerra Mundial, mostrando que são uma *arma* poderosa de formação de um público esclarecido e interveniente a que podemos fazer corresponder a opinião pública restrita da época.

. Esclarecer a acção da censura e da propaganda, ambas de guerra, nos jornais portugueses, estabelecendo uma comparação com alguns jornais estrangeiros aliadófilos.

. Explicitar o *modus operandi* e o papel da imprensa ilustrada portuguesa e britânica na propaganda de guerra.

Em suma, o que pretendemos verificar é se:

. A imprensa portuguesa - apesar de não ser tão poderosa quanto a imprensa britânica, francesa, americana ou alemã, e apesar da máquina de propaganda de guerra montada por Norton de Matos não ser tão evoluída quanto a daqueles Estados, e ainda apesar da acção da censura de guerra entre nós não ter sido tão apertada quanto naqueles países – é, ou não, uma *arma* poderosa;

. Primeiro, no *combate* que se trava entre *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*;

. Depois, no acto de persuadir e convencer os portugueses que assistem à partida dos familiares, ou, mais tarde, ao regresso, por vezes mutilados ou sem vida, ou, simplesmente, se confrontam com o seu desaparecimento na guerra.

Esta abordagem obriga a uma atitude metodológica assente nos métodos qualitativos das ciências da comunicação, da história da comunicação e da história política, diplomática, económica, institucional e cultural. Além das leituras de enquadramento destas áreas do conhecimento, fizemos uma revisão do debate historiográfico existente em torno desta temática, recorrendo a estudos interpretativos e a fontes.

Em termos gerais, salientamos os contributos que recebemos das obras de diversos filósofos, nomeadamente de Platão, devido ao pioneirismo das suas questões acerca da verdade, mas também de Michel Foucault, sobretudo pela importância do seu trabalho sobre a ordem do discurso. Mas ainda Walter Benjamin, Karl Kraus ou, mais recentemente, Jacques Bouveresse e António Sousa Ribeiro que, a partir do pensamento de Kraus, imortalizado nas páginas do *Die Fackel*, escreveram, entre outros assuntos, sobre a intencionalidade da imprensa no período da guerra. De António Sousa Ribeiro, tivemos o sortilégio de aceder a dois

textos originais, designadamente *Ink thicker than blood? The (in) visibility of war on the eve of 1914* e *Matrices of pacifist discourse in the context of the First World War*, fundamentais para entendermos como a imprensa, a acção dos jornais e dos jornalistas, no contexto da Primeira Guerra Mundial, é vista pelos intelectuais contemporâneos do conflito armado.

Sendo este um tempo em que a imprensa tem associada a censura e, quando esta não é bastante para satisfazer os intentos dos governos dos Estados em guerra, tem também agarrada a si a propaganda, exige-se o recurso a alguns estudos como o de Arons de Carvalho e Graça Franco, para a censura, e de Alejandro Pizarroso Quintero e David Welch para a propaganda. No entanto, é em José Manuel Tengarrinha que encontramos o fio condutor deste estudo, porquanto o seu labor historiográfico nos legou, de facto, uma importante história da imprensa periódica portuguesa. Outros autores ainda servem, essencialmente, de desafio à procura de novos rumos de investigação. Para o tempo histórico, que balizámos entre 1914 e 1918, atendemos a uma vasta literatura nacional e internacional, como as correntes perfilhadas por António Reis, José Medeiros Ferreira, Nuno Severiano Teixeira e Martin Gilbert. E, para as questões das ciências e da história da comunicação, partimos de estudos como os de Jean-Noel Jeanneney, Marshall McLuhan e Phillip Knightley. Verificamos que todas as correntes de pensamento concordam que, em Portugal, a imprensa, embora não sendo de massas, é um meio de formação de um público esclarecido e interveniente nos acontecimentos marcantes da época, como a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Porém, também constatamos que há muito ainda para estudar em matéria de imprensa, censura e propaganda em Portugal. Por isso, recorreremos às fontes, nomeadamente aos acervos diplomáticos portugueses e às publicações periódicas portuguesas e estrangeiras. Entre as publicações periódicas compulsadas, salientamos, quer por até agora não terem sido estudadas, quer pela sua importância para a propaganda de guerra, a revista ilustrada *Portugal na Guerra* (portuguesa impressa em Paris) e o jornal ilustrado *O Espelho* (inglês, editado em língua portuguesa, impresso em Londres, que até agora foi apresentado ora como português, ora como brasileiro). Mas também a revista *La Guerre Illustrée* (inglesa,

editada em língua francesa, impressa em Londres), *The Sphere* e *The Graphic* (ingleses, impressos em Londres) sob a inspiração do lendário *The Illustrated London News*. A investigação destes periódicos, que se revelou muitíssimo importante para este trabalho, desenvolveu-se em arquivos e bibliotecas portuguesas e estrangeiras, entre as quais salientamos a British Library e a British Library Newspapers, em Londres. O acervo de periódicos da British Library Newspapers é, sem sombra de dúvida, dos mais interessantes que compulsámos até hoje. Quanto aos acervos diplomáticos, consultámos os fundos relativos à Primeira Guerra Mundial, às legações de Portugal em Berlim, Londres e Paris, e o arquivo de Sidónio Pais no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e ainda os fundos relativos à Primeira Guerra Mundial no Arquivo Histórico Militar, ambos em Lisboa.

## **2. Conceitos**

O conceito de verdade, transversal a este estudo da imprensa, da censura e da propaganda, tem sido sujeito a múltiplas interpretações filosóficas, no tempo longo dos séculos, entre a Antiguidade Clássica e a Época Contemporânea, e, na contemporaneidade, nas ciências sociais e humanas. Devemos, portanto, salientar, com vista ao esclarecimento dos objectivos enunciados anteriormente, a análise crítica que mais nos orienta, como a de Phillip Knightley, o jornalista-historiador que confere um novo sentido à afirmação do senador americano Hiram Warren Johnson, que, em 1917, declara que «a primeira vítima quando a guerra começa é a verdade» (Knightley, 1975: 79). A verdade reclamada pelos cidadãos e pela imprensa, e vigiada, escondida, censurada, ou até substituída pela mentira, pelos Estados. É essa verdade que é comprometida pela guerra. A verdade, enquanto reprodução da realidade pela imprensa, não existe, já que estamos perante uma realidade reconstruída através do jornalista, do modo como o jornalista observa e se relaciona com os acontecimentos, o tempo e o espaço em que os acontecimentos ocorrem no mundo, e ainda com as fontes. É esta verdade reconstruída que leva os historiadores de comunicação social, como Jean-Noël Jeanneney, a estudarem «a representação que [...] as sociedades têm de si próprias e das outras, e a multiplicidade dos esforços utilizados por todos os actores do jogo

para modificar esta imagem de acordo com os seus próprios objectivos» (Jeanneney, 1996:5-6).

Para aferição dessa realidade reconstruída, investigamos a imprensa, termo de largo âmbito e longa história, que inicialmente define apenas a máquina impressora de caracteres tipográficos, depois o local onde essa máquina imprime – a tipografia, e, finalmente, os próprios produtos impressos – como os jornais e as revistas. Uma imprensa que, no ocidente, é descoberta por Gutenberg, em 1438 (dado que na China era conhecida há vários séculos), e que, em Portugal, a partir do liberalismo, altera as relações entre o indivíduo e o Estado, por força de trazer para a esfera pública o que antes era guardado no segredo dos palácios. No século XX, a palavra imprensa, nomeadamente imprensa periódica, adquire o sinónimo de jornalismo e é esse o sentido que adoptamos neste estudo em que usamos a imprensa como instrumento e fonte histórica.

É esta imprensa, quer de informação geral, quer de opinião, que se envolve, desde o início, num combate pela liberdade de expressão. Como escreve Jeanneney, «a história da liberdade de imprensa é [...] a história da distinção que se estabelece progressivamente entre os segredos de Estado e as notícias publicadas» (Jeanneney, 1996: 23). Quando é preciso guardar segredo, ou os jornais exercem uma espécie de autocensura e calam o que sabem, ou os estados decretam a censura, impedindo-os de publicar as notícias consideradas contrárias ao superior interesse da Nação. Mas a imprensa não constitui apenas um espelho do jogo político, é, pelo contrário, um actor central neste jogo, dando-o em reflexos aos leitores e ajudando a construir a opinião pública e ou a memória colectiva a partir desses reflexos e não já do próprio jogo (factos). Por isso, paralelamente à grande expansão verificada na imprensa, ao longo do século XIX e até à Primeira Guerra Mundial, cresce também a tensão entre a imprensa e os governos dos Estados. Com a eclosão da guerra, essa tensão aumenta ainda mais e os Estados protegem-se através da introdução da censura, que reprime e sanciona o trabalho dos jornais. É aquilo a que os especialistas chamam censura de guerra.

Como a censura não diminui a crispação entre a imprensa e os governos dos Estados, pelo contrário, em alguns momentos até intensifica os conflitos, os Estados

implementam a propaganda com o objectivo de tocar os espíritos. A propaganda é um fenómeno mais notório em situação de guerra, como na Primeira Guerra Mundial, aliás, «é tão antiga como a própria guerra», conforme defende Alejandro Pizarroso Quintero (Pena, 2007: 12). Sendo, como sustenta Harold Lasswell, em *Propaganda Technique in the World War*, um dos mais poderosos instrumentos no mundo moderno, é um termo com nascimento datado na *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*, também denominada *Sacra Congregatio Christiane Nomini Propaganda* instituída pela bula *Inscrutabili Divine*, do papa Gregório XV, em 1622. No entanto, a palavra propaganda já era utilizada, desde 1572, nas reuniões regulares que o papa Gregório XIII mantinha com alguns cardeais numa *congregatio* com o objectivo de combater a Reforma. Portanto, a palavra propaganda tem data e local de nascimento, mas a propaganda enquanto fenómeno é anterior ao registo do termo e tem um alcance que vai muito para além da área religiosa. Hoje, a palavra propaganda tem associada uma ideia pejorativa que nasceu precisamente na Primeira Guerra Mundial, no uso, e abuso, que os Estados beligerantes então fazem da propaganda.

Aliás, a propaganda é utilizada em larga escala durante a Primeira Guerra Mundial, mesmo com desconhecimento dos seus efeitos. Só depois da guerra é que os protagonistas das acções de propaganda de guerra se associam aos especialistas para reflectirem acerca da propaganda enquanto forma comunicacional e, só nos anos 20 e 30, começam a surgir os primeiros esboços de uma teoria da propaganda como a de Harold Lasswell. Simultaneamente, por esta altura, começam também os estudos sistemáticos da influência dos meios de comunicação na sociedade e da opinião pública. Ou seja, um estudo sistemático e multidisciplinar da propaganda, especialmente da propaganda de guerra, que hoje, como em nenhuma outra época, continua a desafiar os investigadores das ciências sociais e humanas, como a comunicação e a história.

Neste contexto, convém também definir opinião pública. Em Portugal, o conceito de opinião pública, enquanto conceito individualizado, surge com as invasões francesas e a revolução liberal, num quadro de liberdade de comunicação dos pensamentos pela imprensa, e como resultado de um espaço público

mediatizado. Como acentua José Tengarrinha, perante a inexistência ou pouca expressão de organizações políticas, são os jornais que, até aos princípios do século XX, «asseguram a mediatização entre o domínio de comunicação e opiniões formais e o domínio de comunicação e opiniões informais», constituindo «o suporte dos movimentos de opinião pública» (Tengarrinha, 2006: 19). Por isso, quando falamos em opinião pública durante a Primeira Guerra Mundial, estamos a falar de uma opinião pública limitada socialmente, uma espécie de «esfera pública burguesa» identificada com «opinião esclarecida». A opinião pública só será mensurável a partir da utilização das sondagens e, mesmo assim, com margens de erro e manipulações que a tornam «difícil de apreender, falsamente clara» ou, como consideram vários historiadores dos meios de comunicação social, «incompreensível, incoerente, inconstante, frágil, versátil, ambígua, inconsequente, incoerente, amnésica...», numa lista de adjectivos inventariados por Pierre Laborie. Por isso, a historiografia da opinião pública, durante longos anos, identificou imprensa e opinião pública. É, de resto, o que sucede durante o nosso período de estudo.

### **3. Contextualização**

Dada a natureza interdisciplinar do nosso objecto de estudo, que cruza as ciências da comunicação com as ciências sociais, fundamentalmente com as diversas áreas da história, podendo quase inscrever-se na matriz de uma história da comunicação social, na linha de pensamento de Jean-Noël Jeanneney, impõe-se que façamos uma contextualização histórica da I República, caracterizando, sumariamente, os seus diversos ciclos. Estamos em crer que só assim compreenderemos o papel que a imprensa desempenha durante a Primeira Guerra Mundial.

A I República portuguesa, de acordo com as investigações recentes que desenvolvemos para o *Dicionário de História da I República e Republicanismo*, é composta por três ciclos diferentes, a saber: *República* (Outubro 1910 a Dezembro 1917), *República Nova* (Dezembro 1917 a Dezembro 1918) e *Nova República* (Dezembro 1918 a Maio 1926). O primeiro ciclo - até agora denominado por «República Velha» (Peres, 1958:203 e Valente, 1997:127) - inicia-se com a



implantação da República a 5 de Outubro de 1910 e prolonga-se até ao golpe de Estado levado a efeito por Sidónio Pais em 5 de Dezembro de 1917. O segundo corresponde ao período de um ano da ditadura sidonista. O terceiro - até agora designado por «Nova República Velha» (PERES, 1958:235) - começa com o assassinato de Sidónio Pais em 14 de Dezembro de 1918 e termina com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 que coloca fim à I República.

Centremo-nos no primeiro ciclo da I República, dado que é nele que, maioritariamente, situamos o nosso estudo. Entendemos dividi-lo em quatro fases distintas: a primeira entre 1910 e 1915, a segunda entre Janeiro e Maio de 1915, a terceira entre Maio de 1915 e Março de 1916 e a quarta entre Março de 1916 e Dezembro de 1917. A primeira fase, decorrida entre Outubro de 1910 e Janeiro de 1915, inicia-se com a implantação da República e a constituição do Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga, e constituído por alguns dos vultos mais ilustres do republicanismo. Onde, porém, emergem rapidamente algumas dissensões, sendo uma das mais significativas a que separa Afonso Costa de António José de Almeida. Bernardino Machado secunda o primeiro. Brito Camacho, inicialmente, segue o segundo. Em volta dos três caudilhos formam-se três grupos principais: o grupo de *O Mundo* (de Afonso Costa); o grupo do *República* (de António José de Almeida); e o grupo de *A Luta* (de Brito Camacho). Em torno destes três grupos, entre Setembro de 1911 e Fevereiro de 1912, «lançam-se as bases das três organizações partidárias essenciais do republicanismo constitucional demoliberal, na primeira fase da I República: o Partido Republicano Português, refundado, de Afonso Costa, que permanecerá ao longo de todo o regime; o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida; e a União Republicana, de Brito Camacho» (Leal, 2008:43).

Em menos de quatro anos, Portugal teve seis governos. Em 1914, quando a guerra deflagra é Bernardino Machado que está na chefia do governo, tendo que enfrentar os primeiros combates nas colónias portuguesas em África, que obrigam Portugal a envolver-se «militarmente num conflito à escala mundial, neste caso, começando pela defesa da integridade territorial das colónias de Angola e Moçambique» (Sousa, 2008:28). É também neste contexto que o governo de

Bernardino Machado declara que Portugal adopta uma neutralidade condicional e que acaba por ser obrigado, perante um pedido de auxílio da França, de armamento e de tropas, a iniciar a preparação da intervenção portuguesa no conflito no âmbito da aliança luso-britânica.

Porém, ao contrário do que acontece em outras nações beligerantes, Portugal não consegue um consenso nacional face à intervenção na guerra. Aliás, a questão de intervir ou não na guerra é «o grande pomo da discórdia da primeira República» (Medina, 1986:35). Coexistem duas correntes de opinião: a *intervencionista*, apoiante da entrada imediata de Portugal na guerra, uma partidária dos aliados, outra da Alemanha (esta constituindo uma minoria); e a *anti-intervencionista*, defensora da não intervenção do país no conflito armado. Os principais defensores do intervencionismo são os republicanos democráticos que constituem a maior força política do país e dominam o aparelho de Estado e que vêem na participação de Portugal na guerra a possibilidade da República se posicionar entre as grandes nações aliadas. Digamos que a estratégia intervencionista incorpora a defesa de interesses nacionais e persegue objectivos de política externa (como a garantia da integridade colonial em África, a soberania nacional face à Espanha e a conquista do prestígio internacional da República) e de política interna (fim das facções partidárias em função da unidade nacional).

Contudo, desde o início da guerra, esta corrente enfrenta a estratégia anti-intervencionista, partidária da neutralidade, e que vem sobretudo dos republicanos unionistas, dos monárquicos, alguns sectores do Exército e, eventualmente, a maioria da população que, não compreendendo as causas da guerra, rejeita a intervenção portuguesa. Com a intervenção na luta armada aprovada pelo Congresso a 23 de Novembro de 1914, o governo adia as eleições *sine die*, enfrentando divergências internas e problemas financeiros e logísticos que inviabilizam os preparativos bélicos. Por isso, os democráticos precipitam a queda do governo, aparentemente por entenderem que chegara o momento de criar um governo de unidade republicana (Reis, 1990: 47-48). Perante a evidente inoportunidade política de um governo de *União Sagrada*, o PRP/*Partido Democrático* forma sozinho um ministério chefiado por Vítor Hugo de Azevedo

Coutinho que apenas se aguenta no poder pouco mais de um mês (12/12/1914 - 25/01/1915).

Assim, chegamos à segunda fase (25 de Janeiro a 14 de Maio de 1915), que se inicia no contexto de «crise de intervenção» de Portugal na Guerra (Cabral, 1979:373-392), e é o período correspondente à ditadura de tipo comissarial de Pimenta de Castro. Vejamos que é até paradoxal que, volvidos cinco meses de conflito mundial, e perante as ambiguidades resultantes das exigências inglesas face a uma intervenção de Portugal na Guerra e os desentendimentos entre democráticos, evolucionistas e unionistas, o Presidente da República chame a governar precisamente um general opositor à beligerância. Deste modo, a guerra, ao invés de apaziguar as lutas internas em Portugal, aprofunda ainda mais os desentendimentos entre as várias correntes políticas, muito por causa das ambiguidades resultantes das exigências da Inglaterra face à beligerância portuguesa na frente europeia, o governo de Pimenta de Castro é bem recebido pela comunidade internacional, particularmente pela Inglaterra e pela Espanha. Esta via no anti-intervencionismo de Pimenta de Castro uma possibilidade de normalizar as relações com Portugal. Aquela sabia que do bom relacionamento entre os dois países ibéricos resultaria a neutralização da Península Ibérica no quadro do conflito bélico europeu (Teixeira, 1996: 272-273). No plano interno, este governo só conta com o apoio incondicional do Presidente da República, que o escolheu, e do conservadorismo de Machado Santos, que sancionou politicamente o *Movimento das Espadas* que o conduziu ao poder. Porém, em apenas dois meses, a ditadura de Pimenta de Castro está à beira do abismo. Em Abril (1915), já toda a imprensa portuguesa escreve sobre a *afrentosa ditadura* e as pressões internas são alimentadas pelas pressões externas, sobretudo alemãs, devido às sucessivas violações da neutralidade. Neste contexto, já todos conspiram contra o governo. Assim, não admira que na madrugada de 14 de Maio se dê uma revolução. Pimenta de Castro demite-se e o Presidente da República Manuel de Arriaga nomeia um novo ministério, a contento da Junta Revolucionária, e, entretanto, também se demite, afastando-se definitivamente da política.

A terceira fase começa assim a 15 de Maio de 1915 e estende-se até 9 de Março de 1916, sendo o tempo em que se inicia a política intervencionista aprovada pelo parlamento em Novembro de 1914. Nesta fase, o então major Norton de Matos assume a pasta da Guerra, põe fim à política de neutralidade, colocando Portugal no seu lugar na difícil caminhada para a guerra. Aos governos constitucionais de José de Castro, que tem o mérito de realizar as eleições legislativas (13/06) e presidenciais (Bernardino Machado a 6/08), sucede Afonso Costa (29/11/1915 a 15/03/1916) que assume a determinação de conduzir Portugal à guerra ao lado da velha aliada Inglaterra. A clarificação da situação de Portugal perante a guerra não reúne, no entanto, o consenso dos partidos nem dos militares nem da imprensa. O agravamento do custo de vida e a escassez de alimentos também não deixam que uma parte significativa da população se entusiasme com a aproximação da partida para os campos de batalha de homens em início da idade adulta que até então garantem o sustento das famílias. Todavia, o governo mantém-se fiel aos objectivos intervencionistas acima identificados e insiste com a Inglaterra, no sentido desta aceitar uma declaração de guerra de Portugal à Alemanha no quadro da aliança. O ministro da guerra Norton de Matos lembra aos ingleses que Portugal, sem que estivesse *de jure*, estava *de facto* em guerra desde 1914. Norton de Matos invoca o combate de Naulila e a sufocação do levantamento do Cuanhama, o envio de forças para Moçambique, de espingardas para a África do Sul e de uma força para auxílio das tropas inglesas contra os indígenas da África oriental britânica.

Ainda assim, a Inglaterra continua a manifestar-se contrária à intervenção de Portugal na guerra, pensando sobretudo em Espanha. A quebra da neutralidade por Portugal, contrária aos interesses espanhóis na Península Ibérica, poderia inclinar a neutralidade espanhola para os impérios centrais, daí que os britânicos advertissem Portugal para a necessidade de manter boas relações com a vizinha Espanha. Aliás, nesta conjuntura, Afonso Costa suspeita da existência de um acordo secreto entre a Inglaterra e a Espanha para a não intervenção de Portugal. Esta suspeita é confirmada quando a Alemanha declara guerra a Portugal (9/03/1916) e a Inglaterra se apressa a assegurar ao governo espanhol que «sempre havia

dissuadido Portugal, apesar da sua aliança, de tomar a iniciativa das hostilidades, limitando-se a repelir a agressão em África». No entanto, em inícios de 1916, quando a guerra submarina da marinha alemã já causara numerosas baixas entre os aliados e os neutros, bem como a perda de mais de dois milhões de toneladas, à França e à Inglaterra interessa o apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses. Portugal ordena (a 25/02/1916) a apreensão dos 35 navios alemães surtos no porto de Lisboa, estipulando medidas semelhantes para os restantes portos portugueses. A Alemanha responde (a 9/03/1916) com a declaração de guerra a Portugal.

Entramos, então, na quarta fase que percorre o tempo entre 9 de Março de 1916 e 5 de Dezembro de 1917, balizado, a montante, pela declaração de guerra da Alemanha a Portugal, e, a jusante, pelo golpe de Estado liderado por Sidónio Pais. A declaração de guerra alemã coloca Portugal, de facto, em guerra e a participação efectiva no teatro europeu das operações bélicas viabiliza o entendimento necessário entre os democráticos de Afonso Costa e os evolucionistas de António José de Almeida. Perante o perigo comum, os dois partidos formam um governo de *União Sagrada* (15/03/1916 a 25/04/1917). Este é presidido por António José de Almeida e tem em Afonso Costa e Norton de Matos os seus ministros mais poderosos, respectivamente, com as pastas das Finanças e da Guerra.

A preocupação com a participação na guerra é tão intensa que alheia Afonso Costa do descontentamento que se aprofunda no país, onde a guerra, à semelhança do que acontece por toda a Europa, é cada vez mais impopular. O conflito aumenta o custo de vida, os géneros alimentares escasseiam e o desemprego aumenta, o que contribui para o aumento da agitação social que, por sua vez, motiva as greves e os assaltos aos estabelecimentos comerciais. Sentindo na pele a dureza desta realidade, a população não aceita pacificamente que a organização de um corpo expedicionário constitua a principal prioridade governativa. Os unionistas de Brito Camacho e os monárquicos, que defendem o regresso das tropas já em confronto, capitalizam o desgosto dos portugueses. Entretanto, sucedem-se as demissões de evolucionistas que, desse modo, se distanciam da responsabilidade governamental e determinam o fim deste primeiro executivo de *União Sagrada*.

Afonso Costa forma, então, um novo governo de *União Sagrada* – assim podendo ser considerado por contar com o apoio parlamentar dos evolucionistas – sucedendo a António José de Almeida. A pasta das Finanças continua nas suas mãos e a da Guerra sob o comando de Norton de Matos. Este governo suscita a oposição de todos os sectores, desde os operários e sindicatos às camadas populares urbanas, passando pelos conservadores e católicos receosos de perturbações de ordem pública. Neste contexto, a constituição de uma força armada destinada a combater na frente europeia da guerra representa um enorme desafio para a República. Embora herdando um Exército organizado pela Monarquia para uso interno e colonial, e com grandes dificuldades em termos de preparação e motivação das tropas, da capacidade militar em armamento e munições e da falta de verbas para aquisição de novos equipamentos, Norton de Matos consegue organizar o Corpo Expedicionário Português (CEP), constituído por duas Divisões de 55 mil homens, embora o total de efectivos nunca tenha estado completamente operacional, e que vai integrar o exército aliado na Flandres. Portugal está então a ferro e fogo. No plano interno, nos campos e nas cidades; no plano externo, nos campos de batalha em França e em África. É, neste quadro, que cresce a convicção de que o recurso ao golpe de Estado será «a única forma de pôr cobro à continuação da supremacia dos democráticos em todas as instâncias do poder» (Reis, 1990: 54). O golpe é protagonizado por Sidónio Pais (5/12/1917) que instaura um novo regime - a segunda ditadura republicana em menos de três anos.

Vejamos, agora, o segundo ciclo, em que se insere a fase final do nosso trabalho, e que se estende entre Dezembro de 1917 e Janeiro de 1919, correspondendo ao período da ditadura sidonista, de tipo soberano, implantada após o golpe de Sidónio Pais (5/12/1917) e terminada com o seu assassinato (14/12/1918), até ao início do trabalho legislativo tendente à reposição da Constituição de 1911.

Sidónio Pais, antigo ministro de Portugal em Berlim, cujo regresso a Portugal fora noticiado pela imprensa, festejado pelos amigos e premiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com uma promoção a major graduado sem funções definidas (lei n.º 418 de 31 de Agosto 1915, artigo 7.º), assume o comando do

golpe. O rosto da resistência é Norton de Matos que presidia interinamente ao governo devido à deslocação de Afonso Costa a Paris por causa da guerra. A Junta Revolucionária assume plenos poderes, faz nomeações, manda publicar os seus primeiros decretos, dissolve o Congresso e tenta que o Presidente da República apresente a demissão, o que este recusa, pelo que acaba preso e destituído do cargo. Igualmente preso é, entre outros, o líder do governo Afonso Costa que, entretanto, regressara da capital francesa.

Começa, assim, um ano de sidonismo, «um ano de política, intenso e caótico» (Silva: 431). Sidónio Pais institui um regime político de características presidencialistas, suspende a Constituição de 1911, declara-se acima dos partidos, mas reorganiza as forças políticas, criando uma nova estrutura partidária de suporte do seu governo - o Partido Nacional Republicano. Por outro lado, procede à diminuição do esforço de guerra, materializada no cancelamento do envio de soldados para a Flandres, o que vai traduzir-se na catástrofe de La Lys (9 de Abril de 1918). Sidónio não escapa a um atentado perpetrado a 14 de Dezembro (1918) por um jovem de nome José Júlio da Costa, identificado como democrático, partidário da *União Sagrada*, mas a sua morte causa emoção no espírito do povo, o que, pelo menos, evidencia que Sidónio conseguira, como era seu propósito, conquistar o coração das gentes. Sucede-lhe na presidência o almirante Canto e Castro, um monárquico que assume o compromisso de exercer com lealdade as funções de Presidente da República até à eleição do seu substituto pelo Congresso. Assim é, desempenha o cargo por apenas dez meses até à eleição de António José de Almeida a 5 de Outubro de 1919. Este é um período de grande instabilidade - com cinco governos, sendo que o primeiro mês é o mais agitado, marcado pela proclamação da Monarquia do Norte (19/01/1919) e pela organização de uma Junta Governativa Provisória chefiada pelo coronel Henrique de Paiva Couceiro, bem como pelos confrontos de Monsanto, decorridos entre 20 e 23 de Janeiro (1919), com o intuito de instaurar a Monarquia a Sul mas que acabam, após tiroteio cruzado, com a vitória da República – o que marca a entrada no terceiro ciclo.

Este terceiro ciclo começa em 1919 e termina em 1926 e podemos dividi-lo em três fases distintas: a primeira entre Janeiro e Junho de 1919, a segunda entre

Junho de 1919 e Outubro de 1921 e a terceira entre Outubro de 1921 e Maio de 1926. Porém, este terceiro ciclo situa-se fora das balizas cronológicas do nosso estudo, pelo que entendemos não o desenvolver nesta contextualização. Brevemente, estará disponível a versão integral da entrada relativa à *I República*, *periodização*, de nossa autoria, no *Dicionário de História da I República e Republicanismo* a editar pela Assembleia da República.

#### **4. Estrutura**

Passemos, então, à estrutura do estudo organizada em cinco capítulos.

O capítulo I - *O discurso jornalístico no primeiro quartel do Século XX: contributos para uma teorização dos conceitos de objectividade e de subjectividade na escrita da imprensa* – aborda a problemática da verdade. Para explicitarmos que, durante a Primeira Guerra Mundial, nos países em que existe liberdade de imprensa, há um conflito evidente entre o interesse do Estado, a quem cabe a defesa da nação, e o direito à verdade reclamado pelos cidadãos, recuámos aos clássicos, à *República* de Platão, porquanto Platão é o primeiro filósofo a questionar a realidade e a verdade, a objectividade e a subjectividade, e a evidenciar a natureza reconstruída da realidade percepcionada pelas pessoas. Sem pretendermos fazer um estudo filosófico aprofundado, pois nem teríamos competência científica para esse efeito, percorremos, sucintamente, o pensamento de Descartes, Kant, Hegel, Husserl, Heidegger, Wittgenstein, Habermas..., até percebermos que, apesar de todos estes pensadores, a que se juntam físicos, matemáticos, historiadores..., terem aceitado a ideia de que a objectividade é ilusória, o mito da objectividade permanece nas primeiras décadas do século XX. Por isso, questionámos as razões de ser da prevalência deste mito, procurando respostas em Baudrillard e Cádima, mas também investigando correntes de opinião pouco exploradas entre nós, como as de Karl Kraus e Aquilino Ribeiro, Walter Benjamin e Jacques Bouveresse, percebendo que, durante a Primeira Guerra Mundial, a objectividade subjectiva do jornalista, do jornal, anda de mãos dadas com a intencionalidade de um e de outro. De um lado e do outro da contenda, a imprensa alinha-se contra o inimigo. Seja do lado dos aliados, seja do lado dos impérios centrais, os jornais assumem, desde o início do conflito, a intenção de criar



uma opinião pública favorável à guerra. Em Portugal, a imprensa alinha-se em dois campos: o *intervencionista* e o *anti-intervencionista*. Ambos tomam parte activa na campanha a favor ou contra a participação de Portugal na guerra, contribuindo para a manipulação da consciência dos leitores. Em Portugal, na Europa e no resto do mundo, a imprensa, maioritariamente, tomou a peito a missão de criar uma opinião pública favorável à guerra, contrária ao inimigo, afirmando-se como prolongamento da palavra do poder, ou seja, meio de propaganda. Sabemos que, sobretudo quando nos referimos aos escritos menos conhecidos, citamos períodos longos, mas apenas o fazemos quando os textos se mostram fundamentais para a compreensão da situação da imprensa durante a Primeira Guerra Mundial.

O capítulo II – *A Imprensa antes da I República: Da instauração da liberdade de imprensa à lei repressiva (da imprensa) de 1907* e o capítulo III – *A Imprensa na I República: Entre a utopia liberal e a realidade da Guerra* – apresentam uma recolha, organização e análise interpretativa da legislação de imprensa mais importante do período da Monarquia constitucional e da I República. Ainda que, em linhas gerais, a maior parte dessa legislação seja identificada na *História da Imprensa Periódica Portuguesa* de José Tengarrinha, a verdade é que investigámos rigorosamente os *Diários do Governo* deste longo período, conseguindo, por isso, novos elementos, sobretudo para a história da legislação da liberdade de imprensa. É, aliás, por isso mesmo, que juntámos uma original colecção de leis de imprensa, que organizámos por ordem cronológica, e anexámos a este estudo. Este conjunto de leis, publicadas entre a aurora liberal, em 1821, e a reposição da Constituição de 1911 em 1919, evidencia que, entre avanços e recuos, a regulação da liberdade de imprensa é uma preocupação permanente dos governos portugueses, sendo apenas verdadeiramente condicionada nos períodos de ditadura e durante a Primeira Guerra Mundial. Evidentemente que a análise da legislação foi auxiliada pelos estudos existentes no domínio do Direito, nomeadamente a *História do Direito Português*, de Manuel Júlio de Almeida Costa, que nos permitiu entender a filosofia presente nas tomadas de decisão dos legisladores, nomeadamente nos períodos críticos em que introduziram a censura, especialmente a censura de guerra. Apesar de estarmos no domínio da imprensa e suas leis, entendemos dividir o seu estudo

em dois capítulos distintos, um dedicado ao período monárquico e outro ao período republicano, porque, na verdade, têm especificidades que importa deixar claras.

O capítulo IV - *A I República, a Imprensa e a Guerra: O discurso dos jornais intervencionistas versus o discurso dos jornais anti-intervencionistas* – é dedicado a indagar se a imprensa e o jornalismo são, no período da Primeira Guerra Mundial, um instrumento do poder ou um espaço de luta pela liberdade. As fontes, nomeadamente os periódicos, denunciam que a imprensa mantém, nesta altura, uma relação dialéctica com os diversos sistemas ou regimes políticos, ora sendo instrumento do poder, ora sendo espaço de luta pela liberdade de expressão, vivendo, ou sobrevivendo, associada à política, não admirando, portanto, que a malha da liberdade de imprensa alargue ou aperte consoante as motivações políticas. Em tempo de guerra, como diz o povo, não se limpam armas, pelo que os governos não poupam esforços para controlarem a narrativa jornalística. Ora, se o discurso dos jornais *intervencionistas* não carece de controlo apertado, porque neles funciona o que denominam como sentido patriótico, que na prática é uma espécie de autocensura, nos jornais *anti-intervencionistas* o controlo é apertado, nomeadamente através da censura. Um dos momentos mais relevantes deste capítulo é a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e a sua recepção nos principais jornais portugueses, dado que, além do simbolismo da declaração de beligerância, há o efeito prático da entrada de Portugal, efectivamente, em guerra nos campos de batalha da Europa, uma ambição dos *intervencionistas* – *guerristas* como são denominados à época – que acaba por ser realizada pelos alemães. Dada a sua importância, apesar de ser longa, transcrevemos a totalidade da declaração de beligerância alemã a Portugal, apresentada pelo ministro de Berlim em Lisboa. Outro dos pontos relevantes deste capítulo é a operação de propaganda associada ao *milagre de Tancos*, os relatos dos jornais *intervencionistas* e *anti-intervencionistas* antes, durante e depois da instrução da Divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP) na *Cidade de Paulona*, sob as ordens do ministro da Guerra Norton de Matos e o comando do general Tamagnini de Abreu. Tanto mais que esta foi, sem dúvida, a maior operação de propaganda realizada durante a guerra em Portugal. Neste capítulo, integramos ainda um estudo de caso de O

*Açoriano Oriental*, porquanto é o decano dos jornais portugueses e o seu posicionamento ao longo do desenrolar da guerra é revelador do modo como alguma imprensa se comporta em face da tendência de vitória dos Estados em confronto nesta guerra mundial.

O capítulo V - *A Imprensa ilustrada, a censura, a propaganda e a Guerra* – é aquele que procura colocar mais em evidência a estreita ligação existente entre a imprensa, a censura e a propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Como sustenta Martin Gilbert, neste período, desenrolam-se duas guerras, designadamente uma de exércitos e civis atingidos pelas batalhas e outra de gabinetes. Uma guerra de *balas de papel* que, como sublinha Kraus, é «tão mortífera como as granadas». Ora, é esta guerra de gabinetes que acciona as rotativas, a censura e a propaganda como a outra guerra dispara as balas verdadeiras nos campos de batalha. Procuramos, portanto, verificar que, do mesmo modo que a censura controla a imprensa, e controlando o fluxo noticioso domina a opinião pública, a propaganda de guerra, ou de Estado, faz o restante, isto é, manipula os leitores de jornais, persuadindo-os e convencendo-os dos benefícios da participação dos seus países na guerra. Contudo, o uso da censura e da propaganda não se afigura linear ao longo dos quatro anos de guerra, apresenta fases distintivas, mas com um traço comum que vai ao encontro da máxima de Clausewitz de que «a guerra é a continuação da política por outros meios» e a propaganda de guerra «é a continuação da propaganda política noutra situação», assim se compreendendo que «a propaganda e a guerra têm objectivos análogos».

A propaganda de guerra serve-se fundamentalmente da imagem, pelo que a imprensa ilustrada é o seu meio por excelência de persuasão, mesmo que para tanto seja preciso produzir jornais, simulando a sua origem em determinados países, normalmente neutrais, como é o caso de *O Espelho*, que estudámos e verificámos ser afinal inglês, embora redigido em língua portuguesa de Portugal e apresentado como brasileiro durante todo o curso da guerra. Era afinal um dos jornais ilustrados produzidos pelo War Propaganda Bureau, em Londres, para a propaganda no Brasil e em Portugal, a par com outros jornais e revistas ilustradas produzidas pelo mesmo gabinete, em diversas línguas e com vários países de

destino, até a própria Alemanha. Assim, constatamos o desenvolvimento da propaganda britânica face ao resto do mundo em guerra.

Em Portugal, apesar de existirem meios muitíssimo inferiores, o governo da guerra financiou a edição, em Paris, de *Portugal na Guerra*, uma revista quinzenal ilustrada de propaganda da participação de Portugal na guerra que teve duração curta, em virtude do golpe de Sidónio Pais que a suspendeu sem aviso prévio. Os panfletos, outro dos instrumentos de propaganda dos Estados beligerantes, entram também neste capítulo através de *Portugal perante a Guerra*, um panfleto de propaganda *intervencionista* da autoria de João Chagas e que é um exemplo distinto da propaganda de guerra republicana. Para melhor analisarmos este panfleto aplicámos os contributos da Retórica, escudados nas teses de Michel Foucault, Habermas, Perelman, Toulmin, Cardoso e Cunha, procurando descortinar se o panfleto cumpriu a sua função persuasiva e alcançou o efeito de mover a mente dos interlocutores e de os levar à acção. Pelo menos, um mês depois da sua publicação, Portugal tomou o seu lugar na marcha para a guerra na Europa, já que, em África, combatia contra as tropas alemãs desde Agosto de 1914.

Assim, concluída a apresentação do objecto de estudo e principais objectivos e conceitos, feita a contextualização, e apresentada a estrutura e metodologias subjacentes, convidamos, finalmente, a prosseguir a leitura da nossa tese. Alertamos para o facto de que, dado que no período estudado, bem como entre este e o tempo actual, há várias alterações na ortografia da língua portuguesa, seguimos, exclusivamente, a ortografia actual, porém anterior à adopção do novo acordo ortográfico. Sabemos que não temos em mãos um filão de ouro, mas gostaríamos de vir a ter a certeza de ter encontrado, pelo menos, uma pepita desse filão.

## **Capítulo I: O discurso jornalístico no primeiro quartel do Século XX: contributos para uma teorização dos conceitos de objectividade e de subjectividade na escrita da imprensa**

Durante a Primeira Guerra Mundial, nos países em que existe liberdade de imprensa, há um conflito evidente entre o interesse do Estado, a quem cabe a defesa da nação, e o direito à verdade, reclamado pelos cidadãos. O direito individual à verdade e à justiça está de um lado e o interesse superior da nação está do lado oposto. Este interesse superior da nação legítima, quase sempre, a injustiça e, em tempo de guerra, como aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, justifica, para o Estado, a censura e a propaganda, sendo que, com a primeira o Estado tenta proteger-se das verdades que os jornais publicam e, com a segunda procura mobilizar os cidadãos para a causa da guerra.

Assim, seja pela acção da imprensa, seja pela intervenção do Estado, quer através da censura, quer por meio da propaganda, certo é que a verdade fica comprometida. Este comprometimento é evidenciado na afirmação «A primeira vítima quando a guerra começa é a verdade» - «The first casualty when war comes is truth» -, proferida pelo senador americano Hiram Warren Johnson<sup>1</sup>, que correu

---

<sup>1</sup> Hiram Warren Johnson (1866-1945) foi senador dos EUA, da Califórnia, entre 1917 e 1945. Assumiu o cargo de senador a 16 de Março de 1917, em plena Guerra Mundial (1914-1918) e foi um senador muito popular. Antes tinha sido eleito duas vezes governador da Califórnia, designadamente em 1910 e 1914, cargo que desempenhou até 1917. Deixou um vasto conjunto de documentos que são hoje propriedade da Biblioteca Brancoft, da Califórnia, embora também existam documentos relacionados com as suas funções públicas na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. A sua afirmação - «Quando a guerra começa, a primeira vítima é a verdade» - esteve mesmo na origem de um livro do jornalista australiano Phillip Knightley, publicado pela primeira vez em 1975, em Nova Iorque, pela André Deutsch Limited, com o título *The First Casualty – The War Correspondent as Hero, Propagandist and Myth Maker from the Crimea to Vietnam*. Phillip Knightley estabelece, nesta obra, que, perante uma guerra, os governos, com o objectivo de conquistar a Opinião Pública, procuram conquistar primeiramente a imprensa, acordando estratégias com os directores e editores de jornais, de modo a que a guerra surja como inevitável, o inimigo como um demónio, primeiro como colectivo e depois individualmente, e assegurando que são publicados os relatos de atrocidades cometidas pelos inimigos. Ora, é isso que acontece em Portugal, durante a Primeira Guerra Mundial, em que há reuniões entre os governantes e os directores de jornais, visando que estes aceitem a censura prévia, no que o governo tem sucesso.

mundo em 1917, e que escolhemos como mote para o estudo da objectividade e da subjectividade na escrita da imprensa do período da Primeira Guerra Mundial. Assim é porque, ao referir que «A primeira vítima quando a guerra começa é a verdade»<sup>2</sup> -, o senador americano mostra que a realidade não é reproduzida pela imprensa mas, outrossim, reconstruída. Apesar de ser um discurso não ficcional, o que faria supor uma fidelidade ao real, a verdade é que o jornalismo não reproduz a realidade mas tão só faz a reconstrução da realidade. A realidade é reconstruída através do jornalista, do modo como o jornalista observa e se relaciona com os acontecimentos, o tempo e o espaço em que os acontecimentos ocorrem no mundo, e bem assim com as fontes. Porém, a reconstrução da realidade é apresentada como se fosse a realidade em si mesma, sobretudo por necessidade de credibilidade da informação veiculada ao público<sup>3</sup>.

Assim, a relação da imprensa com o seu público, com a opinião pública, é , conforme afirma Jeanneney, «mais complicada que aquilo que ingenuamente se pensa». Pois, se é verdade que a imprensa procura agradar aos leitores, congregando as preferências destes, também se pode «enganar quanto àquilo que os leitores gostarão de ler [...]». Por outro lado, «ao desejo de seduzir para ser próspera associa-se, frequentemente, e a um nível variável, a esperança de influenciar os comportamentos e isso leva a que tenha em conta o jogo complexo das forças diversas que pesam, ora abertamente, ora secretamente, sobre estes meios de comunicação social: forças políticas, influências financeiras, dinheiro escondido...» (Jeanneney, 1996: 9-10).

Em qualquer dos casos, é a verdade que foge como grãos de areia entre os dedos que escrevem as páginas dos jornais. É por isso natural que os historiadores dos meios de comunicação social estudem «a representação que, ao longo dos

---

<sup>2</sup> Vide Phillip Knightley, 1975, *The First Casualty, The War Correspondent as Hero, Propagandist, and Myth Maker from the Crimea to Vietnam*, pp. 79-112.

<sup>3</sup> Cfr. José Rodrigues dos Santos, 2003, *A Verdade da Guerra*, p. 11: «[...] expor a forma como construímos o real, reorganizando-o e reinventando-o a todo o momento, um processo que decorre do modo como nós, enquanto seres humanos, nos relacionamos com o mundo que nos rodeia. [...] o discurso jornalístico oculta do seu público, e até de si mesmo, o facto de apresentar a reconstrução do real como se fosse o real em si mesmo, recorrendo para isso a um conjunto de mitos que têm como única função a credibilização do seu discurso».

séculos, as sociedades têm de si próprias e das outras, e a multiplicidade dos esforços utilizados por todos os actores do jogo para modificar esta imagem de acordo com os seus próprios objectivos» (Jeanneney, 1996: 5-6). Por isso, centrando a história da comunicação e dos media na evolução das mentalidades colectivas, «*com esta dialéctica complexa que se organiza em todas as épocas e em todos os países, por um lado entre uma informação que estrutura a cultura própria dos que a elaboram e, por outro lado entre as reacções do público [...] que as influencia; a vida política, tão intimamente marcada por uma imprensa escrita [...] ligada por muitos vínculos ao Estado e pela obsessão do espelho no qual os dirigentes se contemplam; a actividade económica, uma vez que os jornais, [...] são – também – empresas cuja prosperidade e, por conseguinte, a liberdade, dependem directamente das leis do mercado; os equilíbrios sociais que ilustram o comportamento das profissões – jornalistas, tipógrafos, [...] – que têm cada uma delas a sua originalidade e as suas tradições; as mutações das técnicas, que operam de muito perto sobre os ritmos da circulação das notícias, sobre a sua estrutura e a sua própria definição...*» (Jeanneney, 1996: 5-6), entendemos que esta abundância de ângulos de conhecimento é suficientemente sedutora para nos fazer correr o risco de afastamento do rigor exigido no estudo da objectividade e da subjectividade na escrita da imprensa.

Por isso, procuramos estar atentas a esta imprensa herdeira da liberdade conquistada, em ritmos diferentes é certo, em cada um dos países ocidentais, e que, nos finais do século XIX e nos inícios do século XX, está na sua «idade de ouro». No período que medeia os anos de 1870 até à Primeira Guerra Mundial, os jornais alargam as bases, sem sofrerem ainda a concorrência dos outros meios de comunicação social até à data inexistentes. O alcance da imprensa é então de tal modo extenso que todos procuram influenciar a verdade, isto é, influenciar o discurso dos jornais. Ainda assim, a liberdade de imprensa mantém-se, sendo apenas condicionada em momentos breves através da censura de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, só sendo verdadeiramente posta em causa nos anos 20 e 30 pelas ditaduras alemã, italiana e bolchevique, e, em Portugal, pelo Estado Novo.

Mas, recuemos, por um momento, no tempo para estudarmos o problema da realidade e da sua reconstrução discursiva.

## I.1 A realidade e a sua reconstrução discursiva

Atenas. Século V a. C. Sócrates, o filósofo, homem sereno, veste o habitual *tríbon*<sup>4</sup> e caminha pelo emaranhado de ruas e ruelas estreitas de Atenas apoiado num bastão de carvalho. Cruza-se com Xenofonte e pergunta-lhe: «-Sabes onde se vende o peixe? – Sei. No mercado. – E sabes onde é que os homens se tornam virtuosos? – Não. – Então, vem comigo» (Crescenzo, 1988: 10). Xenofonte segue o filósofo. Sócrates apresenta-lhe o primeiro desafio: conhecer-se a si mesmo.

Sócrates só tem uma intenção: persuadir Xenofonte, bem como todos os jovens e velhos atenienses, de que «não se deve dar primazia ao corpo e às riquezas, mas antes que nos devemos ocupar do aperfeiçoamento da alma com o maior ardor» (Platão, 1965:42). Uma das convicções mais profundas de Sócrates é que o saber está na alma, oculto. Se a alma guarda um saber originário esquecido, então tem de ser despertada para o diálogo consigo mesma para redescobrir esse saber (maiêutica). Logo, cada indivíduo tem de começar pela análise interior de si próprio (introspecção). Pois, para Sócrates, não é possível o conhecimento do mundo sem que, antes, o homem se conheça a si mesmo. Ou seja: Sem o conhecimento de si mesmo, é impossível conhecer a realidade.

Esta ideia socrática é, mais tarde, retomada por Platão, em *A República*<sup>5</sup>, através da narração da alegoria da caverna, para explicar «a diferença que existe entre a realidade e a aparência ou entre “o uno, puro e imutável” e o “múltiplo, impuro e mutável”» (Crescenzo, 1988: 79).

Platão convida então:

*«Imagina uns homens numa espécie de morada subterrânea em forma de caverna, cuja entrada aberta para a luz se estende a todo o seu comprimento. Eles encontram-se aí desde a infância, as pernas e os pescoços algemados, de tal modo que não se movem, capazes apenas de olhar em frente, impedidos pelos grilhões de virar a cabeça; a luz de um fogo ateado ao longe, numa*

---

<sup>4</sup> O *tríbon* é uma espécie de capa de pano que Sócrates vestia sobre o corpo, cruzada sobre o ombro direito. Quando não vestia a *tríbon*, envergava uma *chíton*, uma espécie de túnica de pano.

<sup>5</sup> Vide Platão, 2005, *A República*, Lisboa, Guimarães Editores, pp. 233-267 (Livro VII).



*elevação, brilha por detrás deles e, entre o fogo e os prisioneiros há um caminho ascendente ao longo do qual se construiu um pequeno muro, semelhante aos tabiques que os manipuladores de bonifrates colocam entre eles e o público, e por cima dos quais mostram as suas habilidades»*

Gláucon acompanha e Platão prossegue a narração:

*«- Vê também, ao longo do pequeno muro, homens transportando toda a espécie de objectos, que ultrapassam a altura do muro, figuras de homens e de animais, em pedra, em madeira, de toda a espécie de material; e, como é natural, entre esses transportadores que desfilam, uns falam, outros nada dizem.*

*[...]*

*Antes de mais, pensas que nesta situação eles tenham visto, deles mesmos e dos outros, senão as sombras projectadas pela luz do fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?».*

Gláucon responde afirmativamente e o filósofo interroga:

*«- Ora, se eles pudessem conversar uns com os outros, não te parece que julgariam estar a nomear objectos reais, ao nomearem o que vissem?*

*– Necessariamente.*

*- E se a prisão tivesse também um eco que reenviasse os sons do fundo da gruta, todas as vezes que um dos transeuntes falasse, supões que não tomariam a sua voz pela da sombra que passava?*

*– Sim [...].*

*– É, portanto, indubitável [...] que aos olhos destes prisioneiros a realidade não seria mais do que as sombras dos objectos».*

Gláucon volta a concordar, Platão avança:

*«Considera agora de que modo eles se comportariam se fossem libertos das cadeias e curados da ignorância a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam como se segue. Quando alguém soltasse um destes prisioneiros e o forçasse a endireitar-se de repente, a virar o pescoço, a andar, a erguer os olhos para a luz, ao fazer todos estes movimentos sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de olhar os objectos cujas sombras antes via. Qual supões que seria a sua resposta, se alguém lhe dissesse que o que até esse momento vira, nada mais era do que engano e ilusão, mas que agora, estando mais próximo da realidade e voltado para objectos mais reais, ele via de verdade? E se também fazendo-o ver cada um desses objectos que desfilavam perante ele, o obrigássemos à força de questões a dizer o que era? Não te parece que ele ficaria atrapalhado e que os objectos que via há pouco lhe pareceriam mais reais do que os que agora lhe mostravam?*

*– Bem mais reais, afirmou [Gláucon].*

[...]

– E se [...] o arrancassem dali à força, obrigando-o a subir a rude e escarpada elevação, e não o deixassem ir embora sem antes o arrastarem até à luz do Sol, não pensas que sofreria e se revoltaria por ser assim arrastado, e que, uma vez chegado à luz, com os olhos deslumbrados pelo seu brilho, não conseguiria ver nenhum dos objectos que agora dizemos serem os reais?

[...]

– Ele teria necessidade de se habituar a isso, julgo, se desejasse ver o mundo superior. Em primeiro lugar, o que ele olharia mais facilmente para as sombras, depois para as imagens dos homens e de outros objectos reflectidos na água e, por último, para os próprios objectos. A seguir, contemplaria o que há no céu e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua de modo mais fácil do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia.

[...]

– Por fim, julgo, seria capaz de olhar para o próprio Sol, não reflectido na água, nem em qualquer outro lugar, mas a ele mesmo, no seu lugar próprio.

[...]

Depois disto, acabaria por concluir, acerca do Sol, que é ele que causa as estações e os anos, que tudo governa no mundo visível, e que é, em suma, a causa de tudo o que ele e os seus companheiros tinham visto na caverna.

[...]

- [...] Se um tal homem descesse de novo e retomasse o seu antigo lugar, não ficaria com os olhos cheios de trevas, ao regressar subitamente da luz do Sol?

- Com toda a certeza – respondeu [Gláucon].

- E se lhe fosse necessário julgar daquelas sombras, e concorrer com os prisioneiros que haviam largado as suas cadeias, enquanto a sua vista estava ainda confusa, e antes de os seus olhos se terem acostumado à obscuridade – e o tempo requerido para a habituação não seria pouco – acaso não provocaria o riso, e não diriam os outros dele que, por ter subido lá acima, estragara a vista, e que não valia a pena tentar a ascensão? E se o regressado tentasse soltá-los e conduzi-los ao alto, se o pudessem agarrar e matar, não o matariam?<sup>6</sup>

- Matariam com certeza – confirmou [Gláucon].

- Agora [...] cumpre, meu caro Gláucon, aplicar com exactidão esta imagem ao que foi dito antes, comparando o mundo visível através dos olhos à caverna, e a luz do fogo que a ilumina ao poder do Sol. Quanto à ascensão ao mundo superior e à contemplação das suas maravilhas, vê aí a

---

<sup>6</sup> Platão evoca aqui, claramente, a morte de Sócrates.

*ascensão da alma ao mundo inteligível e não te enganarás acerca do meu pensamento, uma vez que o desejas conhecer. Só Deus sabe se ela é verdadeira. Em todo o caso, penso que nos últimos limites do mundo cognoscível é que se avista com dificuldade a ideia do Bem, que quando avistada nos leva a concluir que ela é a causa de tudo o que há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a verdadeira fonte da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para que nos conduzamos com prudência, tanto na vida privada como na vida pública» (Platão, 2005: 233-237).*

Fomos para além do que tínhamos inicialmente pensado transcrever deste diálogo de Platão por pensarmos que só assim podemos entender claramente que, através desta alegoria da caverna, Platão identifica o ser ou o *conhecimento* (o Sol), o não ser ou a *aparência* (as sombras), e, no meio, entre o Sol e as sombras, a *opinião*, aquilo que pensamos acerca dos objectos. Assim, se estabelecendo a diferença entre o *conhecimento* e a *opinião*, sendo que aquele vê as coisas como elas efectivamente são e a *opinião* imagina-as «de uma forma descolorida e confusa, isto é, intermédia entre o ser e o não ser» (Crescenzo, 1988: 80).

Platão é, assim, claramente, o primeiro filósofo a questionar a realidade e a verdade, a objectividade e a subjectividade, e a evidenciar a natureza reconstruída da realidade percepcionada pelas pessoas. Porém, entende que existem objectos, que são apenas sombras de uma realidade situada fora do alcance dos nossos olhos, mas que podemos apreender por intuição. Já Aristóteles, o segundo filósofo grego a colocar o problema da verdade, recusa a teoria platónica, considerando, na *Metafísica*, que a verdade é de tal modo indefinida que «ninguém a pode atingir completamente nem totalmente afastar-se dela» (Aristóteles, 1969: 65).

Contudo, as formulações acerca da realidade e da verdade, na concepção platónica e na teoria aristotélica, acabam por adormecer na noite dos tempos. Os tratados de Aristóteles relativos à metafísica e à filosofia natural só são conhecidos nos finais do século XII. É São Tomás de Aquino que pede para serem feitas traduções a partir dos originais em grego, porque a versão a que tem acesso é uma tradução em árabe. Aristóteles passa a estar presente nos estudos dos escolásticos.

O problema do real, porém só reanima depois do século XVI, época que destrói os pilares do conhecimento medieval e desenterra as doutrinas dos filósofos gregos. Esta é uma época crucial para a humanidade, porquanto fomenta um

desenvolvimento prodigioso do pensamento e do conhecimento, através de uma paixão pelo saber refundada nos autores clássicos mas também na busca da compreensão do que é novo. É por isso que vários autores concordam em que esta é uma época em que acontece um alargamento sem igual da imagem histórica, filosófica, geográfica e científica do homem e do mundo. Porém, este fervilhar de estudo, este multiplicar de conhecimento, abala o indivíduo e o Estado, fazendo ruir a unidade política e religiosa europeia, a crença na ciência e na fé, a autoridade de Aristóteles e da Bíblia, e o próprio prestígio da Igreja e do Estado. Neste emaranhado surge a dúvida: se tudo é possível, nada é verdade; se nada é verdade, só o erro é certo. Assim, concluem homens do tempo como, por exemplo, Montaigne. Mas, desta ideia de que não se sabe nada, nada se pode conhecer, nem o mundo, nem a nós próprios, nasce, com Descartes, um novo método de filosofar que integra o problema da verdade e do real.

Descartes estabelece um método de procura pessoal de uma evidência que permita conhecer a verdade. O filósofo coloca tudo em dúvida e, depois, conclui que as coisas não são mais do que matéria e movimento, a Terra não está no centro do mundo, pela simples razão de que não há centro nem há mundo, mas um universo desordenado, inexistente à escala humana, apenas existente à escala do espírito. Daí que, para Descartes, o verdadeiro mundo não é aquele que os nossos sentidos mostram, porque estes são enganadores<sup>7</sup>. Porém, enquanto se esforçava por pensar que tudo era falso, apercebe-se que ele, «que assim pensava, necessariamente era alguma coisa». E notando que esta verdade – eu penso, logo existo – era tão firme e tão certa...» julga que «a podia aceitar para primeiro princípio da filosofia que procurava» (Descartes, 1961: 39-40). Esta formulação conduz a Deus, que, na concepção cartesiana, não pode deixar de ser verdadeiro, mas, para não sairmos do âmbito do nosso trabalho, sublinhamos apenas mais um aspecto: ao estabelecer o primado do sujeito sobre o objecto do conhecimento, embora reconhecendo que o sujeito pode ser enganado pelos sentidos, abre a possibilidade do sujeito aceder directamente ao conhecimento, à tal palavra

---

<sup>7</sup> Cfr. Alexandre Koyré, 1962, *Entretiens sur Descartes*, Paris, Gallimard, pp. 207-211.

verdade que «na sua própria significação denota a conformidade do pensamento com o objecto» (Descartes, 1824: 168).

Assim, Descartes, confiando totalmente à *razão* a capacidade de apreensão do *real*, abre o caminho ao *criticismo* kantiano, «assente na antinomia entre o “fenómeno” elaborado pelas “formas a priori” da sensibilidade (o espaço e o tempo) e do entendimento (as doze categorias), e o “número”, ou seja, as “coisas em nós” conhecidas e as “coisas em si mesmas” incognoscíveis», e que desfaz as ilusões de objectividade.

Kant, na sua obra mais importante - *Crítica da Razão Pura* -, parte do princípio de que o homem não tem acesso à realidade ontológica, mas apenas a representações da realidade. «As coisas que intuímos não são em si mesmas constituídas como nos aparecem. [...] É-nos completamente desconhecida a natureza dos objectos em si mesmos, [...] conhecemos somente o nosso modo de os perceber, modo que nos é peculiar, mas pode muito bem não ser necessariamente o de todos os seres, embora seja o de todos os homens» (Kant, 1985: 78). Com isto, Kant estabelece que a realidade existe mesmo, mas a sua essência está para além da nossa percepção. Recordando a alegoria da caverna, de Platão, digamos que Kant coloca os homens dotados de conhecimento no lugar dos prisioneiros, que apenas observam as manifestações da realidade - as sombras - e não a realidade em si mesma - os objectos cujas sombras são projectadas na parede da caverna. Isto é: vemos apenas as sombras do real e não o próprio real (Santos, 2003: 18-19).

Empenhado em restaurar a dignidade do homem num mundo dominado pelo cepticismo e pela idolatria da ciência, Kant acaba por derivar da objectividade para a subjectividade, o que o obriga a redefinir a verdade como subjectiva. A preocupação primeira de Kant é como podemos conhecer a verdade. Ora, inspirado no empirismo de David Hume, que o desperta do sono dogmático dormido na sua juventude, conclui que não é possível conhecer a verdade com certeza, mas recusa tanto o dogmatismo racionalista como o cepticismo empirista, procurando estabelecer um novo paradigma assente numa verdade subjectiva.

Esta nova teoria kantiana do conhecimento rompe com as ideias anteriores de que a verdade é objectiva e mesmo com o senso comum, de acordo com o qual a

verdade é algo objectivo. De uma só vez, corta com os racionalistas, que entendiam poder chegar à verdade apenas através da razão; com os empiristas, que acreditavam poder atingir a verdade só através dos sentidos; e, com os cépticos (empiristas cépticos) que defendiam a impossibilidade de alcançar com certeza a verdade. Kant estabelece, portanto que a verdade não é a realidade objectiva, logo não pode ser alcançada. Deste modo, reinventa o conceito de verdade enquanto realidade construída de acordo com as nossas ideias. Assim, o conhecimento é sempre subjectivo.

O modo como Kant formula o problema gnosiológico é considerado pela maioria dos autores como a maior inovação da sua filosofia. Isso mesmo sintetiza Truyol y Serra assim: *«Entre o racionalismo, que vê na razão a fonte do conhecimento, e o empirismo, que a vê na experiência, Kant procurou uma mediação, e encontrou-a na distinção entre o elemento material e o elemento formal do conhecimento. A matéria do conhecimento é dada pelas sensações, produto da experiência. Mas estas sensações não têm conexão entre si; são um caos variegado. Neste caso, o nosso pensamento introduz uma ordem, enlaçando uns com os outros os conteúdos das sensações, mediante elementos a priori: por um lado, mediante as formas da intuição sensível, que são o espaço e o tempo [...]; por outro lado, mediante as formas do intelecto, as categorias (que são [como referimos acima] em número de doze, e a mais importante delas é a de causalidade).*

*Daqui resulta que, embora a matéria do nosso conhecimento seja dada de fora, o nosso pensamento tem uma intervenção activa propriamente criadora no acto do conhecimento, ao configurar a matéria dada através de formas anteriores à experiência – as formas da intuição sensível e as categorias. O mundo em que vivemos é um mundo construído por nós. Nunca podemos conhecer como está ele constituído em si, isto é, prescindindo da nossa consciência e das suas formas a priori, visto que, logo que tentamos conhecer as coisas, as introduzimos, por assim dizer, nas formas da consciência e, então, já não dispomos da coisa em si (noumenon), mas da coisa tal como nos aparece (phaenomenon, que, em grego, quer dizer aparência)» (Serra, 1989: 361-362).*

Neste papel construtivo do entendimento do sujeito, reside o idealismo da filosofia de Kant: a transferência do centro de gravidade do objecto para o sujeito no acto do conhecimento, aquilo a que o filósofo chamou a revolução copernicana. O pensamento de Kant abala os meios filosóficos e motiva, no período pós kantiano, um número considerável de análises acerca da relação entre o fenómeno e o nómeno, levando ao surgimento da escola fenomenologista em que assumem

interesse, para o nosso estudo, várias teses, nomeadamente as de Schopenhauer, Hegel, Husserl e Heidegger.

Schopenhauer estuda Kant em profundidade mas acaba por afastar-se dele, fundando um sistema antikantiano. Embora aceite que o mundo «não passa de uma trama de fenómenos aos quais uma razão demasiado humana impõe exigências lógicas», é, no entanto, «uma exigência da razão (exigência de causalidade) supor a existência de um ser-em-si ou de um número que esteja para lá do fenómeno», por isso, estabelece a ideia de que «o mundo dos fenómenos não tem apoio nem existe, sendo, pois, uma ilusão pura, uma espécie de sonho que se nos impõe» (Mucchielli, 1974:41-43). Schopenhauer concorda com Kant em que há dentro de cada ser humano uma vontade que é a essência dos indivíduos, mas considera que essa vontade não tem sentido, é absurda. Assim, conclui que a essência do universo é «uma percepção ilusória produto de uma vontade absurda» e que o Estado existe na medida em que pode limitar, pela força, «a injustiça natural dos homens», já que, em seu entender, estes não têm *instintos morais*. Digamos que a concepção schopenhauriana do mundo e da vontade é a de um pessimismo «profundo, radical, o mais coerente alguma vez formulado» (Mucchielli, 1974:41)<sup>8</sup>.

Hegel, um dos maiores filósofos, cuja filosofia é uma das mais complexas, tem uma tese central: O real é racional e o racional é real. Porém, o real de Hegel não é o dos empiristas, porquanto considera que os factos dos empiristas são irracionais; só depois de transformados, concebidos como aspectos do *todo*, se tornam racionais. Tendo em conta a complexidade da filosofia hegeliana, vamos resumir-nos ao essencial para a compreensão do problema da realidade e da verdade, da objectividade e da subjectividade.

Ora, para Hegel, «o processo é essencial à compreensão do resultado. Cada fase ulterior da dialéctica contém as anteriores como se fosse solução; nenhuma é inteiramente inutilizada mas tem lugar próprio como momento do todo. É pois impossível chegar à verdade excepto seguindo todos os passos da dialéctica. O conhecimento como todo tem movimento triádico. Começa com a percepção sensível, em que só há consciência do objecto. Depois, pela crítica céptica dos sentidos,

---

<sup>8</sup> Vide também Arthur Schopenhauer, 2005, *O Mundo como Vontade e como Representação*, São Paulo, Ed. Unesp.

torna-se puramente subjectivo. Por fim chega à fase do auto-conhecimento em que sujeito e objecto já não são distintos. Assim a consciência de si é a mais alta forma de conhecimento» (Russell, 1961: 665-668).

Segundo Russell, em Hegel, «verdade e falsidade não se contrapõem, como em geral se crê; nada é inteiramente falso e nada do que nós conhecemos é inteiramente verdadeiro. [...] Para a filosofia “a verdade é o todo” e nada parcial é inteiramente verdadeiro. “A razão”, diz Hegel, “é a certeza consciente de ser toda a realidade”; [...] A ideia absoluta, com que termina a Lógica, é semelhante ao Deus de Aristóteles. É pensamento pensante de si mesmo. Claro que o absoluto só pode pensar-se a si mesmo, desde que nada mais há excepto as nossas parciais e erróneas formas de apreender a realidade» (Russell, 1961: 665-668).

Em suma, para Hegel, a realidade é a norma por excelência. «É ela que é a racionalidade, pois é ela que tem sempre razão: ela é razão». Não admira, portanto, que Hegel tenha recusado toda a concepção de «uma ideia ou de um ideal que não seja, acima de tudo, o reflexo do sentido do mundo». Deste modo, a história é «o dado filosófico por excelência, ela mostra-nos o poder dramático do futuro no decurso do qual se realiza progressivamente o universo concreto, isto é, o ser soberanamente real» (Mucchielli, 1974:45-49 e Châtelet, 1987: 55-85).

Em *A Fenomenologia do Espírito*<sup>9</sup>, Hegel mostra como o espírito toma consciência de si mesmo e distingue como «o sujeito, em procura da verdade, a encontra primeiramente no objecto e depois em si mesmo; e a forma como o sujeito, para afirmar, se opõe primeiramente aos outros antes de se reconciliar com eles no espírito absoluto». cremos que é oportuno estabelecer, sucintamente, os princípios da fenomenologia do espírito que, segundo Mucchielli, compreende duas partes: a revelação do espírito na percepção e no choque das consciências: «1. A revelação do espírito na percepção. A afirmação do mundo é, ao que parece, imposta pelo objecto; o conhecimento sensível parece passividade. Mas, podendo o objecto mudar de qualidade, a consciência, com vista à salvaguarda da unidade do objecto, assume as suas qualidades. Pensamos que o vermelho só é vermelho para os nossos olhos e que aquilo que é doce só o é para o paladar...2. A revelação do espírito no choque das consciências. O primeiro movimento de afirmação de si próprio é a negação de outrem. Na história real, sendo esta negação de outrém representada pela guerra, o guerreiro com a sua raiva destruidora é a primeira tomada de consciência de si próprio. Esta

---

<sup>9</sup> Hegel, George Friedrich, 2002, *A Fenomenologia do Espírito*, Petrópolis, Editora Vozes.



*destruição contradiz-se por fim, uma vez que suprime todos os outros; daí o segundo movimento que substitui a destruição do inimigo através da sujeição dialéctica do senhor e do escravo; [...]. A existência do mundo permitiu, pois, a revelação do espírito e é assim que o mundo se justifica»* (Mucchielli, 1974:48-49).

Ora, segundo Hegel, a verdade não é um facto, mas, tão só, um resultado. Este, no entanto, é um conceito que, mais tarde, Croce<sup>10</sup> coloca em causa ao estabelecer que Hegel não encontrou a verdade, antes «intelectualizou demasiado os conceitos contrários, o que tornou a sua dialéctica (verdadeira no seu desenrolar) falsa, por excesso de abstracção (Mucchielli, 1974: 84).

Husserl, outro dos fundadores da escola fenomenológica, entende que os juízos «não têm nenhum *sentido objectivo*, têm apenas verdade *subjectiva*»<sup>11</sup> (Husserl, 1986: 74). «*A existência real das coisas ou das conexões concretas encontra a sua expressão nas verdades ou nas conexões de verdades que se relacionam, [...] mas as conexões de verdades são diferentes das conexões de coisas que são verdadeiras em si; encontramos a prova disso no facto de que as verdades que se aplicam às verdades não coincidem com as verdades que se aplicam às coisas de que se compõem essas verdades*» (Husserl, 1959: 248). Deste modo, Husserl estabelece uma «dicotomia entre a conexão das coisas, ou ontologia, e a conexão das verdades, ou fenomenologia, ambas diferentes, mas indissociáveis» (Santos, 2003:19).

Por seu lado, Heidegger, igualmente fenomenologista, identifica uma simetria semântica no conceito de verdade que o motiva a defender que «a verdade é o assemelhar-se da coisa ao conhecimento» (Heidegger, 1995: 19) mas também é, simultaneamente, «o assemelhar-se do conhecimento à coisa» (Heidegger, 1995: 19), concluindo, assim, que «*a essência da verdade é a verdade da essência*»<sup>12</sup> (Heidegger, 1995: 63). Ao contrário do que pode parecer, Heidegger não está a fazer um jogo de palavras; está a sugerir que, através do conhecimento,

---

<sup>10</sup> Benedetto Croce defende esta posição em *Ensaio sobre Hegel*, publicado em 1913, e anteriormente, em 1907, com o título *O que está vivo e o que está morto na filosofia de Hegel*.

<sup>11</sup> Cfr. Edmund Husserl, 1986, *A Ideia da Fenomenologia*, Lisboa, Edições 70, p. 74. Itálicos no original.

<sup>12</sup> Cfr. Martin Heidegger, 1995, *Sobre a Essência da Verdade*, Porto, Porto Editora, p. 63. Itálico no original.

o objecto apreendido é a própria verdade e não a coisa objectiva. Donde podemos inferir que, se a verdade não é a coisa objectiva, a verdade é uma representação subjectiva da coisa em si.

## **1.2 A subjectividade ou *objectividade subjectiva* nas ciências sociais e humanas e no jornalismo**

No século XIX, o determinismo científico e a valorização do método experimental utilizado pelas ciências exactas faz emergir o conceito de objectividade. As ciências sociais e humanas, em busca dessa mesma objectividade reivindicada pelas ciências exactas, agarram-se ao positivismo de Auguste Comte, segundo o qual o positivismo é «o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana». Esta concepção filosófica de Comte contamina a história através do historiador Leopold von Ranke, segundo o qual a tarefa dos historiadores é contar a história como ela de facto aconteceu num determinado tempo e espaço. Ou seja: o positivismo considera que é dever dos historiadores relatar os factos históricos, sem teorizações, tal como um espelho reflecte uma imagem. Deste modo, os positivistas pensam afastar a subjectividade do historiador.

Porém, no mesmo período, as ciências sociais e humanas acabam também por serem influenciadas pela alteração da concepção da relação do sujeito com o real. Alguns pensadores, provavelmente influenciados pela teoria da relatividade de Einstein, alertam para «uma espécie de teoria da relatividade discursiva» (Santos, 2003: 46). Nietzsche enfatiza que «com as palavras jamais se chega à verdade»; Saussure estabelece que «as palavras não têm valor por si mesmas e [...] escapam à intenção dos seus autores». Outros filósofos, como Wittgenstein, aprofundam este pensamento, estabelecendo um novo campo de estudo – o do discurso. Wittgenstein considera que «o que há de comum entre a percepção e o real não pode ser dito através de palavras, porque a língua remete para uma estrutura artificial. «A imagem é um modelo da realidade», através da qual «fazemos para nós próprios imagens dos factos» [...]. Preocupado com a lógica e o jogo discursivo,

Wittgenstein conclui que «o limite da linguagem é demonstrado pela impossibilidade de descrever o facto a que corresponde a frase, sem simplesmente repetir a frase» (Santos, 2003: 48).

Habermas, por seu lado, sublinha que «o conhecimento *verdadeiro* agora só é possível em relação às condições transcendentais da representação simbólica, e já não em relação ao que é representado» (Habermas, 1998: 7). Assim, temos uma espécie de mudança de estatuto da verdade do domínio ontológico para o discursivo. A verdade ontológica existe mas é inatingível de forma directa e pura, pelo que temos de aceitar a verdade fenomenológica. Derrida vai no mesmo sentido, sustentando que a verdade acessível é unicamente a do texto, construída pelo sujeito, logo uma verdade subjectiva.

Porém, nos últimos anos do século XIX, o positivismo e o racionalismo científico ainda pesam mais no campo jornalístico e levam mesmo ao fim do estilo panfletário dos jornais e à inauguração do jornalismo assente numa fé na objectividade. A imprensa começa então um novo caminho, por um lado, ancorado no mercado, e, por outro, na crença nos factos e na descrença nos valores. A partir daqui, o jornalismo adopta métodos para averiguação dos factos e para a estruturação do seu discurso. A ideia subjacente a este jornalismo objectivo é a de que «os factos falam por si e que cabe aos jornalistas relatá-los sem tomarem partido nem mostrarem emoções. O seu princípio fundamenta-se na ideia de que, se se separarem os factos dos valores e as informações das opiniões, será possível chegar à verdade e descrever os acontecimentos [...]. Os jornalistas objectivos tornaram-se apaixonados na defesa do jornalismo desapaixonado» (Santos, 2003: 23-24).

Embora os filósofos, os físicos, os matemáticos e até os historiadores já tivessem aceite a ideia da objectividade ser ilusória, o mito prevalece. Os jornalistas acreditam, nestes finais do século XIX e princípios do século XX, que a objectividade é atingível quando, na verdade, o próprio discurso, a produção e apreensão do discurso é subjectiva. Os jornalistas não acedem à realidade em si mesma, mas apenas a manifestações da realidade. Conforme acentua José Rodrigues dos Santos, perante essas manifestações da realidade, constroem um

discurso que «constitui, ele próprio, uma construção da realidade». Embora não seja uma construção aleatória ou arbitrária, emerge da percepção do funcionamento cognitivo e das características e limitações do discurso, pelo que, mais do que uma construção, «esse discurso é, em bom rigor, uma reconstrução» da realidade.

Esta tese, no entanto, não é consensual. O jornalismo continua a reivindicar a reprodução fiel da realidade, isto é, a narração objectiva dos factos. Mas, os teóricos do jornalismo pensam tratar-se apenas de uma estratégia de credibilização do discurso que se pretende comunicar enquanto verdade. Adriano Duarte Rodrigues considera que «é mais de estratégia de credibilidade do que da objectividade dos factos que se trata [...]» (Rodrigues, 1988: 14). José Rodrigues dos Santos sustenta que o jornalismo «emerge da realidade objectiva observada e reconstruída por um sujeito subjectivo». Pensamos que o acontecimento é objectivo, porque, de facto, acontece. O relato do acontecimento é subjectivo, porque, «ao ser transformado em facto, seja ele histórico, científico ou jornalístico, é reconstruído cognitivamente pela percepção e pelo discurso, ambos de natureza marcadamente subjectiva e incapazes de apreenderem ou exprimirem o objecto tal como ele é ontologicamente» (Santos, 2003: 79).

Com isto, em suma, concluímos que a escolha dos factos, do contexto e da hierarquização, compete ao jornalista, logo é subjectiva. Porém, estamos em crer que o problema da objectividade ou da subjectividade do jornalismo reside no facto dos jornalistas serem confrontados com a necessidade de escolha de um ângulo de abordagem dos factos, no sentido de tornarem esses factos inteligíveis ao público. Logo, se os jornalistas não captam a realidade em si mesma mas apenas as manifestações da realidade, construindo, a posteriori, um discurso acerca dessas manifestações, e ainda, se estão imbuídos da vontade e convencidos da possibilidade de objectividade, consideramos que é preferível adoptar o conceito de *objectividade subjectiva*. Isto é, os jornalistas olham a realidade com objectividade mas de uma forma subjectiva, na medida em que o olhar é variável de jornalista para jornalista, como de qualquer ser humano para outro ser humano, mediante o sistema de valores individuais e ou colectivos, estes entendidos como os valores do

jornalismo, do jornal<sup>13</sup> ou da empresa jornalística na qual o jornalista desenvolve a sua actividade.

### **I.3 A objectividade subjectiva/intencionalidade da imprensa durante a Guerra**

Durante a Primeira Guerra Mundial, a *objectividade subjectiva* do jornalista, do jornal, anda de mãos dadas com a *intencionalidade* de um e de outro. De um lado e do outro da contenda, a imprensa alinha-se contra o inimigo. Seja do lado dos aliados, seja do lado dos impérios centrais, os jornais assumem, desde o início do conflito armado, a intenção de criar uma opinião pública favorável à guerra. Em Portugal, como veremos adiante, a imprensa alinha-se em dois campos: a imprensa *intervencionista* e a imprensa *anti-intervencionista*<sup>14</sup>. A primeira, aliadófila, defensora da participação de Portugal na guerra. A segunda, refutando qualquer envolvimento do país na contenda europeia. Ainda que, entre os jornais *anti-intervencionistas*, encontremos aqueles que aceitam a intervenção de Portugal no conflito armado mas apenas em África, em defesa das colónias de Angola e Moçambique, ameaçadas pelas tropas alemãs. Está entre estes o jornal *A Luta*, de Brito Camacho, que advoga que, a haver intervenção armada nesta guerra, deve ocorrer apenas em África, onde temos as colónias historicamente ameaçadas pelos apetites alemães e britânicos.

A análise do posicionamento concreto dos jornais tem cabimento mais à frente, pelo que aqui apenas pretendemos abordar sucintamente os conceitos de *objectividade subjectiva* e de *intencionalidade* que, a nosso ver, dominam o trabalho jornalístico durante os quatro anos da guerra. Estes conceitos remetem-

---

<sup>13</sup> Referimos apenas jornal mas poderíamos referir também rádio, televisão, ou outro órgão de comunicação social. Porém, resumimo-nos aos jornais, porque são os únicos que interessam para o nosso período de estudo.

<sup>14</sup> Os conceitos de *guerrista* (*intervencionista*) e *antiguerrista* (*anti-intervencionista*) são as designações da época da guerra, denominada então como Grande Guerra. Hoje, preferimos os conceitos *intervencionista* e *anti-intervencionista* e Primeira Guerra Mundial.

nos para o pensamento de Francisco Rui Cádima: «No campo dos media, a prática histórica, a genealogia da esfera comunicacional, é por excelência uma genealogia de práticas discursivas: uma vez discursivamente mediatizado não há forma de estudar o real, ou a história, a não ser através das suas concretizações discursivas» (Cádima, 2002:11). Ora, aí estamos nós com os jornais à nossa frente, confrontados com o discurso produzido por jornalistas, cronistas, directores de jornais, num determinado contexto temporal, geográfico, cultural... identificando a impossibilidade de narração do real, debatendo-nos com a questão de saber, como interroga Cádima: «Como voltar ao social quando a realidade de que se fala é já discurso?» (Cádima, 2002:11).

É exactamente o discurso dominado por uma *objectividade subjectiva* e uma *intencionalidade*, que encontramos na imprensa do tempo da guerra, que permite perceber que existe uma «interacção entre o campo dos media e o campo de dominação, ou o campo político» (Cádima, 2002:12). Isto é, aliás, facilmente comprovado pela relação que se estabelece entre os jornais portugueses e os governos da guerra que, perante a situação interna e externa provocada pelo conflito armado, acabam por abandonar as leis liberais de liberdade de imprensa criadas pela República e por introduzir mecanismos de controlo dos jornais e de outros periódicos, até a própria censura, uma censura de guerra, como veremos mais à frente, mas, de facto, censura que, só em alguns casos, é criticada pela imprensa e, na generalidade dos jornais, é aceite com relativa facilidade. A imprensa fica assim refém do poder político e este da imprensa, daquilo que a imprensa publica ou não publica. Um e outro campo – o político e o da imprensa – afirmam-se como meios de poder e de dominação, interagindo no sentido de informar/formar a opinião pública relativamente, não à guerra mas, à posição de Portugal face à guerra. É, aliás, por isso, que a generalidade dos portugueses desconhece as razões do conflito mundial e mesmo os alinhamentos das partes. Apenas uma minoria cidadina, a verdadeira opinião pública restrita existente em Portugal à época, conhece as motivações da guerra, bem como os argumentos *intervencionistas* e *anti-intervencionistas* portugueses.

Já neste período, constatamos que «relativamente à história, através da representação do real e dos efeitos de ficção, os media operam como máquinas produtoras de simulacros, negando-a. Por outro lado, como geradores do acontecimento, pela sua performatividade, como manipuladores do desenlace do real, os media produzem - e legitimam – a própria história» (Cádima, 2002:18). Ainda de acordo com Cádima, verificamos que «os media, distanciando-nos do real, através do seu discurso, dos seus traços, da sua história, é a própria história que põem em questão, por um lado, e, por outro lado, ultrapassam de facto a sua função de meros veículos do real para se tornarem em grandes máquinas produtoras do artefacto, do pseudo-acontecimento, no dizer de Boorstin» (Cádima, 2002:19-20).

Cádima sublinha como Baudrillard enuncia a questão de forma paradigmática: «De certa maneira, o consumo generalizado de imagens, de factos e de informações também se esforça por esconjurar o real nos sinais do real, por conjurar a história nos sinais da mudança [...]» (Baudrillard, 1975: 29-30), para evidenciar que «o que os media deixam passar é, segundo Jean Baudrillard, a conotação espectacular da crónica, a vertigem da realidade. [...] a imagem, a mensagem, tudo o que consumimos, é a própria tranquilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real» (Cádima, 2002:20).

É, por isso, que entende que o historiador, e nomeadamente o historiador dos media, «defronta-se constantemente com essa reescrita – ou pura e simplesmente não-escrita do acontecimento, esse jogo de efeitos de ficção e de produtividades adjacentes que os media acabam de facto por instituir como real», concluindo: «na medida em que asseguram o efeito de real, os media estabelecem aquilo a que Michel de Certeau chama o relato doutrinal da cultura, ou seja, o discurso da representação nacional – no limite, a própria História» (Cádima, 2002:19-20). É isto que acontece durante a Primeira Guerra Mundial em Portugal, na Europa e no resto do mundo em que a imprensa, maioritariamente, tomou a peito a missão de criar uma opinião pública favorável à guerra, contrária ao inimigo,

afirmando-se como «prolongamento[s] da palavra do Poder»<sup>15</sup>, meio de propaganda.

#### **I.4 A «inautenticidade» da imprensa durante a Guerra segundo Karl Kraus**

É esta imprensa, mais fiel à palavra de comando que aos leitores, que é severa e intensamente criticada por Karl Kraus. Kraus, austríaco, nascido em 1874, em Jicín, na Bohémia (actual República Checa), numa família judaica, e a viver em Viena desde os três anos, é, porventura, um dos últimos representantes do paradigma do jornalista escritor ou do jornalismo de opinião mais característico do século XVII, na Europa<sup>16</sup>, do que propriamente dos finais do século XIX. Um jornalista de opinião radical entre os mais radicais de Viena no final do século XIX e no princípio do século XX, e, por isso mesmo, vivendo à margem dos movimentos artísticos e culturais desse período.

Karl Kraus dá os primeiros passos na literatura e no jornalismo com 18 anos através da frequência do café literário Griensteidl. Por esta altura, o ano de 1892, estreia-se também a proferir conferências. Ao longo da vida – morre aos 62 anos, em 1936 – profere 700 conferências, o que é revelador das solicitações e da dimensão do seu pensamento. Os seus primeiros ensaios literários são publicados quando completa 20 anos, em 1894. Com 25 anos, funda o primeiro jornal - o *Die Fackel* (*A Tocha*), que, nos primeiros anos, é escrito por um grupo de jornalistas e que, a partir de 1911, é redigido unicamente por Karl Kraus. Este não é, no entanto, o único momento de viragem na vida de Kraus no ano de 1911, já que este é o ano em que decide assumir o compromisso do baptismo, tornando-se católico. É seu

---

<sup>15</sup> Cfr Francisco Rui Cádima, *História e Crítica da Comunicação*, ob.cit., pág. 76: «Na sociedade industrial e pós-industrial nova ruptura: os media passam a ser mais do que nunca prolongamentos da palavra do Poder; o Estado, agora “providencial”, verdadeiro império normativo, hesita entre a fuga ao seu estatuto ficcional e a legitimação dos efeitos de real, nas suas diferentes figuras mediáticas de fait-divers ou de pseudo-acontecimento».

<sup>16</sup> Francisco Rui Cádima refere-se a Karl Kraus como um «'jornalista escritor' já fora de época», porquanto este é um estilo característico do século XVII, na Europa, mas Karl Kraus vai incorporá-lo dois séculos depois. Vide Francisco Rui Cádima, *História e Crítica da Comunicação*, ob.cit., pág. 85.



padrinho de baptismo o companheiro de luta – Adolf Loos. Porém, Loos mantém-se fiel ao catolicismo mais tempo que Kraus, que abandona em 1923 o credo professado desde 1911.

As críticas de Karl Kraus à imprensa são constantes mas vão aumentando de ferocidade à medida que os anos vão passando e que os jornais aumentam a procura e a popularidade. Com a deflagração da guerra, em Agosto de 1914, agudizam-se ainda mais as críticas de Kraus ao jornalismo quer nas páginas do *Die Fackel*, que, por isso mesmo, é diversas vezes confiscado, quer em algumas das obras mais significativas do seu pensamento sobre a sua época, como *Esta Grande Época* (*Cette grande époque* - 1914) e *Os Últimos Dias da Humanidade* (*Derniers jours de L'Humanité* - 1915), leituras que fizemos a partir da tradução do alemão para as edições francesas, dado o nosso desconhecimento da língua alemã. Quer ainda nas centenas de conferências contra a guerra que faz a partir de 1916. Mesmo depois da guerra, multiplica-se em conferências, semeando o seu ódio à imprensa. Nos últimos dez anos de vida, apresenta mais de 200 conferências e é mesmo proposto para Prémio Nobel.

As críticas à imprensa não são um exclusivo de Karl Kraus. Encontramos críticas em vários autores, nomeadamente nos filósofos Nietzsche, Kierkegaard, Hesse, Deleuze, Lyotard, entre outros<sup>17</sup>. Porém, as críticas de Karl Kraus são as mais violentas. Sobretudo, durante a Primeira Guerra Mundial. Mas mesmo anteriormente, as suas farpas contra a imprensa não podem deixar de causar alguma perplexidade, especialmente pelos princípios, pelos argumentos, pela vigilância. Kraus tem mesmo um texto, escrito em 1908, e intitulado *Elogio de um modo de vida às avessas* que é, simultaneamente, quase um auto-retrato e uma projecção num espelho de toda uma sociedade a caminho da decadência quando, iludida, acredita caminhar para uma era de prosperidade. O *Elogio de um modo de vida às avessas* é um artigo em que o escritor e jornalista evidencia o prazer que retira da crítica mordaz ao jornalismo e aos jornalistas, em que descreve o seu

---

<sup>17</sup> Vide, entre outros autores, incluindo as obras dos próprios pensadores, Vintila Horia, 1983, «Críticas a la prensa en Nietzsche, Kierkegaard e Herman Hesse», *Comunicación Y Sociedad*, Madrid, Universidade Complutense de Madrid.

modo de vida invulgar que acaba por o condenar a uma espécie de ostracismo intelectual, de tal modo que acaba a redigir sozinho, durante quase quatro décadas, o *Die Fackel*, instrumento fundamental da sua campanha agressiva contra a imprensa. Este *Elogio de um modo de vida às avessas* afigura-se-nos tão relevante para o conhecimento de Karl Kraus e do seu pensamento que afastámos a hipótese de o colocar em anexo e optámos por o transcrever integralmente. Assim: «*Tentei durante certo tempo levar uma vida vulgar. Mas senti rapidamente, no corpo e no espírito, as tristes consequências disso. E decidi, antes que fosse tarde demais, encetar uma vida insensata. Olho agora o mundo com este mesmo olhar velado que nos permite, não só passar por cima das misérias terrenas, mas a que devo também uma visão exagerada dos possíveis prazeres da vida.*

*O são princípio de um modo de vida às avessas, no contexto de uma ordem invertida do mundo, tornou-se-me visível em todas as situações. Eu também cumpria essa dificuldade que consiste em uma pessoa se levantar com o sol nascente e deitar-se ao sol poente. Mas a insuportável objectividade com que o sol brilha, indistintamente, sobre todos os meus concidadãos e sobre toda a deformidade e fealdade não convém ao gosto de toda a gente; e quem puder escapar a tempo do perigo de ter um olhar esclarecido nesta terra, há-de comportar-se assim com vantagem e sentir o prazer de ser evitado, por tal razão, por aqueles que evita. No tempo em que o dia se dividia ainda em manhã e tarde, era um prazer levantar-me ao cantar do galo e deitar-me ouvindo o pregão do guarda nocturno. Mas depois chegou a outra divisão: a do jornal da manhã e do jornal da tarde – e o mundo pôs-se à espreita dos acontecimentos. Quando, durante algum tempo, se tenha observado a forma vergonhosa como estes acontecimentos se rebaixam perante a curiosidade, a cobardia com que o correr do mundo se adapta às necessidades crescentes da informação, e como o tempo e o espaço acabam finalmente por se tornar formas de conhecimento para o assunto jornalístico, a gente vira-se para o outro lado e continua a dormir. “Ó agredidos olhos, saboreai a sorte de não contemplardes esta ignóbil morada”.*

*Eis a razão porque durmo pelo dia fora. E quando acordo, a fim de saber o que me terá escapado, estendo à minha frente toda a vergonha em papel da humanidade, e sinto-me feliz. A estupidez ergue-se cedo; é a razão pela qual os acontecimentos adquirem o hábito de se dar de manhã. Muita coisa pode ainda acontecer até ao fim da tarde; mas, em geral, falta às tardes essa turbulenta actividade graças à qual o progresso humano se esforça por se mostrar digno da sua boa fama até serem horas da razão. O bom moleiro só se levanta quando a roda do moinho deixa de girar, e o homem que nada quer ter em comum com essa gente cujo ser se resume a ser cúmplice levanta-se tarde. Mas depois desço até à Ringstrasse, para os ver preparar o desfile. Dura quatro semanas o barulho, tal como uma sinfonia sobre o tema do dinheiro que deste modo se põe em circulação. A humanidade prepara-se para a festa; os carpinteiros instalam tribunas e preços, e quando penso que nada hei-de ver desta pompa, o coração põe-se-me a pulsar com mais força.*

*Tivesse-me eu atido a um modo de vida vulgar, e este desfile ter-me-ia obrigado a sair da cidade; assim, posso por cá ficar e apesar disso nada ver. Um velho rei, numa obra de Shakespeare, previne-nos: “Não façais bulha, não façais bulha. Correi as cortinas. Vamos cear de manhã.” E um bobo, que constata a inversão desta ordem do mundo, há-de acrescentar: “Quanto a mim, vou-me deitar ao meio-dia.” Ao fim da tarde, porém, quando eu tomar o pequeno-almoço, tudo há-de estar acabado e, confortavelmente, hei-de saber pelos jornais quantas insolações aconteceram.*

*Os maiores desastres ocorrem todos de manhã; por isso é que mantenho a minha fé na excelência das instituições humanas. Os jornais da tarde, porém, dão conta, não só do que se passou, mas também de quem estava presente; e a gente sente-se a uma distância segura do lugar do incêndio, ao mesmo tempo que temos oportunidade de contatarmos as cabeças dos entes bem-amados que, no meio de outras pessoas, foram em boa altura assinalados, de tal forma que nem uma só cabeça ali falta. Tiremos o melhor partido possível da transformação do universo em crónica local; sirvamo-nos do processo pelo qual o tempo é encaixado e rotulado jornal. O mundo tornou-se mais feio desde que começou a olhar-se todos os dias ao espelho; porque nos contentamos com a imagem, renunciando ao exame do original. É edificante perdermos a fé numa realidade tal qual a descreve um jornal. O homem que durante a metade do dia dorme, ganhou já metade da vida.*

*Todas as maiores asneiras acontecem de manhã; a gente não deveria acordar senão quando fechassem os serviços públicos. E sair só depois da ceia, numa vida deste modo livre de política. De qualquer modo, não se há-de saber pelos jornais da tarde que os atentados ocorrem de manhã, pois em geral os repórteres dormem nessa altura. Há um jornal que enviou os seus correspondentes a Paris uns a seguir aos outros, a fim de se manter informado a tempo e horas dos atentados cometidos contra o Presidente; e olhem, um após outro, os presidentes perderam a vida, e, de cada vez que isso aconteceu, a morte de um presidente foi a irmã gémea do sono de um correspondente. Quando há pouco os príncipes alemães demoraram na nossa cidade e toda a gente veio para a rua, eu nada soube. Este incidente, de resto, não teve para mim quaisquer consequências aborrecidas, com excepção desta: pela primeira vez, não me deram o rosbife habitual ao pequeno-almoço, e por isso não pude dar satisfação ao critério segundo o qual até então demonstrava fazer parte da cidade em que vivo. O empregado desculpou-se, e para me consolar, invocou a consolidação da Tríplice Aliança. Mas eu, enquanto durara essa tal consolidação, não tinha deixado de dormir. Se acontece um teólogo decidir-se a deixar de crer na Imaculada Conceição, isso passa-se de manhã. Se um núncio se cobre de ridículo, é de manhã que isso se passa; e vale mais que o assalto dos camponeses a uma universidade ou o grito “Sufrágio universal, já!” nos arranque ao sono matinal do que nos perturbem os sons das nossas tardes. Aconteceu-me uma única vez, por acaso, assistir à demissão de um ministro depois do almoço. Mas em que desordem aquilo se passou! Às três da tarde a polícia desancava a multidão, que barafustara gritando “Fora!”, e às quatro menos um quarto já ela lhe dizia: “Voltai pra casa, gentes, c’o Badeni também já se foi!”*

*Em compensação, a tranquilidade reina de noite em todos os domínios da actividade pública. Nada se mexe. Não há nada de novo. Só o carro da limpeza se desloca pelas ruas, como símbolo da ordem invertida do mundo. É então que a poeira acumulada pelo dia se pode dispersar; e, quando chove, o carro mangueira lá passa depois. Afora isto, é uma paz. A estupidez dorme, e eu ponho-me a trabalhar. Chega-me, de longe, um som como o do ruído das máquinas impressoras; é a estupidez que ressona. Espreito-a, furtivamente, colhendo ainda algum prazer das minhas pérfidas intenções. E quando o primeiro jornal da manhã surge no horizonte leste da civilização, deito-me... Tais são algumas das vantagens de um modo de vida às avessas.» (Pravda, 1986: 14).*

Este ódio de Karl Kraus à imprensa desperta o interesse de alguns pensadores. Walter Benjamin é um dos pensadores que, nos anos 30, escreve sobre Kraus. Num ensaio intitulado *Karl Kraus*, publicado no *Frankfurter Zeitung*<sup>18</sup>, a 10, 14, 17 e 18 de Março de 1931, Walter Benjamin analisa Kraus de três ângulos: *I – Homem Universal, II – Demónio, III – Inumano*. Na primeira parte, Kraus é apresentado como aquele que desmascara a «inautenticidade» da imprensa, comparando-a a «um sintoma de uma doença crónica acerca da qual todas as orientações e todos os pontos de vista só conseguem estabelecer a curva da febre»<sup>19</sup>. Ora, é a partir desta denúncia de «inautenticidade» que Kraus se lança numa luta irreversível contra a imprensa, concentrando «todas as suas energias na luta contra a fraseologia que é a expressão linguística do arbítrio com que, no jornalismo, a actualidade se apropria do domínio sobre as coisas» (Benjamin, 2000: 16)<sup>20</sup>.

A fraseologia, ‘filha’ da técnica. Ou, nas palavras de Kraus: «Como numa fábrica, o aparelho jornalístico requer mercados de trabalho e mercados para venda. A horas determinadas do dia – duas ou três vezes no que diz respeito aos grandes jornais – é necessário conseguir-se e

---

<sup>18</sup> Este texto, intitulado *Karl Kraus*, é reeditado, em 1961, pelas Editions Suhrkamp, no livro *Illuminationen*, uma compilação de ensaios de Walter Benjamin. É também reeditado, em 1990 e em 2000, no livro *Cette grande époque*, de Karl Kraus, publicado pelas Editions Payot & Rivages. Um excerto deste ensaio é também publicado, em 1986, pela revista *Pravda*, n.º 4, p.20.

<sup>19</sup> Walter Benjamin, «Karl Kraus», in Karl Kraus, *Cette grande époque*, 2000, Paris, Editions Payot & Rivages, pp. 17-18: «[...] symptôme de la maladie chronique dont toutes les orientations et tous les points de vue ne déterminent que la courbe de température: la maladie de l’inauthenticité. C’est en démasquant l’inauthenticité qu’il s’est engagé dans la lutte contre la presse. [...]»

<sup>20</sup> «C’est lui enfin qui a concentré toutes ses énergies dans la lutte contre la phraséologie qui est l’expression linguistique de l’arbitraire avec lequel, dans le journalisme, l’actualité s’arroge la domination sur les choses.»

*preparar-se uma certa quantidade de trabalho para a máquina. E isso, não com base num material qualquer; tudo quanto se passou entretanto algures e num qualquer domínio da vida, da política, da economia, da arte, [...] deve ser coberto e tratado pelo jornal» (Benjamin, 2000: 18)<sup>21</sup>.*

Ou, como sublinha Walter Benjamin recorrendo à «fórmula grandiosa e lapidar de Kraus», o jornal «deveria abrir-nos os olhos para o facto de que se a técnica é incapaz de formar uma nova fraseologia, deixa todavia o espírito dos homens num estado que o impede de passar sem a fraseologia antiga». E, então, para Kraus, «é neste casamento contraditório de uma vida que sofreu mutações e conservou formas de vida ultrapassadas que crescem e se expandem os males do mundo».

Por isso, Walter Benjamin frisa que, nesta frase, Kraus «ata o nó em que se unem a técnica e a fraseologia» (Benjamin, 2000: 18-19). *«Este nó desata-se, é verdade, num outro sítio: nesse onde o jornalismo exprime perfeitamente a modificação da função da linguagem no mundo do capitalismo avançado. A fraseologia que Kraus persegue com tanta tenacidade é a marca de fabrico que permite comercializar a ideia, tal como a flor de retórica, como ornamento, confere a essa ideia o seu valor de curiosidade. Mas é justamente por essa razão que a libertação da linguagem se tornou sinónimo da libertação da fraseologia – que passou do estado de cópia ao de instrumento da produção. A própria Die Fackel contém exemplos desta libertação [...]. Não lhe basta convocar o mundo para que seja testemunha do comportamento repugnante de um empregado de caixa, ele precisa de ir buscar os mortos às suas sepulturas. – E com razão. Porque a profusão de escândalos lamentáveis que observa pelos cafés, na imprensa e na sociedade vienenses não passa da modesta manifestação de uma presciência que se volta subitamente, dois meses após o início da guerra, mais depressa do que podia imaginar-se, para o seu verdadeiro objecto, para chamar a guerra pelo seu nome no discurso intitulado “Nesta época grandiosa”, no qual este possesso solta, sobre o rebanho dos seus contemporâneos, todos os demónios que o haviam habitado» (Benjamin, 2000:19-20)<sup>22</sup>.*

---

<sup>21</sup> Tout comme une usine, l'appareil journalistique requiert dès marchés du travail et des débouchés. A des heures dédeterminées de la journée – deux ou trois fois pour les grands journaux – il faut trouver et préparer une certaine quantité de travail pour la machine. Et pas à partir de n'importe quel matériel: tout ce qui c'est passe entre-temps quelque part et dans un domaine quelconque de la vie, de la politique, de l'économie, de l'art, [...], doit être couvert et traité par le journal.»

<sup>22</sup> «Ce noeud se dénoue, il est vraie, en un autre endroit: là où le journalisme exprime parfaitement la modification de la fonction du langage dans le monde du capitalisme avancé. La phraséologie que Kraus poursuit avec tant de ténacité est la marque de fabrique permettant de commercialiser l'idée, tout comme la fleur de rhétorique, en tant qu'ornement, confère à cette idée sa valeur de curiosité. Mais c'est justement pour cette raison que la libération du langage est devenu synonyme de

Walter Benjamin caracteriza a personalidade de Karl Kraus numa tríade: silêncio, sabedoria e vigilância. O seu silêncio, diz Benjamin, «é uma represa através da qual o lago de mil reflexos da sua sabedoria não cessa de se aprofundar». A sua vigilância, continua, «não admite qualquer problema, não está disposta a aceitar os princípios de outros». O que lhe interessa é desmontar uma situação, descobrir a verdadeira problemática e apresentá-la ao adversário em jeito de resposta. É assim que Benjamin considera que, enquanto em J. P. Hebel encontramos os aspectos criativos e construtivos, em Kraus estamos perante os aspectos destrutivos e críticos. *«Kraus vive num mundo no qual um passo em falso ainda é a pior das infâmias. Ele distingue tons mesmo na monstruosidade, precisamente porque os seus critérios não são os da propriedade burguesa que, para além da vilania mundana, é incapaz de conceber uma propriedade à dimensão da história do mundo. Kraus teve sempre este critério e nem existe outro quando se trata de sentido de autenticidade. É um critério teológico. [...] Hebel tinha esta nobreza no seu comportamento sacerdotal, Kraus possuía-a na sua armadura. A sua concepção da criatura contém a herança teológica que teve actualidade e validade europeia pela última vez no século XVII»* (Benjamin, 2000: 23-24)<sup>23</sup>.

---

libération de la phraséologie – passée du stade de copie à celui d’instrument de la production. Die Fackel contient dès exemples de cette libération même si elle n’en apporte pas encore la théorie; ses formules sont de celles qui nouent et jamais de celles qui dénouent. [...] Il ne lui suffit pas d’appeler le monde à être témoin du comportement déplaisant d’un garçon encaisseur, il lui faut chercher les morts dans leurs tombes. – Avec raison. Car la profusion de scandales lamentables qu’elle repère dans les cafés, la presse et la société viennoise n’est que la modeste manifestation d’une prescience qui se torna soudain, deux mois après le début de la guerre, plus vite qu’on ne pouvait l’imaginer vers son véritable objet pour l’appeler par son nom dans le discours intitulé “En cette grande époque”, où ce possédé lâcha sur le troupeau de ses contemporains tous les démons qui l’avaient habité.»

<sup>23</sup> «Kraus vit dans un monde dans lequel un faux pas est encore la pire des enfamies; il distingue dès nuances même dans la monstruosité et ce justement parce que ses critères ne sont jamais ceux de la bienséance bourgeoise qui, au-delà de la limite de la crapulerie terre à terre, est si vite à bout de souffle qu’elle n’est plus en mesure de concevoir une bienséance aux dimensions de l’histoire du monde. Kraus a toujours connu ce critère et il n’en existe d’ailleurs pas d’autre lorsqu’il s’agit de tact authentique. C’est un critère théologique. [...] Hebel avait cette noblesse dans son comportement sacerdotal, Kraus possédait dans sa cuirasse. Sa conception de la créature contient l’héritage théologique de spéculations qui eurent un caractère d’actualité et de validité européenne pour la dernière fois aux dix-septième siècle.»

Kraus entende que os anos vividos ao longo da vida não são história mas natureza, uma espécie de rio condenado a atravessar uma paisagem infernal. E, por isso, revolta-se sempre que atentam contra a natureza, como certa vez em que são abatidas cinquenta mil árvores que, segundo a ironia de Kraus, dão para uns sessenta jornais. Escreve, por isso, um artigo no *Die Fackel* intitulado «O fim», porque acredita verdadeiramente que «na luta contra a criatura, a humanidade perderá, a técnica, uma vez instalada no combate contra a criação, não parará mesmo diante do criador. O seu derrotismo é de natureza supranacional, é planetário e, em seu entender, a história é apenas o deserto que separa a geração da criação, sendo que o último acto será a conflagração mundial» (Benjamin, 2000: 27)<sup>24</sup>. É, exactamente, por Kraus assim pensar e agir que Robert Scheu<sup>25</sup> escreveu que Kraus «descobriu um assunto relevante que, antes dele, não tinha ainda mobilizado a pena de um publicista: os direitos dos nervos». (Benjamin, 2000:29). São estes direitos dos nervos, traduzidos na crítica, na ira mesmo, que Kraus defende na sua luta diária contra a imprensa, mas também a política, a moral, os conceitos..., como se estivesse sempre à procura de um inimigo para combater.

Porém, Kraus é autêntico. Como acentua Walter Benjamin, «nunca Kraus apresenta uma argumentação que não se enquadre na sua pessoa. Ele encarna em si mesmo o segredo da autoridade: jamais decepçiona» (Benjamin, 2000: 32). É, portanto, digna de ser tida em consideração a sua denúncia da «inautenticidade» da imprensa nas primeiras décadas do século XX, particularmente durante a Primeira Guerra Mundial. Para Kraus, a única forma dos jornais se distinguirem do poder dominante é retirando de circulação os ideais do sistema capitalista. É o que

---

<sup>24</sup> «[...] pour Kraus les années terribles de sa vie ne sont pas histoire, mais nature, un fleuve condamné à traverser un paysage infernal. C'est le paysage dans lequel chaque jour sont abattus cinquante mille arbres pour soixante journaux. Kraus a donné pour titre à cette information: «La fin». Car il sait avec autant de certitude que, dans la lutte contre la créature, l'humanité aura le dessous, qu'il sait que la technique, une fois engagée dans le combat contre la création, ne s'arrêtera pas même devant son créateur. Son défaitisme est de nature supranationale, c'est-à-dire planétaire e, pour lui, l'histoire n'est que le désert séparant sa génération de la création dont le dernier acte sera la conflagration mondiale».

<sup>25</sup> Robert Scheu (1873 - 1964), austríaco, foi editor do *Arbeiter-Zeitung* e escreveu no *Die Fackel* nos primeiros anos desta publicação dirigida por Karl Kraus. Foi escritor, ensaísta e dedicado à política cultural.

faz, sozinho, durante quase quarenta anos, no *Die Fackel*: aos factos sensacionais e sempre idênticos que a imprensa serve diariamente ao seu público, Kraus opõe as *Eternas Últimas Notícias* – a lamentação incessante, eternamente renovada<sup>26</sup>.

Só, com as idiossincrasias, as vaidades, os sofrimentos, as fraquezas, mas persistindo sempre no acto de desmascarar a inautenticidade, no sentido de reformar o jornalismo, que considera uma traição da literatura, e o próprio mundo. Contudo, apesar de criticar com severidade os jornais e os jornalistas, não desiste do único jornalismo em que acredita – o jornalismo literário. É esse jornalismo que pratica nas páginas do *Die Fackel* e é o produto desse jornalismo esteticizante que encontramos na prosa política da década de 30. Mas não é esse o jornalismo dominante na Áustria nem no resto da Europa de então e, por isso, não surpreende que os seus princípios, sempre moralizadores, defendidos com argumentos intermináveis, só possíveis com uma vigilância incansável, não sejam aceites no seu tempo.

Até porque, na verdade, como Cádima escreve, em relação à produção jornalística «existe uma espécie de censura que leva a não ser reconhecido que as novas e velhas representações mediáticas do acontecimento e do quotidiano, não fazem mais do que fantasmear e dissimular o real latente, os diferendos e a virtude civil, em troca por um real manifesto e pelas manifestações de superfície de uma realidade construída» (Cádima, 2002: 86). Seguindo a concepção de Ricoeur sobre «o fim da dicotomia narrativa de ficção/narrativa histórica e a existência de uma identidade estrutural entre as narrativas que têm uma pretensão à verdade e as que a não têm», constatamos, com Cádima, que jornalismo é narratividade, coexistente com os demais modos e géneros narrativos. Porém, na linha do pensamento de Foucault, o jornalismo é, de facto, «uma representação das relações de força e de poder de um tempo, de uma época» (Cádima, 2002: 86).

---

<sup>26</sup> Cfr. Walter Benjamin, «Karl Kraus», in Karl Kraus, *Cette grande époque*, ob.cit., pp. 35-36.



#### I.4.1 A ideia de que as nações são diferentes mas a imprensa é toda igual

As reflexões de Karl Kraus acerca da imprensa e das nações apontam para uma imprensa que já não é mensageiro e que é igual em toda a parte. Isto porque é a economia que comanda a política e o progresso que assume as rédeas do social. Neste mundo, dominado pela economia e pelo progresso, de acordo com Kraus, a imprensa é toda igual, independentemente da nação onde sejam escritas e impressas as páginas dos jornais. Escreve Kraus: *«Desde que a Humanidade é controlada pela economia não tem mais que a liberdade da inimidade, e se o progresso aperfeiçoou as suas armas, fornece-lhe a mais mortífera de todas, uma arma que, além da sua necessidade sagrada, privou-a da sua última preocupação de salvação terrena: a imprensa. O progresso que dispõe também da lógica, responde que a imprensa é simplesmente um negócio entre outros, vivendo de uma necessidade bem real. Se é verdade que isso é correcto, e se a imprensa não é mais que uma cópia da vida, sei perfeitamente o que está acontecendo, porque a vida sei eu o que é. Eis que numa manhã sombria descubro, de forma evidente, que a vida é apenas uma cópia da imprensa. Se eu aprendi a subestimar a vida no tempo dominado pelo progresso, é provável que eu tenha sobrevalorizado a imprensa»* (Kraus, 2000: 181-182)<sup>27</sup>.

Esta é uma das ideias fixas de Kraus. O próprio admite que esta é apenas uma das suas «ideias fixas» que gostaria de transmitir aos detentores do poder, porém, entende que ainda não é tempo para escrever essa ideia nas páginas do *Die Fackel*, pois, se o fizesse, não seria entendido pelos homens do poder e o resultado seria um espaço em branco nas páginas do jornal, ou seja, o texto seria censurado. Por isso, sabe que tem de aguardar o momento mais indicado para a publicação dessa ideia. Irónico, no entanto, ainda lembra que é o único austríaco que não sabe esperar e que prefere que o fim do mundo seja substituído por um modesto auto-

---

<sup>27</sup> «Depuis que l'humanité s'est asservie à l'économie elle n'a plus que la liberté de l'inimitié, et si le progrès a aiguisé ses armes, il lui fournit la plus meurtrière de toutes, une arme qui, au-delà de sa nécessité sacrée, lui ôta le souci ultime de son salut terrestre: la presse. Le progrès qui dispose aussi de la logique, répond que la presse est simplement un corps de métier parmi d'autres, vivant d'un besoin bien réel. Si cela est aussi vrai que c'est que exact et si la presse n'est qu'une copie de la vie, je sais parfaitement de quoi il retourne, puisque la vie, je sais ce que c'est. Et voilà que par un matin sombre je découvre que, de toute évidence, la vie n'est qu'une copie de la presse. Si j'ai appris à sous-estimer la vie en des temps dominés par le progrès, il est probable que j'ai surestimé la presse».

de-fé. É no quadro desta reflexão que questiona o que é afinal a imprensa. *«Um simples mensageiro? Que nos incomoda com as suas opiniões? Que nos atormenta com as suas impressões? Que nos apresenta as suas interpretações ao mesmo tempo que os factos? Que nos condena à morte, dando detalhes de histórias relatando atmosferas, ou as suas observações de detalhes acerca de detalhes que recebeu, e que não pára de repetir as mesmas coisas? Que traz consigo um cortejo de figuras importantes, informadas, resignadas, iniciadas, acreditando no que ele afirma, aprovando-o, imponentes parasitas do supérfluo. A imprensa é um mensageiro? Não, é o acontecimento! Um discurso? Não, a vida! Não se limita a afirmar que os seus telegramas sobre os acontecimentos constituem os verdadeiros acontecimentos, mas também provoca uma amálgama preocupante que faz acreditar que os actos são sempre relatados antes mesmo de se produzirem, que os torna também possíveis, e então é este estado de coisas que faz com que os correspondentes de guerra não possam assistir aos combates, mas os combatentes se tornem correspondentes de guerra. Deste ponto de vista admito ter sobrevalorizado a imprensa durante toda a minha vida. Ela não é um agente – como é que um agente poderia pedir e receber o mesmo? – é acontecimento!»* (Kraus, 2000: 182-183)<sup>28</sup>.

Como vemos, Kraus exemplifica com as reportagens de guerra em que os jornalistas correspondentes de guerra não podem observar os acontecimentos, assistir aos combates, mas em que os combatentes se tornam correspondentes de guerra. Vê que é assim, pelo menos nas potências centrais. Mas suspeita que a situação seja igual do lado dos aliados e sabemos que é assim dos dois lados da guerra, pois também os aliados tiveram os seus soldados correspondentes de guerra. Por isso, insiste que as nações são diferentes mas a imprensa é igual por todo o lado e detém um papel maior nesta guerra, afirmando mesmo o seguinte: «A verdade é que o jornal não informa sobre um conteúdo, é ele mesmo um conteúdo,

---

<sup>28</sup> «Um simple messenger? Qui vient nous importuner avec ses opinions? Qui nous tourmente avec ses impressions? Qui nous presente ses interprétations en même temps que les faits? Qui nous torture à mort en donnant ses détails sur des récits relatant des atmosphères, ou ses observations de détails sur des détails qu'il a perçus, et qui ne cesse de répéter ces mêmes choses? Qui traîne à sa suite un cortège de personnalités importantes, informées, renseignées, initiées, accréditant ce qu'il affirme, l'approuvant, imposants parasites du superflu? L'apresse est-elle un messenger? Non, elle est l'événement! Un discours? Non, la vie! Elle ne se contente pas de prétendre que ses dépêches sur les événements constituent les véritables événements mais elle provoque aussi cet inquiétant amalgame qui fait croire que les actes sont toujours rapportés avant même qu'ils se produisent, qu'elle les rend possibles aussi, et puis cet état de choses qui fait que les correspondants de guerre ne peuvent certes assister en spectateurs aux combats, mais les combattants se font correspondants aux armées. De ce point de vue j'admets volontiers avoir toute ma vie surestimé la presse. Elle n'est pas un commissionnaire – comment un commissionnaire pourrait-il demander et recevoir autant? – elle est l'événement! Une fois de plus l'instrument a été plus fort que nous».

mais ainda, um instigador. [...] A expedição [de jornais] é uma arma mortífera como a granada» (Kraus, 2000: 188-189)<sup>29</sup>.

O jornalista vai mesmo mais longe, afirmando que a imprensa fornece certas mentiras sobre os horrores da guerra, de tal modo que as mentiras se transformam nos próprios horrores, e acusando mesmo os jornais de, ao divulgarem e lamentarem as injustiças do conflito, as aumentarem ainda mais. Isto porque um dado país em guerra, ao tomar conhecimento pela imprensa das alegadas atrocidades cometidas por outro país em guerra seu inimigo, acaba, segundo Kraus, por vir a cometer atrocidades semelhantes às praticadas pelo inimigo ou, pelo menos, às relatadas pela imprensa como tendo sido cometidas em cenário de guerra. Esta acusação decorre da observação que Kraus faz da guerra do lado das potências centrais através dos relatos dos jornais mas que, curiosamente, encontra paralelo nas reflexões de Aquilino Ribeiro sobre a imprensa francesa, em particular, e, em geral, sobre a imprensa dos países aliados em guerra, como explicitamos adiante.

Kraus enfatiza mesmo que «não são as nações que se combatem» mas «a vergonha internacional», ou o mesmo é dizer: *«A profissão que governa o mundo, não apesar da sua irresponsabilidade, mas por meio da sua irresponsabilidade; que distribui os tiros, tortura os prisioneiros, rastreia os estrangeiros, transforma senhores em bandidos. Unicamente por causa da onnipotência da sua versatilidade, que, combinada com uma vontade diabólica, é capaz de transformar em sangue a tinta de impressão»* (Kraus, 2000: 188)<sup>30</sup>.

Esta ideia da profissão de jornalista ser a que governa o mundo, expressa por Kraus em Novembro de 1914, é a mesma que encontramos em Aquilino Ribeiro em Agosto do mesmo ano, particularmente quando o escritor português refere o papel primordial da imprensa na vida moderna, ilustrando que «quem governa não

---

<sup>29</sup> «La vérité est que le journal n' informe pas sur un contenu, il est lui-même un contenu, plus encore un excitateur.[...] La dépêche est une arme meurtrière comme la grenade.»

<sup>30</sup> «Ce ne sont pas les nations qui se combattent, c'est l'internationale de la honte, cette profession qui régit le monde non pas malgré son irresponsabilité mais au moyen de son irresponsabilité; qui distribue les coups, torture les prisonniers, traque les étrangers, transforme des gentlemen en voyous. Uniquement du fait de la toute puissance de sa versatilité qui, associé à une volonté crapuleuse, est capable de transformer aussitôt en sang l'encre d'imprimerie».

é Deus, nem o monarca, nem a lei, nem o ditador mais ditador! São os caracteres de Gutenberg com a bobina de papel em rotativa Marinoni» (Aquilino, 1975: 148-149), como, de resto, abordamos detalhadamente no último ponto deste capítulo, evidenciando, mais uma vez, que, de um e de outro lado do conflito mundial, a imprensa foi, de facto, fundamental na divulgação da mensagem belicista e no alinhamento de fileiras civis e militares.

É por isso mesmo que Kraus ironiza que este é o mais recente milagre da época e recorda o início [da guerra]: «Tudo era uma mentira, uma mentira apenas junto dos outros, e agora, incorporada na neurastenia do ódio, tudo é verdade. Existem diversas nações, mas há só uma imprensa. O telegrama é uma arma mortal como a granada, que não leva em conta as circunstâncias. Vós acreditais; mas estes homens sabem mais que vós e a vós só vos resta acreditar no que dizem»<sup>31</sup> (Kraus, 2000: 188-189). Os jornalistas são os heróis da indiscrição, sublinha Kraus que os considera mesmo uns indesejáveis ao lado dos quais nenhum soldado aceitaria colocar-se no fundo de uma trincheira, sobretudo porque é forçado a responder às suas perguntas, consciente de que é menos infamante ser pago para cometer atrocidades do que ser pago para as inventar e receber alguns aplausos de um certo círculo de influência imaginário dos que, ficando em casa, aguardam pelas notícias dos horrores da guerra.

A intensidade da crítica de Kraus ao jornalismo e aos jornalistas atinge o seu auge quando acusa ambos de, com a sua verdade, matarem a imaginação e atentarem contra a vida dos leitores. Para que não restem dúvidas acerca do seu pensamento, vejamos: *«Se uns afirmam que o outro campo massacra as mulheres e as crianças, os dois campos acreditam nisso e fazem-no mesmo. [...] Se as nações fizessem prova de algum discernimento por se contentarem com o serviço militar para todos e renunciassem aos telegramas, uma guerra mundial seria verdadeiramente mais suportável. E se tivessem a coragem de enviar para um combate determinado pela comunidade internacional os representantes desta outra profissão antes do conflito, quem sabe, este poupasse as nações. Mas antes que os jornalistas e os diplomatas*

---

<sup>31</sup> Au début tout n'était que mensonge, ce mensonge qui prétendait qu'on ne mentait que chez les autres et maintenant, noyé dans la neurasthénie de la haine, tout est vérité. Il existe diverses nations mais il n'y a qu'une presse. La dépêche est une arme meurtrière comme la grenade, qui ne tient aucun compte des circonstances. Vous croyez; mais ces hommes savent plus que vous et à vous, il ne vous reste plus qu'à croire ce qu'ils disent».

*que eles servem deponham as armas, os homens pagam com as suas vidas»*<sup>32</sup> (Kraus, 2000: 190-191).

Sem hesitações, Kraus acusa que a multidão e a imprensa estão acima do próprio interesse nacional. O telégrafo está primeiro. E quando um telegrafa, o outro toma coragem e as nações pagam o que é decidido nas redacções dos jornais. Vai mesmo mais longe, considerando que a imprensa «exagera o estado em que se encontra o mundo depois de o ter ela mesma suscitado», sendo também «provocadora», tanto que na Áustria, «inventou o passatempo estéril do conflito de nacionalidades e ampliou-o para fazer prosperar sub-repticiamente os negócios do seu ignóbil intelecto; para atingir os seus objectivos, colocou o patriotismo no armário e ficou à espera de benefícios futuros;»<sup>33</sup> (Kraus, 2000: 193-194).

Kraus exagera o papel da imprensa na Primeira Guerra Mundial, mas, de facto, é ao exagerar que clarifica a função do jornalismo. Por isso, no *Juízo Final*, seja dos jornais, dos jornalistas, do Estado, ou da própria vida, se questiona sobre se, por acaso, Deus perdoaria aqueles que, à frente do Estado, se tornam lacaios

---

<sup>32</sup> «[Car] si les uns ont affirmé que l'autre camp massacre les femmes et les enfants, les deux camps y croient et le font. Ne sent-on pas encore que la parole d'un sujet indiscipliné – utile en période de soumission à la discipline militaire – a une portée plus grande que celle d'un mortier et que les bastions où se réfugie l'âme de cette époque tombent dès que les choses deviennent sérieuses? Si les nations faisaient preuve d'assez de discernement pour se contenter du service militaire pour tous et renoncer aux télégrammes, une guerre mondiale serait plus supportable, en vérité. Et si elles avaient le courage d'envoyer à un équarissage déterminé par la communauté internationale les représentants de cet autre métier avant que le conflit n'éclate, qui sait, celui-ci épargnerait peut-être les nations! Mais avant que les journalistes et les diplomates dont ils servent ne déposent les armes, des hommes devront payer de leur vie».

<sup>33</sup> «La racaille et la presse sont au-dessus de l'intérêt national. La première télégraphie. Et lorsque cette dernière télégraphie, l'autre prend courage et les nations paient ce qui fut décidé dans les salles de rédaction. On qualifie de "représailles" toute réplique donnée à la presse. Elle exagère l'état dans lequel se trouve le monde après l'avoir elle-même suscité. Si elle ne fait que l'exprimer, c'est que cet état est plutôt effrayant en soi. Mais la presse est provocatrice. En Autriche elle a inventé le stérile passe-temps du "conflit des nationalités" et l'a entretenu pour faire prospérer subrepticement les affaires de son ignoble intellect; parvenue à ses fins, elle mit son patriotisme au placard dans l'attente de bénéfices ultérieurs».

desses «assassinos de ideais» e conclui que Deus não desperdiçaria clemência com os intermediários e os usufruidores do jornalismo, «os escribas que, depois de crucificarem a humanidade, escrevem em preto sobre vermelho. E que cada pena, que cada um dos vilões que vangloriou e organizou para nós este banho de sangue, por sua vez pague»<sup>34</sup> (Kraus, 2000: 219).

Em suma, a ideia de Karl Kraus sobre a imprensa é assim sintetizada por Walter Benjamin: «Ninguém [...] pode render-se à utopia de um jornal “objectivo”, à quimera de uma “informação imparcial”», tendo em conta que «o jornal é um instrumento do poder. Alcança importância consoante o poder que serve; é a expressão, não somente das posições que assegura, mas também do modo como o faz» (Benjamin, 2000: 35)<sup>35</sup>. Porém, há um preço a pagar perante a Humanidade e perante Deus, de acordo com a concepção católica que Kraus defende no período da Primeira Guerra Mundial. Mais tarde, abandona o catolicismo mas não esquece a ideia de juízo final nem das contas que a imprensa tem de prestar pelos crimes cometidos contra a Humanidade.

É por isso que, durante a Primeira Guerra Mundial, Karl Kraus se desdobra em conferências e escritos, apontando todas as suas farpas aos belicistas, repetindo incansavelmente os perigos do militarismo, do nacionalismo de pacotilha, do belicismo interesseiro dos donos do capital, conforme declara, no Outono de 1915, com uma «lucidez insuportável» (Kaufholz-Messmer, 2000:87): «Como é este mundo governado e conduzido à guerra? Os diplomatas dizem as mentiras aos

---

<sup>34</sup> «Mais si, dans notre générosité d'enfants des hommes, pour l'amour d'une seule lueur de liberté, nous aimerions oublier les rêves enfiévrés de la nuit et pardonner à ceux qui, à la tête de l'État, se firent les laquais de ces idéaux meurtriers parce que leur sottise nous fait pitié - Dieu nous retienne de gaspiller la clémence à l'égard des intermédiaires et usufructiers du journalisme, de ces scribes qui, alors qu'on crucifiait l'humanité, l'écrivirent noir sur rouge. Et que chacune des plumes, chacun des gredins qui vantèrent et organisèrent pour nous ce bain de sang, en verse à son tour».

<sup>35</sup> «Personne [...] ne peut s'abandonner à l'utopie d'un journal “objectif”, à la chimère d'une “information impartiale”. Le journal est un instrument du pouvoir. Il ne peut recevoir sa valeur que du caractère du pouvoir qu'il sert; il en est l'expression non seulement dans les positions qu'il soutient, mais aussi dans la manière dont il le fait».

jornalistas, depois acreditam nelas quando as vêem impressas» (Agone, 2006: 23-38). Isto depois de, já no Outono de 1914, ter acusado os jornais de terem provocado a guerra, pelo menos do lado das potências centrais, registrando: «Pode acontecer que se descubra um dia a que ponto esta guerra foi insignificante quando comparada à auto-mutilação do espírito humano pela imprensa e da qual a guerra foi afinal uma das suas emanações» (Kraus, 2000: 188-189).

### **I.5 A batalha de Karl Kraus contra a imprensa**

A obsessão de Karl Kraus contra a imprensa leva-o mesmo a escrever uma opereta intitulada *O canto da imprensa*. Uma composição escrita depois da Primeira Guerra Mundial, em 1921, que Kraus publica em papel e em disco com acompanhamento de piano e que aprecia passar nas suas sessões de leitura pública. Trata-se de uma obra em verso que narra, criticamente, a história da imprensa, e é de tal modo curiosa que Jacques Bouveresse escolhe um excerto para início do seu estudo - *Schmock ou le triomphe du journalisme, la grande bataille de Karl Kraus*. É por identificarmos essa mesma curiosidade da opereta que reproduzimos o trecho traduzido do alemão para francês pelo próprio Bouveresse.

*«Le Chant de la presse*

*La presse était aux premiers temps,*

*et puis le monde est arrivé.*

*Son propre intérêt l'exigeant,*

*Il est venu à nos côtés.*

*Nous avons mis les choses en train,*

*Puis Dieu veille à ce qu'on s'en sorte,*

*Le monde ainsi au journal vient;*

*Dieu lui apporte.*

*Quand à la presse il fut venu,  
le monde s'en félicita,  
car enfin ici-bas on put  
s'apercevoir qu'il était là.  
Même ce qui n'arrive pas,  
nous pouvons le savoir, en sorte  
que, si au journal cela va –  
on le rapporte.*

*Si la feuille a des poux sur soi,  
les lecteurs restent là pourtant;  
car ce que noir sur blanc on a,  
on l'emporte chez soi confiant.  
Quoi que nous puissions lui voler,  
le monde nous donne aussi forte  
sa croyance pour remercier;  
il nous l'apporte.*

*Du monde, tant qu'il n'est pas mort,  
notre mélodie est chantée.  
Le ton, nous le donnons encore,  
depuis toute aube que Dieu crée.  
Des hommes sur nos airs minables  
danse et clopine la cohorte,  
car pour les morts merci aimable  
ils nous apportent!*

*Nous dictons au temps sa posture,  
faisons de l'esprit notre affaire,*



*car on sait que de la culture  
nous sonnes les commissionnaires.  
Savant, penseur, venez sans peur,  
viens, tout ce dont mots et chants sortent,  
que le bourreau vers les hauteurs  
tous vous emporte!*

*Nous nous mettons, nous enfonçons  
dans la vie comme des rongeurs.  
La valeur, quand nous la forçons,  
nous la transformons en un leurre.  
Il fait noir comme dans l'enfer,  
qui pue le soufre de la sorte,  
là où au lieu de Lúçifer  
nous on apporte!» (Bouveresse, 2001: 9-11)*

Esta opereta, bem como as cerca de trinta mil páginas do *Die Fackel* - escritas ao longo de 37 anos, 25 dos quais apenas por Kraus - mas também *Os Últimos Dias da Humanidade*, apesar de retratarem a época, mantêm uma actualidade impressionante. É, aliás, essa actualidade do pensamento de Kraus que está na origem do interesse que vários estudiosos têm manifestado por Kraus. Seja na Alemanha, em França ou nos Estados Unidos da América, há investigadores que têm investido no estudo daquilo a que uns chamam a batalha de Karl Kraus contra a imprensa e outros denominam como anti-jornalismo. Aliás, na Alemanha, o interesse pela obra já motivou mesmo a edição integral facsimilada do *Die Fackel*.

Também em Portugal, antes de nós, se despertou para este jornalista-escritor pela mão de António Sousa Ribeiro, a quem se devem as traduções da obra de Kraus existentes em língua portuguesa, bem como, entre outros textos valiosos ainda no prelo, como *Matrices of pacifist discours in the context of the First World War*, e *Ink thicker than blood? The (in) visibility of war on the eve of 1914*, bem como uma selecção de aforismos de Kraus. É, aliás, entre esses aforismos que

encontramos outra comparação, carimbada pela mais fina ironia, entre os que fazem da guerra um negócio e o diabo. Escreve Kraus: *«Se tivessem contado ao diabo, que sempre teve uma enorme paixão pela guerra, que um dia haveria homens para quem a continuação desta representa um interesse comercial, que eles nem se dão ao trabalho de disfarçar e cujo produto ainda os ajuda a ocupar um lugar de destaque na sociedade, ele teria dito para irem contar isso à avó dele. Mas depois, quando se tivesse convencido do facto, o inferno teria ficado abrasado de vergonha e ele não teria outro remédio senão reconhecer que toda a vida fora um pobre diabo!»* (Ribeiro, 1988: 57).

E, entre aqueles para quem a guerra é um negócio, no entender de Kraus, estão os jornalistas, como evidencia esta outra opinião: *«Os literatos que agora vêm ao mundo são menos consistentes do que os boatos costumavam ser noutros tempos. Ainda conheci boatos em que havia uma ponta de verdade. Naquilo que hoje fala à humanidade através de máquinas de escrever não se pode ter o mínimo de confiança»* ou ainda esta: *«Dantes, a doença ia ao médico. Agora, como este está doente, ela besunta-se com tinta de imprensa»* (Ribeiro, 1988: 29). Isto em 1915, tempo em que todas as linhas de pensamento são trincheiras e as de Kraus, segundo o próprio, são catacumbas. Um tempo em que, diz Kraus: *«Os jornalistas alemães, para rebater a acusação de que os soldados alemães deceparam os pés às crianças, alegam que foi deste povo que saíram Lutero, Beethoven e Kant. Mas ele está tão inocente disto como das barbaridades que lhe imputam e seria mais eficaz invocar contra essas acusações os espíritos que a Alemanha ainda há-de vir a gerar. [...] Os feitos espirituais de Lutero, Beethoven e Kant não têm, apesar de tudo o que a cultura alemã deles sabe e do que a ideologia alemã lhes acrescenta, nenhuma relação com um estado... [...] Os alemães designam-se também a si próprios como o povo de Schopenhauer, ao passo que Schopenhauer era suficientemente modesto para não se considerar o filósofo dos alemães»* (Ribeiro, 1988: 40-41).

De denúncia de contradição em denúncia de contradição, Kraus acaba a considerar que esta guerra *«se não matar os bons, talvez crie uma ilha moral para eles, que também sem ela já o eram. [...] na guerra a cultura não se renova, antes se salva do carrasco suicidando-se. [...] esta guerra foi mais que pecado: foi mentira, mentira diária, de que escorria tinta de impressão como se fosse sangue»* (Ribeiro, 1988: 59-60).

Por isso, entre a censura e os jornais, declara preferir a censura e justifica o seu ponto de vista: *«A censura pode reprimir a verdade durante algum tempo,*

tirando-lhe a palavra. O jornal reprime a verdade durante muito tempo, dando-lhe palavras. A censura não prejudica nem a verdade nem a palavra; o jornal, ambas». Como observa António Sousa Ribeiro, a linguagem da imprensa, «o alvo obsessivo da sátira de Kraus, pretendendo-se colada ao real, é, na realidade, a seus olhos, puramente decorativa e pleonástica, os seus estereótipos cumprem apenas a função de falar para que possa calar-se o que importaria dizer e revelam abertamente a sua face quando se põem directamente ao serviço da barbárie» (Ribeiro, 1988: 84).

A sátira krausiana é sempre apresentada na primeira pessoa: «o *eu* do autor satírico, ora rosto, ora máscara, serve de ponto prismático em que tudo se refracta» e não resulta de qualquer espécie de cegueira de Kraus face às causas da guerra, pois, de contrário não faria afirmações como esta: «Eu sei muito bem que, de tempos a tempos, é preciso transformar mercados em campos de batalha, para que destes saiam de novo mercados». A sua preocupação fundamental «é a forma como a degradação da linguagem e a perda da fantasia tornam o homem indiferente à barbárie, num caminho que levaria a um Auschwitz já muito antes do qual o artista desperto para o seu tempo não poderia deixar de se interrogar sobre se “escrever um poema” não seria “um acto de barbárie”, para usar os termos da reflexão posterior de Adorno. O seu tema é o apocalipse quotidiano que, [...] na formulação profética de Kraus, «faz porta-moedas de pele humana» (Ribeiro, 1988: 84).

É que, nas palavras de Adorno, reproduzidas por Sousa Ribeiro, «os horrores linguísticos a que ele deu expressão e cuja desproporção quanto aos horrores reais é salientada sobretudo por aqueles que gostariam de encobrir estes, são excreções de processos sociais, que surgem arquetipicamente nas palavras antes de destruírem bruscamente a vida supostamente normal da sociedade burguesa, em que se foram desenvolvendo quase sem serem notados, inacessíveis à observação científica corrente» (Ribeiro, 1988: 85). Por isso, a hostilidade krausiana à imprensa é ainda hoje, volvido um século, actual.

Para além de António Sousa Ribeiro, há outros autores, sobretudo em França, em Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos da América, que têm estudado o pensamento e a obra de Karl Kraus. Entre estes, Edward Timms e

Jacques Bouveresse são dois autores fundamentais, porquanto Jacques Bouveresse centra o seu estudo nos escritos dos primeiros anos de trabalho de Kraus e Edward Timms estuda a segunda parte da carreira do escritor - jornalista. Porém, tendo em conta que o pensamento krausiano, tal como o de Aquilino, são aqui integrados para compreendermos que, dos dois lados da guerra – entre os aliados e entre as potências centrais – a imprensa foi parte activa no combate ao inimigo, através da propaganda de guerra, e, tendo em conta que o que já explicitámos sobre Kraus coincide com as leituras de Edward Timms e Jacques Bouveresse, entendemos não aprofundar mais este estudo sobre Kraus. Referimos, apenas, que, como nós, Edward Timms conclui que a «falsa realidade», igual à inventada pela imprensa das potências centrais, «é criada ao mesmo tempo em França e na Grã-Bretanha, através da narração das “atrocidades alemãs”» (Timms, 2006: 38).

«Entre os mitos, o mais desastroso foi o da culpabilidade alemã da guerra», considera Timms, sublinhando: *«A afirmação de que a Alemanha fora a única responsável do início da guerra teve consequências devastadoras, como demonstra o político liberal britânico Arthur Ponsoby no livro “Falsehood in Wartime” (A mentira em tempo de guerra). Os dirigentes britânicos e franceses, Lloyd George e Poincaré, sabiam perfeitamente que imputar à Alemanha a responsabilidade exclusiva da guerra era uma contra-verdade. Mas a atmosfera anti-alemã engendrada pela própria propaganda obrigou-os a mandarem inscrever a famosa cláusula sobre a “culpabilidade de guerra” no tratado de Versalhes. Como Kraus viu logo em 1919, este tratado teria como resultado a inevitabilidade da deflagração de uma segunda guerra mundial»* (Timms, 2006: 38).

Mas, Timms, vai ainda mais longe ao concluir: «Kraus reconheceu em 1933 (como já o tinha feito em 1914) que um aparelho de propaganda foi colocado em andamento para justificar uma agressão militar. A minha hipótese é que a sua crítica pode ser considerada como um “paradigma”: setenta anos mais tarde, as suas palavras-chave continuam válidas, e podem aplicar-se à guerra que começou em Março de 2003 com a invasão do Iraque». E, se há especialistas que discordam de Timms, invocando que a imprensa agora é mais crítica e mais independente, Timms recorda, mais uma vez, as palavras de Kraus: «a liberdade da imprensa é no essencial um mito».

E Jacques Bouveresse recorda-nos por que Kraus, quando começa a publicar o *Die Fackel* recupera Schmock, personagem da comédia de Gustav Freytag, *Les Journalistes* (*Os Jornalistas*, 1853), uma peça imemorial, símbolo da mentalidade do jornalista camaleão, sem convicções, sem princípios e sem escrúpulos. Aquele que declara ter aprendido «a escrever para todas as tendências. Escrevi à esquerda e depois à direita. Sei escrever para todas as tendências». Por isso, Kraus escolhe Schmock para representar a imprensa, por considerar que os jornalistas escrevem e os jornais publicam para agradar ora à esquerda, ora à direita, ora à paz, ora à guerra, enfim, às tendências de cada momento, sem verdadeira liberdade, sem autêntica isenção e sem verdade.

### 1.6 Aquilino Ribeiro, a imprensa francesa e a Guerra

A ideia de Aquilino Ribeiro acerca da relação entre a imprensa francesa e a Primeira Guerra Mundial está explicitada em *É a Guerra. Diário*. Os registos do escritor português, que, em Agosto de 1914, se encontra em Paris, vindo de Berlim, começam num sábado, 1 de Agosto e terminam a 26 de Setembro. Em Agosto, Aquilino só não escreve a 26, mas em Setembro já não faz registos diários<sup>36</sup>.

No primeiro dia, sábado, 1 de Agosto, Aquilino Ribeiro observa e escreve: «*Diante de capelistas, papelarias, quiosques, vêem-se chusmas de gente, como ontem, anteontem, [...] à espera ansiosa de jornais. Surge o distribuidor na sua bicicleta e grande remoinho. Ali na Avenida de Orleães, a rapariga de fichu vermelho, nada feia, que vende periódicos e flores e passa por liberal das suas graças, não tem mãos a medir. Paris-Midi, Intran, e as moedas de cobre vão tilintando apressadas, umas sobre outras, no mostrador da quitanda. Depois de passar a gazeta pela vista, cada qual vai seu caminho; tiraram a máscara; e nos rostos transidos desenham-se em antecipação nervosa os frenesis e tremores da guerra. [...] No entanto, apesar da exaltação, não se extinguiu a última esperança, cintila teimosa, à margem quase do razoável, que sobretudo tremeluz no olhar das mulheres*» (Aquilino, 1975: 19-20).

---

<sup>36</sup> O diário termina, como dissemos acima, no dia 26 de Setembro, mas nos dias 6, 8, 10, 11, 17, 18, 22, 24 e 25 de Setembro não há qualquer registo.

O escritor quase pinta uma tela deste primeiro dia de Agosto na capital francesa, colocando em primeiro plano os jornais e, nestes, os telegramas do Presidente da França Raimond Poincaré, que então se encontra a bordo do couraçado *France*, de onde telegrafia aos reis da Dinamarca e da Noruega, no sentido de juntos erguerem «uma muralha de ferro» à volta dos impérios centrais. Depois, lamenta que pouco se fale em Jaurès, o tribuno, ídolo da multidão, considerando que o seu assassinio, num tempo normal, «teria provocado o massacre dos extremistas da *Action Française*; a revolta, talvez, do Paris popular». Mas o tempo é outro e por isso só o *Humanité* «tem um pobre ar de viúva estúpida, embebedada com pêsames e lágrimas» (Aquilino, 1975: 21). Depois ainda, procura desenfreadamente novidades da guerra e acaba a dialogar com um pintor suíço que opina que a França decretará a mobilização em duas horas, que a guerra durará três meses e ainda avança sobre os responsáveis pela guerra quando esta terminar: «Nunca ouviu dizer que existe uma terrível e enigmática Providência que faz pagar aos justos pelos pecadores?! [...] a história é uma novela [...] de cavalaria mal composta; quando os políticos tiverem vindo com as interpretações do costume e os escribas [entenda-se, os jornalistas] com os seus escritos, vá lá saber-se onde está a verdade. O responsável será aquele que perder» (Aquilino, 1975: 24).

Se em relação aos países que desejam, ou não, a guerra, o pintor não podia estar mais enganado, já sobre os responsáveis pela guerra, que ainda não começara, estava certíssimo. Mas, para não nos desviarmos do nosso objectivo, deixamos o escritor e o pintor a conversarem nas páginas de Aquilino e regressamos aos jornais, concretamente ao *Matin* que anuncia, às cinco da tarde, a mobilização geral, perante a qual Paris, de acordo com Aquilino, reage assim: «Mais febre, mas nem mais nem menos entusiasmo. Desvaneceu-se a derradeira esperança. Entregues à operação de compreenderem e de se compenetrarem da verdade nova, têm não sei quê de bronco as fisionomias. Bandos vários, de gaiatos na maioria, desfilam cantando. Ninguém vibra, todavia, de ardor ou desfalecimento. Desceu sobre as almas uma impassibilidade hipnótica. A guerra é aceite sem tibieza nem alarde; tem-se desde já a impressão que à chamada às armas a França inteira responderá: presente! [...] Às dez da noite, Paris sussurra como o mar. Ao fender a luz branca dos arcos voltaicos parece que o pregão dos camelots: *La Press, nouvelle édition, La Press!* Adquire um metal novo, mais alto e fero» (Aquilino, 1975: 35-37).

Na noite de sábado, os jornais fazem edições especiais, vespertinas, e não são bastantes para as encomendas e há a procura alvoroçada nas ruas. E, no domingo (2 de Agosto), Paris amanhece com «ar de sala em que correram os reposteiros» (Aquilino Ribeiro, 1975: 38). O silêncio reina nas avenidas e ruas da cidade, sendo só interrompido pela voz dos ardinhas que apregoam os jornais. As folhas vão esvoaçando rua fora mas não sem antes a sua leitura ter funcionado como calmante. Aquilino Ribeiro reflecte que os franceses estão a fazer «o exame de consciência». Os mobilizados para a guerra partem com o sentimento de que vão defender a pátria, embora, no entender do escritor, ignorem os verdadeiros motivos da contenda. Para Aquilino Ribeiro, *em última análise, esta guerra «só foi possível mediante farta propaganda de ódios e trapagens. Ignoro ao certo o que se tem passado além Reno; é provável que a fanfarra chauvinista não tenha desmerecido da de cá. Em França sei eu que há dois anos a esta parte se tem feito uma acirrada e tendenciosa propaganda contra tudo o que é alemão. Desde a eleição de Poincaré, paladino do nacionalismo [...], às publicações, das quais se pode referir como protótipo a brochura da Livraria Berger-Levrault; L'Offensive contre l'Allemagne; desde a campanha sistemática dos grandes órgãos de informação, a começar pelo *Matin*, aos pasquins de grupos e partidos, espelho a *Action Française*; [...] espicaçar o francês contra o 'boche' tem sido o número certo de determinado sector da vida mental e política de França. Assim se granjearam reputações e clientela»* (Aquilino, 1975: 43-45).

A verdade é que, mesmo suavizando a severidade das palavras de Aquilino, verificamos que estas publicações preparam os franceses, e os alemães, para a guerra. Alimentando nacionalismos e mesmo ódios, contribuem para que tanto os franceses como os alemães mobilizados partam para a guerra sem grande resistência. No entanto, o facto de não haver uma resistência declarada entre os mobilizados, não implica que haja entusiasmo, nem entre estes nem entre o povo que se cruza nas ruas. Os jornais franceses reduzem o formato e o número de páginas, no sentido de diminuírem os custos e os tempos de impressão das edições sucessivas e, assim, tornam-se de leitura mais acessível. Depois de lidos, são abandonados nas esplanadas dos cafés e as páginas acabam a esvoaçar rua fora mas não sem antes terem desempenhado um efeito calmante entre os leitores. É esse o primeiro papel da imprensa, em França, neste início de conflito, conforme nota Aquilino Ribeiro.

*«É este um dos primeiros benefícios que verifico em saber-se cortar letra de forma e não ter opinião própria. O francês em realidade poupa-se ao incómodo de raciocinar. A gazeta é o seu alcorão. Ela lhe leva todas as manhãs o que há-de pensar, o que deve dizer, o que convém cumprir como eleitor e contribuinte. Fica assim liberto de tarefa tremenda, a de julgar e de criticar. [...] E, quando lê o jornal, é de ânimo convicto, rendido à opinião, que compra por dez réis, sem procurar sequer ler nas entrelinhas. O jornal político da cor e a mulher são na terra as suas verdades absolutas e reveladas. Quando deixar de crer nelas subentenda-se que houve catástrofe» (Aquilino, 1975: 47).*

Por estes dias, a imprensa apresenta uma relação dialéctica com os diversos sistemas ou regimes políticos europeus. Ora sendo instrumento do poder, ora sendo espaço de luta pela liberdade de expressão, a imprensa vive, ou sobrevive, associada à política. Não é, por isso, de estranhar o que o escritor regista a 3 de Agosto: «Os periódicos pregam a guerra santa contra os bárbaros, sentindo-se rumorejar no papel das rotativas o vento furioso que enfunava o balandrau castanho dos girondinos. [...] Unanimemente relatam que os alemães vadiaram a raia em pontos diferentes. Continuam os ânimos entorpecidos pela emoção [...] e ninguém se sobressalta» (Aquilino, 1975: 51). É, neste contexto, que Aquilino decide ir à Legação de Portugal encontrar-se com João Chagas, o nosso representante em Paris. Este encontro entre o escritor e o diplomata é uma espécie de ensaio geral do que vão ser os dois campos de batalha interna entre os *intervencionistas* – os que defendem a participação de Portugal na guerra – e os *anti-intervencionistas* – os que advogam a neutralidade do país face ao conflito.

Ora, por esta altura, já os jornais franceses, e os portugueses que chegam a Paris, dão notícia dos 10 000 homens que Portugal pretende preparar para a guerra contra os impérios centrais. Na Legação, corre a opinião de que não deve ser verdade mas, a ser, seria positivo para o futuro de Portugal. O escritor não pode estar mais em desacordo. É neste momento que um funcionário entrega o jornal *Patrie* a João Chagas e este é surpreendido pela notícia do ultimato da Alemanha à Bélgica para que os belgas permitam a passagem das tropas alemãs pelo país. Chagas e Aquilino confrontam-se com esta notícia e discutem abertamente a questão da guerra. Chagas pronuncia-se a favor da intervenção de Portugal no conflito e Aquilino contra. O diplomata quer saber se a permanência na Alemanha



germanizara o escritor. Aquilino apressa-se a retorquir que é contra a guerra, contra todas as guerras. Entre os dois não há qualquer possibilidade de consenso. Aquilino Ribeiro defende a neutralidade absoluta. João Chagas assume categoricamente a sua intenção: «De hoje em diante tomo a peito levar o meu país à guerra». O escritor debateu-se interiormente para encontrar «a causa necessária» em nome da qual se poderiam «despachar para o matadouro os [...] pobres, ignorantes e pacíficos labregos» (Novais, 2003: 57-58).

Este episódio Aquilino/Chagas, antes do início da guerra, fora de Portugal, prefigura o consenso nacional nunca alcançado a propósito da intervenção de Portugal na guerra, uma questão fraccionária que «atravessa toda a sociedade portuguesa e opõe *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*; uma polémica política violenta que atravessa a opinião pública, a instituição militar, os partidos e o próprio poder político e que se inscreve num espectro largo e ‘nuanceado’, em que se cruzam duas ordens de discursos: uma, que vai do germanofilismo mais ou menos envergonhado ao aliadofilismo mais ou menos francófilo ou anglófilo; outra, que vai do neutralismo militante ao intervencionismo à *outrance*. A polémica sobre a guerra será, doravante, o lugar de cruzamento das interações política externa/política interna, com reflexos importantes sobre a evolução, quer de uma, quer de outra» (Teixeira, 1996: 189-190). Mas deixemos isso agora. Havemos de voltar a este assunto adiante.

Por ora, voltamos a Aquilino e às páginas de *É a Guerra*, nas quais volta a olhar os jornais e a considerar que a eles se deve a mobilização dos franceses de todas as idades, desde os jovens recrutas aos pais de família na reserva com idade até aos 48 anos. Aliás, Aquilino equaciona o papel que a imprensa terá na guerra, de modo idêntico a Karl Kraus. Ora vejamos:

«Unânime e estridente, ergueu escudos a imprensa. Mais harmónico nem fanfarra ensaiada a rigor. Todas as árias ela rompeu a tocar em uníssono e com impecável acerto, o que era essencial», escreve Aquilino, acrescentando: «Verdade, mentira, depois de revestidas de suas roupagens especiosas, quantos serão capazes de distingui-las? O francês tem o fetichismo da letra de forma, o que é de grande comodidade social. Uma vez que acredita, não deixa ao estrangeiro o direito de

duvidar das suas verdades, ainda aquelas que lhe são particulares. Antes julga os outros na estrita obrigação de lhes outorgarem categoria de universais. A imprensa começou a desempenhar activo, pertinente e diabólico papel de beligerância. Quem sabe se não será ela quem decida a guerra!» (Aquilino, 1975: 70).

Por esta altura, as declarações de guerra sucedem-se e, com estas, os alinhamentos dos países. Os jornais assumem a posição de uma espécie de elixir que, como sublinha o escritor, «liberta do mal da angústia», isto é, a imprensa, noticiando as novidades da guerra, acalma os espíritos inquietos face aos acontecimentos destes primeiros dias do conflito armado. Contudo, à medida que os dias do mês de Agosto vão avançando, os jornais continuam a reduzir o número de páginas e, por vezes, também o formato. Aquilino Ribeiro baptiza-os mesmo de «liliputianos». Já no conteúdo, todos afinam pela mesma nota do elogio da unidade da França contra o inimigo e dos sucessos belgas. Por vezes, os dias seguintes negam os acontecimentos noticiados como verdades dias antes. Atento e crítico, o escritor acusa a imprensa de apresentar ao público «notícias optimistas como os sanatórios [ministram] hóstias febrífugas aos doentes. A sua função é reanimar os tíbios e manter o moral dos fortes. Para isso, dissimular, embair, mistificar, negar, romancear, envilecer o adversário, são processos correntes acima de toda a discussão» (Aquilino, 1975: 88).

A ideia é, de facto, conseguir que os franceses que não vão à guerra tenham opinião contra a Alemanha e, ao mesmo tempo, fomentar uma opinião pública mundial contra essa mesma Alemanha. Daí que não seja estranho que Aquilino Ribeiro verifique isso mesmo e registe assim: «E estou em dizer que combatem melhor e mais utilmente os jornalistas e homens de letras com a pena que os soldados [...] com a 'lebel'» (Aquilino Ribeiro, 1975: 88). E, se os jornalistas «combatem melhor», os ardinas correm mais depressa, apregoando os jornais que os parisienses adquirem rapidamente ávidos de notícias da guerra.

Alguns dos registos do escritor, opositor à guerra, são esclarecedores do modo como a imprensa francesa agiu nas primeiras semanas da guerra. Salientamos, por nos parecerem elucidativas, as seguintes passagens: *«É assombroso e até certo ponto digno de se lhe tirar o chapéu a inteligência, disciplina e prontidão com que a*

*imprensa concentra o terrível fogo sobre o inimigo. Mais instante e simultâneo nem pelotões de infantaria desdobrados em linha de atiradores. Intuitivo se mostra que o objectivo de tal campanha é rebaixar o adversário no conceito internacional [...]. Se a Alemanha vai ganhando terreno no teatro das operações, perde-o, por outro lado, por esse mundo fora. A iracúndia das gazetas denuncia até certo ponto as vitórias alemãs e a impotência dos aliados. No domínio espiritual, seja por imperícia, seja por orgulho, os alemães deixam correr, no que se enganam boçalissimamente. A palavra hoje move o mundo. Ninguém a manobra como os franceses e, doirados por ela, os mais rotundos carapetões passam por humildes verdades, merecedoras de todo o crédito em terras como Portugal e as Américas.*

*Aquilino Ribeiro dá também conta de uma circular recebida pelos jornais franceses que marca o início da relação entre o governo francês e a imprensa e determina o seguinte: «Em vista das disposições actuais dos exércitos francês, inglês e belga, o ministro da Guerra decidiu que o interesse superior das nações aliadas ordena que se não forneça doravante o mais pequeno comentário quanto aos movimentos dos três exércitos. O Governo conta com o patriotismo da imprensa para que seja observado o mais absoluto silêncio no que diz respeito às operações militares.». [...] O seguro é serem os alemães por agora mais crivados de apóstrofes e injúrias de carroceiro que de balas. E da banda de lá, que enxovalhos e lama não terão lançado aos «calças vermelhas»? É a guerra, quer dizer, o reverso de tudo o que possui face de simpatia e de sociabilidade, arvorado em pragmática. [...] Quem governa não é Deus, nem o monarca, nem a lei, nem o ditador mais ditador! São os caracteres de Gutenberg com a bobina de papel em rotativa Marinoni» (Aquilino, 1975: 110, 141, 147 e 149).*

Aquilino Ribeiro considera que a França, devido à língua e à revolução francesa de 1789, goza de um estatuto de superioridade moral face à Alemanha e que, por via dessa posição no mundo, a palavra da imprensa francesa chega mais longe e é melhor ouvida que a palavra dos jornais alemães. Ora vejamos o que diz: «[...] ainda não perdeu o prestígio, que lhe adveio com a grande revolução, libertadora dos povos. Depois, é nação adorável, ainda mais vista de longe que intramuros». A Alemanha, por seu lado, «foi sempre um país incompreendido por uns, se não ignorado pela maioria. Magoada com a derrota de 70, a França ergueu diante dela autêntica muralha da China. Do laboratório que foi a Alemanha durante quarenta anos pouco transpirou para o grande público. Ela, também, tão solícita em forçar o cordão fiscal das outras nações com a sua mercadoria, desdenhou de igual tarefa no campo espiritual, talvez olímpicamente orgulhosa dos seus grandes sábios

e renovadores. E aqui está. Os piores inimigos dos alemães são o papel impresso e o telégrafo sem fios, que se completam. [...]» (Aquilino, 1975: 110-111).

Na Alemanha, e nos países que alinham a seu lado nesta guerra, o comportamento da imprensa é idêntico. E a verdade é que, em França, nem todos vão atrás do que os jornais publicam, alguns interrogam-se acerca da veracidade das notícias, outros denunciam mesmo os factos noticiados. Porém, quando as críticas circulam, os jornais apressam-se a assegurar a verdade, a sua verdade: «Os nossos ministros e os nossos jornais dizem a verdade, nada mais que a verdade» (*Le Temps*, 6 Agosto 1914)<sup>37</sup>. A uma só voz, contra a Alemanha, a França procura aparecer aos olhos, já não só dos franceses mas do mundo, como a detentora da verdade e do direito contra uma Alemanha bárbara. Porém, como imagina o escritor e agora sabemos, o labor da imprensa alemã é desenvolvido de acordo com os mesmos preceitos que caldeiam jornalismo e propaganda, procurando afirmar-se aos olhos da opinião pública alemã e do mundo como a nação herdeira da mesma verdade e do mesmo direito.

No entanto, a Alemanha tem contra si, não só a imprensa francesa, como toda a imprensa dos países inimigos. Mesmo quando a Alemanha soma vitórias, como acontece nos primeiros tempos da guerra, a imprensa limita-se a admitir esses sucessos como previstos. Os jornais franceses escrevem *c'était prévu* – estava previsto. E, assim, desvalorizam as conquistas alemãs e iludem os leitores, isto é, passam a ideia de que o curso da guerra é o previsto, logo, mesmo com os insucessos dos aliados, não está em causa a vitória final aliada. Os leitores vão acreditando até ao momento em que os primeiros zepelins voam sobre a Bélgica, lançando o medo sobre Antuérpia e outras cidades. Por esta altura, já a imprensa não acalma a população de Paris que estremece com as notícias, que teme o voo dos aviões, que começa a sair, ou a pensar em sair, da capital francesa.

Um mês de guerra é o bastante para os alemães se aproximarem de Paris, os jornais serem impedidos de fazerem primeiras páginas com notícias da guerra em grandes parangonas, bem como de serem apregoados pelos ardinas. Daí a

---

<sup>37</sup> «Nos ministres et nos journaux disent la vérité, rien que la vérité» (*Le Temps*, 6 Agosto 1914).

começarem a ser lidos com menos confiança é um pequeno passo. E o assombro torna-se gigantesco quando lêem nas primeiras páginas dos mesmos jornais que até ao dia anterior garantiam a derrota próxima do inimigo alemão que a capital seria transferida de Paris para Bordéus. E foi. A partir daí, os jornais são mais contidos nas notícias da guerra. Como nota o escritor, quando os franceses perdem «os boches são de feras para baixo» e quando os franceses vencem, os periódicos «limitam-se a decantar as maravilhas do canhão de 75, o saber tático dos generais e a fúria do soldadinho». Quando há baixas do lado inimigo são contabilizadas, mas quando há mortos entre os franceses esquecem-se as contas de somar. Assim, decifra Aquilino Ribeiro a evolução da guerra a partir da imprensa francesa até ao dia em que decide partir por verificar que não pode passear a sua neutralidade pelas ruas de Paris enquanto, nos olhos dos velhos que ficaram, só vê lágrimas. O escritor parte a 26 de Setembro, sábado, de Paris rumo à sua aldeia natal, em Portugal, com o pensamento de se fechar em casa «como em deserto e nunca mais ler a maldita palavra humana em livros e jornais!» (Aquilino, 1975: 281).



## **Capítulo II: A Imprensa antes da I República: Da instauração da liberdade de imprensa à lei *repressiva* (da imprensa) de 1907**

Em Portugal, é nos alvares da Monarquia Constitucional, na segunda década do século XIX, que se estabelece a liberdade de imprensa através da Carta de Lei de 12 de Julho de 1821, com rubrica e guarda de D. João VI. Esta é uma carta de lei que manda executar o Decreto das Cortes de 4 de Julho do mesmo ano, de acordo com o qual a liberdade de imprensa «é o apoio mais seguro do Sistema Constitucional». Por isso, desde este dia, é permitido «imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura» (Tengarrinha, 1965: 77). Assim, embora tardiamente, se compararmos com os Estados Unidos da América (EUA) e com a França, onde primeiramente se defende e instaura a liberdade de imprensa, Portugal assume a livre expressão dos pensamentos pela imprensa.

Nos EUA, a *Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia* (12 Junho 1776) inaugura a defesa da ideia ao escrever que «a liberdade de Imprensa é um dos baluartes mais poderosos da liberdade», pelo que «[...] só os governos despóticos podem impedi-la». Em França, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (26 Agosto 1789), posteriormente adoptada como preâmbulo da Constituição francesa de 1791, é pioneira nesta defesa ao estipular a liberdade de opinião (artigo 10.<sup>o</sup>) e ao estabelecer que «a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem», pelo que «todo o cidadão pode portanto falar, escrever, imprimir livremente, excepto para responder ao abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei» (artigo 11.<sup>o</sup>).

O diploma de D. João VI, resultante de prolongadas discussões em Cortes, denuncia um «esforço de construção de um Portugal renovado», sendo mesmo considerado «mais audacioso e avançado do que as próprias disposições

congêneres francesas e espanholas em que se inspirara»<sup>38</sup> (Tengarrinha, 1965: 78). O seu preâmbulo evidencia, de facto, que os vintistas atribuíam à liberdade de imprensa uma importância assinalável na edificação e preservação do sistema constitucional. Ora, vejamos:

«A liberdade de imprensa não é só de direito natural, quando está coarctada nos limites de uma exacta justiça, mas é a salvaguarda da Constituição [...]. O espírito do governo constitucional consiste na existência de um congresso representativo onde se delibere e discuta publicamente sobre os seus principais interesses. Os objectivos de utilidade geral passam daí também a ser examinados e discutidos entre os cidadãos; e seria uma notável contradição negar-se-lhes o exercício daquele direito, que se tomou como base para a formação do governo, de maneira que repugna a existência de um tal governo com a não existência da liberdade política da imprensa»<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> A liberdade de Imprensa é uma das primeiras preocupações das Cortes nos meses que se seguiram à Revolução Liberal (24 Agosto 1820). Devido à consciência maioritária da relevância da adopção da liberdade de Imprensa, Francisco Soares Franco apresenta, na sessão de 5 de Fevereiro de 1821, o *Projecto de Decreto sobre a Liberdade de Imprensa Extraído, em Grande Parte, do Regulamento Espanhol sobre o Assunto*. Três dias depois, 8 de Fevereiro (1821), uma comissão que tem como relator Bento Pereira do Carmo, apresenta o *Projecto das Bases da Constituição Portuguesa* que destina três artigos (8.º, 9.º e 10.º) à liberdade de Imprensa. Estes artigos, cuja redacção final apresentamos no anexo II motivam debates em sessões sucessivas. Entre os 26 deputados que usaram da palavra, salientamos Manuel Borges Carneiro, um dos seus primeiros defensores, que, na sessão de 13 de Fevereiro, defende o fim dos «abusos» e o estabelecimento da liberdade de Imprensa, sem a qual, em seu entender, «não é compatível a existência de uma Monarquia Constitucional»; Manuel Fernandes Tomás, que, na sessão do dia seguinte (14 de Fevereiro), interveio no mesmo sentido, referindo: «Não concebo a possibilidade de existir um governo constitucional ao modo que a Nação o espera e deseja sem a Liberdade de Imprensa»; e Agostinho José Freire, que, na sessão seguinte (15 de Fevereiro), usa da palavra em idêntica defesa, questionando: «Não é possível haver Constituição sem Imprensa livre: quem poderá informar o governo dos perigos que o ameaçam, da má administração dos membros, da prevaricação dos magistrados e de todos os seus deveres se a Imprensa não for livre?»; e ainda Simões Margiochi que, perante algumas vozes defensoras da censura prévia, como a do bispo de Beja, apela a que não se considere a liberdade de Imprensa «como a caixa de Pandora de que sairão todos os males, mas sim como o fogo do Céu, arrebatado por Prometeu para animar a beleza». Os defensores da liberdade de Imprensa são vitoriosos por larga maioria e, assim, na sessão de 16 de Fevereiro, são aprovadas as Bases da Constituição que incluem aqueles artigos revistos. Porém, uma vez que a sua aplicação tarda, por depender de outras leis, a discussão regressa em finais de Abril pela voz de Manuel Fernandes Tomás que declara a liberdade de Imprensa «a língua da Nação», sublinhando que «esta não pode falar por outro modo e agora está muda e não pode dizer aquilo que é preciso». Estas discussões arrastaram-se até que, em 4 de Julho (1821) é decretada a liberdade de Imprensa pelas Cortes que é promulgada pela Carta de Lei de 12 de Julho (1821).

<sup>39</sup> *Diário do Governo*, 12 Julho 1821.



É uma lei que extingue a censura prévia até então entranhada nas leis e nos costumes portugueses, cria o tribunal de júri, o direito de propriedade literária vitalícia para os autores, lança as bases de um código de processo criminal, que é considerada ao tempo «uma lei constitucional, garantia da justiça e da liberdade; é um código penal e é um código de processo com cinco títulos e sessenta e três artigos. Uma organização judicial completa, iniciando elementos novíssimos de processo e lançando as bases de futuras reformas judiciárias» (Ribeiro, 1892:34-36). Esta análise remete-nos para o pensamento filosófico e ideológico em construção nos inícios do século XIX em Portugal, como na Europa, na base do qual «está o princípio de que o homem nasce dotado de certos direitos naturais e inalienáveis, e que a exclusiva missão do Estado – de raiz pactícia e sem fins próprios – é a promoção e salvaguarda desses direitos individuais e originários. Ora, visto que tais direitos se reconduzem às diferentes formas que pode revestir o direito de liberdade (religiosa, política, jurídica), logo resulta – em ligação íntima à ideia da liberdade de todos e como meio indispensável para assegurá-la – a ideia de igualdade» (Costa, 1996:389-390).

Pois, estamos em presença das ideias dos vintistas, da Monarquia Constitucional e da Constituição de 1822. Estas ideias, conforme mostra Almeida Costa, em alguns casos, encontram «*arquétipos nas doutrinas dos filósofos católicos de S. Tomás aos neo-escolásticos dos séculos XVI e XVII ou nas construções dos filósofos e juristas da chamada Escola do Direito Natural. [...] Isto se não quisermos recuar ao século XIII, à pura consagração instintiva e realista do Espelho da Saxónia<sup>40</sup>, de leis dos nossos primeiros monarcas ou dos forais do direito peninsular, com a sua preocupação de garantir, por exemplo, o direito de resistência à opressão [...]. Dir-se-á que o que se apresentava agora efectivamente original não eram as ideias em si, mas o 'carácter universalista e humano' que elas assumiam, organizadas num sistema completo [...]*» (Costa, 1996: 390-391).

---

<sup>40</sup> *Sachsenspiegel* é uma compilação de direito popular, organizada por Eike Von Repgow, nos anos 30 do século XIII, e que foi um êxito. Eike Von Repgow teve sucesso mesmo fora das fronteiras alemãs, quer com esta compilação quer com as suas ideias de liberdade e igualdade entre todos os homens. Esta compilação foi traduzida para latim, holandês e polaco, sendo fonte de inspiração de vários livros de direito.

Ainda assim, e apesar do aumento do número de periódicos (39 jornais novos logo em 1821)<sup>41</sup>, da renovação gráfica e de conteúdo e do aparecimento da imprensa de opinião, a liberdade de imprensa, em Portugal, conheceu avanços e recuos ao longo do século XIX. Até à publicação da Lei de 22 de Dezembro de 1834, que extingue formalmente a censura prévia, a censura foi coabitando com a liberdade devido à real assumpção da fragilidade do sistema constitucional por parte dos executivos governativos da Monarquia. Vejamos: Apenas meio ano volvido sobre entrada em vigor da Carta de Lei de liberdade da Imprensa de 12 de Julho de 1821, o Congresso constituinte, através da Carta de Lei de 30 de Janeiro de 1822, manda executar o Decreto das Cortes de 29 de Janeiro, que aprofunda o artigo 7.º do Decreto de 4 de Julho de 1821, «tendo em vista a necessidade de que haja sempre quem responda pelos abusos da liberdade da imprensa». Novamente, meio ano depois, a 25 de Junho (1822), é publicada uma Carta de Lei, que manda executar o Decreto das Cortes de 21 de Junho, que precisa o âmbito e define o regulamento do Tribunal Especial da Protecção da Liberdade de Imprensa. Verificamos, assim, que a aplicação da primeira Lei de Liberdade da Imprensa é subsidiária destes decretos (o de 29 de Janeiro e o de 21 de Junho) e que está dependente dos abusos dos periódicos que recorrem, frequentemente, ao anonimato para atacarem, sem risco de punição, os políticos da época.

Progressivamente, a liberdade é mais ameaçada. Um dos mais rudes golpes é dado após a Vila-Francada através do Decreto de 2 de Junho de 1823 que anula a Constituição de 1822 e que, pelo diploma de 6 de Março de 1824, faz regredir a imprensa à situação em que se encontrava antes da liberdade conquistada com a

---

<sup>41</sup> O ano de 1821 é, no primeiro quartel do século XIX, aquele em que surge o maior número de jornais. Este número (39 novos jornais) só será ultrapassado no segundo quartel do mesmo século. Nesta primeira metade do século XIX, sensivelmente, três quartos dos jornais eram publicados em Lisboa e os restantes no Porto, Coimbra, Funchal (um) e alguns no Brasil. Os jornais privilegiam os conteúdos de natureza política e constitucional. O mais lido é então o *Astro da Lusitania* (Lisboa, 30 Outubro 1820-1823), um periódico com publicação às segundas-feiras, quartas-feiras e sábados, com posicionamento editorial ao nível da extrema esquerda liberal, que fazia uma clara oposição ao governo do reino, o que agradava a uma parte significativa da burguesia vintista (Cfr. Tengarrinha, 1965: 81-82).

revolução e a Constituição liberais<sup>42</sup>. A Carta Constitucional, de 29 de Abril de 1826, coloca, de novo, um fim à censura prévia<sup>43</sup>. Porém, esta medida legislativa é pouco duradoura, porquanto, a 18 de Agosto seguinte, entram em vigor as denominadas *Instruções*<sup>44</sup>, segundo as quais são reprimidos os abusos dos periódicos. Durante o reinado de D. Miguel, pelo Decreto de 16 de Agosto de 1828, a censura regressa à Mesa do Desembargo do Paço e o controlo da imprensa é tipicamente absolutista. A este controlo absoluto apenas conseguem reagir os exilados liberais que utilizam a imprensa para manterem vivo, entre si, o espírito revolucionário, para propagandear os ideais liberais em Portugal através dos jornais que fazem entrar clandestinamente no nosso país e ainda para colherem a solidariedade dos governos estrangeiros para com os ideais que haviam estado subjacentes à Revolução Liberal.

## **II.1 Entre avanços e recuos até à *Lei das Rolhas***

Na primeira metade do século XIX, em Portugal, «só na aparência [...] havia liberdade de pensamento e igualdade perante a lei» (Tengarrinha, 1965: 91). O número de jornais publicados varia consoante a legislação em vigor. Vejamos, a título exemplificativo, que em 1821 foram constituídos 39 novos periódicos, mas este número desce nos anos seguintes, só voltando a subir em 1826, com a Carta Constitucional, que anima o aparecimento de 48 novos jornais, para voltar a descer até a apenas seis novos periódicos em 1829 e a nove em 1830. Os jornais são

---

<sup>42</sup> O diploma de 6 de Março de 1824 restabelece a Carta de Lei de 17 de Dezembro de 1794, mediante a qual todos os escritos destinados a impressão deveriam ser submetidos à censura da Mesa do Desembargo do Paço, e revoga a Lei de Julho de 1821.

<sup>43</sup> A Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, pelo § 3.º do artigo 145.º, estipula: «Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometeram no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar».

<sup>44</sup> As *Instruções*, escritas pela mão de Francisco Trigoso de Aragão Morato, têm por objectivo reprimir os abusos dos jornais mas, na prática, anulam as disposições da Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826.

vigiados, os jornalistas são punidos e perseguidos, a imprensa regressa ao estadió de letargia característico do início do século. Só os homens de letras que se haviam exilado no estrangeiro, procurando escapar às represálias motivadas pela sua entrega à causa liberal, conseguem ir contra a corrente dominante, escrevendo, paginando e imprimindo lá fora alguns jornais que constituem então verdadeiras ‘balas de papel’ contra o miguelismo.

Posteriormente, no período de regência de D. Pedro, o Decreto de 23 de Agosto de 1830 anula os actos do governo de D. Miguel após 25 de Abril de 1828, ou seja, os realizados sob a condição de regente ou de rei, o que, implicitamente, anula o Decreto de 16 de Agosto de 1828. Porém, através da Portaria de 19 de Dezembro de 1832 é determinada a necessidade de criar um projecto de decreto tendente a «regular o exercício da liberdade do cidadão na publicação dos seus pensamentos e opiniões por meio da imprensa, conforme o disposto no artigo 145.º § 3.º da Carta Constitucional [...] a fim de que nem falhe à Nação esta fortíssima garantia das instituições livres, este manancial da civilização, nem tão pouco a sociedade tenha de sentir os males que provêm da frequência de seus excessos»<sup>45</sup>. Neste seguimento, os impressores são obrigados a guardarem dois exemplares das obras impressas e, cerca de um ano depois, as circunstâncias da guerra civil justificam, do ponto de vista dos governantes, nova nomeação de censores para «exame e revisão dos papéis e escritos» destinados a publicação, enquanto não se estabelecesse «o juízo por jurados» considerado então «uma garantia indispensável da liberdade de Imprensa» e não existisse uma lei que efectivasse o § 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional<sup>46</sup>.

Como aquelas determinações, entretanto, não satisfazem o governo, este manda publicar a Portaria de 7 de Janeiro de 1834 que aumenta a vigilância sobre as publicações e que apenas é substituída, em 22 de Dezembro (1834), pela Carta de Lei que restabelece a liberdade de imprensa, prescindindo da censura prévia e atribuindo o julgamento dos abusos desta liberdade, primeiro a um júri de

---

<sup>45</sup> *Gazeta de Lisboa*, Decreto de 19 de Dezembro de 1832.

<sup>46</sup> *Chronica Constitucional de Lisboa*, Decreto de 21 de Novembro de 1833.

pronúncia e depois a um júri de sentença. Esta lei é a mais próxima do pensamento dos vintistas e, apesar de todos os atropelos que sofre, muito em virtude das convulsões sociais e revolucionárias que afectam o país, proporciona, entre 1834 e 1851, um desenvolvimento profundo, embora irregular, da imprensa, que é mesmo considerado como «verdadeiramente prodigioso, constituindo porventura a fase mais brilhante do nosso jornalismo» (Tengarrinha, 1965: 105). Este é, de facto, o tempo da eloquência e do jornalismo por excelência. Nas câmaras, os parlamentares manobram as palavras com mestria e, nas Cortes, nos clubes, nos cafés e até em algumas casas, os jornais narram as intervenções dos oradores com uma eloquência idêntica à dos discursos parlamentares. Hoje, quando lemos os jornais da época, o estilo da linguagem escrita permite-nos, facilmente, fazer um exercício imaginativo da leitura em voz alta dos artigos e crónicas, tal é o seu tom oratório<sup>47</sup>.

Há, porém, a princípio, a pretexto de um incipiente movimento revolucionário com epicentro na capital na noite de 11 de Agosto de 1840, um período de supressão das garantias e a consequente suspensão dos jornais, que, mais tarde, é coadjuvada pela publicação de duas portarias que suscitam protestos em todo o país<sup>48</sup>. Estas dificultam a constituição de jornais e facilitam o julgamento numa espécie de processo sumário, abrindo um período, que se estende até 1851, de perseguições aos jornais, seus directores, redactores e impressores, querelas,

---

<sup>47</sup> Após 1834, a vitória do constitucionalismo e a construção de uma sociedade assente em bases burguesas, viabiliza o aumento do número de jornais e a expansão, em termos de tiragem, dos já existentes. Evidentemente, para este período, é difícil averiguar com exactidão as tiragens dos jornais, estimando-se que, em Lisboa, os principais periódicos deveriam publicar entre mil a dois mil exemplares por edição. Porém, o número de leitores é superior devido, sobretudo, ao fenómeno da leitura em voz alta em espaços públicos (clubes, cafés...) ou nas casas particulares das elites burguesas. Contudo, também não sabemos, ao certo, o número de pessoas que se juntavam em volta do leitor 'público', embora se possam apontar, tendo em conta as crónicas lisboetas escritas acerca dessas leituras, cerca de vinte pessoas por jornal. O elevado preço dos jornais (20, 30, 40 ou 50 réis) e a elevada percentagem de iletrados contribui, certamente, para os reduzidos números de vendas. Todavia, não afecta a diversidade nem a quantidade de periódicos, talvez porque estes são os meios de informação e cultura da média e baixa burguesia letrada e vendem a ilusão da participação dos cidadãos na vida pública. Só, na segunda metade do século XIX, as classes populares se aproximam dos jornais.

<sup>48</sup> *Diário das Cortes*, Carta de Lei de 14 de Setembro de 1840 e Carta de Lei de 19 de Outubro de 1840.

multas, prisões de jornalistas e tipógrafos, assaltos às tipografias, enfim, a um conjunto de medidas repressivas que violam a lei de liberdade de imprensa de 1834. Convém lembrar que este é um período de agitação política e social, de substituição do *setembrismo* pelo *cartismo* de Costa Cabral, que é considerado «um dos períodos mais duros e, porventura, mais gloriosos da história da nossa Imprensa» (Tengarrinha, 1965: 122)<sup>49</sup>. Os jornalistas, editores e directores de jornais não se rendem aos mais diversos atropelos à sua actividade e resistem, fazendo jornais e panfletos na clandestinidade.

É, neste contexto, que, em 1848, no dia 25 de Abril, surge o primeiro jornal com o título *A República: Jornal do Povo*, integrando a inscrição manuscrita «Escritos republicanos impressos clandestinamente em Lisboa em 1848». O editorial, assinado por Valete, o pseudónimo de João Cândido de Carvalho<sup>50</sup>, fala por si:

*«Não me vinha à lembrança a mim já quase cadaverizado, e cuja juventude, e mocidade tinha sido passada nos tufões da política, donde me tinha retirado; por ver que os homens cada vez mais se apartavam da natureza, que viria, ainda durante a minha vida, em tempo, em que a força eléctrica dos verdadeiros princípios reanimasse meus entorpecidos membros para escreverem o que o espírito sempre sentiu.*

*Eis-me pois escrevendo a República. Quando um dia vier, e que não dista muito, em que este nome entre nós se torne facto a República, este pobre papelinho, que hoje aparece encapotado,*

---

<sup>49</sup> Cfr. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, ob. cit., pp. 122-141. A Imprensa sob o cabralismo, incluindo a célebre «Lei das Rolhas», é caracterizada como uma das fases mais negras da história da Imprensa portuguesa mas também como um dos períodos mais nobres do jornalismo português do século XIX, porquanto os periódicos não desistem de tentar cumprir a sua missão de informar e formar opinião mesmo perante as maiores dificuldades e violências. Recordemos que, durante o período do cartismo cabralista, as garantias são suprimidas e os jornais são suspensos entre 6 de Fevereiro e 23 de Maio de 1844 devido à revolta de Torres Novas; e, através do Decreto de 7 de Outubro de 1846, motivado pela revolta Maria da Fonte e pelas guerras patuleias que se lhe seguiram, as garantias são novamente suspensas, bem como os periódicos, entre 5 de Novembro e 6 de Dezembro de 1846 e, a partir de então, prorrogadas mensalmente, por decretos sucessivos, com data de dia seis de cada mês de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho e Julho de 1847. O dia seis é, durante estes meses, sinónimo de missiva para os directores e editores a avisar a renovação da suspensão dos jornais.

<sup>50</sup> João Cândido de Carvalho (1803-1857) assina os artigos com o pseudónimo Valete para proteger a sua identidade de padre católico e republicano convicto. São de sua autoria as orações fúnebres de D. Maria II e do comendador Luís António Esteves Freire (1853), bem como *Eduardo ou os mistérios do Limoeiro* (1849) e o *Sermão da Imaculada Conceição Maria Santíssima* (1855).

*culpa dos algozes do pensamento, será o guia do Povo, se o Povo o quiser por guia. – Ele não pede, não se humilha, vai aparecer à luz só confiado no que escrever. Nem a mercadoria impressa precisa ser rogada, quando ela não envolve o gérmen da corrupção.*

*O papel é pequenino, não dá lugar a grandes introduções. – Lê-de a República, e ajuizai dela pelo que lerdes, e não pelos emissários, que ela vos enviar a recomendar-se»<sup>51</sup>.*

No seguimento desta e outras edições de jornais clandestinos contrários à Monarquia, é promulgada a Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850<sup>52</sup> celebrizada como *Lei das Rolhas*, dado que revoga as leis de 22 de Dezembro de 1834, de 10 de Novembro de 1837, de 19 de Outubro de 1840 e demais legislação em contrário, amordaçando os jornais. Entre o primeiro projecto e a lei final, intitulada *Da enumeração e classificação dos crimes ou delitos cometidos pela publicação do pensamento pela Imprensa, por palavras ou escritos*, são precisos seis meses para articular um vasto conjunto de disposições legais que algemam a imprensa, apesar de estabelecerem preliminarmente que «todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar (Carta Constitucional, artigo 145.º, § 3.º)»<sup>53</sup>.

Ao abrigo da *Lei das Rolhas* - composta por 17 páginas, quatro títulos, cinco capítulos e 102 artigos - pouco permanece fora da esfera dos abusos (crimes, delitos e contravenções) puníveis com penas de prisão e de multa. Em síntese, podemos referir que o legislador procura que os julgamentos das infracções possam ser sumariamente feitos pelas Câmaras dos Pares e dos Deputados, não havendo recurso das suas decisões; que, se a infracção se situar fora deste âmbito, seja julgada por um Tribunal Especial de Imprensa; que os jornais sejam suspensos a partir da segunda condenação do seu editor no período de um ano; que a venda nas ruas dos jornais e outros impressos possa ser proibida pelo governo sempre que

---

<sup>51</sup> *A República: Jornal do Povo*, 25 de Abril de 1848, p.1.

<sup>52</sup> Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850, *Diário do Governo*, 10 de Agosto de 1850, n.º 187, pp. 513-530.

<sup>53</sup> Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850, Título I, Capítulo I, artigo 1.º, *Diário do Governo*, 10 de Agosto de 1850, n.º 187, p. 513.

este considerar que está em causa a ordem pública, que os pregoeiros e vendedoras não possam apregoar mais que o título do jornais, entre muitos outros aspectos inibidores da actividade jornalística.

Ora, sabendo-se hoje que os jornais são, então, alvo da ira governamental e policial, sendo mesmo condenados pelas ironias mais subtis, é facilmente compreensível a onda de protestos contra a lei que se inicia na capital e inunda, rapidamente, todo o país<sup>54</sup>. Constatamos que este é um primeiro esboço de um movimento de opinião pública, talvez mesmo o primeiro acto do género em Portugal, o que evidencia o descontentamento das elites mas também da burguesia, e até dos operários, face ao governo, em geral e, em particular, à *Lei das Rolhas*. Aliás, a pressão da opinião pública é tal que a opressão acaba por ser, ainda que ligeiramente, aliviada, isto é, as Câmaras retrocedem e viabilizam a criação de um conselho de jurados em cada círculo, sendo este composto por 180 jurados em Lisboa e no Porto e 90 nos restantes. A estes conselhos de jurados<sup>55</sup> compete, entre outras funções, o conhecimento e qualificação dos crimes ou delitos incluídos nesta lei. Ora, esta disposição, parecendo modesta, é significativa, pois permite uma certa liberdade de imprensa, porquanto, muitas vezes, o então denominado júri de

---

<sup>54</sup> O primeiro protesto contra a *Lei das Rolhas* é o *Protesto contra a Proposta sobre a Liberdade de Imprensa* elaborado por alguns dos mais importantes intelectuais ao tempo. Trata-se de um protesto datado de 18 de Fevereiro de 1850, 18 dias depois da primeira discussão do projecto de lei nas Cortes, e publicado pelos jornais no dia 21 do mesmo mês e ano. Este protesto, a que se juntam, posteriormente, os tipógrafos, os homens de letras do Porto, os estudantes e docentes da universidades de Coimbra, bem como alguns cidadãos ilustres das principais cidades do país, é assinado por diversos vultos da cultura, entre os quais destacamos, a título de exemplo, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, António Rodrigues Sampaio, Lopes de Mendonça, Fontes Pereira de Melo, Bulhão Pato e Latino Coelho. Só para termos uma ideia aproximada da dimensão atingida por este movimento de protesto, vejamos que o jornal lisboeta, opositor ao governo, *A Revolução de Setembro* acompanha diariamente, desde o início, a adesão ao protesto, publicando os nomes que se vão associando, e só consegue terminar a publicação em Junho seguinte. Este movimento de opinião pública acaba por conseguir uma certa diminuição do carácter opressivo da *Lei das Rolhas*, pois consegue incorporar um Conselho de Jurados que garante uma maior liberdade de imprensa.

<sup>55</sup> Notamos que, no âmbito do artigo 14.º, § 2.º, n.ºs 1, 2, 3 e 4, para exercer o cargo de jurados “são unicamente hábeis os cidadãos que, além dos quesitos exigidos pelo Direito Geral do Reino”, cumpram um conjunto de amplas condições económicas e sociais, pelo que, embora os turnos de jurados sejam sorteados, o apuramento dos jurados é altamente criterioso, o que permite ainda algum controlo do processo.



liberdade de imprensa *despronuncia* os directores, os editores e os próprios jornais anteriormente *pronunciados* por um juiz criminal.

## **II.2 Da *regeneração* do jornalismo à *Portaria Muda***

Com a Regeneração, contudo, a imprensa conhece, de novo, tempos de liberdade. E, desta vez, um longo período de liberdade que torna os jornais o centro da vida política e social, à semelhança do que acontece, nesta época, pela Europa<sup>56</sup>. Os regeneradores publicam um conjunto de legislação que está na base da época de desenvolvimento do jornalismo. Para começar, logo em 22 de Maio de 1851, publicam o Decreto que revoga a *Lei das Rolhas*, repondo a legislação anterior reguladora da liberdade de imprensa. Sucessivamente, promulgam decretos e leis, no sentido de repor a normalidade constitucional no que concerne à imprensa. Assim, a 23 de Maio de 1851, decretam o silêncio sobre os processos por abuso de liberdade de imprensa; a 8 de Julho de 1851, regulam a propriedade literária; a 1 de Outubro de 1856, mandam que as colónias ultramarinas apliquem a legislação relativa à liberdade de imprensa em vigor na metrópole; a 12 de Fevereiro de 1862, amnistiam os crimes de abuso de liberdade de imprensa emanados do Ministério Público; a 1 de Julho de 1863, estabelecem os privilégios dos jornais; e a 17 de Maio de 1866, mandam abolir as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica. Aliás, o interesse pelos próprios jornais estrangeiros é tão relevante que o rei D. Luís e o presidente da República francesa assinam, em 28 de Abril de 1880, um acordo bilateral que permite aos habitantes dos dois países tornarem-se

---

<sup>56</sup> Em 1865, é fundado o *Diário de Notícias*, em Lisboa. Apregoado pelos ardinas nas ruas da capital e vendido por apenas 10 reis, um preço que pretende torná-lo acessível a toda a gente, já que neste tempo a média do preço dos jornais é 40 reis. Deste modo, Eduardo Coelho, o seu fundador, procura afirmar o *Diário de Notícias* como um jornal noticioso, sem filiação partidária, que pretendia «interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências». O *Diário de Notícias* reproduzia em Portugal a filosofia editorial do *Daily Courant*, o primeiro diário noticioso inglês, publicado entre 1702-1735, para quem «os leitores são capazes de reflectir por eles próprios».

assinantes de jornais, gazetas, revistas e demais publicações periódicas publicadas em Portugal, França e Argel.

Até aos últimos anos do reinado de D. Luís, o jornalismo português e os seus jornalistas alcançam um prestígio social que lhes abre as portas para elevados cargos políticos. É o caso do jornalista António Rodrigues Sampaio<sup>57</sup>, um dos mais conhecidos e polémicos jornalistas do século XIX, que vem a ser deputado, ministro e presidente do governo, acabando por estar na origem da Portaria de 12 de Outubro de 1881 que limita a liberdade de imprensa e, por isso, é rotulada por Teófilo Braga<sup>58</sup> e, depois, pelos demais críticos, como *Portaria Muda*.

Nesta, o legislador entende que *«tendo a experiência demonstrado graves inconvenientes na publicação das ocorrências policiais, não só pelo desfavor que se lança sobre as pessoas nelas envolvidas (muitas vezes sem justa causa, pela falta de tempo para apurar a verdade dos factos) mas também, e sobretudo, pelo muito que se prejudica a acção da autoridade policial na investigação dos crimes e na descoberta dos criminosos, os quais, advertidos pela imprensa periódica, não raras vezes iludem todos os propósitos dos agentes policiais, e se subtraem, assim, à acção da justiça, há Sua Majestade El-Rei por bem ordenar, que os governadores civis dos distritos e o comandante geral das guardas municipais expeçam as ordens convenientes às repartições e estações de polícia da sua dependência, para que, de agora em diante, não dêem notícia das ocorrências e factos policiais, de que hajam conhecimento no exercício das suas funções, a outras pessoas que não sejam as que, no desempenho dos seus deveres oficiais, tenham de ocupar-se dos mesmos factos e de proceder a respeito deles conforme está disposto nas leis e regulamentos*

---

<sup>57</sup> Sobre António Rodrigues Sampaio, vejamos Jorge Pedro Sousa et al, 2011, *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*, Covilhã, edição Labcom: «António Rodrigues Sampaio foi um dos principais expoentes do jornalismo doutrinário e da política portuguesa do século XIX, podendo ser considerado o político jornalista, ou o jornalista político, de maior sucesso nessa época, até porque, embora por curto tempo, chegou a chefe do Governo». Dirigiou os jornais A Revolução de Setembro e O Espectro, este redigido exclusivamente por si clandestinamente durante a Patuleia. Enquanto foi jornalista, publicista e panfletário luta pela liberdade de imprensa, afirmando: «Antes quero uma Imprensa anárquica do que uma Imprensa perseguida». Quando se torna deputado e governante transforma-se no «paradigma do pragmatismo e da defesa dos progressos materiais do país em detrimento da ideologia e intentou vários processos judiciais contra jornalistas, paradoxalmente por abuso de liberdade de imprensa», até à elaboração e publicação da *Portaria Muda*.

<sup>58</sup> Teófilo Braga denomina a portaria de António Rodrigues Sampaio por *portaria muda* por esta se seguir a anteriores portarias repressivas da imprensa que são denominadas por *portarias surdas*. Vide Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, ob. cit., pp. 166 e segs.

*aplicáveis; na inteligência de que se procederá com severidade contra os empregados a quem toca a execução desta ordem, que deixarem de a cumprir como fica determinado»<sup>59</sup>.*

Devido a esta medida legislativa, que cobre com um manto de silêncio a acção policial, António Rodrigues Sampaio é um dos alvos da fina sátira de Rafael Bordalo Pinheiro, que o considera um dos «coveiros da liberdade de imprensa»<sup>60</sup>, bem como de Gomes Leal que, no poema *O Renegado*, o critica violentamente. Leiamos:

*«Já que El-Rei, teu Senhor – contra a sua Mãe cara,  
assim te premiou a ensanguentada ofensa,  
eu, um juiz também – Juiz de uma outra vara,  
contra ti, velho réu, lavrei esta sentença: [...]  
Quem és? Quem és?... Ó Glória, ó nome hoje avitado?  
Tu foste a Alma do Povo – hoje és um renegado. [...]  
em nome do Direito, em nome desta pena,  
escuta a minha voz, a voz que te condena.  
Tu foste noutro tempo um homem justo, um crente, [...]  
foste vender a honra ao ouro de um senhor.  
Vergonha em teus laureis, e sobre ti traidor  
Que quiseste ser rico, ministro, e nobre,  
Do que ser um ninguém – puro, plebeu, e pobre. [...]  
Vergonha sobre vós, ó vendilhões do templo! [...]*

---

<sup>59</sup> *Diário do Governo*, n.º 235, 18 de Outubro de 1881, Portaria de 12 de Outubro de 1881, p. 2527.

<sup>60</sup> Vide Catálogo da exposição, 2005, *A Rolha... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa, bem como a publicação *António Maria* (Lisboa, 1879 - 1899), na qual Rafael Bordalo Pinheiro satiriza a ausência de liberdade de imprensa. O lápis satírico de Rafael Bordalo Pinheiro escreve que, enquanto afirma pretender prevenir os abusos da liberdade de Imprensa, o governo progressista de José Anselmo Braancamp promete «uma *lei das rolhas* que quer amedrontar a imprensa... que não se deixa amedrontar por esse ‘espantalho’» (*António Maria*, n.º 44, 1 Abril 1880). Um ano depois, ironiza com a possibilidade de vir a ser querelado pela Justiça e satiriza o governo de Fontes Pereira de Melo e o próprio rei D. Luís (*António Maria*, n.º 111, 14 Julho 1881). Acaba mesmo por ser querelado e por ficar a contas com a Justiça mas, ainda assim, nesse ano, recupera o ‘rótulo’ da rolha, epíteto atribuído à Lei de Imprensa de 3 de Agosto de 1850 e produz alguns dos mais belos exemplares da sátira portuguesa.

*que vão vender aos reis as suas convicções! [...]*  
*Assim foste também grande panfletário [...]*  
*Mas tu hoje o que és, [...]*  
*És o que se vendeu! – Tu és uma cloaca. [...]*  
*Velho, escuta, esta voz. – Eu não sei perdoar: [...]*  
*Marcarei para exemplo, ao mundo o renegado*  
*Que depois de haver rido, haver caluniado*  
*uma esposa, uma mãe, um lar, uma rainha,*  
*- no que ela de mais puro e mais sagrado tinha! –*  
*nisso que dói cruel, que mais o peito enluta,*  
*depois de lhe chamar a grande prostituta*  
*nada achou mais abjecto, e nada achou mais baixo*  
*que ser do filho-rei o humilde capacho,*  
*nada achou mais servil, para apagar a ofensa,*  
*do que vender a pena e perseguir a Imprensa!»<sup>61</sup>*

Esta *portaria muda*, tal como as *portarias surdas*, marcam o início de uma série de medidas limitadoras da actividade da imprensa naquelas que são as duas últimas décadas da Monarquia. Já em 1884, o governo sujeitara a apreciação um projecto de reforma da lei penal que estabelecia que alguns dos casos julgados pelo júri passassem a ser da competência do juiz de direito, em polícia correcional. Esta alteração anulava um privilégio da imprensa, pois, se as penas aplicadas aos delitos da imprensa, de acordo com o Código Penal de 1852, em vigor, «excediam quase todos os limites marcados para os julgamentos correcionais», «reduzindo essas

---

<sup>61</sup> Leal, Gomes, 1881, *O Renegado*, A António Rodrigues Sampaio, *Carta ao Velho Panfletário sobre a perseguição da Imprensa*, Lisboa, Tipografia dos Inglesinhos, pp. 6,7, 9, 10, 12, 13, 20 e 29. Gomes Leal critica, neste longo poema, António Rodrigues Sampaio que, de jornalista e panfletário admirado pelos republicanos e respeitado pelos companheiros de ofício, passa a ser deputado e governante limitador da acção dos jornais. Outro dos aspectos criticados é o facto de António Rodrigues Sampaio ter denegrido a rainha D. Maria, mãe de D. Luís, e posteriormente devotar o seu trabalho ao rei.

penas a seis meses de prisão, desaparecia, consequentemente, a competência do júri para o julgamento. Assim, era, não revogado, mas habilmente iludido o disposto pela Lei de 17 de Maio de 1866 (artigos 5.º e 6.º). Os governantes sabiam que evitando [...] a intervenção do júri, limitavam uma das principais salvaguardas da liberdade de Imprensa» (Tengarrinha, 1965: 224-225).

A esta medida legislativa reage, entre outros jornalistas, Joaquim Martins de Carvalho, nas páginas do jornal *O Conimbricense*, considerando que se trata de «amordaçar a imprensa periódica», dado que o governo pretende «agravar e ampliar as penalidades e tirar em grande número de casos ao jornalismo o direito de ser julgado pelo júri para o entregar amarrado ao poder discricionário da polícia correcional»<sup>62</sup>. Os protestos contra a reforma penal multiplicam-se e são protagonizados não apenas por republicanos mas também por alguns dos moderados e dos conservadores. Mesmo assim, não conseguem afastar as perseguições, os processos e as suspensões de jornais que, pelo contrário, aumentam de dia para dia.

Com o *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890 - que, «na sua formulação intimidativa e vexatória», cria «um geral sentimento de insatisfação cívica e uma reacção generalizada de anglofobia, logo volvida, nos sectores mais inconformados, em brados de uma propaganda indignada e activa contra a Monarquia Constitucional» (Homem, 2003: 15) - a sociedade portuguesa sofre profundas convulsões que deixam o regime monárquico à beira do abismo<sup>63</sup>. A agitação subsequente ao *Ultimatum*, vivida no parlamento e nas ruas, reflecte-se nas páginas dos jornais, alguns fundados especificamente para fazerem oposição à Monarquia. Entre estes, contam-se o *República*, o *Justiça Portuguesa*, *A Marselheza* e *A República Portuguesa*. Este publica-se, no Porto, pela primeira vez a 1 de Setembro

---

<sup>62</sup> *O Conimbricense*, 5 de Abril de 1884, p.

<sup>63</sup> Notemos que a situação política portuguesa é de tal ordem grave que os republicanos, apesar de serem pouco numerosos e dos seus poucos meios, conseguem reunir as condições para uma primeira tentativa de derrube da Monarquia, no Porto, a 31 de Janeiro de 1891. A revolta falha, alguns republicanos são detidos, julgados e alguns mesmo condenados ao degredo em África. Mas, desde então, o regime monárquico fica abalado e a imprensa, apesar de mais intensamente perseguida, torna-se mais poderosa.

de 1890, e tem no jornalista e panfletário João Chagas o seu redactor principal, sendo o diário mais fulgurante na crítica às instituições monárquicas e seus principais protagonistas, tendo, por isso, uma importância decisiva na preparação da tentativa revolucionária de 31 de Janeiro de 1891, até hoje identificada como o primeiro ensaio da revolução republicana de 1910. Nas suas páginas, escrevem alguns dos mais relevantes vultos do republicanismo, como Alberto d'Oliveira, Rocha Peixoto, Alves Correia, António Augusto d' Almeida, Basílio Teles, Bernardino Pinheiro, Eduardo de Souza, Gomes Leal, Guedes d' Oliveira, Heliodoro Salgado, Jacinto Nunes, João Novais, José Elias Garcia, José Pereira de Sampaio (Bruno), Júlio de Matos, Latino Coelho, Magalhães Lima, Mariano Pina, Raul Brandão e Teófilo Braga.

Verificamos que a conjuntura em que surge *A República Portuguesa*, bem como os demais jornais referidos, é semelhante àquela em que se verifica o aparecimento de jornais em 1 de Setembro de 1809. Nesta altura, assiste-se ao aparecimento de jornais, que pretendem criar as condições para um levantamento patriótico da opinião pública contra os invasores franceses. Em 1 de Setembro de 1890, *A República Portuguesa* nasce com o objectivo de preparar o levantamento patriótico da opinião pública contra os usurpadores ingleses. Há, porém, uma diferença: *A República Portuguesa* aparece também contra a Monarquia Constitucional e os seus representantes, especialmente contra o Rei, retratando-os a todos como uma espécie de vendilhões do Templo (Portugal e as colónias africanas) aos ingleses.

Se, em 1809, os periódicos se constituem para resistir à invasão francesa, em 1890, são fundados para enfrentar a intimação britânica e para preparar o povo português para uma revolução republicana<sup>64</sup>. Esta pretensão é por si só significativa mas é-o ainda mais se pensarmos que «este é um tempo em que a vontade popular não dispõe de organizações que, de algum modo, a representem e a mobilizem [...]», pelo que os jornais têm a maior importância para o enquadramento e a mobilização

---

<sup>64</sup> Sobre esta temática, vide Noémia Malva Novais, 2010, “João Chagas e a República em letra de forma”. Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *A República e as Letras*, vol. VIII, 243-259.

da opinião pública» (Tengarrinha, 2006: 19). Ciente desta importância dos jornais e minado diariamente por esta acção de oposição ao regime e às instituições monárquicas, D. Carlos manda publicar, logo a 29 de Março de 1890, um decreto que limita a liberdade de imprensa, suprime regalias e estabelece medidas repressivas. A sua motivação está claramente explicitada no extenso relatório que precede o articulado do decreto e em que se refere, nomeadamente, o seguinte:

*«Os abusos de manifestação de pensamento por meio da Imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade. Escrevem-se as maiores injúrias contra o sistema monárquico representativo [...], ofende-se a pessoa do Rei e os membros da família real [...]. Com muita razão dizia, pois, o Ministério transacto que entre nós a Imprensa não raro se excede, substituindo o conselho avisado pelo apodo afrontoso e a discussão serena pela invectiva arbitrária. A continuação deste estado de coisas, [...] é um agente poderoso da anarquia nos espíritos e conseqüentemente um incentivo à desordem no meio social. Por isso urge prover de remédio, coibindo os abusos sem prejudicar a livre discussão e a livre crítica [...]»<sup>65</sup>.*

Embora reconheça que a imprensa periódica «presta serviços relevantes em toda a parte, apreciando e apostolando princípios, sistemas e métodos, censurando faltas, verberando crimes, reclamando reformas e melhoramentos, e promovendo o aperfeiçoamento das leis e dos costumes, e em geral o progresso», o governo, por unanimidade, entende como «um dever inadiável» a alteração da responsabilidade pelos crimes cometidos por abuso de liberdade de imprensa atribuída pela legislação então em vigor apenas ao autor da publicação acusada. Assim, considera que deve ser punido não só o acto difamatório ou injurioso mas também a sua publicidade, pelo que, se o autor do artigo é responsável pelo que escreve, o editor do jornal é co-responsável pela publicação.

Invocando para este decreto a inspiração na lei francesa, o governo estabelece que «o responsável dos periódicos é o seu editor e o da matéria publicada o autor dela», pelo que «este e aquele concorrem essencialmente para a perpetração do delito de imprensa e por isso deve recair em ambos a responsabilidade correlativa a esse delito». O executivo regista, também, a necessidade de estudar e discutir, no seio da própria opinião pública, uma

---

<sup>65</sup> *Diário do Governo*, n.º 76, Decreto de 29 de Março de 1890, pp. 166-172.

disposição legislativa que «obrigue os periódicos a ter um empregado responsável pela administração e além disso um director responsável pela redacção». Estes não são, no entanto, os aspectos mais polémicos do novo decreto. A controvérsia reside, especialmente, na diminuição da pena de prisão correcional relativa a alguns crimes de difamação, de injúria e de agressão injuriosa. O executivo alega que assim harmoniza a legislação relativa a esses crimes com a que diz respeito a delitos da mesma natureza e de não menos gravidade e que aumenta a penalidade com a aplicação de multas, porém, na prática, o que faz é diminuir a intervenção do tribunal de júri no julgamento destes crimes, porquanto os crimes puníveis com pena de prisão correcional até seis meses situam-se fora do alcance deste tribunal, pertencendo, outrossim, e de acordo com outro decreto do mesmo dia 29 de Março (1890), ao domínio da polícia correcional. Esta medida e a suspensão da venda dos jornais por um período de três a trinta dias ou mesmo a supressão definitiva do jornal motivada pela condenação por crimes pouco claros motivam protestos no parlamento e em vários jornais, sobretudo de Lisboa e do Porto.

É, por isso, que o decreto de 29 de Março de 1890 é digno de relevo na história da imprensa portuguesa, porque é elucidativo do grau de elevada «desagregação a que chegara o regime», que é obrigado a recorrer «a meios cada vez mais violentos de supressão das liberdades públicas» (Tengarrinha, 1965: 228). O jornalista Bento Carqueja escreve mesmo um panfleto intitulado *A Liberdade de Imprensa*, que se celebra, precisamente, pela denúncia da severidade deste decreto e do governo de 1890; em seu entender, este decreto representa:

*«[...]uma verdadeira violência, uma ominosa herança da ditadura desse ano, ditadura que se assinalou, sobretudo, pelo alarde no desprezo dos princípios parlamentares, [...] que, constitui verdadeiramente um crime [...]. O decreto de 1890 representa um ataque violento contra a inviolabilidade dos direitos políticos. Efectivamente o exercício desses direitos não podia ser determinado e regulado senão por lei e simples decretos ditatoriais ousaram regular ou antes ferir uma garantia constitucional tão preciosa como é a liberdade de Imprensa e do direito de reunião»<sup>66</sup>.*

---

<sup>66</sup> Bento Carqueja, 1893, *A Liberdade de Imprensa*, Porto, p. 45.



Mais tarde, Trindade Coelho, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, também critica ostensivamente o decreto. Em sua opinião, o que está em causa com o decreto de 1890 é o seguinte:

«Não só os delitos de Imprensa eram todos da alçada do juiz singular; mas as penas corporais, acompanhadas de pesadas multas, tornavam-se taxativas, fixas, em caso de reincidência ou acumulação de delitos; e o jornal, sujeito a ser suspenso temporariamente, era definitivamente suprimido quando houvesse acumulação de três ou mais delitos de certa natureza, ou quando num período não superior a 18 meses se tivessem já efectuado duas condenações. Além disso, o decreto considerava criminosos vários factos que a lei geral (Código Penal) não considerava tais; enfim, um sem número de disposições, igualmente, atentatórias da liberdade de Imprensa e do respeito pelo pensamento, faziam odiosíssimo semelhante diploma»<sup>67</sup>.

De facto, este decreto<sup>68</sup> traduz-se, quotidianamente, em perseguições aos jornais e aos jornalistas, querelas, multas e até prisão de alguns dos mais conceituados jornalistas portugueses da época, como João Chagas, José Alves, Magalhães Lima e Silva Lisboa. A partir do primeiro movimento de revolta republicana, ocorrido a 31 de Janeiro de 1891, no Porto, o governo intensifica ainda mais o controlo e endurece, progressivamente, a repressão sobre os periódicos e os jornalistas e editores, suprimindo mesmo alguns jornais. Seis meses volvidos sobre a revolta de 31 de Janeiro, em Julho de 1891, a polícia apreende, em Lisboa, os jornais *A Justiça*, *União Cívica* e *Revolução de Janeiro* e, no Porto, o periódico *O 31 de Janeiro*. O protesto do jornal *A Revolução de Janeiro*, porém, é publicado noutros jornais e expresso nestas palavras: «Colegas – Acabamos de receber intimação do sr. comissário geral da polícia, o bacharel Cristóvão Pedro de Moraes Sarmiento, para que não continuássemos a publicação do jornal *Revolução de Janeiro*. Sua excelência o sr. comissário diz proceder assim por determinação superior e por motivos de ordem pública».

As apreensões e suspensões de jornais são cada vez mais numerosas, até que, em 1894, se tornam quotidianas. Primeiro, são apreendidos *A Vanguarda* e querelados o *Correio da Noite*, *Correio da Tarde* e *O Dia*. Depois, sem aviso prévio,

---

<sup>67</sup> Trindade Coelho, 1908, *Manual Político do Cidadão Português*, Porto, p. 409.

<sup>68</sup> O decreto de 29 de Março de 1890 só será derogado pela lei de 7 de Julho de 1898 mas, antes desta, são adoptadas várias outras medidas limitadoras da actividade jornalística.

são apreendidos *A Folha do Povo*, *Batalha* e *Correio da Tarde*, todos em Lisboa. Pelo menos temporariamente, esta legislação repressiva provoca uma perda de vitalidade e de impulso revolucionário na imprensa republicana. Apenas alguns jornalistas persistem na luta republicana, continuando a fundar e publicar, sempre durante curtos períodos de tempo, jornais contra a Monarquia. São os casos de João Chagas, que funda *A Marselhesa* (1898) e *O País* (1898), este a que posteriormente se liga França Borges; Magalhães Lima, que fundara *O Século* (1881) e que constitui *A Vanguarda* (1899); José Benevides, que dirigira *A Lanterna* (1899) que agora substitui por *A Pátria* (1899).

Há, contudo, uma certa desorientação no panorama jornalístico nacional que apenas ganha um rumo definido com a criação de *O Mundo* (1900) por França Borges e de *A Luta* (1906) por Brito Camacho. *O Mundo* é, neste período da propaganda republicana, o jornal republicano de maior influência na opinião pública, sobretudo a partir de 4 de Maio de 1906, dia em que, de acordo com o que João Chagas escreve, anos mais tarde, no *Diário*, «trinta, quarenta, cinquenta mil pessoas passam a lê-lo e a disputá-lo. [...] todos os vendedores de jornais de Lisboa correm para a Rua das Gáveas [onde funciona a sede de *O Mundo*] e enchem-na de um lado ao outro», sendo mesmo necessária a intervenção preventiva da polícia. Porém, *A Luta* também ocupa um lugar relevante no jornalismo do tempo, sendo especialmente influente entre os leitores conservadores.

Um número considerável de jornalistas republicanos afirma-se, nesta fase: Teófilo Braga, Sampaio Bruno, João Chagas, Basílio Teles, Francisco Homem Cristo, Consiglieri Pedroso, Brito Camacho, João de Meneses, Mayer Garção, Heliodoro Salgado, França Borges e Tomás da Fonseca, entre alguns outros, são os rostos da resistência à Monarquia e da luta pela República e, por isso, os principais alvos das atenções das autoridades monárquicas que vigiam apertadamente os jornais e intensificam as rusgas policiais no sentido de intimidarem os jornalistas, os tipógrafos e os vendedores, e de impedirem a publicação de notícias desfavoráveis ao regime, aos governantes e ao próprio rei.

Apesar deste controlo apertado por parte das autoridades monárquicas, esta é uma época em que se abre um novo horizonte para a imprensa que começa a

sua transformação industrial e editorial, substituindo o seu apego à opinião pela dedicação à informação. Pela primeira vez, é possível falar em estilo jornalístico, agora assumidamente diferente do estilo literário, sobretudo pela construção frásica simples, de leitura rápida, intuitiva, incisiva, emotiva, enfim, um estilo adequado a todos os assuntos. Esta alteração editorial, aliada à produção mais facilitada e ao alargamento do âmbito dos leitores aumenta, nesta segunda metade do século XIX, o poder de influência dos jornais na opinião pública.

Se bem que aqui reside um dos embaraços do nosso estudo, isto é, a definição do conceito de opinião pública, uma «noção essencial para quem se dedica à história dos meios de comunicação social, mas difícil de apreender, falsamente clara e [que], frequentemente, quando se julga compreendê-la, escapa-se por entre os dedos como areia» (Jeanneney, 1996: 6) e que é classificada por Pierre Laborie<sup>69</sup> como «incompreensível, inconstante, frágil, versátil, ambígua, inconsequente, incoerente, amnésica...» (Jeanneney, 1996: 7). Porém, para o período a que nos referimos, identificamos a opinião pública com o público leitor e ouvinte dos jornais e outros periódicos, dado que estes eram, como vimos anteriormente, lidos em voz alta para grupos de ouvintes em cafés, em clubes e em casas particulares de elementos das elites nobres e burguesas. Na verdade, estamos em presença de uma opinião pública restrita, uma «opinião intensa de uma minoria activa» que pesou mais «sobre o curso das coisas do que as reacções fracas de uma maioria indolente» (Jeanneney: 1996: 13).

Retomando a análise do poder dos jornais junto da opinião pública, embora restrita, da época, verificamos que a introdução do telégrafo, a adopção de uma rede de correspondentes nas principais cidades do país, bem como de enviados especiais aos mais importantes centros de decisão estrangeiros (Londres, Paris, Berlim, Washington...), assim como a constituição de agências noticiosas (a *Havas*<sup>70</sup>,

---

<sup>69</sup> Vide Pierre Laborie, 1998, “De L’Opinion Publique à L’Imaginaire Social”, Vingtième Siècle, n.º 18: 101-118.

<sup>70</sup> A Havas foi fundada em Paris, em 1835, por Charles Havas que seleccionava notícias de periódicos europeus que posteriormente fornecia aos jornais franceses. A Havas deu origem à actual Agence France Press.

em Paris, a *Reuter*<sup>71</sup>, em Londres e a *Wolff*<sup>72</sup>, em Berlim)<sup>73</sup> é facilitadora dessa influência, porquanto permite uma melhoria da qualidade geral da informação que circula nos jornais e, simultaneamente, uma evolução da mentalidade dos que têm acesso aos periódicos que assim se tornam mais abertos às novidades do estrangeiro.

## II. 3 A lei *repressiva* da imprensa de 1907

Em face desta nova realidade, o governo, agora chefiado por João Franco, aperta o cerco à imprensa. Aquela que viria a ser a lei de 11 de Abril de 1907<sup>74</sup>, que D. Carlos manda publicar em *Diário do Governo* a 13 de Abril, e que fica conhecida como a *lei repressiva de 1907*, começa, no entanto, a ser gerada anos antes quando o Partido Republicano, uma década depois da malograda tentativa de revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, inicia um processo de reorganização impulsionado pelo espírito revolucionário de alguns republicanos.

---

<sup>71</sup> A Reuter foi fundada em Londres, em 1840, por Julius Reuters, que até então trabalhara na Havas, em Paris.

<sup>72</sup> A Wolff foi fundada em Berlim, em 1840, por Bernhard Wolff, que até então trabalhara na Havas, em Paris. A Wolff deu origem à Deutsche Presse-Agentur.

<sup>73</sup> A concorrência entre a Havas, a Reuter e a Wolff não se fez esperar, pelo que, em 1869, foi assinado um tratado de aliança entre as agências, de acordo com o qual eram definidas áreas geográficas de uso exclusivo por cada uma das agências, quer para a compilação quer para a transmissão de informação. A Havas ficou com Portugal, Espanha, Itália e império francês. A Reuter ficou com o império britânico e o Oriente. A Wolff ficou com a Áustria, Escandinávia e a Rússia. Até à Primeira Guerra Mundial foi este o panorama entre as agências noticiosas, pois, muito embora tenham surgido outras, não conseguiram subtrair área de influência a estas três agências. Com a Grande Guerra, os EUA vão impor as suas agências ao mundo: a Associated Press (AP) e a United Press International (UPI). O aumento de influência das agências americanas conduz ao fim da aliança entre as agências, em 1930, e à adopção da livre concorrência entre as agências noticiosas.

<sup>74</sup> A Lei de 11 de Abril de 1907, publicada no *Diário do Governo*, n.º 81, de 13 de Abril de 1907, é uma obra da ditadura de João Franco, no reinado de D. Carlos, é considerada uma das mais repressivas leis da imprensa da Monarquia. Sobre a imprensa e as leis que a regulamentam durante a Monarquia leia-se José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1965, e António Borges Coutinho, *Breve Comparação dos Regimes Jurídicos da Imprensa em Portugal – Últimos tempos da Monarquia, República e Estado Novo*, Seara Nova, 1969.

Esta dinâmica republicana incentiva o governo a estabelecer a censura prévia, a assaltar redacções e tipografias de jornais e a vigiar jornalistas e tipógrafos dia e noite. Ainda assim, insatisfeito com os resultados desta actuação policial, o governo de João Franco atreve-se a apresentar, em 28 de Novembro de 1906, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei de imprensa que foi recebido como uma bomba tanto no Parlamento como nos jornais. «Eram muito severas as suas disposições: a classificação dos delitos e as suas penas, a forma de julgamento, a criação do chamado *gabinete negro* para preparar esse julgamento, o alargamento da censura preventiva, a facilidade de apreensão, suspensão e proibição dos jornais, as dificuldades levantadas ao aparecimento de novos [...]» (Tengarrinha, 1965: 236).

Na verdade, este projecto de lei nasce para evitar que a questão dos adiantamentos à Casa Real, introduzida na agenda política pelo deputado republicano Afonso Costa<sup>75</sup> e, imediatamente, reflectida nas páginas dos jornais opositores ao governo, seja debatida na imprensa. Porém, o governo não só não consegue impedir esse debate como também desperta uma onda de contestação dos jornalistas, tipógrafos e proprietários de jornais de Lisboa, Porto e mesmo de outras cidades do país, e ainda consegue levantar contra si a ira de republicanos e monárquicos que, dando voz à contestação, dentro e fora do Parlamento, acusam João Franco e o rei D. Carlos de pretenderem colocar uma mordaza nos jornalistas.

As associações de jornalistas de Lisboa e Porto unem-se num protesto escrito, único, que entregam, em 18 de Dezembro (1906) na Câmara dos Deputados. Esta entrega é precedida de uma espécie de caminhada pelas ruas da capital, entre a sede da Associação de Jornalistas de Lisboa e a Câmara dos

---

<sup>75</sup> Afonso Costa faz um discurso acerca dos adiantamentos à Casa Real no dia 20 de Novembro de 1906. Esse discurso é hoje considerado uma das peças de retórica parlamentar mais brilhantes mas então provocou um incidente parlamentar que levou à suspensão por um mês do próprio Afonso Costa e de Alexandre Braga, outro deputado republicano. Afonso Costa e Alexandre Braga regressam à Câmara de Deputados a 21 de Dezembro seguinte e, nessa ocasião, recebem uma mensagem de protesto contra a sua expulsão subscrita por 44 389 assinaturas. Na sessão desse dia, Afonso Costa discursa, pela primeira vez, contra a projectada lei de imprensa e volta a discursar no Parlamento, a 15 de Janeiro de 1907, sobre a liberdade de Imprensa, precisamente, porque já se preparava esta lei que seria publicada em 13 de Abril seguinte, considerando-a «a mais grave, a mais insultante, a mais vexatória de todas as perseguições [...]». Vide A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 279-284.

Deputados. Alguns republicanos como Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Sampaio Bruno, Bulhão Pato, João Chagas, Brito Camacho, Borges Grainha; alguns directores de jornais como Alfredo da Cunha (*Diário de Notícias*) e Silva Graça (*O Século*); e também alguns monárquicos como Barbosa Colen, Alberto Bessa e Eduardo de Noronha, desfilam em protesto contra o projecto de lei por considerarem que é «o mais iníquo e violento de quantos têm sido apresentados em Cortes ou decretados em ditadura» (Tengarrinha, 1965: 237) e que «a reconstituição financeira, económica, moral e intelectual da Nação é impossível com uma imprensa coacta» (Tengarrinha, 1965: 238). Por isso, pedem aos deputados que «poupem à Nação um atentado inútil e, em vez de hostilizar a maior força social do nosso tempo, dêem à imprensa as garantias de que anda privada, mantendo as já conquistadas, abolindo a censura e a apreensão e restabelecendo o júri para todos os delitos de pensamento, sem excepção» (Tengarrinha, 1965: 238).

Também a Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa elabora um manifesto contra o projecto de lei. Os directores dos principais jornais de Lisboa assinam este manifesto ao país: Alfredo da Cunha (*Diário de Notícias*), França Borges (*O Mundo*), Magalhães Lima (*A Vanguarda*), Zeferino Cândido (*A Época*) e Moreira de Almeida (*O Dia*). E ainda, a Câmara dos Pares também se agita contra o mesmo projecto de lei. Aqui é o monárquico Júlio de Vilhena que assume o protagonismo da contestação quando, em 26 de Fevereiro de 1907, defende intransigentemente o restabelecimento do tribunal de júri para o julgamento dos crimes, ou alegados crimes, da imprensa. Júlio de Vilhena advoga que as leis repressivas da imprensa não contribuem para a consolidação da forma de governo, seja ela monárquica ou republicana.

Apesar do coro de protestos de jornalistas e outros profissionais da imprensa, dos proprietários de jornais e tipografias, de políticos republicanos e monárquicos, o governo é surdo e transforma o projecto em lei a 11 de Abril de 1907. Um dia depois (12 de Abril), o rei D. Carlos determina o encerramento do Parlamento e, um dia mais (13 de Abril), manda publicar no *Diário do Governo* a lei conhecida como a mais repressiva da Monarquia constitucional. As consequências desta Lei da imprensa de 11 de Abril são imediatamente visíveis: a imprensa é

vigiada à lupa pela ditadura franquista, é desencadeada uma repressão sem precedentes sobre as empresas proprietárias dos jornais, os directores e os jornalistas. Os *gabinetes negros* entram em funcionamento, as querelas a jornalistas e jornais sucedem-se umas às outras, as suspensões de jornais diários como *O Mundo*, *O País*, *O Popular*, *Vanguarda*, *A Época*, *Correio da Noite*, *O Liberal*, *O Primeiro de Janeiro*, *A Voz Pública*, *O Dia* e o *Jornal do Comércio* também, e nos tribunais os julgamentos por delitos de imprensa são uma constante. Esta situação é ainda agravada com a publicação de um decreto<sup>76</sup> da ditadura que deixa a imprensa à mercê dos governadores civis que passam a ter nas suas mãos os poderes de apreensão e suspensão de jornais. Em meados de 1907, com os jornais suspensos, alguns directores e jornalistas refugiam-se em Espanha, de onde, por vezes, editam periodicamente algumas publicações. Entretanto, o governo publica um novo decreto que equipara os delitos de imprensa aos delitos políticos e, assim, determina que a instrução e julgamento de uns e outros são da competência do juiz de instrução criminal de Lisboa.

Digamos que o governo de João Franco tenta calar a imprensa através desta lei que Júlio de Vilhena crisma como *ignóbil ferrolho* em evidente associação ao baptismo da lei eleitoral do rotativismo, por João Franco, como *ignóbil porcaria*. Porém, os revolucionários republicanos e monárquicos não se deixam intimidar e não baixam a guarda. Por isso, entre Abril de 1907 e Janeiro de 1908 sentam-se no banco dos réus numerosas personalidades, entre as quais se destacam, por lá se terem sentado mais de uma vez, Guerra Junqueiro, França Borges, Artur Leitão, Brito Camacho, Magalhães Lima, António José de Almeida, José do Vale e Meira e Sousa.

Este cerco à imprensa aumenta, cada vez mais, o descontentamento, pelo que, nos primeiros dias de 1908, já se conspira contra a ditadura e o ditador João Franco, contra o rei D. Carlos e a Monarquia, alguns jornalistas republicanos regressam a Portugal mas, um a um, são presos e proibidos de manter contacto

---

<sup>76</sup> Este decreto de 20 de Junho de 1907 proíbe, logo no artigo 1.º, a circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança pública e decreta que nenhum periódico podia publicar-se sem autorização prévia.

com os seus correligionários republicanos. França Borges, João Chagas, Alfredo Leal e Vítor de Sousa são os primeiros, a 21 de Janeiro, a serem encarcerados na prisão, em Lisboa, sob a acusação de conspiração contra a Monarquia. A 26 seguinte, é também preso António José de Almeida. Ainda assim, a conspiração prossegue e, a 28 de Janeiro, os republicanos tentam derrubar a Monarquia mas sem êxito. São então presos Afonso Costa e Egas Moniz acusados de implicação no movimento revolucionário contra a Monarquia.

Ora, a ditadura quer castigar exemplarmente os revoltosos. Com as prisões e os fortes cheios de suspeitos, o ditador apressa-se a reunir o seu Conselho de Ministros, na sua casa da Rua Alexandre Herculano, em Lisboa, e a redigir um decreto que acaba com as imunidades parlamentares e prevê a deportação para uma das colónias ultramarinas de todos os que atentem contra a segurança do Estado, a tranquilidade pública e os interesses gerais da nação. Mais: o decreto contempla que as condenações sejam decididas pelo governo sem qualquer intervenção do poder judicial. O *Decreto do Desterro* - como ficará conhecido – é levado, no dia 30, em mão, pelo ministro da Justiça Teixeira de Abreu, a Vila Viçosa, onde o rei se encontra, nas habituais caçadas de Inverno. João Franco pretende que o rei assine o decreto a tempo de o publicar e fazer entrar em vigor a 31 de Janeiro, data do aniversário da revolta do Porto (31 de Janeiro de 1891), um acontecimento emblemático para os republicanos. Assim acontece.

No dia seguinte, sábado, 1 de Fevereiro, os jornais diários publicam o decreto na primeira página. Lisboa desperta, como habitualmente, com os pregões dos ardinhas. A notícia causa assombro. Todos se interrogam se D. Carlos regressa a Lisboa nesse mesmo dia, como anunciado. Os mais avisados pensam que soa a provocação. D. Carlos tem consciência da gravidade do decreto assinado em Vila Viçosa. Como relata a *Ilustração Portuguesa*, ao desembarcar em Lisboa, dirige-se a João Franco e pergunta pela situação na capital. O ditador responde que está calma. Garante, assim, a segurança ao rei que é assassinado, conjuntamente com o príncipe D. Luís Filipe, cerca de 100 passos depois, no Terreiro do Paço.



## II. 4 A proximidade da pena e da espada depois do regicídio

No dia seguinte, o regicídio é manchete em todos os jornais. Alguns publicam mesmo uma 2.<sup>a</sup> edição, o que, para o início do século XX, é um feito assinalável, dado que os meios técnicos são escassos e os jornais são compostos manualmente, o que obriga os tipógrafos a trabalharem, em média, cerca de 10 horas por dia, para garantirem a saída dos jornais que, então, são constituídos por duas, quatro ou seis páginas. O recurso à 2.<sup>a</sup> edição é a forma encontrada para noticiarem o duplo assassinato real, já que este aconteceu ao final da tarde e, a essa hora, estariam já prontos alguns jornais.

É o caso do *Jornal de Notícias*, ex-regenerador, agora independente, e, com certeza, um dos mais importantes jornais diários do Porto e do país, ao tempo dirigido por Alfredo de Figueiredo. O título «Assassinato de El Rei D. Carlos e de seu filho o Príncipe Real» é seguido dos subtítulos «Nota oficiosa» e «O novo monarca». Os acontecimentos essenciais são apresentados em três chamadas informativas. Depois, os acontecimentos, neste caso acompanhados de duas imagens representativas do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe, são narrados com recurso à nota oficiosa proveniente do Governo Civil do Porto.

Vale a pena recordar que este é um período em que a pena e a espada andam próximas e os proprietários e os directores de jornais, bem como os jornalistas, estão limitados da liberdade de expressão e são perseguidos, julgados e condenados a penas de multa ou de suspensão dos seus jornais, pelo que não é de estranhar o recurso à nota oficiosa, um procedimento que deve ser entendido à luz das obrigações tácitas decorrentes da lei de imprensa franquista (de 11 de Abril de 1907) então vigente.

Outro diário do norte, *O Comércio do Porto*, dirigido por F. S. Carqueja, igualmente um dos mais influentes a nível nacional, também relata o atentado na primeira página. Eventualmente, devido à hora adiantada a que a informação dos acontecimentos chega ao Porto, o jornal ostenta um título singelo e de tamanho reduzido. À largura de uma coluna – sensivelmente equivalente a duas colunas

actuais dos nossos jornais diários -, escreve «S. M. El Rei D. Carlos» e «S. A. O Príncipe Real». O texto que se segue caldeia as características meramente informativas com a utilização de recursos que apelam à comoção, considerando que o atentado é «uma tragédia tão horrorosa como outra não conhecemos». Já na segunda-feira, dia 3, *O Comércio do Porto*, jornal que Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, denomina como «o primeiro jornal sério da cidade» e aquele que «representa o advento de uma nova era para o jornalismo portuense», publica um suplemento, ao seu número 29, no qual aborda pormenorizadamente o atentado, evidenciando a intenção de transmitir aos leitores que a tranquilidade reina em todo o país. Aliás, já no dia anterior, *O Comércio do Porto* apela para que «a calma dos ânimos» regresse à política e o Estado seja «reabilitado com alicerces nos verdadeiros patriotas».

Ainda a norte, *O Primeiro de Janeiro*, jornal que nasce no seio progressista mas que, não se comprometendo politicamente, apoia discretamente as ideias republicanas, ostenta na sua primeira página a manchete «Os sucessos de Lisboa», devendo a palavra «sucessos» significar aquilo que sucedeu em Lisboa. Seguem-se os subtítulos «Morte do Rei D. Carlos e do Príncipe Real» e «Consequências trágicas de um período de opressão» que, ainda que indirectamente, são a forma encontrada pelo jornal dirigido por Tomás Garcia para indigitar os culpados pelo regicídio. O jornal lamenta não ter, à hora que escreve, «notícias precisas do trágico sucesso, nem facilidade em obtê-las porque o telefone foi vedado ao serviço particular e o telégrafo está funcionando sob a mais rigorosa censura». Assim, é obrigado a limitar-se à publicação da nota oficial proveniente do Governo Civil do Porto. Insatisfeito, arrisca versões ligeiramente diferentes dos acontecimentos e, concluindo que o momento «não é para comentários», recomenda: «o público que aprecie os acontecimentos e quanto de razão tinham aqueles que de há muito clamavam que a marcha desastrosa dos acontecimentos políticos podia levar a um fim triste».

Afinal, *O Primeiro de Janeiro* sempre faz o comentário, como, de resto, é hábito nos jornais da época. A imprensa diária portuguesa ainda se mantinha na «etapa histórica do jornalismo ideológico, dos diários de opinião» (Lemos: 72).

Nesta época, existem, em Portugal, vários partidos políticos e todos publicam o seu jornal. Ora, por vezes, a direcção dos jornais é confiada a políticos que deles fazem tribuna para a defesa das suas ideias. Para mais, alguns dos jornalistas são também políticos que escrevem nos jornais em defesa dos seus ideais e interesses partidários e/ou pessoais, determinando o curso dos acontecimentos políticos e sociais. Ilustrativos desta dualidade são homens como Magalhães Lima, fundador e director de *O Século*, Emídio Navarro, que dirigiu o *Novidades*, França Borges, fundador e director de *O Mundo*, ou Brito Camacho, director de *A Luta*.

A verdade é que estamos no tempo dos chamados jornais políticos. Esta situação não é, aliás, exclusiva de Portugal. Em França, «a política esteve desde bastante cedo associada à imprensa» (Ferenczi:12). Aliás, um pouco por toda a Europa, mas especialmente em França, na Inglaterra e na Holanda, o jornalismo afirma-se «através do cruzamento dos universos da cultura e da política» (Figueira, 2007:27). Evidentemente, há jornais de informação mais generalista, que se apresentam como detentores de uma maior objectividade e independência face aos poderes instituídos. Mas, mesmo assim, são jornais comprometidos com determinados interesses da sociedade. Este é, na verdade, um tempo do jornal comprometido. O jornalista é um elemento «activo e participativo» (Figueira:28), alheio a conceitos como isenção e verdade, hoje elevados à categoria de sacramentos da profissão. O jornalista desta época não se limita a transmitir o que observa e escuta, antes acrescentando os seus próprios comentários e opiniões. O resultado é quase sempre não apenas um retrato da realidade mas uma complexa pintura.

Entre os jornais que então se apregoam como independentes de partidos encontra-se o diário lisboeta *Diário de Notícias* de que é director Brito Aranha. No entanto, sendo um jornal liberal moderado, tanto quanto possível respeitador do rigor da notícia, é, ainda assim, comprometido com os interesses da burguesia. No *Diário de Notícias*, o regicídio é noticiado na primeira página com o título «Morte D' El-Rei e do Príncipe Real D. Luís Filipe», precedido do antetítulo «Gravíssimo atentado contra a família real». A manchete, em grandes parangonas, é seguida de uma entrada, paginada a toda a largura da primeira página e que remete para a

página dois, onde o acontecimento é desenvolvido com grande pormenor. Na entrada, é registado o facto de se tratar do primeiro regicídio da história de Portugal, mas, curiosamente, recordando a existência de tentativas de atentados contra a vida de outros monarcas portugueses. Comparando com outros atentados similares ocorridos no estrangeiro, o *Diário de Notícias* considera o regicídio «mais grave, uma vez que, em simultâneo, é assassinado o rei e o seu filho primogénito». Este jornal evoca também o sofrimento das duas rainhas, a esposa e a mãe de D. Carlos, que, além do mais, como frisa, sofrem «temerosas pelo destino incerto da pátria estremecida», isto é, receiam as consequências políticas do atentado. Digamos, portanto, que o *Diário de Notícias* é, a par com *O Século*, um dos jornais que nos faculta uma das visões mais globais e, em certa medida, mais imparciais, do acontecimento.

*O Século*, jornal dirigido pelo republicano Sebastião de Magalhães Lima, então o jornal mais popular do país e, por consequência, o diário de maior tiragem, escolhe para noticiar o atentado a manchete «Morte de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real», precedida do antetítulo «Os últimos acontecimentos» e seguida do subtítulo «O Infante D. Manuel proclamado rei». Sem receio, *O Século* emite a sua opinião, considerando que «o momento é de imensa gravidade» e salientando que ninguém pensa em ocultar a situação, porque «a nação portuguesa, consciente do perigo, sabedora da verdade, pasma de horror ante essa carnificina, que, num mar de sangue e em nuvens de medonho tiroteio, sacudiu rudemente o trono». Ainda na primeira página, e continuando na página dois, *O Século* publica diversos pormenores do acontecimento, nomeadamente o descarrilamento ocorrido na Casa Branca, a poucos minutos de Lisboa, o desembarque na estação, a recepção à família real e a sessão de cumprimentos, a numerosa assistência, as damas da corte, o Ministério, os primeiros tiros, até à confusão gerada no Terreiro do Paço quando todos tomam consciência de que o rei está morto e o filho está à beira da morte.

Por sua vez, a *Ilustração Portuguesa*, suplemento semanal ilustrado do jornal *O Século*, que tem como director Carlos Malheiro Dias, no dia 3, ainda publica as fotografias do rei e da família em Vila Viçosa, a verdejante vila alentejana, abrigada pela serra de Borba, antiga corte da Casa de Bragança, onde D. Carlos gostava de

passar o Inverno, sobretudo dedicando-se a uma das suas actividades preferidas – a caça de veados, gamos e javalis, que abundavam na tapada real. Conta a *Ilustração Portuguesa* que nunca como neste mês de Janeiro de 1908, a corte se demorara tanto no palácio de Vila Viçosa, o mesmo donde, em 1640, os conspiradores trouxeram para o trono o então duque D. João IV. Só na edição da semana seguinte, que saiu a 10 de Fevereiro, a *Ilustração Portuguesa* começa a folhear o livro do atentado. A partir daí, dedicou várias edições à publicação de numerosas fotografias da família real em Vila Viçosa, algumas da autoria de D. Carlos, outras de D. Luís Filipe e outras ainda captadas por Joshua Benoliel, o fotógrafo mais conceituado na época e, por isso mesmo, convidado habitual de D. Carlos para acompanhar as caçadas. A estas fotografias, seguem-se outras do atentado e, finalmente, páginas e páginas cheias de iconografias do regicídio.

Os jornais assumidamente republicanos, como *O Mundo*, *A Luta*, e o *Vanguarda*, também noticiam o regicídio nas suas primeiras páginas mas utilizam especiais precauções. *O Mundo*, jornal dirigido por França Borges, um dos mais implacavelmente perseguidos pelo governo da Monarquia, dá conta do acontecimento com o título «Morte de El Rei e do Príncipe Real», precedido do antetítulo «Atentado contra a família real no Terreiro do Paço, por ocasião do regresso de Vila Viçosa» e, de seguida, limita-se a reproduzir o breve texto publicado, na noite do dia do atentado, pelo jornal regenerador *Novidades*, abstendo-se de tecer quaisquer comentários, alegando «motivos fáceis de calcular».

*A Luta*, jornal de Brito Camacho, dá também uma notícia breve sobre o regicídio e, na edição de dia 3, justifica esse facto com o «desencontro de informações» verificado no dia do atentado. Refere que «a emoção fácil de compreender e que originava tantos e tão opostos boatos, não permitia redigir [...] uma notícia». Assim se percebe que *A Luta* pretende ganhar tempo para averiguar o que se passou e definir então a sua estratégia de informação. Já esclarecido e decidido, o jornal abre, no dia seguinte, a sua primeira página com uma afirmação de Ferreira do Amaral, intitulada «Um testemunho insuspeito», reiterando que, em Portugal, «existe [...] estadista que tenha as condições de excepção exigíveis para

poder imprimir, na orientação geral do país, um objectivo definido e certo no que respeita a ramo algum da actividade nacional e muito menos no que se refere à defesa das suas fronteiras e das suas colónias». Depois, segue com o relato do atentado, da informação da entrega da cidade ao comando militar, das ruas patrulhadas pela força armada, do reconhecimento dos regicidas, da subida ao trono de D. Manuel II, das mais recentes resoluções do Conselho de Ministros, da constituição de um ministério de acalmação, bem como com a reprodução da nota oficiosa publicada, no dia seguinte ao atentado, pelo *Diário do Governo*.

Aliás, esta nota oficiosa, assinada por D. Manuel II, publicada pelo *Diário do Governo*, é integralmente reproduzida pela maioria dos jornais diários. Apesar de ser uma nota breve, reveste-se de especial relevância, dado que é a primeira manifestação pública de D. Manuel II. Do texto da nota sobressai muito mais do que a manifestação de pesar do jovem rei em face da morte do pai e do irmão. É um texto impregnado da personalidade de João Franco e das políticas da ditadura. Senão vejamos: para além do juramento habitual do novo rei e da garantia de que o mesmo juramento seria ratificado, em breve, nas Cortes Gerais da Nação, a nota finaliza com a seguinte afirmação: «[...] declaro que me apraz que os actuais ministros e secretários de Estado continuem o exercício das suas funções». Assim é transmitida, ao país, uma imagem de normalidade constitucional e de estabilidade governativa. Sabemos, hoje, ilusória.

O jornal *Vanguarda*, que se assume no seu próprio cabeçalho como republicano independente, noticia o atentado com precaução idêntica à adoptada por *O Mundo* e por *A Luta*. Sob a direcção de Magalhães Lima escolhe o título «Morte de D. Carlos e de seu filho D. Luís Filipe» e os subtítulos «A carruagem real é atacada - O infante D. Manuel é ferido - Populares mortos a tiro – Prisões – Proclamação do novo rei – Outros pormenores». A seguir escreve: «Dada a circunstância anormal em que se encontra a imprensa, especialmente a imprensa republicana, e depois do decreto publicado ontem, limitamo-nos a recortar do nosso colega *Novidades* os pormenores acerca dos extraordinários e sensacionais acontecimentos de ontem».

Como vemos, o *Vanguarda* refugia-se no decreto assinado em Vila Viçosa - publicado pelo *Diário do Governo* de 31 de Janeiro e pelos jornais diários de 1 de Fevereiro - para não relatar por palavras próprias o regicídio e, deste modo, não arriscar alguma das sanções previstas na nova lei franquista. Recordemos que este decreto acaba com as imunidades parlamentares e prevê a deportação, decidida apenas pelo governo, para uma das províncias ultramarinas dos que atentem contra a segurança do Estado, a tranquilidade pública e os interesses gerais da nação. Ou seja, de todos os que abrissem a boca ou escrevessem nos jornais algo com que a ditadura não concordasse.

Os receios sentidos e cautelas exigidas aos jornais republicanos vigiados à lupa pela ditadura franquista, não fazem, no entanto, sentido para os jornais do regime como o *Diário Ilustrado*, regenerador liberal, franquista, dirigido por Álvaro Pinheiro Chagas. Assim, o *Diário Ilustrado* enche a sua primeira página com aquilo que denomina como «Infame atentado», seguido do título «Assassinato de sua majestade El Rei D. Carlos e de Sua Alteza o Príncipe Real», incluindo ainda o subtítulo «Proclamação de El Rei D. Manuel». O diário franquista escreve, na primeira página, um longo texto em que considera este atentado como «um dos mais hediondos e infames atentados de que reza a história de todos os povos». Seguidamente, o *Diário Ilustrado* enfatiza que «o momento é para chorar o rei benigno, valoroso, amigo, apaixonado da sua pátria e do seu povo, de cujas glórias fazia um culto, e cujas prosperidades eram do seu espírito o constante e supremo cuidado».

Quanto ao príncipe D. Luís Filipe, retrata-o como uma «pobre e inocente vítima de uma fúria canibalesca, [...] que ainda antes de provar as suas aptidões de reinante foi imolado aos instintos abomináveis de criaturas que uma aberração da natureza colocou entre a espécie humana». Evocando o sentimento de dor da rainha enquanto viúva e mãe, provavelmente para despertar a compaixão das mulheres portuguesas, o *Diário Ilustrado* frisa que o momento «se é de inenarrável dor, é também de molde a exacerbar em todos o sentimento sempre vivo do mais dedicado patriotismo». Em resumo, conclui que D. Manuel «tem em volta do seu

trono a dedicação, o amor e o apoio decidido de todos os portugueses dignos de tal nome».

*A Nação*, jornal monárquico miguelista, dirigido por Franco Monteiro, sabe que, num país como Portugal, no início do século XX, pode mobilizar os populares, pelo que escolhe um título apelativo: «Horroroso crime», ao qual acrescenta um texto à dimensão de toda a página, no qual refere que «nos anais da História portuguesa escreveu-se uma página nova nas suas consequências e única nos seus efeitos tão nefastos como selvagens». Num gesto de apelo à união dos portugueses, sublinha: «Estamos todos de luto. A tragédia de sábado feriu-nos a todos. Nem há já arraiais políticos: há homens, há corações. Não há a dor de uma família augusta: há o sentimento de uma nacionalidade inteira».

Em suma, o regicídio acaba por evidenciar que a imprensa, apenas a preto e branco, com muito reduzido recurso a fotografias ou iconografias, é ainda assim, poderosa. É uma imprensa que relata o acontecimento, transmitindo as informações com assumida parcialidade, omitindo, por vezes, algumas informações; dando, outras vezes, opinião sobre o acontecimento e suas consequências. Enfim, é uma imprensa que apresenta uma narrativa que visa influenciar a formação da opinião pública - uma opinião pública que, à época, é, naturalmente, muito restrita. É, também, uma imprensa que utiliza uma narrativa denunciadora, por um lado, da existência de uma censura institucionalizada e de um controlo dos jornais, mas, por outro, reveladora da persistência de uma luta militante travada em nome de interesses políticos, de ambições pessoais e da liberdade de imprensa.

A linguagem dos jornais diários portugueses evidencia que esta é uma imprensa ligada à política que, ao lado dos comícios públicos, é «a tribuna mais incisiva e de mais profundo efeito, preparando os espíritos para o movimento que eclodiria vitoriosamente em 5 de Outubro» de 1910 (Tengarrinha, 1965: 240). A informação veiculada é assumidamente ideologizada, a linguagem maniqueísta, a escrita adjectivada, a opinião e informação são misturadas no mesmo texto.

Após o regicídio, segue-se uma fase de procura de acalmia, desejada pelo próprio monarca D. Manuel II que manda publicar um decreto, a 6 de Fevereiro (com data de 5 de Fevereiro), revogando os anteriores decretos da ditadura,



respectivamente o de 20 de Junho (1907), o de 21 de Novembro (1907) e o de 31 de Janeiro (1908), e, a 7 de Abril, após reunir o Conselho de Estado, amnistia a imprensa de todos os crimes de que se mantinha acusada. Mas para os republicanos não basta. Afonso Costa, em mais um dos seus discursos parlamentares, desta vez a 19 de Maio (1908), pede o «estabelecimento da lei de 17 de Maio de 1866, sobre a liberdade de imprensa, com excepção do que respeita a habilitação, que a prática mostra dever dispensar-se» (Marques, 1972: 293)<sup>77</sup>. Mas da liberdade de imprensa nem sombra. A Monarquia continua a considerar a imprensa como um perigoso inimigo, especialmente a partir do governo de Campos Henriques (1909), que restabelece a perseguição aos jornais, jornalistas, directores, proprietários e até tipógrafos. Um confronto esmagador entre aquilo que Afonso Costa teoriza em pleno Parlamento, apenas três anos antes, como «carácter opositos» das leis de imprensa. Assim: «quando são liberais, têm o aspecto de *leis de direito político*, protectoras da imprensa considerada como órgão permanente deste novo poder do Estado, que é a opinião pública; e, quando são reaccionárias, transformam-se em *leis de direito penal*, destinadas a ameaçar e a punir malfetores, a impedir o funcionamento normal da imprensa e particularmente do jornalismo» (Marques, 1972: 279-284)<sup>78</sup>. É esta a situação existente quando a República é implantada em 5 de Outubro de 1910.

---

<sup>77</sup> Cfr. *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-5-1908: 8-19.

<sup>78</sup> *Discursos dos Ilustres Deputados Republicanos*, II: 88-111 e *O Mundo*, 16 de Janeiro de 1907: 1-2



### **Capítulo III: A Imprensa na I República: Entre a utopia liberal e a realidade da Guerra**

Ora, em Outubro de 1910, o poder da imprensa é já sobejamente conhecido dos republicanos. Ou a eles não se devesse a queda do regime monárquico, muito por força da acção dos jornalistas, escritores e panfletários republicanos na imprensa da época. Assim, não surpreende que uma das primeiras preocupações dos legisladores do Governo Provisório, logo após a implantação da República, seja, precisamente, revogar a Lei de Imprensa de 1907 e suspender todos os processos relativos à imprensa enquanto não fosse «publicado um novo decreto com força de lei protector da liberdade de Imprensa»<sup>79</sup>. É preocupação dos republicanos «libertar a Imprensa periódica das peias que a limitavam, reconduzindo-a a situação idêntica à dos melhores tempos do constitucionalismo» (Tengarrinha, 1965:243).

Esta medida governamental anuncia uma alteração profunda na situação da imprensa em Portugal concretizada através do decreto com força de lei de 10 de Outubro de 1910, assinado por Joaquim Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado e António Luís Gomes, e regulamentado pelo decreto com força de lei publicado no *Diário do Governo* de 28 de Outubro. Esta Lei de Imprensa de 1910, como regista Arons de Carvalho, «constitui a única Lei que, no período de 1910 a 1926, abrange todos os principais aspectos relacionados com o direito de expressão do pensamento pela Imprensa».

#### **III. 1 A Lei de Imprensa de 28 de Outubro de 1910**

Logo no seu artigo 1.º, a Lei de Imprensa de 28 de Outubro de 1910 consagra o direito de expressão do pensamento pela imprensa, determinando que o

---

<sup>79</sup> *Diário do Governo*, 5 de Outubro de 1910, Decreto de 10 de Outubro de 1910, Artigo 3.º.

exercício da actividade jornalística é «livre, independente de caução, censura ou autorização prévia»<sup>80</sup>. Esta determinação é mesmo reforçada pela redacção do artigo 2.º que estipula a pena de demissão e de multa (de 200 a mil réis), e, quando aplicável, indemnização por perdas e danos, para «a autoridade contra quem o delegado do procurador da República, ou qualquer interessado, provar que submeteu censura, ordenou ou autorizou a apreensão, apreendeu, ou por qualquer forma embaraçou a livre circulação de quaisquer publicações, ainda que para tanto tivesse ordem ou autorização de superior legítimo». Exceptuam-se apenas as apreensões ordenadas e realizadas pela autoridade judicial, administrativa e/ou policial nos casos previstos na lei, nomeadamente no artigo 5.º, de acordo com o qual nenhum periódico poderia publicar-se sem inserir «no alto da primeira página e em todos os seus números [...] o nome do director ou redactor principal (devendo adoptar-se só uma destas denominações), o do editor, o do proprietário e a indicação da sede da administração do periódico e a do estabelecimento onde for impresso»<sup>81</sup>. Aliás, o incumprimento destas normas legais é sancionado com pena de prisão correcional de três a 30 dias e multa correspondente, imposta ao proprietário, ao editor e ao dono do estabelecimento.

Aos proprietários dos periódicos ou, na ausência destes, aos proprietários dos estabelecimentos de impressão, é ainda exigido (artigo 8.º e § único) que entreguem um exemplar de todas as publicações ao delegado do procurador da República na comarca ou juízo de investigação criminal correspondente, bem como aos ministérios do Interior e da Justiça e a cada uma das bibliotecas de Lisboa, Porto e Universidade de Coimbra, sob pena de multa de mil réis por cada incumprimento. Deste modo, para além de garantir o controlo do que é publicado, o legislador assegura a memória futura, pelo menos no que respeita à imprensa. Para melhor clarificação, decreta que entende por imprensa qualquer forma de publicação gráfica e por imprensa periódica ou periódicos quaisquer publicações que não

---

<sup>80</sup> *Diário do Governo*, 28 de Outubro de 1910, Decreto-Lei de 28 de Outubro de 1910, Artigo 1.º.

<sup>81</sup> Outras das excepções a esta disposição são as constantes dos artigos 11.º e § único relativas, respectivamente, à proibição de afixação ou exposição, nas paredes ou em outros lugares públicos, de cartazes, anúncios, avisos ou outros impressos com ofensas, bem como a proibição de exposição e venda de publicações pornográficas ou redigidas em linguagem despejada e provocadora.

tratem exclusivamente de assuntos científicos, literários, artísticos ou religiosos, cuja distribuição se faça em períodos determinados de tempo ou em séries de exemplares ou fascículos.

Entre os abusos de liberdade de imprensa consideram-se, no artigo 10.º, os crimes previstos nos artigos 137.º, 160.º, 181.º, 182.º, 407.º, 410.º, 411.º, 412.º, 414.º, 420.º e 483.º do Código Penal<sup>82</sup>, quando cometidos pela imprensa, e ainda os escritos publicados pela imprensa que contenham injúria, difamação ou ameaça contra o presidente do Governo Provisório ou o Presidente da República. Aqueles artigos respeitam, nomeadamente, a crimes de ofensa pública, difamação, injúria, ultraje e provocação pública ao crime contra qualquer soberano ou chefe de nação estrangeira, autoridades nacionais, ministros, conselheiros de Estado, membros das Câmaras, deputados, magistrados, professores e examinadores e são sempre puníveis com prisão e multa.

Acresce ainda que a publicação pela imprensa de injúria, difamação ou ameaça contra as autoridades públicas é considerada, no artigo 14.º, como feita na presença delas para efeitos deste decreto com força de lei, o que favorece o injuriado, difamado ou ameaçado e transfere, no artigo 17.º, o ónus da prova para os autores da injúria, difamação ou ameaça que «é sempre obrigado, em todos os casos de difamação, a provar a verdade dos factos imputados, seja qual for a qualidade da pessoa difamada, e respeite ou não essa ofensa ao exercício das suas funções»<sup>83</sup>, à excepção de quando são dirigidas contra o Presidente da República, do governo, dos soberanos e chefes de nações estrangeiras e ministros diplomáticos de nações estrangeiras em que «não é admissível prova da difamação nem da injúria»<sup>84</sup>, pelo que, nestes casos, os autores são implicitamente considerados culpados.

---

<sup>82</sup> O Código Penal em vigor em 1910 é o Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, revisto posteriormente e aprovado pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886 e publicado no *Diário do Governo* de 20 de Setembro de 1886.

<sup>83</sup> *Diário do Governo*, 29 de Outubro de 1910, I Série, Número 21, p. 206.

<sup>84</sup> IBIDEM.

O carácter liberal desta lei é também evidente no seu artigo 13.º que admite a discussão e a crítica «de diplomas legislativos, doutrinas políticas e religiosas, actos do governo, das corporações e de todos os que exercem funções públicas», justificando esta permissão, por um lado, com a necessidade de «esclarecer e preparar a opinião para as reformas necessárias» e, por outro, de permitir aos periódicos e, conseqüentemente, à opinião pública, a vigilância da execução das leis, das normas da administração pública e do respeito pelos direitos dos cidadãos. Em caso de abuso de liberdade de imprensa, tal como nos casos acima referidos, são criminal e sucessivamente responsáveis o autor do escrito, o editor, o proprietário e o dono do estabelecimento em que tiver sido feita a impressão do periódico, sendo que, nos casos a que se refere o artigo 13.º, o director ou redactor principal do periódico é considerado o autor de todos os escritos não assinados de natureza exclusivamente política e de crítica aos diplomas e actos do governo.

Porém, no sentido de garantir o respeito pelos direitos dos cidadãos, esta lei, no seu artigo 28.º, restitui ao tribunal de júri o poder de julgamento de todos os crimes de liberdade de imprensa, e, no seu artigo 29.º estabelece, detalhadamente, em 17 pontos, a forma do processo de determinação da responsabilidade por abuso de liberdade de imprensa. Deste modo, os republicanos lançam as bases para uma ampla e responsável liberdade de imprensa. No entanto, esta liberdade é, por vezes, condicionada, pois, tal como no tempo da Monarquia existem os jornais dos aparelhos partidários, também na I República vão continuar a existir os jornais associados aos partidos políticos republicanos, aliás, quase todos os partidos têm os seus jornais diários. Os três novos partidos resultantes do Partido Republicano Português têm o seu órgão oficioso: *O Mundo* é o jornal do Partido Republicano Português/*Partido Democrático*, de Afonso Costa; o *República* é o órgão do Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida; *A Luta* é o diário da União Republicana, de Manuel de Brito Camacho. O próprio Machado Santos, o herói da rotunda, um dos principais responsáveis pela implantação da República, não alinhando com estes três principais partidos, tem o seu próprio grupo partidário e o respectivo jornal – *O Intransigente*. Portanto, as dissensões partidárias, verificadas após as eleições presidenciais de 1911, trazem consigo novos jornais republicanos.

Aliás, neste período, predominam os periódicos republicanos comprometidos com os partidos do aparelho político, mas gozando de liberdade de expressão. Digamos que existe uma liberdade de imprensa comprometida, mas comprometida por vontade própria dos promotores dos diários, sejam directores, editores ou tão só redactores.

Esta primeira lei de imprensa da República contrasta profundamente com a lei de imprensa herdada da Monarquia. É uma lei que nasce a partir de um projecto de lei de imprensa apresentado, em 1908, pelo então deputado republicano Afonso Costa, em resposta à abertura manifestada pelo Rei D. Manuel II a seguir ao regicídio. Insatisfeito com as concessões de D. Manuel II, Afonso Costa apresenta então um projecto de lei de imprensa, liberal, inspirado na lei de imprensa regeneradora, de 1851, que os republicanos consideram a mais liberal e constitucional de todas as leis de imprensa portuguesas, aliás, correspondente ao período áureo da imprensa nacional. No entanto, esta lei vai ser gradativamente apertada. Apenas dois meses depois, e devido, essencialmente, ao perigo de restauração monárquica, o governo promulga um novo decreto com força de lei (a Lei de 28 de Dezembro de 1910)<sup>85</sup>, definindo, logo no seu artigo 1.º, que os crimes de atentado e ofensas contra o presidente do Governo Provisório ou o Presidente da República seriam punidos «nos mesmos termos em que anteriormente à abolição da Monarquia em Portugal tais actos eram puníveis quando cometidos contra o rei»<sup>86</sup>. Do mesmo modo, explicita as penas em que incorreriam aqueles que tentassem «restabelecer a forma de governo monárquica, ou por outro modo destruir ou mudar a forma republicana de Governo», ou que tentassem «destruir a integridade da República» ou, entre outros, os que «de viva voz ou por escrito publicado, ou por outro meio de publicação» desrespeitassem os representantes máximos e os símbolos da pátria, bem como lançassem boatos falsos<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> *Diário do Governo*, 29 de Dezembro de 1910, I Série, Número 72, pp. 976-977.

<sup>86</sup> IDEM, p. 977. Refira-se que estes crimes seriam punidos de acordo com os artigos 163.º a 165.º e 167.º a 169.º do Código Penal.

<sup>87</sup> IDEM, p. 977, artigos 2.º, 3.º e 4.º.

Em 1912, devido, especialmente, às incursões monárquicas, mas também à desordem social provocada pela agitação operária, o Congresso da República decreta, e o Presidente da República Manuel de Arriaga promulga, a Lei de 15 de Julho composta por apenas três artigos. O artigo 1.º autoriza as «autoridades judiciais, administrativas e policiais a apreender ou mandar apreender os periódicos, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que forem expostos à venda, ou por qualquer modo distribuídos ou afixados ou expostos em quaisquer lugares públicos» e que «contenham ultraje às instituições republicanas e injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República no exercício das suas funções ou fora delas» e ainda outras ofensas pessoais previstas no Código Penal. Deste modo, o legislador revoga os artigos 2.º, 5.º e 11.º do decreto com força de lei de 28 de Outubro de 1910, assim como a legislação em contrário<sup>88</sup>. Assim, o poder executivo fica também autorizado «a exercer a atribuição do n.º 16 do art. 26.º da Constituição tanto quanto seja necessário para garantir a defesa da República e assegurar a ordem em todo o país».

Um ano depois, em 1913, o governo, através do ministério do Interior e da Direcção Geral de Administração Política e Civil, publica a portaria de 28 de Agosto<sup>89</sup>. Esta portaria denuncia o seguinte: «tendo sido ordenada aos governos civis a organização de uma lista das publicações periódicas efectuadas nos seus respectivos distritos, para se apurar o exacto cumprimento da lei de imprensa, verificou-se, pelos recebimentos no arquivo deste Ministério, que elas eram em grande parte incompletas, por isso que muito maior era o número de jornais recebidos». Assim, o governo manda «estranhar a falta de cuidado com que procederam as repartições por onde esse apuramento se fez» e ordena que pelos mesmos governos civis se mande repetir com urgência a mesma tarefa, da qual será tomada a responsabilidade especificada no caso de haver lacunas inadmissíveis em tal serviço.

---

<sup>88</sup> *Diário do Governo*, n.º 164, 15 Julho 1912, p. 2630.

<sup>89</sup> *Diário do Governo*, n.º 204, 1 Setembro 1913, p. 3293.



Na prática, esta portaria, assinada pelo ministro do Interior Rodrigo José Rodrigues, denuncia a intenção governamental de exercer uma apertada vigilância da imprensa. Em abono desta tese há a publicação do decreto n.º 116<sup>90</sup>, pelo Ministério do Interior, definindo várias providências para o cumprimento das disposições legais relativas à remessa de um exemplar de todas as obras impressas aos ministérios do Interior e da Justiça e às bibliotecas de Lisboa, Porto e Coimbra. Esta disposição promove o cumprimento dos artigos 8.º e 9.º do decreto com força de lei de 28 de Outubro de 1910 e ainda manifesta a conveniência dessa obrigação ser fiscalizada.

Assim se verifica que os republicanos, conhecedores do poder dos periódicos desde os tempos da propaganda republicana contra a Monarquia, sobretudo a partir da década de 90 do século XIX, sabem que, controlando os jornais, chamam a si a formação da opinião pública portuguesa que, por essa altura, reage com insatisfação à instabilidade política dos primeiros três anos da República que nem a notícia do primeiro *superavit* nas Finanças republicanas, alcançado pelo governo de Afonso Costa, consegue acalmar<sup>91</sup>. Por isso, apesar das contas públicas estarem regularizadas, a República entra em 1914 em ambiente de instabilidade política e social.

### **III. 2 A restrição da liberdade de imprensa em face da guerra**

Porém, Portugal não está isolado do mundo. A Europa, que corra atrás de armamento desde as últimas décadas do século XIX, está a ferro e fogo. E os jornais alinham-se dos dois lados das barricadas, fazendo jus às palavras de Antero de Quental, escritas anos antes numa carta a Henrique das Neves, seu amigo de S.

---

<sup>90</sup> *Diário do Governo*, n.º207, 4 Setembro de 1913, p. 3327.

<sup>91</sup> Afonso Costa é então ministro das Finanças. A 30 de Agosto, publica (DG, n.º 203, pp. 3277-3279), o relatório sobre os resultados gerais da gerência de 1912-1913 com um *superavit* de 111.125, 10 escudos, remetendo o sucesso do orçamento para a sua gestão feita com «esforço, cuidado e perseverança».

Miguel (Açores), proprietário do jornal *Gazeta Açoriana*, que acabou no 12.º número por ausência de interesse do público.

*«Quanto ao jornal, sem ser astrólogo eminente, tirei-lhe o horóscopo logo à nascença, e concluí do seu mesmo merecimento que brevíssima lhe seria a duração. O que diz do jornalismo em S. Miguel (e devia dizer em Portugal) são verdades puras. Mas deixe-me dizer-lhe [...] que labora em ilusão supondo que é possível criar e fazer durar uma publicação superior em moralidade e ilustração ao nível moral e intelectual do público. É ilusão supor isso, porque não lendo ninguém senão o que lhe agrada, o público nunca favorecerá senão o que estiver à sua altura, e por isso o jornal para durar, será sempre e necessariamente o espelho lisonjeiro do público e não o seu mestre severo. Os jornais só vivem fazendo-se os confidentes de comédia do público, das suas paixões, dos seus erros, das suas ilusões, e não os seus apóstolos. Bem sabe que o próprio do apóstolo é ser lapidado. Dir-me-á que nalguns países há jornais dignos, morais, inteligentes e desinteressados que se sustentam. Responder-lhe-ei que isso prova simplesmente que nesses países há já um grupo de leitores, uma camada social dotada dessas virtudes e qualidades, forte bastante em número para poder sustentar um jornal que seja órgão dessas suas aspirações. A morte do seu jornal é mais uma prova de que em Portugal não existe ainda tal camada social ou grupo de leitores. Isto é desconsolador, mas... [...] Muito tempo será necessário, e muitas revoluções, para que isto mude. Até lá a nossa atitude deve ser a dos estóicos antigos: o protesto sem ilusões [...]»(Quental: 149-156.)<sup>92</sup>.*

É por esta mesma razão que Aquilino Ribeiro escreve, por esta altura, que quem governa o mundo «não é Deus, nem o monarca, nem a lei, nem o ditador mais ditador!», mas «os caracteres de Gutenberg com a bobina de papel em rotativa Marinoni» (Aquilino Ribeiro, 1915: 149). Refere-se ao período em que eclode a Primeira Guerra Mundial e reflecte que a imprensa é mais poderosa que os governos dos países, mesmo que estes sejam governos ditatoriais. Aquilino Ribeiro é, como vimos anteriormente, violento na crítica. Entende que, de ambos os lados da contenda que se abre na Europa, com a França e a Alemanha no centro da guerra que deflagra em Agosto, «a cortesia, a lógica o escrúpulo da verdade e do direito foram varridos do papel; ficou senhora absoluta a palavra primária, sentimental e imperativa que não admite contradita nem tem sombras de dúvida». Evidentemente que Aquilino escreve em França, o centro nevrálgico do conflito mundial, e, entre nós, a imprensa não abre imediatamente fogo sobre o inimigo no

---

<sup>92</sup> Esta Carta de Antero de Quental a Henrique das Neves, datada de Vila do Conde, 26 de Julho de 1888, encontra-se publicada em *Cartas de Antero de Quental*, 1915, Coimbra, Imprensa da Universidade, 149-156.

início da guerra, no Verão de 1914. No entanto, só teoricamente mantém o direito de liberdade de expressão definido na Lei de 28 de Outubro de 1910 e consagrado na Constituição de 1911<sup>93</sup>, e, mesmo assim, já apertado pelas medidas legislativas de 1912 e 1913. O governo chefiado por Bernardino Machado, ciente de que a palavra move o mundo, aperta o controle sobre a imprensa através da publicação do Decreto n.º 1:117, de 28 de Novembro (1914)<sup>94</sup>, que vem «coibir a publicação de notícias relativas ao movimento das forças militares sem a conveniente garantia de autenticidade e sem que seja guardada a discrição que verdadeiramente se impõe no actual momento». Deste modo, os jornais só podem divulgar informações oficiais, dos ministérios da Guerra, Marinha e Colónias, relativas às tropas de terra e mar. Estes ministérios ficam obrigados a produzir informação diária para os jornais e a publicá-la no *Diário do Governo* do dia imediatamente a seguir, de modo a que o Ministério Público possa fiscalizar as publicações na imprensa.

Convém aqui recordar que as tropas portuguesas combatiam em África contra as forças militares alemãs desde Agosto de 1914, de tal modo que «sem que o estivesse, *de jure*, Portugal estava, de facto, em guerra desde meados de 1914» (Teixeira, 1996: 62) embora tendo declarado neutralidade e combatendo num teatro de operações secundário em Angola e Moçambique. Um combate em defesa das colónias africanas que não obrigara a uma declaração de guerra nem a uma clara beligerância e que é consensual na sociedade portuguesa, porquanto pretende assegurar a soberania e a integridade colonial. Uma intervenção militar que não é ainda decisiva do ponto de vista militar e ou diplomático, já que o palco principal da batalha é a Europa. Por isso, em Portugal, discute-se a intervenção ou a não intervenção do país na guerra europeia. O consenso nacional desejado pelo governo não é alcançado. Surgem mesmo divisões políticas em resultado das discussões no Parlamento, na imprensa e nas ruas em torno da ideia de Portugal participar na guerra na Europa e, por isso, os jornais, arautos do intervencionismo e

---

<sup>93</sup> A Constituição de 1911 estipula, no seu artigo 13.º, que «A expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar».

<sup>94</sup> *Diário do Governo*, 30 Novembro 1914, n.º 224.

do anti-intervencionismo, são vigiados atentamente desde o início do conflito mundial<sup>95</sup>.

Em 1914, há logo alguns casos de suspensão e apreensão de jornais. Os motivos, no entanto, nem sempre se relacionam com o conflito mundial. Por vezes, os periódicos são suspensos ou apreendidos sob a acusação de contribuírem para a insegurança, a desordem e a intranquilidade nacionais, bem como para o descrédito das instituições republicanas. Entre os jornais suspensos por este tipo de acusação conta-se o *Diário da Manhã* que, depois de ter sido apreendido quatro vezes em seis dias e do chefe de Redacção ter sido preso, através de uma carta enviada a outros diários, datada de 17 de Agosto (1914), torna pública a sua indignação expressa nas seguintes palavras: «Resta-nos duas soluções: ou ficarmos sujeitos a escrever para a polícia e para o governo, ou suspendermos até que volte a haver [...] liberdade de imprensa neste país» (Lemos: 120).

Outro dos casos emblemáticos da situação da imprensa é o que envolve o jornal *A Luta*, de Brito Camacho, que é um dos primeiros jornais impedidos de sair para as ruas da capital, logo em Dezembro de 1914, apenas cinco meses volvidos sobre o início do conflito armado, por apresentar um artigo desfavorável à política *intervencionista* do governo democrático chefiado por Azevedo Coutinho. Brito Camacho, responsável máximo pelo jornal e chefe unionista, tradicional opositor dos democráticos, tenta publicar um artigo de sua autoria, no qual explicita a sua posição face à participação de Portugal na guerra, mas é impedido pela polícia que cerca a sede do diário unionista. Impedido de imprimir *A Luta*, Brito Camacho manda fazer a impressão de *A Notícia*, uma réplica de *A Luta* mas que não integra o seu artigo relativo à guerra. Ainda assim, Brito Camacho consegue publicar um outro artigo intitulado «A censura prévia e a Lei da Imprensa», no qual sustenta que, apesar da lei da imprensa proibir a censura prévia, o governo democrático exerce a censura prévia. Na mesma edição de *A Notícia*, mas noutro espaço,

---

<sup>95</sup> Sobre o consenso nacional desejado e nunca atingido leiam-se Filipe Ribeiro de Meneses, 2000, *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra, 1916-1918*, Lisboa, Cosmos; Noémia Malva Novais, 2006, *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra, 1914-1918*, Coimbra, MinervaCoimbra; Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa.

descreve as medidas tomadas pelo governo, através do recurso à intervenção policial, a fim de impedir a publicação de *A Luta*, acusando o governo de ter «rasgado a Constituição»<sup>96</sup>.

Enquanto Brito Camacho questiona «com que direito, à sombra de que lei», está a imprensa «sujeita à censura prévia?», o governo continua a garantir a existência de liberdade de imprensa em estrita obediência à Lei da Imprensa de 1910 e à Constituição de 1911. A verdade, no entanto, é que as suspensões e apreensões de jornais começam a criar inquietação no sector, até porque lançam no desemprego dezenas de profissionais, nomeadamente jornalistas, tipógrafos, distribuidores, para desespero das suas famílias.

Portanto, numa primeira fase da guerra, que situamos entre Agosto de 1914 e Março de 1916, a imprensa portuguesa mantém apenas teoricamente o direito de liberdade de expressão, pois, na prática, esse direito vai sendo limitado pela possibilidade de suspensão, apreensão, aplicação de penas de prisão aos directores de jornais, aos jornalistas e aos proprietários das tipografias, assim como da aplicação de multas pecuniárias. Mesmo assim, neste período, a imprensa acompanha as sessões parlamentares, dando conta das acesas discussões entre governo e oposição; observa a preparação do contingente militar para a guerra, bem como reflecte as negociações diplomáticas que vão sendo desenvolvidas, nomeadamente entre Portugal e a Inglaterra e entre Portugal e a França. Os jornais publicam ainda as notícias que chegam dos campos de batalha através dos telegramas difundidos pelas agências noticiosas. Os jornais *intervencionistas*, defensores da participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, como *O Mundo*, o *República* e *O Século* têm a vida facilitada; os *anti-intervencionistas*, opositores da política de guerra portuguesa, como *A Luta*, *O País*, o *Portugal*, são alvo de rigorosa vigilância.

---

<sup>96</sup> *A Luta*, 23 de Dezembro de 1914.

### **III.2.1 A apreensão administrativa de publicações periódicas e as reacções dos jornais: o Decreto 2270 de 12 de Março de 1916**

Desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, e da consequente participação efectiva de Portugal nos combates que se travavam, há já um ano e meio, na Flandres, ao golpe de Sidónio Pais (entre Março de 1916 e Dezembro de 1917), a imprensa nacional sofre um rude golpe na liberdade de expressão, passando a estar sujeita a censura prévia - uma censura de guerra (Carvalho, 1999: 14).

Digamos que, nos países beligerantes, desde o início das hostilidades, e em Portugal, a partir da declaração de guerra alemã, se assiste ao regresso a uma concepção absolutista de censura. Ou seja: «o que interessa é a salvação pública, não a opinião, a qual é por natureza eminentemente contraditória» (Barreto e Mónica, 1999: 275). A censura prévia é apresentada como garantia da defesa nacional e a opinião pública como uma espécie de alvo indefeso de uma imprensa enfeudada a interesses invisíveis ou inconfessáveis que se dedicava a iludir e transviar multidões. Certos doutrinários políticos e governantes proclamam o dever de não «abandonar a opinião pública a si própria» ou às forças que a pervertiam, propondo a utilização da censura prévia (muitas vezes associada à propaganda de Estado) «como um auxiliar corrente da governação, utilizável para fins que transbordavam notoriamente do circunstancialismo da guerra»<sup>97</sup>.

Neste contexto, através da imprensa controlada pela censura de guerra, a opinião pública acaba por ser dirigida e mobilizada, alegadamente, em defesa do interesse nacional, não só contra o inimigo externo, mas também contra aqueles que, acusados de serem germanófilos, são descritos como inimigos internos. Portugal, então ainda neutral, é aliado de Inglaterra e, bem assim, amigo da França. É esta a constatação de Aquilino Ribeiro que, logo em inícios de Agosto de 1914, considera que, na missão de apoiar a causa da França e indispor o mundo contra a Alemanha, «combatem melhor e mais utilmente os jornalistas e homens de letras

---

<sup>97</sup> *A Luta*, 23 de Dezembro de 1914.

com a pena que os soldados, tenham embora tempera de leões, com a lebel» (Aquilo Ribeiro, 1975: 88), pelo que – acentua – «sob o fogo diabólico da imprensa os alemães estão em maus lençóis» (Aquilo Ribeiro, 1975: 96).

Por cá, os principais jornais entendem que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal força o governo a restringir a liberdade de imprensa, por isso aceitam, com relativa naturalidade, a Lei n.º 491 e o Decreto de 12 de Março de 1916. Pela Lei n.º 491, o Congresso da República decreta, em artigo único, que o poder executivo passa a ter «todas as faculdades necessárias ao estado de guerra com a Alemanha». Através do Decreto de 12 de Março (1916), o legislador confere poderes às autoridades policiais e administrativas para apreenderem as publicações que atentem contra a segurança e defesa nacionais, prejudiquem as operações relativas à guerra ou publiquem propaganda contra a guerra. E sempre que as autoridades considerem que as publicações contêm ofensas à dignidade ou ao decoro nacional podem mesmo decretar a suspensão por um período de três a 30 dias.

O artigo 1.º deste decreto refere explicitamente que «é permitido às autoridades policiais ou administrativas apreender ou mandar apreender os periódicos ou outros impressos, e escritos ou desenhos de qualquer modo publicados, nos quais se divulgue boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado, no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar». O artigo 2.º contempla a possibilidade de suspensão que compete ao governador civil do distrito sede da publicação. Este decreto recupera as leis de 9 e 12 de Julho de 1912 no que respeita à possibilidade de apreensão de publicações mas, no artigo 3.º assegura que a apreensão «não será em caso algum precedida de censura» mas será «sempre acompanhada e seguida das medidas complementares indispensáveis para eficazmente impedir a circulação do impresso, escrito ou desenho apreendido»<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> *Diário do Governo*, n.º 47, 12 Março 1916.

Contudo, as autoridades alargam a acção a assuntos relacionados com a agitação social e as discussões no parlamento. Seja por «desencontros na interpretação dos limites impostos pela letra da lei» (Carvalho, 1973: 14), seja por expresso abuso, o certo é que estes abusos provocam uma forte contestação por parte dos directores de jornais, que se sentem prejudicados por terem os seus periódicos apreendidos após a impressão ou, mesmo quando não se verifica a apreensão, devido à acção das autoridades, perderem os correios, não conseguindo fazer chegar, em tempo útil, o jornal aos leitores. Perante estas queixas, o governo opta por instituir um regime de censura prévia, mas não sem antes garantir que esta decisão não significa «hostilidade contra os jornais», antes visando «diminuir-lhes, na medida do possível, os prejuízos causados pela fiscalização rigorosa que a actual situação aconselha que se exerça sobre todas as publicações periódicas»<sup>99</sup>.

O anúncio foi feito aos directores de jornais pelos ministros do Interior e da Justiça, a 19 de Março (1916), apenas sete dias depois da publicação do decreto 2270 que, como vimos, alarga as possibilidades de apreensão de publicações mas afasta qualquer ideia de censura. A maioria dos jornais reflecte, nas edições do dia seguinte, o seu ponto de vista que, em suma, significa que preferem a censura prévia à apreensão, mas, ainda assim, com crítica ao governo e justificação perante os leitores. Atente-se, a título exemplificativo, no *República* que acusa o governo de ser «juiz e fiscal exclusivo das informações e considerações relativas à beligerância e à segurança da defesa nacional»<sup>100</sup> mas atenua a crítica, considerando que «só as circunstâncias justificam tal medida, aliás apenas exclusiva a esses dois assuntos, seguindo-se assim compreensivelmente o processo adoptado em todos os países que se encontram em estado de guerra»<sup>101</sup> e salientando que são «leais» os «propósitos do governo» sobre a censura prévia que o jornal prefere denominar

---

<sup>99</sup> *O Século*, 20 Março 1916.

<sup>100</sup> *República*, 20 Março 1916.

<sup>101</sup> *República*, 20 Março 1916.



por «exame premonitório dos jornais feito sem nenhum propósito agressivo e molesto»<sup>102</sup>. Como se verá adiante, a lei alargará o raio de acção e a censura.

### **III.2.2 A Lei n.º 495 - *lei da censura prévia* -, as reacções dos jornais e a oposição da União Republicana**

A Lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, regulamentada por decreto três dias depois (decreto de 31 de Março) é apresentada no Congresso da República pelo ministro da Justiça e dos Cultos, Luis de Carvalho, muito contestada por vários membros do parlamento e aprovada após intensa discussão. O centro da contestação é a União Republicana aqui representada pelo deputado José Barbosa que chega mesmo a acusar o executivo governamental de pretender aprovar uma lei inconstitucional. E não é sem fundamento a sua tese, porque, na verdade, de acordo com o artigo 3.º, n.º 38, e o artigo 26.º, n.º 16, da Constituição de 1911, só a declaração do estado de sítio confere aos órgãos de soberania do Estado o poder de restringir os direitos garantidos na Constituição. O deputado acrescenta ainda o receio de que seja feito «uso político da censura prévia» e, no seguimento da sua posição parlamentar, juntam-se-lhe os restantes deputados da União Republicana que fazem uma declaração de voto contra a aprovação da lei, sublinhando que não a julgam «indispensável» (Carvalho, 1973: 15)<sup>103</sup>.

A generalidade da imprensa, no entanto, aceita a censura prévia instituída pela Lei n.º 495, no seu artigo 1.º, assim: «Enquanto durar o estado de guerra ficam sujeitos à censura preventiva os periódicos e outros impressos e os escritos ou desenhos de qualquer modo publicados». Alguns jornais manifestam mesmo agrado pela nova medida, outros apenas compreensão, mas, uns e outros, deixam claro, nas suas páginas, que preferem a censura prévia à apreensão. Outros, porém, clarificam que só as circunstâncias da guerra justificam a adopção da censura

---

<sup>102</sup> *República*, 20 Março 1916.

<sup>103</sup> Cfr *A Luta*, 22 de Março de 1916.

prévia, confiando nos «leais propósitos do governo»<sup>104</sup>, estabelecidos, deste modo, no artigo 2.º: «A censura eliminará tudo o que importa a divulgação de boato ou informação capaz de alarmar o espírito público, ou de causar prejuízo ao Estado, no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, quer aos interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar»<sup>105</sup>.

A lei acautela eventuais infracções ao definir as possibilidades de suspensão das publicações de um a 30 dias ou até ao fim da guerra, as multas e as penas de prisão, conforme a gravidade do assunto publicado, esclarecendo, no artigo 6.º que o «crime de abuso de liberdade de imprensa e as transgressões [...] serão julgadas no mesmo processo e sem intervenção do júri, salvo quando o crime for da competência dos tribunais militares». Assim, são restringidas as garantias consignadas nos artigos 3.º, n.º 13, e 59.º da Constituição Política da República Portuguesa.

Para censurar a imprensa, e dando cumprimento ao artigo 3.º da lei, são nomeadas pelo governo as comissões de censura distritais, designadamente, logo em 1916, a de Lisboa e, em 1917, as do Porto, Braga, Évora e Viseu. Nas sedes de concelho, também são constituídas comissões de censura mas, desta feita, são nomeadas pelos governadores civis. Os censores cortam a direito mais que o previsto na lei. Eliminam tudo o que diz respeito à segurança interna e externa, aos interesses de Portugal face a nações estrangeiras, aos trabalhos de preparação da defesa militar, o que, em seu entender, subjectivo, alarmasse o espírito público ou causasse prejuízo ao Estado, ou ainda, o que ultrajasse as instituições republicanas, a moral pública, ou contivesse difamações e ameaças ao Presidente da República ou a personalidades estrangeiras.

Perante esta variedade de possibilidades quase tudo podia ser censurado. O chefe do governo tem a noção exacta desta situação, até porque os ministros do Interior e da Justiça apressam-se a avisar das possibilidades abertas pela Lei n.º 495.

---

<sup>104</sup> *República*, 20 de Março de 1916.

<sup>105</sup> *Diário do Governo*, n.º 59, 28 de Março de 1916, Lei n.º 495.

Por isso, mas sobretudo porque Portugal acabara de entrar em guerra na Europa e, nesse contexto, não é avisado hostilizar a imprensa, decreta, através do Decreto n.º 2308, de 31 de Março (1916), no seu artigo 1.º, que «a censura preventiva estabelecida pela lei n.º 495 [...] recairá exclusivamente na matéria designada no artigo 2.º da mesma lei». O governo emite, assim, um sinal à imprensa de que a censura é estritamente orientada para os assuntos de guerra.

Este decreto tem subjacente uma filosofia apaziguadora da efervescência que então se faz sentir na imprensa, sobretudo em Lisboa e Porto, mas também em alguns dos centros urbanos da província. É, por isso, que é muito descritivo em todos os seus artigos. Logo no artigo 2.º, clarifica que «as comissões de censura distritais serão nomeadas por portaria do Ministério do Interior, e as concelhias por alvará do respectivo governador civil» e, seguidamente, especifica a composição das diversas comissões de censura, sendo que em Lisboa integram 15 vogais, no Porto, 10, nas capitais de distrito, 3, e nos concelhos, 2.

No ponto § 2.º define que as comissões distritais de censura funcionem nos governos civis e as concelhias nas administrações de concelho, devendo a umas e outras serem «fornecidos por essas estações oficiais, respectivamente, os elementos indispensáveis de expediente em pessoal e material». Deste modo, o governo cria uma estrutura de censura que aponta para uma decisão sempre colectiva, porém, logo a seguir, no ponto § 4.º atribui a possibilidade da censura poder ser exercida pelos membros da comissão individualmente, o que permite uma decisão de um único membro da comissão, uma decisão unilateral que, na prática que se segue à publicação do decreto, está na origem da arbitrariedade dos censores, como veremos adiante.

O decreto procura também dar corpo a um sistema de censura rápido. É, por isso, que o artigo 3.º consagra que as comissões de censura distritais podem corresponder-se directa e oficialmente, pelo correio ou pelo telégrafo, com os ministérios do Interior, da Guerra e da Marinha e as concelhias com os respectivos governadores civis: e que o artigo 4.º estabelece que as comissões de censura distritais e concelhias são, preferencialmente, constituídas por oficiais do exército de terra ou de mar, ou seja, pessoal daqueles ministérios. Assim como, o artigo 5.º

define que as publicações sejam apresentadas à censura em prova de página e em triplicado na localidade de composição e impressão, no sentido de serem rapidamente analisadas pelos censores que, depois de concluída a leitura, devolvem uma prova ao apresentante, com o seu visto, arquivam outra e reservam a terceira para efeitos de eventuais acções em tribunal, resultantes de alegadas infracções da imprensa. Tal como ainda o artigo 6.º assegura que a censura a que as publicações sejam submetidas pela ordem de apresentação às comissões, «far-se-á com a maior rapidez e de modo a evitar, quanto possível, quaisquer transtornos ou prejuízos, tanto no que respeita à informação noticiosa, como no que respeita à expedição postal». A perda dos correios é, de facto, um dos principais problemas que os jornais enfrentam neste período em virtude do atraso dos censores, pelo que, para reforçar a boa vontade do executivo governamental, o decreto sublinha no seu ponto § único que as horas para a censura das publicações periódicas da manhã, da tarde e da noite, depois de fixadas pelas comissões e de anunciadas «não podem ser alteradas sem previamente serem ouvidas as empresas jornalísticas».

De acordo com o estipulado no artigo 7.º, a parte da publicação mandada eliminar pela censura não é substituída, ficando em branco o espaço mandado cortar, a menos que, dentro do tempo regulamentar, seja aprovada, pela mesma comissão, um novo conteúdo sobre o mesmo assunto. Na prática, esta possibilidade aberta pelo decreto não é utilizada, porque, na generalidade dos casos, as comissões demoram a entregar a prova visada, muitas vezes as publicações perdem os correios e, com isso, têm prejuízos, porque a vida de um jornal esgota-se no dia a que respeita e, no dia seguinte, já há outro, com nova informação. Por isso, os jornais são publicados com espaços em branco, mais reduzidos ou mais numerosos consoante são mais ou menos visados pelos censores.

Depois, nos artigos 8.º e 9.º, o decreto traça o destino das publicações que não sejam apresentadas às comissões de censura ou que, sendo apresentadas, não respeitem os cortes impostos. E o destino é a apreensão e o consequente processo em tribunal com vista à aplicação das penas aplicáveis a cada situação, que vão desde as penas de multa, à suspensão temporária ou definitiva.

Como as publicações periódicas das colónias não estavam abrangidas por esta nova legislação da imprensa, o governo faz o decreto n.º 2538 mediante o qual são declarados em vigor nas colónias portuguesas os artigos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, sobre «censura preventiva aos periódicos e outros impressos e aos escritos ou desenhos de qualquer modo publicados»<sup>106</sup>, assim como as medidas legislativas definidas pelo decreto n.º 2308 de 31 de Março de 1916, bem como definidas as condições em que são criadas as comissões especiais nomeadas pelos governadores gerais e de província no caso das capitais das províncias ultramarinas; e pelos governadores dos distritos quando funcionem nos distritos. Este decreto é revelador do controlo que o governo entende dever fazer da imprensa mesmo nas colónias, sobretudo em África, onde as tropas portuguesas enfrentavam os militares alemães.

### **III. 3 Critérios irregulares dos censores, reacções dos jornais e novas leis**

Durante o primeiro ano de vigência da lei n.º 495 (de 28 de Março de 1916), a imprensa apresenta inúmeros cortes, sobretudo em notícias relativas a assuntos militares, a agitação social, a desordem pública, a discussões parlamentares e a matéria económica, o que evidencia que a acção da censura é mais alargada do que prevê a lei. No entanto, os jornais continuam a publicar artigos críticos da actividade governamental e, por vezes, ousam mesmo criticar a acção da censura<sup>107</sup>.

Um dos primeiros alvos da censura é a edição de 2 de Abril de *O Século*, que, na página três, apresenta um corte correspondente a algumas linhas numa notícia intitulada «Festas escolares» e outro corte, na página cinco, na rubrica «Câmbios & Bolsa». O primeiro corte corresponderia a uma referência ao número de militares presentes na festa. O segundo corte representaria informação económica que o governo não desejaria tornar pública. Neste contexto, o descontentamento dos

---

<sup>106</sup> *Diário do Governo*, n.º 151, 31 de Julho de 1916.

<sup>107</sup> *O Século*, 11 de Maio de 1916 e *A Luta*, 6 de Abril de 1916 e 1 de Julho de 1916.

jornais em relação à actuação da censura aumenta à medida que os cortes se multiplicam e alargam de domínio.

Inicialmente, *A Luta*, do unionista Brito Camacho, opositor da política *intervencionista* do governo de *União Sagrada*, é o jornal que assume o comando da crítica à censura, acusando-a de abusar dos seus poderes, porém, a partir do 2.º governo de *União Sagrada*, chefiado por Afonso Costa (25 Abril de 1917 – 5 Dezembro de 1917), a crítica à censura generaliza-se. Aliás, nos meses que se seguem, organiza-se um movimento de protesto dos jornais contra a censura, do qual resulta, em Agosto de 1917, uma reunião entre os representantes dos jornais de Lisboa e Porto, à excepção de *O Mundo*, afecto ao PRP/*Partido democrático*, de Afonso Costa e, por isso, o jornal oficioso do governo. Esta reunião é promovida pelo *Jornal do Comércio e das Colónias* com o objectivo de «tratar do modo irregular porque [está] sendo exercida a censura prévia determinada pelo estado de guerra»<sup>108</sup>. Nesse encontro, é aprovada uma moção que, entre outros aspectos, clarifica que a censura só pode ser aplicada a «notícias ou apreciação de carácter prejudicial para as operações de guerra, e nunca servir de instrumento aos governos para impedir o debate político cujos excessos, a darem-se, só podem estar sob a alçada da lei da imprensa» (Arons de Carvalho, 1973: 18.19).

Na mesma moção, os jornais declaram que consideram «vexatória para a sua missão e ultrajante para o seu patriotismo a aplicação da censura fora dos casos taxativos da inconveniência da publicação das notícias ou apreciações de carácter militar ou de propaganda contra a guerra, em que todo o país está empenhado». A finalizar, afirmam que vão «empregar todos os esforços no sentido de tornarem devidamente respeitada em Portugal a instituição da imprensa, que em todos os países é considerada como uma garantia indispensável dos direitos populares e do prestígio dos próprios regimes que nesses países vigoram».

No seguimento deste descontentamento e contestação, o governo elabora um novo decreto – o n.º 3883, de 8 de Agosto de 1917 – de acordo com o qual a composição das comissões de censura é reduzida e o desempenho dos serviços de

---

<sup>108</sup> *Jornal do Comércio e das Colónias*, 19 de Agosto de 1917.

censura preventiva passa a poder ser efectuado por militares ou civis, indistintamente, enquanto até então é tarefa da exclusiva responsabilidade de militares. Para fazer face às queixas dos proprietários dos jornais relativas aos atrasos na análise das publicações, o governo determina também que, nos casos de falta ou impedimento de algum membro de uma comissão de censura, os membros de cada comissão substituem-se entre si ou são substituídos por pessoa idónea. E, mais uma vez, para acalmar as críticas dos periódicos mas, desta feita, relativas aos critérios irregulares dos censores, este decreto estipula, no artigo 5.º, que «os censores, embora agrupados em comissões ou turnos, respondem individualmente pelo desempenho da sua função, devendo cada um rubricar sempre, de maneira inteligível, ou marcar com a aposição de um carimbo próprio, as provas submetidas ao seu exame».

Mesmo assim, este breve decreto não acalma os protestos que, com o passar dos dias e as tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP) a defrontarem-se com os alemães, mas agora na frente europeia da guerra, na Flandres, ainda sobem de tom. O governo de Afonso Costa demora alguns dias a reagir mas acaba por responder dignamente a este problema, que aumenta como uma bola de neve, fazendo publicar, a 6 de Setembro de 1917, uma nova lei – a Lei n.º 815<sup>109</sup> - que mantém a censura preventiva enquanto durar o estado de guerra, como, aliás, acontece nos demais países aliados, mas altera os artigos 2.º e 6.º da Lei n.º 495 (de 28 de Março de 1916), de modo a estabelecer algumas limitações às comissões de censura. Logo no artigo 1.º determina a substituição do artigo 2.º da Lei n.º 495 (de 28 de Março de 1916) pelo seguinte: «As comissões de censura eliminarão qualquer notícia ou apreciação unicamente nestes casos: 1.º Quando seja prejudicial à defesa nacional, militar ou económica, ou às operações de guerra. 2.º Quando envolva propaganda contra a guerra». Mais acrescenta que as eliminações ordenadas pelas comissões de censura são recorríveis, sem efeito suspensivo, para o Ministério do Interior, sendo que este recurso é analisado em 48 horas contadas a partir da hora da sua apresentação.

---

<sup>109</sup> *Diário do Governo*, n.º 152, 6 de Setembro de 1917.

Esta nova lei, que resulta de um projecto apresentado por dois deputados *unionistas* (José Barbosa e Luís Derouet), tem como consequência imediata a diminuição do número de cortes e a consequente acalmia no território jornalístico. Porém, apesar de conseguir manter alguma tranquilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, o governo chefiado por Afonso Costa promulga e manda publicar um novo decreto – o n.º 3534<sup>110</sup> – que atribui ao Ministério da Guerra a tutela dos serviços de censura.

Neste novo decreto, o executivo governamental clarifica: *«O serviço da censura preventiva da imprensa, criado por lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, ficou, por força do decreto regulamentar de 31 do mesmo mês, dependente do Ministério do Interior, tendo por missão, a esse tempo, evitar que fossem divulgadas todas as notícias nocivas à ordem e tranquilidade públicas, à segurança interna ou externa do Estado, aos trabalhos da preparação ou execução da defesa militar e ainda outras especificamente previstas naquela lei.*

*Ultimamente, porém, a lei n.º 815, de 6 de Setembro [o decreto refere, por lapso, 6 de Outubro, mas este erro é corrigido no Diário do Governo, n.º 197, de 13 de Novembro de 1917] deste ano, restringindo consideravelmente a acção da censura preventiva, estatuiu que por ela serão eliminadas as notícias prejudiciais à defesa nacional, económica e militar e às operações de guerra ou que envolvam propaganda contra a guerra. Deste modo se procurou acautelar altos interesses nacionais, predominantemente de carácter militar, e deixa, portanto, de justificar-se que o respectivo serviço se mantenha na sua organização inteiramente alheio ao Ministério da Guerra. Embora em obediência ao preceituado nessa lei, o Ministério do Interior tenha de continuar a intervir na decisão dos recursos permitidos contra as eliminações resolvidas pela censura, é de todo o ponto razoável que o Ministério da Guerra superintenda na organização e funcionamento inicial dos respectivos serviços».*

Deste modo, o governo transfere os serviços de censura existentes para o Ministério da Guerra tutelado por Norton de Matos, o estratega do Corpo Expedicionário Português (CEP) e um dos maiores defensores da participação de Portugal na frente europeia da guerra, ao lado dos aliados. Esta mudança de tutela da censura não aumenta a agitação, porém também não é mais eficaz no controlo dos periódicos. Por isso, o governo faz um novo decreto – o n.º 3544<sup>111</sup>. Este determina, no artigo 1.º, que durante o estado de guerra são proibidas de circular

---

<sup>110</sup> *Diário do Governo*, n.º 195, 10 de Novembro de 1917.

<sup>111</sup> *Diário do Governo*, n.º 197, 13 de Novembro de 1917.



em território português, e se forem publicadas são «apreendidas, suspensas ou mesmo suprimidas, todas as publicações periódicas nacionais ou estrangeiras, em que se tenha intentado ou intente fazer propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu Exército». Tratando-se de publicações não periódicas, acrescenta o artigo 2.º, é «ordenada a sua apreensão e destruição desde que se verifique que são favoráveis aos inimigos ou visam a deprimir a Nação ou o Exército, guardando-se, porém, junto ao respectivo processo informatório, os exemplares necessários para qualquer diligência ou apreciação ulterior».

O governo justifica esta nova legislação, escrevendo no texto inicial do próprio decreto, que está em causa a necessidade de «impedir por todos os meios legítimos e reprimir com exemplar severidade a propaganda germanófila, que ultimamente se intensificou em Portugal, chegando ao extremo de se tentar deprimir a Nação e o seu Exército em campanha por meio de panfletos difamatórios e outras publicações igualmente criminosas». Mais acrescenta, a concluir, que o Parlamento será informado «das providências que [o governo] for tomando em execução deste decreto». Este decreto, à semelhança de todas as leis e decretos sobre a censura preventiva aprovados e publicados desde o início da guerra, entra imediatamente em vigor e revoga as disposições contrárias. Porém, menos de um mês depois, este e todos os outros decretos e outras leis da censura prévia são abruptamente interrompidas devido ao golpe de Sidónio Pais.

### **III. 4 A legislação sidonista da imprensa**

A ditadura instituída após o golpe de Sidónio Pais (5 de Dezembro de 1917) decide, demagogicamente, abolir a censura prévia. Através de um decreto, com data de 9 de Dezembro (1917), e publicado a 10<sup>112</sup>, a Junta Revolucionária, presidida por Sidónio Pais, decreta a revogação das medidas tomadas pelo governo anterior «contra a livre publicação de jornais» e a anulação da «ordem de expulsão

---

<sup>112</sup> *Diário do Governo*, n.º 214, 10 de Dezembro 1917.

do território da República contra qualquer jornalista». Este decreto aponta, aparentemente, no sentido do fim da censura mas, na verdade, não significa o regresso à liberdade de imprensa. Aliás, alguns jornais são assaltados no próprio dia do golpe sidonista, como é o caso de *O Mundo*, cuja sede é destruída. A violência policial sobre os jornais torna-se uma constante, evidenciando «a prevalência da repressão administrativa» tão característica das «situações de poder político autoritário» (Tengarrinha, 2006: 54). Também por decreto, aliás o primeiro do mesmo dia, a Junta Revolucionária revoga a legislação existente, dissolve o Congresso da República (artigo 1.º) e compromete o governo entretanto a constituir<sup>113</sup> a convocar os colégios eleitorais para escolherem os «representantes da Soberania Nacional, com poderes para a revisão da Constituição». Este decreto é datado em Lisboa e sede da Junta Revolucionária e assinado pelo presidente desta Junta, Sidónio Pais.

O mesmo *Diário do Governo* integra outros decretos da Junta Revolucionária. O segundo refere-se ao «movimento político de 13 de Dezembro de 1916» e à lei n.º 642, de 21 de Dezembro do mesmo ano. Sobre o movimento, considera que foi «falsamente acoimado pelo governo transacto de contrário à honra da Nação, aos tratados internacionais e ao brio do exército português», sendo, outrossim, «o início do acto de alta justiça que a Revolução acaba de consumir». Depois, sublinha que, «em nome da honra da Nação, do prestígio do regime, da dignidade do exército e do culto devido à justiça, urge reparar as iniquidades praticadas pelo Governo transacto, a pretexto do referido movimento, ou à sombra da lei n.º 642, de 21 de Dezembro de 1916». Esta lei é classificada como «uma monstruosidade indigna da República, de uma Nação livre e dos princípios do Direito e da Civilização» que «violou sem nenhum escrúpulo a Constituição da República». Por assim entender, a Junta Revolucionária decreta, logo a seguir, a libertação de todos os indivíduos ainda presos devido à implicação naquele movimento político, e determina o encerramento dos processos judiciais

---

<sup>113</sup> O governo presidencialista de Sidónio Pais integra Henrique Forbes de Bessa, Martinho Nobre de Melo, Francisco Xavier Esteves, José Carlos da Maia, Manuel Pinto Osório, Tamagnini Barbosa, J. Alfredo Mendes de Magalhães, José Feliciano da Costa Júnior, Eduardo Oliveira e Machado Santos.

em curso contra esses detidos, bem como o «perpétuo silêncio» sobre o conteúdo desses processos. Mais estipula a reintegração desses indivíduos, civis ou militares, nos cargos ou postos em que se encontravam aquando do movimento, bem assim a contagem do tempo de cadeia como tempo de serviço e a anulação de qualquer eventual nota prejudicial da folha de serviço. Deste modo, o governo de Sidónio Pais revoga a lei n.º 642 e toda a legislação do último governo relativa aos implicados naquele movimento político.

No entanto, alguns dias depois, a 28 de Dezembro (1917), o governo trava a rotativa da imprensa com três portarias<sup>114</sup>. Estas, provenientes do ministério de Machado Santos - o do Interior - restringem a liberdade de imprensa. A primeira – n.º 1182 - institui a necessidade de autorização prévia para a fundação de novos jornais, impede o reaparecimento dos jornais suspensos e proíbe a propaganda do Partido Republicano Português/*Partido Democrático*. A segunda – n.º 1183 - proíbe a divulgação de notícias sobre o movimento de navios e tropas, bem como a referência a quaisquer medidas de carácter militar sem autorização superior. A terceira – 1184 - obriga as autoridades administrativas a impedirem a publicação de notícias sobre alterações da ordem pública que não tenham confirmação oficial.

Mas, atentemos no texto de cada uma das portarias.

A portaria n.º 1182 manda que «as autoridades administrativas [...] não consintam no reaparecimento de jornais que interromperam a sua publicação por motivos vários, nem na fundação de novos órgãos de imprensa, sem que os indivíduos interessados tenham obtido autorização para o fazer do Ministro do Interior», nem «permitam a divulgação de manifestos, moções, representações e deliberações várias do Partido Democrático, também chamado impropriamente Partido Republicano Português». Ora, o partido apresenta o registo como Partido Republicano Português, de facto, e a designação mais apropriada é Partido Republicano Português/*Partido Democrático*. Nesta portaria, o governo fundamenta estas determinações na necessidade de «evitar lutas partidárias», «erros passados», para que «a obra de acalmação se possa fazer rapidamente e

---

<sup>114</sup> *Diário do Governo*, n.º 227, 29 de Dezembro de 1917, embora as portarias tenham data de 28 de Dezembro.

para que se possam dispensar as rigorosas medidas preventivas que se têm tomado».

Por seu lado, a portaria n.º 1183 começa por estabelecer o próprio enquadramento, sublinhando que convém «assegurar por todas as formas a defesa militar e económica do país» sem «restringir a liberdade de imprensa por pertencer a esta a delicada função de intérprete de todos os descontentamentos e de orientadora da acção das multidões». Depois, determina que as autoridades administrativas «comuniquem aos jornais que lhes é defeso, terminantemente, dar qualquer notícia que se refira à data da entrada ou da saída dos portos de qualquer navio da marinha de guerra ou da marinha mercante nacional ou estrangeira, bem como de movimento de tropas, ou referência a quaisquer medidas de carácter militar que lhes forneçam sem autorização superior».

De modo breve, a portaria n.º 1184 proíbe a publicação, pela imprensa, de «notícias sobre alteração da ordem, que não tenham confirmação oficial», alegadamente, porque, no entender do legislador, «não basta garantir a ordem», «é preciso também desviar qualquer motivo de apreensão para que à segurança nas ruas corresponda a tranquilidade nos espíritos».

Deste modo, o governo, que suspendera a censura prévia, adopta novos mecanismos de controlo apriorístico dos conteúdos publicados nos jornais. Mais: ao impedir o regresso de publicações suspensas ou apreendidas anteriormente e ao dificultar o aparecimento de novos jornais, está a controlar, desde a raiz, o que se publica e onde em Portugal. Estamos, de facto, na presença de controlo autoritário em que não admira a inexistência de censura. Na verdade, com este tipo de legislação, não é fundamental a censura prévia. Mas, o governo *sidonista* ainda vai apertar mais o cerco à imprensa. No início do novo ano (1918), a 9 de Janeiro, publica outra portaria que representa uma nova ameaça, pois ordena aos governadores civis que suspendam «todas as publicações periódicas que em linguagem despejada pretendessem perturbar a segurança pública». Esta portaria, a que se junta o caso do manifesto da Junta de Salvação Pública<sup>115</sup>, sujeita os jornais

---

<sup>115</sup> O manifesto da Junta de Salvação Pública é publicado no dia 17 de Março de 1918 em quase todos os jornais da capital a pedido do governo sidonista. Exige ao governo «a suspensão definitiva

ao livre arbítrio dos governadores civis, pelo que provoca o protesto dos proprietários, directores e jornalistas.

A contestação da imprensa aumenta de dia para dia. Para acalmar estes protestos crescentes, o governo permite, em finais de Março (1918), o reaparecimento de alguns jornais, entre os quais *O Mundo*. Porém, logo de seguida, restabelece a censura prévia através do decreto n.º 4082, de 13 de Abril (1918). Este decreto repõe em vigor a lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, e o decreto de 9 de Julho de 1912<sup>116</sup>, a legislação que, até ao golpe de Sidónio Pais, mais apertara a malha da imprensa e que fora criticada por *sidonistas* e *unionistas*. Com esta decisão, as notícias relativas a assuntos militares, à guerra, à segurança interna e externa e à ordem pública voltam a estar na mira dos censores. A censura torna-se mais rigorosa, as apreensões e querelas sobre os órgãos da imprensa *anti-sidonista* aumentam, sobretudo a partir de Junho (1918), devido à crescente instabilidade política que permite ao governo prender um elevado número de pessoas. Só os jornais *sidonistas*, como *A Situação* (Lisboa, Abril 1918), *A Voz Pública* (Porto, Março 1918) e o *Liberdade* (católico, Lisboa, 1914), trabalham com normalidade, porque em apoio a Sidónio Pais.

Nas demais publicações periódicas, os cortes multiplicam-se, os espaços em branco nas páginas dos jornais, que tornam imperceptíveis muitos dos artigos publicados, também aumentam, tal como também sobe de tom o descontentamento dos jornais. O governo recua, publicando um novo decreto (o n.º 4436 de 17 de Junho de 1918) que determina uma diminuição da censura prévia em termos idênticos à medida legislativa de Setembro de 1917 promulgada por Afonso Costa. Este decreto demora a ser aplicado mas acaba por produzir o efeito

---

de todos os jornais que publicamente, como *O Mundo*, tivessem sido réus do crime de incitamento ao assassinato, à pilhagem e a todos os crimes e atentados políticos e sociais» e a suspensão «provisória de todos os jornais monárquicos ou republicanos, socialistas, católicos, anarquistas ou independentes que constituíssem motivo de irritabilidade pública pela sua propaganda atrabiliariamente reaccionária, demagógica ou de fácil submissão a esta última corrente anti-social [...]».

<sup>116</sup> Publicado no *Diário do Governo*, n.º 164, 15 de Julho de 1912.

desejado: reduz os cortes nos jornais. Em contrapartida, o governo reforça a apreensão de periódicos<sup>117</sup>.

Os jornais protestam. *O Mundo* escreve: «Um regime assim não se conserva – dissolve-se ou dissolve-o a consciência popular». O governo manda apreender (em Setembro de 1918) *O Mundo* e o *República*. Dois meses depois (a 11 de Novembro de 1918), a guerra termina e é assinado o armistício. Três meses depois (a 14 de Dezembro 1918), precipita-se o fim do período *sidonista* com o assassinato de Sidónio Pais. Porém, nem o fim daquela que fica na história como a Primeira Guerra Mundial nem o fim do governo presidencialista de Sidónio Pais trazem de volta a liberdade de imprensa. O país está mergulhado numa profunda instabilidade política. Em inícios de Janeiro (1919), um movimento proclama a Monarquia no norte e tenta restaurá-la em Lisboa. É derrotado e a República é restaurada com um novo governo confiado a um republicado do 5 de Outubro de 1910: José Relvas. E é com o governo de José Relvas que regressa a liberdade de imprensa – através do decreto n.º 5165, de 21 de Fevereiro (1919)<sup>118</sup>, que restabelece a Constituição Política da República Portuguesa «em pleno vigor, e para todos os efeitos», e revoga «toda a legislação em contrário». Assim, a Lei de Imprensa de 28 de Outubro de 1910 regressa em pleno até à instauração da ditadura militar em 28 de Maio de 1926<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Refira-se os casos dos jornais, do Porto, *Montanha e Norte*, e pouco tempo depois, os casos dos jornais, de Lisboa, *O Mundo* e *República*.

<sup>118</sup> *Diário do Governo*, n.º 35, 21 de Fevereiro de 1919.

<sup>119</sup> Referimos que a Lei de Imprensa de 1910 regressa em pleno mas estamos cientes de que, em breves períodos, algumas disposições desta lei eram suspensas. Para este facto, alerta Arons de Carvalho, ao sublinhar o seguinte: «De 18 de Abril a 5 de Maio de 1925, por altura de uma tentativa revolucionária, *O Século* esteve suspenso por disposição do Governo Civil de Lisboa. A causa deste castigo parece ter sido a ligação entre alguns administradores de *O Século* e a União dos Interesses Económicos, cujo papel na conjura teria sido relevante. De qualquer forma, *O Século* destacava-se pela violência dos seus ataques ao governo, acusado de incúria perante os atentados empreendidos pelo grupo de acção directa conhecido como Legião Vermelha». Vide Arons de Carvalho e António Monteiro Cardoso, *Da Liberdade de Imprensa*, 1971, Lisboa, Editora Meridiano, pp. 292 e segs e Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, 1973, Lisboa, Seara Nova, p. 13. Após o 28 de Maio de 1926, são promulgados o decreto n.º 11839 e o decreto n.º 12008, respectivamente, de 5 e 29 de Julho (1926). Com o Estado Novo, pelo decreto n.º 22469, de 11 de Abril de 1933, é instituída a censura prévia em Portugal. Vide José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 1965, Lisboa, Portugalíia Editora, pp. 245-248.

#### **Capítulo IV: A I República, a Imprensa e a Guerra: O discurso dos jornais *intervencionistas* versus o discurso dos jornais *anti-intervencionistas***

Para compreendermos a imprensa e o jornalismo, em Portugal, durante a I República (1910-1926), e especialmente enquanto durou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), temos de responder à questão se a imprensa e o jornalismo são, nesse período, um instrumento do poder ou um espaço de luta pela liberdade. Os dois lados do debate interno têm argumentos a seu favor, porém verificamos que, no Verão de 1914, quando a guerra deflagra, quer em Portugal, quer na generalidade dos países europeus, a imprensa mantém uma relação dialéctica com os diversos sistemas ou regimes políticos. Ora sendo instrumento do poder, ora sendo espaço de luta pela liberdade de expressão, a imprensa vive, ou sobrevive, associada à política.

Em Portugal, nesta segunda década do século XX, a actividade da imprensa não é, de facto, diferente da actividade dos jornais por toda a Europa e mesmo nos Estados Unidos da América. A imprensa é, como já vimos mas cremos fazer sentido aqui recordar, então regulada pela Lei de 28 de Outubro de 1910, promulgada pelo Governo Provisório da República, uma lei que, conforme referimos anteriormente, estabelece «o direito de expressão do pensamento pela imprensa» e determina que a actividade jornalística é «livre, independente de caução, censura ou autorização prévia». Este diploma legal, que revoga aquela que fica na história da imprensa como a Lei repressiva da imprensa de 1907, é a única lei que, no período de 1910 a 1926, abrange os aspectos principais da liberdade de expressão do pensamento pela imprensa, sendo tão liberal que permite a crítica «de diplomas legislativos, doutrinas políticas e religiosas, actos do governo, das corporações e de todos» os que exercessem funções públicas.

Esta permissão é justificada, por um lado, pela necessidade de «preparar a opinião pública para as reformas necessárias» e, por outro, de permitir aos periódicos e, conseqüentemente, à opinião pública, a vigilância da execução das leis

e das normas da administração pública. Na mesma linha de pensamento, no sentido de garantir o respeito pelos direitos dos cidadãos, esta lei restitui ao tribunal de júri o poder de julgamento de todos os crimes de abuso de liberdade de imprensa. É assim que os republicanos lançam as bases para uma ampla liberdade de imprensa. No entanto, convém aqui recordar que, tal como vimos anteriormente, no tempo da Monarquia existiam os jornais dos aparelhos partidários e na I República continuam a existir os jornais associados aos partidos políticos republicanos. Aliás, verificamos que as dissensões partidárias ocorridas após as eleições presidenciais de 1911 levam ao aparecimento de novos jornais republicanos e que, neste período, predominam os periódicos republicanos comprometidos com os partidos do aparelho político, mas gozando de liberdade de expressão. Digamos que existe uma liberdade de imprensa comprometida, mas comprometida por vontade própria dos promotores dos diários, fossem directores, editores ou tão só redactores.

Entretanto, à malha larga da liberdade de imprensa sucede, rapidamente, uma malha mais apertada, pelo que, em 1914, o ano em que a guerra deflagra, a imprensa portuguesa mantinha, apenas teoricamente, o direito de liberdade de expressão definido na Lei de 28 de Outubro de 1910 e consagrado na Constituição de 1911, porém, apertado pelas medidas legislativas de 1912 e 1913. E, entre Março de 1916 e Dezembro de 1917 - desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e da consequente participação efectiva de Portugal nos combates que se travam na Flandres, ao golpe de Sidónio Pais –, a imprensa nacional sofre um golpe na liberdade de expressão, passando a estar sujeita a censura prévia. Uma censura de guerra, conforme assinala Arons de Carvalho (Carvalho, 1999: 14) e explicitámos anteriormente mas que, em síntese, evidencia que, nos países beligerantes, aquando do início das hostilidades, e em Portugal, a partir da declaração de guerra alemã, assistimos ao regresso a uma concepção absolutista de censura. Ou seja: «o que interessa é a salvação pública, não a opinião, a qual é por natureza eminentemente contraditória» (Barreto, 1999: 275), pelo que a censura prévia é apresentada como garantia da defesa nacional e a opinião pública como uma espécie de alvo indefeso de uma imprensa enfeudada a interesses invisíveis ou inconfessáveis que se dedica a iludir e transviar multidões. Certos doutrinários



políticos e governantes proclamam o dever de não «abandonar a opinião pública a si própria» ou às forças que a pervertem, propondo a utilização da censura prévia (muitas vezes associada à propaganda de Estado) «como um auxiliar corrente da governação, utilizável para fins que transbordavam notoriamente do circunstancialismo da guerra» (Barreto, 1999: 275). Neste contexto, através da imprensa controlada pela censura de guerra, a opinião pública acaba por ser dirigida e mobilizada, alegadamente, em defesa do interesse nacional, não só contra o inimigo externo, mas também contra aqueles que, acusados de serem germanófilos, são descritos como inimigos internos.

Admitindo que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal força o governo a restringir a liberdade de imprensa, os principais jornais da época aceitam, com relativa naturalidade, o Decreto de 12 de Março de 1916, através do qual o legislador confere poderes às autoridades policiais e administrativas para apreenderem as publicações que atentem contra a segurança e defesa nacionais, prejudiquem as operações relativas à guerra ou publiquem propaganda contra a guerra. Contudo, as autoridades alargam a acção a assuntos relacionados com a agitação social e as discussões no parlamento. Este abuso provoca uma forte contestação por parte dos directores de jornais e o governo opta por instituir um regime de censura prévia, alegando que esta decisão não significa «hostilidade contra os jornais», antes visando «diminuir-lhes, na medida do possível, os prejuízos causados pela fiscalização rigorosa» exercida sobre todas as publicações periódicas.

O governo, de Afonso Costa, responde ao descontentamento dos jornais com uma nova lei publicada a 6 de Setembro (1917), que mantém a censura de guerra, como, aliás, acontece nos demais países beligerantes, mas estabelece que as comissões de censura só podem cortar notícias ou apreciações que sejam «prejudiciais à defesa nacional, militar ou económica ou às operações de guerra» ou que envolvam «propaganda contra a guerra». Esta nova lei tem como consequência imediata a diminuição do número de cortes e a consequente acalmia no território jornalístico. Esta tranquilidade, porém, só dura três meses. A ditadura instituída após o golpe de Estado de Sidónio Pais (5 de Dezembro de 1917), conforme analisámos atrás, altera a situação nacional, o que inclui, naturalmente, a imprensa.

Estes são tempos difíceis para a imprensa portuguesa. Nem o fim da guerra determina a suspensão imediata da censura. Apesar dos protestos dos directores de jornais e de alguns deputados, Sidónio Pais mantém a censura de notícias sobre tropas, tentativas revolucionárias, greves... Os espaços em branco continuam a aumentar, atingindo, por vezes, uma parte significativa dos jornais. Mesmo após o assassinato de Sidónio Pais (a 14 de Dezembro de 1918), a censura continua em vigor e rigorosa, fazendo cortes sucessivos e cada vez maiores. Veja-se, a título ilustrativo, o caso do *Diário de Notícias*, de 4 de Janeiro de 1919, em que metade da primeira página aparece em branco. Dias depois, a instauração da Monarquia no Norte do país (a 19 de Janeiro de 1919) viabiliza a manutenção da censura à imprensa. Só o governo de José Relvas acaba, em Fevereiro (1919), com a censura por considerar terem terminado «as causas que determinavam o seu funcionamento» e, em Abril seguinte, publica um conjunto de legislação que repõe a Constituição de 1911 e, desse modo, restabelece plenamente a liberdade de imprensa. Esta é novamente limitada após o golpe militar de 28 de Maio de 1926 que abre caminho ao fim da I República.

#### **IV.1 As negociações diplomáticas belicistas**

As décadas que precedem a Primeira Guerra Mundial caracterizam-se por uma intensa militarização da Europa, pelo que os conflitos de finais de Julho de 1914 são apenas a forma de viabilizar as batalhas travadas a partir de Agosto seguinte. Estas batalhas são vistas pelas nações beligerantes como a oportunidade ideal para testarem no terreno os planos e tácticas militares preparadas ao longo das últimas décadas do século XIX e da primeira década do século XX. De um lado, está a Alemanha que é olhada como a potência detentora da força militar mais perfeita e para quem a guerra é um ponto de honra. Do outro, encontra-se a França que possui uma máquina de guerra quase tão impressionante quão a alemã. «Ao lado destas duas superpotências militares, as outras são apenas actores secundários, dependentes das estratégias [...] preparadas em Berlim ou Paris» (Remond, 1996: 34).

Assim, quando, a 28 de Junho de 1914<sup>120</sup>, o estudante bósnio Gavrilo Princip, membro da sociedade secreta *Mão Negra*, que reivindica a libertação dos ‘jugoslavos’ e a criação de um estado independente sob protecção sérvia, assassina o arquiduque herdeiro da Áustria, Francisco Fernando, e a sua esposa Sophie, a Áustria transforma o incidente numa oportunidade para eliminar a Sérvia e acabar com a ameaça de desmembramento do império. Só que esta solução carece do apoio diplomático da Alemanha, porque a Áustria não quer mais do que uma guerra circunscrita e sem riscos e pensa que, com o apoio da Alemanha, nenhuma potência se entusiasmará com a possibilidade de entrar nessa guerra. Por seu lado, o imperador Guilherme II dá o concurso alemão por acreditar que, desse modo, afirmará a sua liderança no contexto europeu. Enganam-se ambos.

A partir de finais de Julho, nomeadamente entre o dia do ultimato da Áustria à Sérvia (23 de Julho) e o dia da mobilização parcial das tropas russas (29 de Julho), as principais potências europeias envolvem-se em negociações diplomáticas. A Rússia exige que a Alemanha chame a Áustria à razão. A Inglaterra propõe que seja a Alemanha a mediar o conflito entre a Áustria e a Sérvia e que os austríacos tomem Belgrado como garantia. Os principais bancos europeus pronunciam-se de forma hostil face à possibilidade de um conflito armado. Contudo, a decisão de mobilização da Rússia a favor da Sérvia precipita a conflagração, pois permite à Alemanha obrigar a França a assumir a sua posição em face de uma guerra com a Rússia. Mais: a Alemanha coloca condições à França, no caso desta pretender manter a neutralidade, e que consistem na devolução de Toul e Verdun, o que representaria um avanço considerável do império alemão. Porém, a ideia de que a conflagração à escala mundial é irreversível assola toda a Europa no início de Agosto e as exigências alemãs perdem força. Entretanto, a Áustria decreta a mobilização geral com vista à invasão da Sérvia e a Alemanha, enquanto dá sinais

---

<sup>120</sup> Esta data está profundamente gravada no coração de cada sérvio. É o dia em que o antigo reino sérvio foi conquistado pelos turcos em 1389. É também o dia em que, na segunda guerra balcânica, as armas sérvias se vingaram gloriosamente dos turcos por essa antiga vitória e subsequentes anos de escravatura. Os conspiradores entendiam que não era o dia mais indicado para Francisco Fernando se aventurar às portas da Sérvia, exibindo-se aos olhos dos sérvios como a força que os oprimia. Cfr. John Man, *A Primeira Grande Guerra. 1914-1918*, ob. cit, e Noémia Malva Novais, *A Diplomacia e a Guerra. 1914-1918*, ob.cit..

de pretender circunscrever o conflito armado ao procurar que a Rússia suspenda os preparativos para a guerra e que a Inglaterra mantenha a neutralidade, prossegue os ensaios militares e, logo a 1 de Agosto, decreta a mobilização geral e declara guerra à Rússia. Perante este cenário, a França, com um quadro político e diplomático de compromisso com a Rússia e de ultimato alemão, decreta também a mobilização nesse mesmo primeiro dia de Agosto. A Alemanha responde imediatamente à França com uma declaração de guerra e, no dia seguinte, lança um ultimato à Bélgica para franquear a passagem dos exércitos alemães. Este ultimato é recusado pela Bélgica que, com essa decisão, provoca a fúria alemã e é invadida pelos exércitos alemães. A Inglaterra exige a retirada dos exércitos alemães da Bélgica, é confrontada com a recusa alemã, e, sem alternativa, declara guerra à Alemanha. Assim, em apenas quatro dias, a Europa entra em guerra, uma guerra que todos imaginam breve e que se prolongará por quatro anos.

Ora, a deflagração da guerra na Europa é recebida pela imprensa europeia ainda num contexto de liberdade de expressão. As negociações diplomáticas belicistas entre os países que rapidamente se alinham de um dos lados da contenda saltam as fronteiras dos gabinetes governamentais e diplomáticos e preenchem as páginas dos jornais. Em Portugal, não é muito diferente. A imprensa noticia o início da guerra, o governo inicia as negociações diplomáticas, nomeadamente com a velha aliada Inglaterra e com a França, e os agrupamentos partidários com assento no parlamento e tribuna na imprensa formam as suas próprias fileiras, umas *intervencionistas* (ou *guerristas*) e outras *anti-intervencionistas* (ou *antiguerristas*). A questão de intervir ou não na guerra é de tal ordem polémica em Portugal que é mesmo considerada como «o grande pomo da discórdia da Primeira República» (Medina, 1986: 35). Porém, enquanto na generalidade dos países europeus a deflagração da guerra não surpreende, em Portugal, o início do conflito surpreendeu todos<sup>121</sup>.

*«O efeito da surpresa não foi, no entanto, o mesmo em todos os sectores da vida nacional. As principais forças políticas portuguesas tiveram reacções diferentes face ao conflito europeu. Intervencionistas e anti-intervencionistas degladiaram-se no parlamento e na imprensa, procurando*

---

<sup>121</sup> Vide Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra. 1914-1918*. [...], pp. 198-200.

*influenciar a opinião pública. Como veremos adiante, uns e outros procuraram influenciar, através de discursos, artigos em jornais, panfletos e brochuras, os pouco esclarecidos face à guerra em que, dois anos mais tarde, Portugal haveria de participar activamente» (Novais, 2006: 57).*

Os *intervencionistas*, defensores da entrada imediata de Portugal na guerra, uns partidários dos aliados, outros da Alemanha (estes uma minoria) confrontam-se, portanto, com os *anti-intervencionistas*, partidários da não intervenção do país no conflito armado ou admitindo, quando muito, a intervenção na guerra em África, onde a soberania portuguesa nas colónias de Angola e Moçambique está posta em causa pela Alemanha, motivo pelo qual, de resto, as tropas portuguesas combatem com os exércitos alemães desde os primeiros dias da guerra. *Intervencionistas* e *anti-intervencionistas* defrontam-se no Parlamento e na imprensa, procurando influenciar a opinião pública. Uns e outros recorrem a discursos inflamados, artigos em jornais, panfletos, brochuras, cartazes..., na tentativa de influenciarem os menos esclarecidos face à guerra em que, dois anos depois, Portugal haveria de participar activamente.

Como afirma Martin Gilbert, «entre 1914 e 1918, desenrolaram-se duas guerras muito diferentes. A primeira foi uma guerra de tropas de Infantaria, Marinha e Força Aérea [...]. A segunda, foi uma guerra de Gabinetes de Guerra e de soberanos, de propagandistas e idealistas, repleta de ambições e ideais políticos e territoriais, que determinaram o futuro dos impérios, nações e povos, de modo tão contundente como no campo de batalha. Houve momentos, particularmente em 1917 e 1918, em que a combinação da guerra dos exércitos com a guerra das ideologias conduziu à revolução e capitulação, e à emergência de novas forças nacionais e políticas [...]» (Gilbert, 2007: 13-14).

De facto, esta guerra de gabinetes de guerra, embora esteja nos primeiros ensaios, é desenvolvida de acordo com critérios rigorosos. Os governos das nações beligerantes trabalham a informação e a contra-informação em função das suas estratégias políticas e militares. A opinião pública, os soldados em combate nas trincheiras e os inimigos são os alvos preferenciais desta guerra de propaganda que acaba por ter efeitos tão ou mais eficazes que as batalhas. Cientes da grande importância da propaganda, dos dois lados do conflito armado, os governos investem na propaganda. Em Portugal, o governo cria o *Portugal na Guerra: Revista*

*Quinzenal Ilustrada*<sup>122</sup>, publicada entre Junho e Novembro de 1917, em Paris, sob a direcção de Augusto Pina, e vendida em França, em Portugal e no Brasil.

É esta guerra de gabinetes que dá consistência à afirmação de George Mosse de que a Primeira Guerra Mundial «mobilizou os intelectuais, sendo, aliás, a partir dela que o substantivo *intelectual* passou a ser utilizado com frequência». Do jornalismo à propaganda, da literatura às artes plásticas e à docência universitária, «a guerra dos intelectuais nacionalistas portugueses [...] afirmou-se, também ela, no contexto histórico da mobilização e da desmobilização guerrista» (Sousa, 2008: 16).

Entre os intelectuais portugueses, João Chagas, ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Paris, é o protagonista no teatro de operações *intervencionistas* em dois palcos: o da diplomacia e o da imprensa. Outro intelectual português, Brito Camacho, líder da União Republicana, desempenha o papel principal entre os *anti-intervencionistas* em dois cenários: o da política parlamentar e o da imprensa. João Chagas, nosso representante em Paris desde 1911, deixara a política aos políticos e dedicara-se à diplomacia na capital francesa, centrando o seu pensamento na política interna da República portuguesa, na imagem de Portugal e do regime republicano no exterior e nos bastidores da política internacional, pelo que lê minuciosamente os jornais portugueses e franceses e segue, obstinadamente, e quase sempre com angústia, a situação do país e do mundo. Brito Camacho, líder dos unionistas em Lisboa e director de jornais, entre os quais se destaca *A Luta*, é «o mais articulado e persistente defensor da tese da neutralidade europeia e, embora os seus escritos sobre a guerra não deixem dúvidas quanto à certeza da derrota da Alemanha, manteve o seu partido fora do governo dito de *União Sagrada*» (Cabral, 1979: 375).

À margem de um e de outro, isto é, dos *intervencionistas* e dos *anti-intervencionistas*, há ainda o Partido Republicano Evolucionista e também os movimentos sindical e anarquista. Por um lado, os evolucionistas dirigidos por António José de Almeida não se definem claramente face à guerra «e depois de alinharem com os democráticos no governo de *União Sagrada*, de Março de 1916 a

---

<sup>122</sup> *Portugal na Guerra: Revista Quinzenal Ilustrada* é estudada de forma aprofundada no nosso capítulo V dedicado à imprensa ilustrada.

Abril de 1917, deixam de novo Afonso Costa sozinho no poder, até ao derrubamento pelo golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917, que, do ponto de vista diplomático-militar, representa um passo atrás na participação portuguesa na frente da Flandes, o que reflecte o apoio que Sidónio recebe inicialmente do Partido Unionista» (Cabral, 1979:375). Por outro lado, o movimento sindical operário e o movimento anarquista são os únicos que se opõem «clara e decididamente à guerra» (Cabral, 1979:375). Aliás, a mobilização antibélica do movimento operário começa antes da declaração de guerra, em 1912, quando ocorre o conflito dos Balcãs. Conforme sustenta Manuel Villaverde Cabral, o movimento operário *«teve imediata consciência do tipo de situação que se estava a preparar à escala europeia, assim como do carácter imperialista do conflito ainda maior que se avizinhava. O próprio Partido Socialista, que estava, aliás, em contacto com a II Internacional, começou por tomar uma atitude de oposição à guerra, em conformidade com a posição da social-democracia... até que o conflito rebentou e, rapidamente, a II Internacional sucumbiu àquilo que Lenine chamou o social-patriotismo. Assim, apenas os movimentos sindical e anarquista se mantiveram, desde 1912 até ao fim da guerra, fiéis à atitude antibélica e anti-imperialista. Com efeito, enquanto o Partido Socialista aceitava, por exemplo, fazer-se porta-voz, subsidiado para o efeito, do Governo de União Sagrada na Conferência Socialista Interaliada, realizada em Londres em 1917, onde defendeu as colónias portuguesas contra os trabalhistas ingleses (que pediam a entrega dos territórios ao sul da linha Congo-Zambeze à Sociedade das Nações), enquanto o Partido Socialista ia, pois, dando a sua débil cobertura à política governamental, o movimento sindical e anarquista encontrou na luta contra a guerra matéria para se reforçar, através nomeadamente do lançamento e crescimento das Juventudes Sindicalistas, fundadas em 1912 precisamente com esse fito»* (Cabral, 1979: 389).

Portanto, as forças políticas dividem-se quanto à oportunidade da participação de Portugal na frente europeia da guerra, mas nenhuma exclui a necessidade de defender militarmente as colónias africanas já atacadas pela Alemanha. Brito Camacho conta-se entre os que admitem a intervenção na guerra em África para exclusiva defesa das colónias de Angola e Moçambique, onde, de resto, os exércitos portugueses combatem logo desde meados de Agosto de 1914. João Chagas, porém, defende que Portugal deve participar na guerra europeia, porquanto não se trata de uma guerra de meras ambições territoriais, mas de um conflito entre princípios: «entre a liberdade e a tirania, entre a democracia e o feudalismo, entre o progresso e a servidão» (Chagas, 1987: 184). Para Chagas, a Alemanha é a única responsável pela guerra, constituindo «na história da

humanidade o caso monstruoso de uma sociedade que pôs todas as conquistas de um prodigioso progresso material ao serviço dos instintos mais ferozes» e os alemães «bárbaros civilizados», «o maior perigo que a humanidade tem conhecido» (Chagas, 1987: 184). A guerra contra o império germânico, em cujo esmagamento acredita, apresenta-se-lhe como um acto necessário, redentor da humanidade, um imperativo dos valores da liberdade e da democracia e da própria paz.

Este ponto de vista de Chagas face à guerra é secundado pelos *intervencionistas*, quer no parlamento quer na imprensa, mas para o diplomata em Paris é a oportunidade de que Portugal precisa para se libertar do estigma de protectorado britânico, se agigantar e se afirmar entre as grandes nações europeias. Por isso, a possibilidade de uma guerra à escala mundial está presente no seu espírito e no seu *Diário* desde inícios de Julho de 1914, especificamente a partir de 7 de Julho, dia em que Emílio Daeschner, o ministro da França em Lisboa, o procura na Legação de Paris e ali se demora à conversa. João Chagas estranha a demora de Emílio Daeschner, por não ser hábito dos franceses demorarem-se em encontros diplomáticos. Nesse sentido, interroga-se mesmo sobre se o alegado motivo do encontro seria a verdadeira razão da visita. Contudo, não regista o motivo oficial da visita nem as suas suspeições.

Dias depois, aquando das comemorações do 14 de Julho, critica o facto do senador Humbert ter revelado que o exército francês está «falto de tudo o que lhe [é] preciso para uma boa preparação para a guerra, que as suas munições [são] insuficientes, ou não prestam, que as suas praças fortes [estão] sem comunicações, que os seus soldados não [têm] calçado [...]», considerando que este discurso não podia ter sido menos oportuno, dado que dois dias depois partiria para a Rússia, em viagem oficial, o Presidente da República francesa, Raimond Poincaré (Chagas, 1930:103-104). E a 25 de Julho, referindo-se ao ultimato da Áustria à Sérvia escreve: «Estalou um trovão» e, seguidamente, lamenta que as notícias falem da ruptura das relações diplomáticas entre os dois países e que, apesar – cito - das «consideráveis concessões feitas pela Sérvia», o ministro da Áustria em Belgrado [tenha] apreendido os passaportes dos sérvios, obrigando a Corte e a população a abandonar Belgrado e a refugiar-se em Nich, interior da Sérvia. Depois, considera



que «se a Rússia [vier a intervir] neste conflito, como [é] de prever [...], [chegará] talvez o momento da tão temida conflagração geral» (Chagas, 1930: 108-109). No dia seguinte (26 de Julho), regista: «O dia de hoje foi de grande ansiedade. Chegaram notícias alarmantes. A Rússia entende apoiar os sérvios e ordenou já a mobilização. A Áustria está enviando as suas tropas para a fronteira. Houve manifestações patrióticas em Viena e em Berlim ao som do hino alemão. Em Paris, há inquietação, mas tem havido prudência. O governo tem estado reunido em conselho e está tomando providências. [...]». Entretanto, duvida da possibilidade, avançada por alguns sectores, do imperador da Alemanha intervir junto do imperador da Áustria para evitar a guerra, sustentando a sua dúvida no facto de não ser «fácil que a Áustria [recue] depois de ter ido tão longe no seu propósito de esmagar a nação, ou melhor, a raça que se está opondo às suas ambições de expansão eslava» (Chagas, 1930: 110). Aliás, a sua reflexão vai mais longe, equacionando a possibilidade da Áustria ter um plano secreto, concertado com a Alemanha, com o objectivo de «precipitar a guerra geral, inevitável, para a qual as nações vêm preparando-se mas para a qual só a Alemanha supõe estar pronta». Dando conta dos preparativos para a guerra, refere que a França «faz um esforço para se colocar a par da Alemanha» sem o ter conseguido, estima que, só dentro de dois anos, a França estaria pronta para a guerra, enquanto acredita que a Alemanha já estará em condições de fazer a guerra, pelo que admite a probabilidade da Alemanha desencadear o conflito. Sustenta que, se assim for, «o rompimento austro - sérvio seria um acto de maquiavelismo sem precedentes na história» (Chagas, 1930:113).

João Chagas prossegue os registos diariamente. A 27 de Julho manifesta a esperança de que ainda seja possível evitar a guerra, dado que a Áustria ainda não a declarara. Regista que o embaixador da Alemanha em Paris manifestara as intenções pacíficas do seu país num encontro com o ministro francês Bienvenu Martin, no qual chegara mesmo a pedir a intervenção da França junto da Rússia, ao que o governante francês retorquira que seria mais urgente a intervenção da Alemanha junto da Áustria. No dia seguinte (28 de Julho), contudo, já escreve que a esperança se dissipa, porque o embaixador da Áustria em Paris fora anunciar ao

ministro dos Negócios Estrangeiros francês que, durante esse dia, a Áustria declararia guerra à Sérvia.

Perante a declaração de beligerância, assinada pelo ministro austríaco dos Negócios Estrangeiros, interroga-se acerca das motivações desta guerra, reflectindo que a Sérvia poderia ser acusada de má vizinhança e que o atentado de Sarajevo fora perpetrado por um súbdito sérvio, mas, também, que a resposta sérvia ao ultimato austríaco é uma abdicação que a Áustria considerara insuficiente, porque, em seu entender, não é «uma reparação que a Áustria desejava. Era a guerra» (Chagas, 1930:114). E, embora não compreendendo claramente as motivações austríacas, suspeita, desde o primeiro momento, da ambiguidade da Alemanha, conjecturando que este país pretenderia «resolver pelas armas o problema da Europa» (Chagas, 1930:118). Apesar dos jornais franceses estarem proibidos de dar notícias relativas às movimentações políticas, diplomáticas e militares face à guerra iminente, iam circulando informações de que a França e a Inglaterra estariam a organizar a mobilização e, neste contexto, a 29 de Julho, o nosso embaixador em Paris confessa pensar «com inquietação no papel que Portugal [iria] desempenhar nesta guerra, se ela se [desencadeasse] e a Inglaterra [entrasse] em cena» (Chagas, 1930:128). Esta é, assim, a primeira vez em que João Chagas se debate com o problema da posição de Portugal face à guerra. A segunda é no dia seguinte (30 de Julho), quando percebe que os seus adidos de Legação alegam estar doentes para, mediante uma licença, se ausentarem de Paris e regressarem imediatamente a Portugal.

Digamos que, a partir deste momento, perde as últimas esperanças de paz, e lamenta e iminência da guerra por sentir que os tempos mudaram, que «a humanidade [é] outra, outra a sua moral, e que detesta a guerra» (Chagas, 1930: 139). O diplomata conta-se entre os que abominam a guerra, porém, quando esta eclode e é confrontado com «muitos portugueses aflitos» que se dirigem à Legação a perguntar se podem regressar ao país, entende que Portugal não pode ser um mero espectador do conflito e, desde então, recusa-se a seguir cegamente a política definida pelo governo de Lisboa e empenha-se, pessoalmente, no objectivo de levar

o governo português a expressar incondicional apoio aos estados que combatem as potências da Europa central.

Começa a 1 de Agosto, sábado, dia em que Paris «sussurrava como o mar», como, mais tarde, escreve Aquilino Ribeiro. Nesse dia, Chagas envia, entre as 13 horas e as 23h55, sete telegramas para o ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, dando conta da inevitabilidade da guerra, da mobilização da França, da concentração do exército alemão nas fronteiras, da neutralidade da Itália, do ultimato alemão à Rússia, da preocupação da Alemanha em saber a posição da França face à mobilização russa, e, finalmente, da declaração de guerra da Alemanha à Rússia. Deste modo, procura que o governo de Lisboa tenha, em tempo (quase) real, todas as informações da contagem decrescente para a guerra, de modo a poder definir a posição de Portugal. Embora não tenha grandes ilusões sobre a limitada capacidade estratégica do governo português, dado que era nosso representante num país prestes a entrar em guerra (a França), sente-se legitimado para ser aí o intérprete da política nacional. Porém, está dependente da nossa atitude de política externa e, por isso, mostra-se preocupado, pois conhece (e rejeita) a histórica dependência portuguesa da aliança luso - britânica e as predisposições inglesas face às colónias portuguesas. Por isso, também, defende uma diversificação das relações internacionais que permita a Portugal libertar-se da situação de protectorado britânico.

Inicialmente ainda admite o arrastamento de Portugal para a guerra no âmbito da aliança inglesa, contudo, quando a Inglaterra, com uma só cartada, impede Portugal de participar na guerra e de declarar a neutralidade, obrigando-nos a uma situação equívoca, João Chagas recusa determinantemente essa ambiguidade. Do mesmo modo como desconfiara da ambiguidade alemã, considerando que «é preciso desconfiar sempre da ambiguidade», desconfia agora da ambiguidade imposta pela Inglaterra a Portugal, escrevendo no seu *Diário*: «Fiquei desolado! [...] Portugal não compreende que é este o momento, ou nunca, de resgatar o seu passado de tutelado da Inglaterra e ser enfim o seu aliado, de ser alguém?» (Chagas, 1930: 139).

Está, então, convencido de que a guerra será curta. Aliás, esta é a convicção comum nos meios políticos e militares europeus. Ora, esta certeza, aliada a uma forte influência cultural francesa e a um acentuado sentimento anti-germânico, convence-o de que Portugal não pode hesitar em «colocar-se imediatamente e espontaneamente ao lado da Inglaterra» (Novais, 2006: 69-73). Isto porque, em seu entender, «a neutralidade, impossível de manter», não salva Portugal da sua perda no caso da vitória da Alemanha e, em contrapartida, a espontânea solidariedade com a Inglaterra confere a Portugal um nobre lugar entre as nações se a sua causa viesse a triunfar (Novais, 2006: 69-73).

O diplomata considera «absurda a ideia jurídica da neutralidade perante um perigo comum» que, neste contexto, em seu entender, é a Alemanha que, por falta de «senso moral», conseguiu «isolar-se do resto da humanidade [tendo] contra si a humanidade inteira». Observando o comportamento de pequenos países beligerantes, como a Sérvia e a Bélgica, acredita que é preciso «fazer esta guerra para acabar de vez com a guerra» e reitera que nenhum país deve invocar a neutralidade, «muito menos os pequenos países». Assim, entende que, nesta conjuntura, Portugal deve assumir «sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que [pode] dar-lhe, mas dar-lho e não esperar que ela lho [exija] ou o [tome] por suas mãos» (Novais, 2006: 69-73).

Sustentando que, pela primeira vez na história da aliança luso - britânica, Portugal «poderia apresentar-se como credor», defende que Portugal deve ter uma participação activa na guerra, uma vez que não se trata de uma guerra de meras ambições territoriais, mas de um conflito entre princípios – cito -, «entre a liberdade e a tirania, entre a democracia e o feudalismo, entre o progresso e a servidão» (Novais, 2006: 69-73). Isto porque, para si, a Alemanha é a única responsável pela guerra, constituindo «o caso monstruoso de uma sociedade que pôs todas as conquistas de um prodigioso progresso material ao serviço dos instintos mais ferozes», constituindo, por isso, «o maior perigo que a humanidade tinha conhecido». É, por isso, que a guerra contra o império germânico se lhe afigura como «um acto necessário, redentor da humanidade, um imperativo dos valores da liberdade e da democracia e da própria paz» (Novais, 2006: 69-73).

O seu ponto de vista é claro: «A Inglaterra vai ao fundo? Vamos em boa companhia. É seu o triunfo? Partilharemos dele. Pela primeira vez na história da nossa velhíssima aliança ter-lhe-emos dado e não pedido concurso. Seremos enfim aliados da Inglaterra». A sua crença na vitória dos aliados é inabalável. Por isso, acredita que Portugal, alinhando pela entente, contará, no final da guerra, «no número das nações» e verá «abrir-se diante dele um futuro admirável» (Novais, 2006: 69-73). Mantendo a atitude de neutralidade condicional, declarada pelo governo de Lisboa, Portugal será, a seu ver, desclassificado «para todos os efeitos da consideração presente e reparações futuras» (Novais, 2006: 69-73).

#### **IV.1.1 Intervenção no pedido de auxílio da França**

Ora, como nos primeiros dias de Setembro, com a guerra a decorrer há um mês, Portugal mantém o estatuto internacional de ambígua neutralidade e prossegue, internamente, «a polémica entre radicais e moderados sobre a estratégia nacional perante a guerra» (Teixeira, 1996: 226), Chagas aproveita a deslocação da capital francesa para Bordéus, deixa Paris e vem a Portugal, decidido a não regressar ao seu posto em Paris se o governo de Lisboa não definir inequivocamente a política face à guerra<sup>123</sup>. Já em Lisboa, reúne com Freire de Andrade, ministro dos Negócios Estrangeiros, exigindo que «o país tivesse uma situação clara», que definisse «por meio de instrumentos diplomáticos» a sua posição e que comunicasse as declarações do presidente do conselho de ministros aos ministros da Alemanha e da Áustria em Lisboa. Verificando que o governo não tem uma orientação para a guerra, limitando-se a seguir as instruções de Londres, desencadeia uma acção diplomática paralela (Fraga, 1990: 131, Novais, 2006: 74 e Teixeira, 1996: 226), reunindo, duas vezes, com Lancelot Carnegie, o embaixador de Londres em Lisboa, e encontrando-se, também duas vezes, com Emílio Deaschner, o ministro da França em Lisboa.

---

<sup>123</sup> O diplomata já pedira a demissão do cargo de ministro plenipotenciário em Paris devido à mesma indefinição da política de guerra e esta fora recusada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Freire de Andrade.

No *Diário*, habitual confidente do dia-a-dia, regista pormenorizadamente as conversações com Freire de Andrade e Lancelot Carnegie e nada regista sobre as conversas com Emílio Deaschner. E, perante a notícia de que o conselho de ministros entendera que a atitude de neutralidade condicional ou ambígua neutralidade «era a melhor», escreve apenas: «Não insisti, porque espero ainda acontecimentos que obrigarão talvez o governo a modificá-la. Os meus esforços têm de ser pertinazes mas discretos». A questão que se coloca é a de saber quais seriam os acontecimentos aguardados pelo diplomata radicalmente *intervencionista*. Uma revolução não era, pois entende que já tinha feito muitas revoluções e que, no momento, o país precisa de ordem. A nossa tese é a de que João Chagas terá feito diligências confidenciais junto do representante da França em Lisboa, acordando a estratégia para a participação de Portugal na guerra. Essa estratégia, confidencial, motivo pelo qual não a regista no *Diário*, passaria pelo pedido de armamento feito pela França ao governo de Lisboa. O pedido de auxílio francês, feito apenas três dias depois da reunião de Emílio Deaschner com João Chagas, ajuda a confirmar a nossa hipótese. Tanto mais que ao ter conhecimento de que Portugal aceita auxiliar a França, desde que o armamento solicitado pelos franceses siga com «as tropas para o manejar», nada escreve no *Diário* sobre o pedido de auxílio francês nem sobre a prometida ajuda portuguesa. Se assim for, Portugal deve à acção diplomática de João Chagas, ainda que indirectamente, a entrada de Portugal nesta guerra (Novais, 2006: 73-78) e (Meneses, 2000: 40).

É, aliás, por isso que consideramos que João Chagas é um dos principais motores de arranque da intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Só assim se entende que, em finais de Setembro (1914), tenha regressado a França, convicto de que Portugal entraria, brevemente, em guerra. O diplomata espera mesmo um consenso nacional em volta da sua estratégia radicalmente *intervencionista*, todavia, consegue apenas o apoio dos democráticos de Afonso Costa, enquanto a estratégia moderada de Teixeira Gomes, embaixador em Londres, reúne o apoio dos unionistas de Brito Camacho. O consenso nacional, como é sabido, nunca é alcançado. *Intervencionistas* e *anti-intervencionistas* travam um intenso combate na esfera política e nos jornais, mas João Chagas mantém

intacta a convicção *intervencionista* explícita em *Portugal perante a Guerra* - um longo panfleto publicado em meados de 1915, no qual apela ao intervencionismo de Portugal. Evidentemente, não é o único opositor à neutralidade condicional de Portugal face à guerra, mas é, seguramente, o primeiro e o mais persistente; é incansável na procura da clarificação da atitude de Portugal face ao conflito, através de telegramas para o ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, de cartas para os seus amigos republicanos, da publicação de artigos em jornais, da distribuição de panfletos *intervencionistas*, e, ainda, de contactos diplomáticos em França e em Portugal.

João Chagas é, conforme também sustenta Hipólito de la Torre Gomez, «o mais distinto representante das razões do intervencionismo» (Gomez, 1998: 99) português. Só não é, em nosso entender, «o mais radical belicista de 1914», como também sustenta Hipólito de la Torre Gomez, porque é um pacifista que defende o recurso à arbitragem internacional para a resolução de conflitos entre as nações. Está, no entanto, na linha da frente *intervencionista*, porque entende que, perante a guerra e perante o inimigo comum, Portugal não pode fazer vida à parte, dado que não é uma nação murada e só alinhando pela entente contará, no final do conflito, «no número das nações» e poderá ver «abrir-se diante dele um futuro admirável» (Novais, 2006: 71).

Em Portugal, estavam, finalmente, a partir do pedido de auxílio francês, reunidas as condições políticas e diplomáticas para a entrada de Portugal no conflito. No entanto, a deficiente situação das tropas e a grave situação económica do país, associadas ao desagrado que a entrada de Portugal na guerra causaria à Espanha, é considerado «um preço demasiado alto [que] a Inglaterra não estava disposta a pagar» (Teixeira, 1996: 229-230) e (Grey, 1925: 233). Ainda que, em Portugal, haja já a convicção de que o país caminha para a guerra e até o ministro Freire de Andrade, paladino da neutralidade, tenha escrito aos diplomatas portugueses em missão no estrangeiro, referindo que «Portugal não fez declaração, [mas] a sua tendência é para entrar no conflito»<sup>124</sup>. Esta é, na verdade, a versão que

---

<sup>124</sup> AHDMNE, Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, cit., Doc. 72, p. 42.

chega às páginas dos jornais. Todas as restantes negociações belicistas decorrem no segredo dos gabinetes, sendo as conversas mantidas longe do conhecimento da opinião pública. É a guerra de gabinetes de que fala Martin Gilbert mas que, mais uma vez se prova, é tão eficaz como os combates nas trincheiras europeias. Tanto que a Inglaterra, como acentua Nuno Severiano Teixeira, fica sob «um fogo cruzado de exigências»: Portugal quer enviar uma divisão militar para a guerra na Europa e, para esse efeito, exige auxílio ao abrigo da velha aliança luso – britânica; e a França pressiona a Inglaterra e Portugal com a urgente necessidade do material de artilharia português. Perante este cenário, o Foreign Office não tem alternativa e é obrigado a convidar formalmente Portugal a entrar em guerra. O convite é feito ao abrigo da aliança entre os dois países. Através desse convite são franqueadas as portas do conflito a uma força de artilharia que será acompanhada de outras armas. Estão assim reunidas, ou parecem estar, as condições para a entrada de Portugal na guerra mas o ministro inglês Edward Grey ainda reserva surpresas. Entende Edward Grey que o nosso país não deve «declarar o estado de guerra antes de embarcar o primeiro contingente»<sup>125</sup> e não deve tornar público o convite inglês para a guerra<sup>126</sup>. A Inglaterra pretende, deste modo, assegurar o envio da artilharia portuguesa para a França e, simultaneamente, impedir a clarificação diplomática da situação de Portugal face à guerra, retirando «toda a legitimidade ao governo para justificar que a intervenção no teatro europeu se fazia a pedido da Inglaterra» (Teixeira, 1996: 231-235).

Ora, todas estas negociações decorrem, mais uma vez, no segredo dos gabinetes ministeriais e diplomáticos e ou circulam através de telegramas sigilosos, longe do conhecimento dos jornais e da opinião pública, assim se compreendendo a ausência de referências a estas negociações diplomáticas belicistas na imprensa da época. Já as lutas internas que a guerra não acalma, antes pelo contrário, alimentam as páginas dos jornais. As ambiguidades resultantes das exigências

---

<sup>125</sup> AHDMNE, Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, cit., Doc.83, pp. 47-48.

<sup>126</sup> AHDMNE, Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, cit., Doc. 128, pp. 70-71.



inglesas face a uma intervenção de Portugal na guerra europeia, que aprofundam os desentendimentos entre os partidos políticos, opondo moderados e radicais no parlamento e na imprensa, têm no interior do poder político os seus agentes diplomáticos, sendo disso exemplo quer a acção diplomática de Chagas em Paris, quer a acção diplomática de Teixeira Gomes em Londres. João Chagas e Teixeira Gomes não são meros executantes das medidas políticas de Lisboa. São, outrossim, mobilizadores da estratégia radical e moderada, dividindo, entre si, os apoios partidários. A estratégia radical de João Chagas e Bernardino Machado tem o apoio dos democráticos de Afonso Costa, enquanto a estratégia moderada de Teixeira Gomes e Freire de Andrade catalisa o apoio dos unionistas de Brito Camacho<sup>127</sup>.

Quando esta polémica alimentada entre governantes, diplomatas e militantes partidários salta para as páginas dos jornais, o governo de Bernardino Machado é ensombrado por duas novas preocupações: a impopularidade da ideia de beligerância e o descontentamento crescente da maioria da população. Isto num ambiente político já agitado desde a marcação de eleições gerais legislativas (para 1 de Novembro de 1914), um acto eleitoral, entretanto, adiado *sine die* devido à guerra. Mas àquelas preocupações, o governo associa outras de natureza financeira e logística quando o Congresso da República aprova a intervenção na guerra (23 Novembro 1914) e, dois dias depois, decreta a mobilização. Urge organizar uma divisão para embarcar para França mas a frágil unanimidade conseguida aquando da votação da intervenção na guerra desfaz-se no mês seguinte (11 Dezembro 1914). Os democráticos tiram o tapete ao governo de Bernardino Machado, alegam que é tempo de um governo de unidade republicana, porém acabam a formar sozinhos um governo confiado a Victor Hugo de Azevedo Coutinho, então presidente da Câmara dos Deputados, que enfrenta, imediatamente, o abandono de vinte deputados unionistas, a renúncia de Machado Santos ao mandato e a aprovação por maioria, pelo Senado, de uma moção de desconfiança ao governo. Este ministério apelidado de *Os Miseráveis* – devido ao nome próprio do seu presidente – atraiu, desde o início, «uma movimentação de tipo golpista» (Reis,

---

<sup>127</sup> Cfr. Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra*, ob. cit., p. 237.

1990:47-48) que determina a demissão do governo (a 24 Janeiro 1915) pelo Presidente da República Manuel de Arriaga.

O pretexto do Chefe de Estado é o *Movimento das Espadas*, um protesto de oficiais, entre 20 e 22 de Janeiro (1915) no Palácio de Belém, onde se encontra o Presidente da República. Entre as espadas confiadas a Manuel de Arriaga está a espada da rotunda, isto é, a espada do oficial Machado Santos que, como os demais oficiais, evidencia assim a sua indignação pela transferência de camaradas de armas por motivos políticos, bem como o apoio ao Presidente da República. De facto, a partir da revolta de Mafra (Outubro 1914), o governo intensifica a vigilância dos militares referenciados como monárquicos ou como inimigos da intervenção militar na guerra, porquanto reconheceu o aviso de que a mobilização militar para a guerra não seria acatada sem resistência<sup>128</sup>. E é, portanto, neste contexto de crise de intervenção de Portugal na guerra que o Presidente da República, queixando-se do «antagonismo do Partido Democrático à sua intervenção como Chefe de Estado nos casos gravíssimos que se preparam a respeito da guerra» (Arriaga, 1916: 132) decide entregar o poder ao general Pimenta de Castro, um opositor à beligerância.

#### **IV.2 O *pimentismo* contrário à guerra**

O general Pimenta de Castro é convidado pessoalmente pelo Presidente da República após o cerco ao palácio de Belém pelos oficiais mas, antes do convite frente-a-frente, Manuel de Arriaga chega a escrever uma carta onde se lêem as motivações da escolha do velho general republicano e *anti-intervencionista*. Nesta carta, de 23 de Janeiro de 1915, o Chefe de Estado convida Pimenta de Castro a formar «um governo extrapartidário com o acordo, senão de todos os partidos [...], ao menos por quase unanimidade, para atalhar ao antagonismo que pretendem entre a República e o exército» (Arriaga, 1916: 137). O Presidente da República define, deste modo, o governo que tinha em mente desde Janeiro de 1914 e acredita que o nome de Pimenta de Castro serve para «garantir a genuinidade do

---

<sup>128</sup> Cfr. Noémia Malva Novais, *A Diplomacia e a Guerra*, ob. cit., pp. 79-81.

sufrágio, a conciliação e a paz na República e no Exército [...] por ser o mais antigo oficial do exército e o que gozava de mais prestígio entre os soldados e os oficiais superiores» (Arriaga, 1916: 137- 140).

Esta escolha configura, como então escreve João Chagas, uma República «conservadora, autoritária, antidemocrática, escorada em monárquicos e católicos, apoiada pelas forças mais conservadoras do xadrez político-social» (Chagas, 1987:235-236) que, de facto, se materializa na acção política de Pimenta de Castro. O general assume a presidência do governo e o ministério da Guerra e atribui as restantes pastas, à excepção da Justiça, a militares, governando (entre 28 de Janeiro e 15 de Maio de 1915) com alguns dos opositores ao Partido Republicano Português/*Partido Democrático* também denominado por Brito Camacho como o *Partido da Guerra*. Porém, se, no plano interno, o governo de Pimenta de Castro só conta com o apoio incondicional do Presidente da República, que o escolhe, e de Machado Santos, que sanciona politicamente o *Movimento das Espadas* que o conduz ao poder, e é hostilizado pelos radicais (que o acusam de se ter constituído contra a Constituição e declaram-lhe guerra) e pelos moderados (que o apoiam timidamente mais por oportunismo do que por convicção<sup>129</sup>, no plano internacional, o governo é bem recebido, particularmente pela Inglaterra e pela Espanha. Esta vê no anti-intervencionismo de Pimenta de Castro uma possibilidade de normalizar as relações com Portugal e aquela regozija com a expectativa de que o bom relacionamento entre Portugal e Espanha resulte na neutralização da Península Ibérica no quadro do conflito bélico europeu. Para ainda maior tranquilidade, Pimenta de Castro tranquiliza os governos dos dois países, manifestando a intenção de reforçar a aliança luso - britânica e de normalizar as relações com a Espanha.

Quanto à guerra, o entendimento público de Pimenta de Castro é teoricamente simples: as tropas portuguesas iriam onde fosse preciso, onde

---

<sup>129</sup> Sobre esta matéria, vide, entre outros, António José de Almeida, Quarenta anos de vida literária e Política, ob. cit., pp. 187-191; Machado Santos, 1916, A Ordem Pública e o 14 de Maio, ob. cit., pp. 58-61; Manuel de Arriaga, Na Primeira Presidência da República, ob. cit., pp. 138-140; e Noémia Malva Novais, A Diplomacia e a Guerra, ob. cit., 79-84. E os jornais *A Luta*, *A República*, *O Mundo*, todos de 29 de Janeiro de 1915.

estivessem «em jogo os legítimos e históricos deveres de Portugal estaria um soldado de Portugal! Na África, defendendo o que é nosso. Nas fronteiras coloniais, prontos a cooperar com os aliados na sua defesa. E até em França, nos Balcãs ou mesmo na Rússia», desde que fossem definidas claramente «as compensações legítimas dos sacrifícios a efectuar». Esta é a versão oficial do governo de Pimenta de Castro, é a que aparece nas páginas dos jornais portugueses, como *A Luta*, *O República*, *O Mundo*, entre outros, e os estrangeiros como o *Le Temps*. Porém, na prática, e no segredo do gabinete, o general defende politicamente a neutralidade absoluta e, diplomaticamente uma neutralidade equilibrada e equidistante<sup>130</sup>.

Este regresso à neutralidade representa a derrota da estratégia *intervencionista*, o que desespera os democráticos, mas o que faz rebentar o caldeirão das paixões políticas é o adiamento das eleições inicialmente agendadas para 4 de Março de 1915. Pimenta de Castro tinha «uma quase obsessão. Dir-se-ia, mesmo, que as suas ideias políticas se resumiam à necessidade de uma boa reforma eleitoral» (Teixeira, 1996: 282). Já durante a Monarquia, em 1884 e 1890, tentara mudar a lei eleitoral, no sentido de introduzir o escrutínio mediante o sistema de lista incompleta e uninominal e a adopção do sufrágio universal. Desta vez, como o tempo não é suficiente para alterar a lei, e como os seus apoiantes o convencem de que de uma lei eleitoral desse género «sairia, indubitavelmente, a Monarquia» (Castro, 1915: 16-17), Pimenta de Castro, republicano desde os tempos monárquicos, adia as eleições. Depois, negocia com os moderados e manda publicar uma nova lei eleitoral a 24 de Fevereiro (1915)<sup>131</sup> e marca as eleições para 6 de Junho seguinte. Esta lei eleitoral, porém fica muito aquém dos seus objectivos iniciais, pois limita-se a simplificar os processos de recenseamento e candidatura, mantendo o escrutínio de lista incompleta e plurinominal e restitui o direito de voto

---

<sup>130</sup> AHDMNE, Portugal no Conflito Europeu. Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (1.ª parte). Negociações até à Declaração de Guerra. Doc. 230, pp. 146-147. Entrevista entre Pimenta de Castro e Carnegie, 1 de Fevereiro de 1915 e Of. De Carnegie a Pimenta de Castro, 5 de Fevereiro de 1915.

<sup>131</sup> A Lei Eleitoral de 20 de Fevereiro de 1915 é publicada no Diário do Governo de 24 de Fevereiro de 1915. Sobre esta lei, vide Pimenta de Castro, *O Ditador e a Afrontosa Ditadura*, ob. cit., pp. 21-23.

aos militares. A lei sai, contudo, acompanhada da proibição de reabertura do parlamento.

Perante esta proibição, os radicais acusam Pimenta de Castro de ter praticado um acto ditatorial por não ter poderes constitucionais para revogar a lei eleitoral nem manter o parlamento encerrado e decidem abrir o parlamento, mas são impedidos de entrarem em São Bento, e acabam a reunir no Palácio da Mitra, aprovando uma moção da autoria de Afonso Costa em que declaram «fora da lei» o governo e o Presidente da República, consideram «nulos e sem efeito» os actos legislativos do governo e apelam à desobediência civil (Teixeira, 1996: 287-289).

#### **IV. 2. 1 O regresso do discurso da propaganda republicana**

Toda a imprensa cobre estes acontecimentos, escrevendo sobre a *afrentosa ditadura*, anunciando que Pimenta de Castro amnistia os conspiradores monárquicos e demite em massa os militares radicais que ocupam até então lugares de comando. Menos de um mês depois, a ditadura está já à beira do abismo. À pressão interna soma-se agora a pressão externa, sobretudo alemã, em virtude das sucessivas violações da neutralidade não declarada, pois, quer nos territórios africanos quer nas ilhas do Atlântico, Portugal, para atender aos pedidos ingleses, fomenta as reclamações alemãs. É, neste contexto, que os democráticos se unem contra o *pimentismo* e contam com o apoio do antigo panfletário da propaganda republicana, o agora demissionário diplomata João Chagas. Regressado ao Porto, Chagas escreve *A Última Crise*, um panfleto composto por 30 páginas e divulgado através da venda directa de exemplares encadernados e através da imprensa. É útil prestar atenção aos argumentos de João Chagas em *A Última Crise*, porquanto são os argumentos da propaganda republicana de novo em acção, em plena crise de intervenção de Portugal na guerra que decorre há quase um ano na Europa.

*A Última Crise* surge na sequência de uma reflexão de Chagas, ainda em Paris, acerca do líder dos unionistas, Brito Camacho, que, a seu ver, se inutilizara com a sua desastrada propaganda contra a nossa participação na guerra; sobre o

líder dos evolucionistas, António José de Almeida, que, em seu entender, «procurava viver à custa das antipatias de Afonso Costa»; e ainda relativamente ao líder dos democráticos, Afonso Costa, que seria «o único que ainda deixaria luzir uma vaga esperança» (Chagas, 1987: 235-236). Na bagagem de Paris carrega a consciência da dificuldade em unir em volta da figura de Afonso Costa todos os republicanos que este irritara com «a sua política facciosa», todos os sindicalistas e anarquistas que exasperara «com as suas repressões», bem como todos os reaccionários que o odiavam profundamente. Então, como não é «um homem de partido», mas «um português e um republicano», percebe que é chegado o momento de mais um combate através da pena.

Sem grande margem de manobra na imprensa de Lisboa, escolhe o Porto para abrigo deste combate. Aí escreve, nos últimos dias de Abril, *A Última Crise*, criticando os comportamentos dos republicanos que viabilizaram a ditadura de Pimenta de Castro que, em seu entender, transformara o país numa «democracia vencida». Pedindo de empréstimo a Lamartine a frase «*a Revolução malogrou-se não por ter ido muito longe, mas por não ter ido até onde devia, tão certo é [...] que um povo que não sabe guardar o que conquistou tenta ao mesmo tempo a tirania e a anarquia*» (Chagas, 1915: 3), apela a que se acuda à República. Como? Com «algumas verdades urgentes», dado que o seu grande mal, a seu ver, «é a mentira» e «a maior mentira da República é a dos seus partidos» (Chagas, 1915: 3). Esta mentira resultou da «ausência de um verdadeiro espírito republicano» entre os dirigentes políticos, que permitiu que [...] «se organizassem em partidos, nos primeiros dias da República, simples antagonismos de ocasião, suscitados por questões de interesse pessoal, alimentados pelos ressentimentos de debates agressivos e sem elevação, finalmente, orientados pela ambição, pelo capricho, pela vaidade de mandar» (Chagas, 1915: 4).

Concretizando, responsabiliza os republicanos de 1911 «por se terem deixado dominar [pelo] espírito de facção, que foi apanágio da Monarquia», fazendo de uma questão de pessoas, uma questão de princípios. Fundamentalmente, porque, na sua perspectiva, «não há Partido Evolucionista, como não há Partido Unionista, como não há Partido Democrático. O que há, sob o

falso rótulo de partidos, é amigos [de] António José de Almeida, amigos [de] Brito Camacho e amigos [de] Afonso Costa. Nenhum desses agrupamentos tem princípios, ideias ou planos de natureza colectiva, isto é, superiores e independentes às individualidades que os formam. Os seus princípios, as suas ideias e os seus planos são os princípios, as ideias e os planos [de] António José de Almeida, Brito Camacho e Afonso Costa» (Chagas, 1915: 7).

Mais, defende que estas «ficções desnecessárias», estas «sucessivas mentiras» que, «depois de terem perturbado a vida parlamentar», perturbaram «a vida do país e conduziram a República à grande crise», à «última crise e de mais graves consequências para a República e para o país», ou seja, à «ditadura do general Pimenta de Castro, patrocinada e defendida com um fim unicamente eleitoral» (Chagas, 1915: 12). E para demolir o *pimentismo*, acentua que este representa «um imprudente regresso à moral política da Monarquia e a negação feita a escâncaras de todo o respeito pelo princípio da soberania da nação» (Chagas, 1915: 9), sendo «um dos actos políticos mais afrontosos e contraditórios que [...] têm sido consentidos por uma nação livre». Como exemplos dessa afronta, refere o encerramento do parlamento, a dissolução das corporações administrativas, a anulação ou alteração das leis da República, a supressão da Constituição e o funcionamento do governo em ditadura.

Insiste nas críticas ao governo, acusando-o de perseguir os servidores da República e de reconhecer como legítimos, aceitar no país e reconduzir nos seus anteriores cargos ou funções, os monárquicos acusados de participação nas conspirações monárquicas que, em 1911 e 1912, intentaram contra a República; assim como sustenta que o velho general «não chegou ao poder investido da autoridade de uma grande competência política ou do prestígio de uma gloriosa biografia militar» mas tão só por ser «um amigo pessoal do Presidente da República». Seguidamente, atento à base social de apoio do regime republicano – o povo das cidades, cujo descontentamento atingira o auge nos primeiros dias de Maio, lembra que a República «é uma criação popular, [...] é forte e [...] será duradoura» (Chagas, 1915: 9-10). Ao mesmo tempo que enaltece o povo, o único que – como salienta – «entrou com fé na República» (Chagas, 1915: 19), desmoraliza

as ambições monárquicas, avisando que «a sociedade portuguesa quis e realizou um grande número de reformas incompatíveis com o espírito da Monarquia» e enfatizando que a República «construiu um Portugal novo» (Chagas, 1915: 23) dentro do qual a Monarquia já não cabe. Para que a Monarquia regressasse – acentua João Chagas – «seria preciso que Portugal todo se subvertesse e no seu lugar ficasse uma praia deserta» (Chagas, 1915: 23).

Finalmente, abrindo as portas do poder aos democráticos, - porque Chagas não perde de vista o interesse maior da nação que a seu ver é derrubar a ditadura para levar Portugal à guerra - enaltece as leis de Afonso Costa, mas de uma forma subtil, defendendo que precisam de uma «fria e severa revisão» (Chagas, 1915: 27), dado que conhece as hostilidades existentes face a algumas dessas leis. Ainda assim, não deixa de sustentar que sem as reformas de Afonso Costa «o objectivo imediato da República teria sido somente a conquista do poder político, uma mudança de fórmulas, uma simples substituição de personalidades» (Chagas, 1915: 27). Deste modo, acredita acalmar alguns dos ódios de Afonso Costa e evidenciar que, uma vez reposta a normalidade constitucional, a República poderia «mudar a face da sociedade, tornando os homens melhores» (Chagas, 1915: 28).

Mas não se pense, como frequentemente se escreve, que João Chagas é afonsista ou democrático. Chagas não é filiado em qualquer partido e, aquando da implantação da República, e mesmo durante os primeiros quatro anos, é António José de Almeida e o Partido Republicano Evolucionista que reúnem as suas simpatias ideológicas. Disso mesmo, fala também em *A Última Crise*. Chagas e António José de Almeida aproximam-se em Agosto de 1911 e concordam que, daí em diante, o antigo jornalista e panfletário, agora diplomata, seja o colaborador político do jornal *República*. Assim é até Agosto de 1914, altura em que deflagra a guerra. As relações entre os dois, de acordo com o testemunho de João Chagas, são sempre pautadas por lealdade, afeição e confiança. Por isso, confessa, em *A Última Crise*, que procurou que em torno do nome deste republicano se organizasse o partido conservador da República.

Para João Chagas, António José de Almeida é «essencialmente um orador» que facilmente se deixa «cair no cortejamento do aplauso», e que, apesar de ser



«muito inteligente», por ter sido «nado e criado para caudilho, para agitador revolucionário, não podia votar-se aos sacrifícios que exigem as serenas funções de homem de Estado conservador». Considerando que António José de Almeida precisaria de alguém que lhe dissesse que «ao absolutismo idealista em que o seu espírito se criara, sucedera um relativismo realista saído da experiência social e da revisão integral das ciências» verificada na segunda metade do século XIX, confessa que tentou ser ele mesmo a apontar aquilo que denomina como o «caminho seguro» ao líder evolucionista. António José de Almeida, no entanto, se, por um lado, lhe evidencia confiança, por outro, mostra «falta de coragem» para o acompanhar e, por isso, João Chagas escreve: «Tive de recolher a minha casa, desiludido. Eu quis fazer de António José de Almeida um homem de Estado, enquanto os outros teimavam em fazer dele um tribuno. Eu quis fazer [dele] um político positivo, quando os outros teimavam em que ele fosse um agitador». Para que não restem dúvidas no espírito de quem o lê, ainda recorda que os seus artigos e as suas conferências estão publicados, permitindo verificar que fala «inteiramente verdade» (Chagas, 1915: 28).

Em síntese, em *A Última Crise*, João Chagas utiliza as suas qualidades de panfletário para transmitir à nação republicana as ideias necessárias à resolução da crise em que, em seu entender, o país mergulhara desde Janeiro (1915). A sua estratégia de combate ao *pimentismo* assenta no povo, a quem é preciso fazer voltar a acreditar que a República pode «nascer outra vez [...] tão forte como a soberania que a engendrou». Ciente da influência que as suas palavras produzem, especialmente no sector republicano radical, realça a confiança no destino da República. E, com a intenção de reabrir as portas do poder aos democráticos – os únicos verdadeiramente partidários da intervenção de Portugal na guerra - enaltece as leis de Afonso Costa. Deste modo, como escreve António Teixeira de Sousa, «os ingredientes necessários à propaganda oposicionista estavam lançados no caldeirão das paixões políticas» (Sousa, 1917: 367). Só faltava juntar-lhes as dificuldades económicas com as quais se debatia a maioria da população para termos o clima da revolta. Ora, esse clima de agitação aumenta a partir da publicação de *A Última Crise* - assim intitulado, porque João Chagas acredita que depois de vencer a

ditadura de Pimenta de Castro, a República entrará no «caminho certo que não soube encontrar após a revolução» de 1910.

Em suma: Depois da publicação de *A Última Crise*, a semente da revolta contra o pimentismo está lançada mas é preciso continuar a cultivar a sementeira. Por isso, segue-se a distribuição de vários panfletos anónimos contra o governo e a divulgação do conteúdo desses panfletos pelos jornais republicanos. Nem assim o general Pimenta de Castro acata o conselho para vestir a farda, mas manda estar de prevenção a guarnição militar de Lisboa. A resposta vem do Tejo, ao romper da aurora do dia 14 de Maio (1915) e os revoltosos exigem a restituição do país «ao respeito pela Constituição» (Arriaga, 1916: 146-147)<sup>132</sup>. Pimenta de Castro pede a demissão. Manuel de Arriaga aceita, convida João Chagas a presidir ao novo Ministério e, de seguida, demite-se. Assim, em Maio de 1915, vive-se uma espécie de regresso a 1911, ao tempo fundacional da República constitucionalizada, em que Manuel de Arriaga, já então Presidente da República, convida João Chagas a formar o primeiro governo constitucional da República, tornando-o o primeiro Primeiro-Ministro de Portugal.

Estão, assim, reunidas as condições para refundar a República, como os jornais republicanos então registam mas Chagas acaba por não conseguir governar devido a um atentado de que é vítima na viagem do Porto para Lisboa e o governo é entregue a José de Castro, abrindo-se uma nova era para a política *intervencionista* portuguesa, com a imprensa maioritariamente rendida aos democráticos. Portugal tem, finalmente, guia de marcha para o *front*, numa fase em que a guerra pende para o lado imperial germano-austríaco, obrigando os aliados, nomeadamente a Inglaterra, a olharem para Portugal «como um apoiante mais comprometido» (Silva, 2000: 270). E Portugal, com a entrega do ministério da Guerra a Norton de Matos, coloca um ponto final da política de neutralidade, fazendo o país tomar o seu lugar na difícil caminhada para a guerra que há um ano se trava na Europa e em África.

Com a chegada de Afonso Costa ao poder (29 de Novembro de 1915), é claramente assumida a determinação de conduzir Portugal à intervenção no

---

<sup>132</sup> Proclamação da Junta Revolucionária, assinada por Leote do Rego, 14 de Maio de 1915, 12 horas, Lisboa.

conflito armado ao lado da velha aliada Inglaterra. Porém, nem desta vez a clarificação da situação de Portugal perante a guerra reúne o consenso dos partidos, dos militares, da população e ou dos jornais. A questão da participação portuguesa na guerra na Europa continua a dividir a sociedade portuguesa, o parlamento e os jornais. Ao discurso *intervencionista*, maioritário é certo, continua a contrapor-se uma narrativa *anti-intervencionista*, embora minoritária. Aliás, os próprios governos do primeiro ano da guerra têm responsabilidades nesta matéria, porquanto continuam a manter relações diplomáticas com a Alemanha que nos faz a guerra nas colónias africanas, permitindo, desse modo que o povo pense que a problemática da guerra se resume a uma polémica entre *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*.

É por isso que o governo de Afonso Costa (29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916), com a pasta da Guerra nas mãos de Norton de Matos, promove, desde o início, negociações diplomáticas, nomeadamente com o ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, no sentido de estabelecer as directivas que obriguem a Inglaterra a concordar com a declaração de beligerância de Portugal. Porém, os ingleses não desarmam, sustentando sempre que se Portugal quisesse declarar a guerra teria de o fazer por motivos unicamente seus, jamais invocando a aliança luso – britânica. Assim, continuam a obrigar-nos a uma equívoca neutralidade. Como estas diligências demoradas, primeiro com o diplomata Teixeira Gomes, depois com o Foreign Office, através do ministro inglês Edward Grey, são sigilosas, não têm reflexo na imprensa da época. No entanto, Afonso Costa e Norton de Matos tomam em mãos uma campanha de propaganda de guerra como até então não existira em Portugal. Esta campanha está no seu início quando Portugal é surpreendido pela declaração de guerra da Alemanha em 9 de Março de 1916.

#### **IV.3 A declaração de guerra da Alemanha a Portugal**

É a Alemanha que declara guerra a Portugal mas é Portugal que motiva a apresentação dessa declaração de beligerância. E tudo começa quando a Inglaterra

e a França manifestam a intenção de solicitar ao governo português o apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses. A Inglaterra quer os navios alemães para o comércio e a França pretende os navios para o serviço dos aliados. Portugal recusa, invocando a necessidade dos navios como «meios de pagamento para financiar o orçamento de guerra». O chefe do governo, Afonso Costa, tenta convencer a Inglaterra da necessidade de Portugal fazer preceder a requisição dos navios alemães de uma declaração de guerra à Alemanha. A Inglaterra não aceita e Afonso Costa joga a última carta, defendendo, em conselho de ministros, a declaração de guerra à Alemanha sob a responsabilidade exclusiva de Portugal: *«É talvez um acto de loucura, mas a loucura nobre e generosa, que, se não for compreendida na Inglaterra, o será na França, na Itália, na Bélgica, nos países que têm sofrido as grandes amarguras da guerra. [...] Estaremos talvez perdidos tendo comprometido a aliança, mas não temos outra resolução digna e honrada. Praticaremos um acto de dedicação à nossa aliada, contra sua vontade, mas com uma base moral, [...] depois requisitaremos os navios»* (Reis,1990: 52).

O presidente do governo está persuadido de que só assim se salva a nossa nacionalidade. Resistindo à pressão inglesa poderia, em seu entender, colocar Portugal num lugar digno entre as nações aliadas. A sua determinação não encontra, porém, aliados no conselho de ministros de onde sai, afinal, uma posição mais moderada: Portugal requisita os navios alemães para empréstimo à Inglaterra, desde que seja invocada a aliança<sup>133</sup>. A Inglaterra, desesperada pela falta de navios para o comércio, acaba por requisitar, a 17 de Fevereiro (1916), com base na aliança, os navios alemães para o comércio<sup>134</sup>. Superado o impasse diplomático, a 23 de Fevereiro (1916), o governo ordena a apreensão dos 35 navios alemães surtos no Porto de Lisboa, estipulando medidas semelhantes para os restantes portos portugueses. A Alemanha responde a esta decisão do governo de Afonso Costa, a 9 de Março de 1916, com a declaração de guerra a Portugal.

---

<sup>133</sup> AHDMNE, Livro Branco, Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo I, cit., Memorando de 6 de Fevereiro de 1916, entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, a Lancelot Carnegie. Vide também a acta n.º 18 do conselho de ministros extraordinário de 8 de Fevereiro de 1916 publicada em Oliveira Marques, O Segundo Governo de Afonso Costa – Actas dos Conselhos de Ministros, Lisboa, 1974, p. 131.

<sup>134</sup> AHDMNE, Livro Branco, Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo I, cit., Memorando de 17 de Fevereiro de 1916, de Carnegie à República Portuguesa.

Portugal estava agora, *de facto*, em guerra um ano e meio depois do início do conflito, porque *de jure* já se encontrava em guerra em África desde meados de Agosto de 1914. A declaração de guerra da Alemanha é recebida em Portugal como a oportunidade para concretizar «a ambição e largueza de vistas» do projecto *intervencionista*, quebrando «definitivamente a dupla e secular dependência do país. Dependência directa da protecção britânica; e dependência indirecta da ameaça espanhola» (Gómez, 1998:105). Os jornais *intervencionistas* recebem, por isso, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal com optimismo. Os *anti-intervencionistas*, uma minoria como minoritários são os arautos do anti-intervencionismo entre nós, noticiam a declaração de beligerância com prudência.

A notícia da declaração de guerra da Alemanha está em todas as primeiras páginas dos jornais diários a 10 de Março (1916). No *Diário de Notícias* está na parte inferior da primeira página, na terceira das nove colunas do jornal. É uma notícia de apenas quatro parágrafos intitulada «Portugal e a Alemanha/Declaração de guerra» e diz o seguinte:

*«O ministro da Alemanha, sr. barão de Rosen, que, há cerca de ano e meio, não ia ao ministério dos negócios estrangeiros, solicitou ontem uma audiência do respectivo ministro, a qual, pelo sr. dr. Augusto Soares, lhe foi marcada para as 18 horas.*

*Efectivamente, à hora indicada, o sr. barão de Rosen, trajando sobrecasaca e chapéu alto, chegou numa carruagem de praça ao ministério dos negócios estrangeiros, onde, imediatamente, foi introduzido no gabinete do ministro, pelo seu secretário particular, sr. Eugénio dos Santos Tavares.*

*A entrevista entre os srs dr. Augusto Soares e barão de Rosen durou 20 minutos, saindo então o sr. ministro da Alemanha, que voltou a meter-se na carruagem que até ali o havia conduzido.*

*Após a saída do sr. barão de Rosen, o sr. ministro dos negócios estrangeiros dirigiu-se para o ministério das finanças, onde esteve conferenciando com o sr. dr. Afonso Costa.*

*Consta-nos que o motivo da ida do sr. barão de Rosen ao ministério dos estrangeiros, foi para fazer entrega de uma nota do governo alemão, na qual se dão como rotas as relações entre a Alemanha e Portugal, e em que a Alemanha faz a sua declaração de guerra ao nosso país<sup>135</sup>.*

Segue-se uma breve notícia intitulada «Ministro da Alemanha» em que se lê o seguinte: «O sr. barão de Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, que pediu

---

<sup>135</sup> *Diário de Notícias*, 10 de Março 1916, p. 1.

ontem os seus passaportes, parte hoje para Madrid, em comboio especial, às 8 horas da manhã, acompanhado de sua esposa e do pessoal da legação e do consulado». A seguir, sempre na mesma coluna, o jornal apresenta uma notícia sobre «O êxodo da colónia alemã», dando conta da saída de cidadãos alemães do nosso país. O jornal não relaciona estas duas notícias breves com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, apenas as pagina juntas, deixando aos leitores a interpretação dos factos.

No dia seguinte, 11 de Março, a notícia relativa a «Portugal e a Alemanha» sobe a umas das aberturas da primeira página, sendo mesmo a notícia de maior relevo e acompanhada de fotografias da saída do embaixador alemão. O jornal descreve o vaivém rápido de personalidades na legação da Alemanha em Lisboa, referindo que os ministros de Espanha e dos Estados Unidos da América vieram despedir-se do barão de Rosen e família que, afinal, acabam por sair da estação do Rossio por volta das 14h30 com destino a Espanha. Junto desta notícia, é abordado o dia agitado vivido na sessão do Congresso, onde muitos populares acorrem às galerias para ouvirem o presidente do governo explicar a situação de Portugal perante a guerra agora que a Alemanha declarara a beligerância. Num acto que hoje denominaríamos de serviço público, o *Diário de Notícias* publica integralmente, na nona coluna da primeira página com continuação na primeira coluna da segunda página, a nota escrita através da qual o governo imperial da Alemanha declara guerra a Portugal, e que transcrevemos a seguir, integralmente, por considerarmos que é, de facto, clarificadora das razões da Alemanha, das responsabilidades de Portugal e sobretudo do papel da imprensa que entende publicá-la na íntegra nas páginas principais.

*«Lisboa, 9 de Março de 1916.*

*Senhor Ministro*

*Estou encarregado pelo meu governo de fazer a vossa excelência a declaração seguinte: O governo português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanência em portos portugueses contrária à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como ponto de apoio de esquadra.*

*Canhões e material de guerra de diferente espécie foram vendidos às potências da «entente» e além disso à Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Mossamedes foi apreendido.*

*Além disso foram enviadas expedições a África e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.*

*O governador do distrito (Bezirksamtman) dr. Schultze-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do sudoeste africano alemão e Angola, foram atraídos, por meio de convite, a Naulila e ali aprisionados sem motivo justificado, e quando procuravam subtrair-se à prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.*

*Seguiram-se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, agiu, em consequência do procedimento português, na suposição de que Portugal se achava em estado de guerra com o império alemão. O governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências sem todavia se referir às primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.*

*A imprensa e o parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiros insultos contra o povo alemão sob uma protecção mais ou menos notória do governo português. O chefe do partido dos evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso de 23 de Novembro de 1914, na presença dos ministros portugueses, assim como de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha, sem que por parte do presidente da Câmara ou de alguns dos ministros presentes se seguisse um protesto. Às suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no Boletim Oficial das Sessões não se encontrava a passagem em questão.*

*Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornámos o governo português responsável por todas as consequências. Não se deu contudo nenhum remédio. Ao mesmo tempo, o governo imperial, numa indulgente deferência para com a difícil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequências da atitude do governo português.*

*Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação do direito protestou o governo imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.*

*O governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar a sua medida violenta em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação luso - alemão, mas sim da mesma forma como*

*qualquer propriedade que se encontre no país está sujeita à ilimitada soberania de Portugal, e assim ao ilimitado direito de apropriação do governo português. Além disso, opina o governo português ter procedido dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.*

*Estas considerações aparecem como vagos subterfúgios. O artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância dos navios alemães se encontrarem, como se diz, imobilizados em portos portugueses, modificou a sua situação de direito. O governo português violou porém o citado artigo em dois sentidos, primeiramente: não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação de uma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de porões (navios). Mas além disso o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente de um prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o governo português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente quer por intermédio do governo alemão, com as companhias de navegação. Desta forma, apresenta-se todo o procedimento do governo português como uma grave violação do Direito e do Tratado.*

*Por este procedimento, o governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, o qual subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente, a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arreada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula da guerra. O navio almirante salvou por essa ocasião.*

*O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do governo português.*

*Considera-se de hoje em diante como estando em estado de guerra com o governo português.*

*Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de v. ex.ª, tenho a honra de exprimir a v. ex.ª a minha distinta consideração. – (a) Rosen».*

O *Diário de Notícias* dá, finalmente, notícia de que, na sequência desta declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o presidente do Ministério informou o Congresso de que o governo procedeu de acordo com os interesses nacionais, demonstrando que somos cumpridores das obrigações, mantendo os direitos e cumprindo os deveres, o que é condição de um povo livre. Ora, este povo livre acorreu em grande massa ao parlamento mas, por ser em grande número, como



conta o jornal, muitos ficaram nas ruas em volta de S. Bento. Entre vivas à guerra e à pátria, que se vão ouvindo, narra o jornal que estala um conflito motivado por um indivíduo que, quando ouve «viva a guerra», grita «abaixo». A presença das forças de infantaria e cavalaria da Guarda Republicana impede confrontos mas, na verdade, este breve tumulto sem consequências acaba por ser o retrato embrionário do que virá a ser, até ao fim da guerra, o comportamento da população portuguesa: uma parte favorável à intervenção, outra desfavorável.

Ora, também por isso, os políticos têm de dar um sinal de união à opinião pública. Esse sinal surge a 12 de Março na reunião do grupo parlamentar democrático, na qual manifestam a intenção de colocar de parte todas as questões de natureza partidária. O jornal *Diário de Notícias* subscreve e aplaude essa atitude, pelo que, depois de uma revista da imprensa do dia, regozija com o facto de verificar que todos os editoriais dos jornais reconhecem a singularidade do momento político e estão inequivocamente com o país, qualquer que venha a ser o governo, já que o executivo está demissionário e outro se está a preparar nestes primeiros dias agitados de Março de 1916.

Escreve, assim, o *Diário de Notícias*:

*«Todos os editoriais dos diversos jornais políticos, vimos com íntima satisfação que a nota dominante é pouco mais ou menos a mesma, isto é, reconhecendo estas folhas a gravidade e o excepcional melindre das presentes circunstâncias, opinam que nesta conjuntura devem congregarem-se todos os esforços e juntar-se todas as energias para se conseguir um único e capitalíssimo fim – manter com honra a dignidade e a autonomia de Portugal, responder com hombridade a quaisquer ameaças ou agravos e prepararmo-nos sem desfalecimentos nem desuniões para as eventualidades de qualquer ataque ou agressão.*

*Cremos que só quem não for português pensará ou procederá diversamente.*

*Não pode nisto haver divergência de opiniões, nem se pode admitir que haja hesitações ou dúvidas no cumprimento daquela iniludível obrigação que a todos se impõe. E esse dever é puro e simplesmente defendermos com abnegação a terra em que nascemos, sem ninguém se lembrar da facção política a que pertence ou do credo partidário que professa para que isso lhe sirva de justificação a quaisquer restrições em tal defesa, e sem que a própria falta de filiação deva proporcionar pretexto, seja a quem for, para retraimentos ou isenções de sacrifícios e dedicação pela causa sagrada da pátria.*

*Não queremos crer, repetimos, que a este respeito possa haver duas opiniões, e esperamos e confiamos, para honra de todos os nossos compatriotas, que o governo nacional que se constituir há-de encontrar a seu lado a dar-lhe força e incitamento na árdua tarefa em que se empenhe de salvaguardar os mais altos interesses nacionais, tanto de ordem moral como de ordem material, o apoio decidido e enérgico de quantos se orgulham do nome de portugueses.*

*Por nossa parte, e no pouco que valemos, esse apoio, embora infelizmente de bem limitado préstimo, será, contudo, sincero, leal e devotadíssimo»<sup>136</sup>.*

O *Diário de Notícias* publica a seguir, sob o título «Opiniões da imprensa», alguns excertos de notícias de jornais considerados então «órgãos de partidos», dando, deste modo, uma amostra do pensamento dominante nos periódicos nacionais de maior divulgação.

Começa por *A Nação* (legitimista) que refere:

*«Pertencemos a um partido político em que o patriotismo foi sempre o primeiro guia. Como farol neste rumo, temos a tradição de um rei bem honrado e bem português, cujas cinzas, descansando em terreno estrangeiro, agora inimigo, ainda estimulam a nossa acção política e não esquecer o que devemos à nossa Pátria. Negou-lhe o liberalismo sete palmos de terra, mas a sua memória enche-nos de pondunor e de brio para cumprirmos o que devemos como cidadãos livres, que pretendemos ser.*

*Que todos os portugueses, como esperamos, se lembrem menos da política, cuidando da Pátria, e que dos actos dos que podem impor e mandar, resulte uma orientação patriótica e nobre, como aquela que a nossa consciência nos diz que seguimos».*

Prossegue depois com *O Mundo* (democrático) que escreve:

*«Mas isto é tudo. A Alemanha odeia a Inglaterra, portanto odeia-nos. Estamos, pois, em guerra! Que todo o povo o saiba e que toda a Nação o não esqueça. Todos unidos, todos os cidadãos comungando no mesmo supremo e exclusivo ideal, qualquer que seja a sua crença, qualquer que seja a sua fé, que olhem alto e lealmente para o mesmo fim – a segurança e a glória da Pátria. A Pátria não está em perigo, mas está, desde ontem, em luta com o perigo. Mas ela vencerá o perigo, há-de necessariamente dominá-lo, se todos os seus filhos, seja de que cor forem, encarnados, azuis, negros ou brancos, ou mesmo... pardos, compreenderem que acima de todos nós está a causa suprema da Nação. Imitemos a Inglaterra, imitemos a França, onde todos se uniram para salvaguarda do interesse comum. O povo assim o exige e assim o espera. Se fosse possível todo o país ter assistido à*

---

<sup>136</sup> *Diário de Notícias*, 12 de Março de 1916, p. 1.

*imponentíssima sessão de ontem, no Congresso, sairia de lá certo que hoje em Portugal só tem de existir um campo – o dos verdadeiros patriotas».*

Entretanto, avança para *A Luta* (unionista) que declara:

*«Esbulhada a Alemanha das suas colónias de África, situado o nosso país no extremo do ocidente europeu, a guerra em que estamos envolvidos desenrolar-se-á de uma forma particular, menos bélica, se nos permitem que assim digamos, do que entre outros povos beligerantes. Mas é bom não esquecermos que o nosso inimigo é a Alemanha, cujos recursos militares assombram, e cuja audácia inteligente é capaz das maiores surpresas. De um momento para o outro, inopinadamente, pode a Alemanha praticar contra nós uma grande brutalidade, que fundamente emocione o país. Seria lamentável que nesse momento se encontrasse no poder um governo que uns olhassem com simpatia e outros olhassem com desconfiança, que uns apoiassem com sinceridade, e que outros hostilizassem disfarçadamente.*

*O ministério que se constitui deve ser apoiado por todos, por a todos inspirar confiança. Só pode realizar este «desideratum» um ministério em que todos estejam representados, isto é, que seja num ponto de convergência de todas as correntes políticas».*

Também contempla o *República* (evolucionista):

*«O dia de ontem no parlamento português foi daqueles que resgatam e consolam.*

*Se todo o país, à semelhança do que fez o Congresso, em que se calcinaram as animadversões, unir todas as suas energias e todos os seus esforços numa suprema aspiração de salvação nacional, a pátria não há-de sossobrar e a República viverá!».*

E ainda de *A Ordem* (católico):

*«Católicos de Portugal! Homens de carácter e homens de fé! Todos nós neste momento solene cumprimos galhardamente o nosso dever, sem ser necessário apelar para o nosso patriotismo, na certeza absoluta, de há muito adquirida, de que nenhum de nós deixará de confirmar e exceder todas as afirmações dos nossos peitos de portugueses e de crentes.*

*Que o Deus das nossas vitórias e dos nossos feitos épicos desperte em cada um de nós o atavismo de heróis e de santos, dos velhos portugueses que tanto honraram e tanto levantaram o nome de Portugal.*

*E se tivermos de morder o pó nos campos de batalha, ficarão cá muitos para orar por nós, na certeza de que o nosso último grito foi – “por Deus pela Pátria”».*

E, finalmente, de *O Dia* (monárquico):

*«Mas se alguma força pudéssemos ter na opinião monárquica, toda a empregariamos para que colocassem hoje a questão nacional fora da questão política e só atentassem na solução do*

*“problema português”, que não tem cores partidárias e assenta sobre o brasão de armas de Portugal, esmaltando de imperecíveis glórias a que correspondem excepcionais deveres.*

*Nunca esse “problema português” ressaltou tão flagrante nos seus delicados contornos e nos seus complexos aspectos como à entrada no estado de guerra em que nos encontramos desde ontem.*

*Pode o “problema monárquico” só interessar aos monárquicos, porque outros se não tenham desiludido da solução republicana.*

*Mas o “problema português” a ninguém exclui e a todos chama, bastando que tenham deixado de parte, os que se proponham resolvê-lo, tudo o que possa sobrepor ao princípio da independência um lema de partido.*

*Portugueses nos orgulhamos de ser e por nenhuma nacionalidade, a mais poderosa, esta trocaríamos: com a consciência segura de que, através dos sacrifícios máximos, sempre portugueses e em todas as conjunturas temos sido, ainda agora portugueses somos “colocando a questão nacional acima de todas as outras”».*

Portanto, o *Diário de Notícias* reporta os acontecimentos através da pena dos seus repórteres na rua e no parlamento, mas também através da revista de imprensa. Porém, é contido no destaque dado às notícias da beligerância, tanto nestes primeiros dias após a declaração de guerra da Alemanha como nos longos meses que vão seguir-se de conflito na Europa.

Os jornais comprometidos com as forças políticas já conferem um destaque proporcional ao envolvimento dos partidos que os suportam ideologicamente. É o caso de *O Mundo*, considerado como o jornal do partido da guerra, que é o mais entusiasta da beligerância, conforme se verifica pela primeira página da edição do dia 11 de Março (1916), com manchete múltipla a toda a largura da página com o título «Viva Portugal», em grandes parangonas, seguido de outros títulos, designadamente: «A imponentíssima sessão do Congresso da República» e «A Alemanha declarou guerra a Portugal e Portugal altivamente aceitou o repto germânico». Segue-se um texto de entrada à edição dedicada à beligerância, paginado nas sete colunas que fazem a mancha da página, e que narra assim a situação do país: «O ministro alemão deixou ontem Lisboa; o nosso ministro em Berlim partiu ontem dessa capital em direcção à Suíça. Aliado de Inglaterra, Portugal cumpriu os seus deveres de honra nacional. Eterno paladino da liberdade e da justiça, o povo português vai colaborar, nos limites do seu esforço e dos seus recursos, no triunfo esplendoroso da causa sagrada dos aliados, que é a

*causa dos povos livres e dos homens livres! Estamos em guerra com a Alemanha, que à guerra nos levou por não admitir que o povo português seja um povo honrado e leal. Somos uma nação pequena? Somos. Mas a história não será manchada com o estigma da nossa felonía, nem da nossa cobardia. A história, pelo contrário, falará alto da dignidade deste povo, da sua serenidade nas maiores crises, da sua coragem na luta, da sua dedicação por todas as causas nobres. Serenidade, coragem e fé nos nossos destinos! O sr. presidente da República, que é aclamadíssimo pelo povo, assistiu à sessão do Congresso. Viva Portugal! Viva a Inglaterra! Vivam as nações aliadas! Viva a República!».*

É também o caso do *República* que faz eco da beligerância a toda a largura da primeira página com a manchete «Pela Pátria! Pela República», prossequindo com a abertura a toda a largura também com o texto «O dia de ontem no parlamento português foi daqueles que resgatam e consolam. E todo o país, à semelhança do que fez o Congresso, em que se calcinaram as animadversões, uniu todas as suas energias e todos os seus esforços numa suprema aspiração de salvação nacional, a pátria não há-de sossobrar e a República viverá!». Segue o modelo do *Diário de Notícias*, apresentando a reportagem da sessão do Congresso e a revista de imprensa, seleccionando os mesmos jornais, acrescentando apenas *O Século*, seleccionando este excerto: «A nota alemã declarando a guerra a Portugal não difere na tortuosidade da argumentação e na insolência da frase do comum das suas comunicações imperativas com que costuma brindar os países que, pela pequenez da sua força militar, ela supõe poder tratar como nações toleradas. Para o orgulho desmedido do governo de Berlim, os países de fracos recursos como a Bélgica, a Sérvia e Portugal, não têm que regular-se por questões de ordem moral, pelo respeito aos compromissos tomados ou pelos conselhos e instigações do seu brio. [...] Não. É a Alemanha que tem sido agredida e provocada, é ela que tem o direito de se queixar de infracções repetidas da nossa neutralidade – como se nós algum dia tivéssemos declarado essa neutralidade e antes bem claro e ostensivamente não tivéssemos definido a nossa atitude. [...] A declaração de guerra não fez mais que estreitar os laços que já nos uniam à Inglaterra e unir toda a família portuguesa em redor da bandeira da Pátria».

*A Luta* abre também as primeiras páginas dos dias seguintes à declaração de beligerância com o estado de guerra, mas o ângulo das suas notícias é a Inglaterra, a aliança inglesa, a explicação da requisição dos navios alemães, pois, agora que a Alemanha declarou guerra a Portugal, o chefe dos unionistas e director de *A Luta*, Brito Camacho, solidariza-se com a política *intervencionista*. Recordamos que, até agora, Brito Camacho se posicionara do lado *anti-intervencionista*, apenas

admitindo a beligerância em África, na medida em que era necessário defender as colónias portuguesas neste continente. Brito Camacho assina diariamente os editoriais de abertura do jornal, quer sobre a situação de beligerância, quer sobre a constituição de um governo nacional, declarando que, tal como os democráticos de Afonso Costa e os evolucionistas de António José de Almeida, também os unionistas por quem responde querem a união nacional de todas as forças partidárias. Portanto, Brito Camacho tem um olho na situação internacional de Portugal, agora em guerra, e outro olho na situação política interna, nunca perdendo de vista os assuntos governamentais mesmo perante a crise de intervenção na guerra. Esta é, aliás, uma constante de Brito Camacho ao longo da guerra. Nunca perde de vista a política interna.

*O Século*, o jornal de maior circulação em Portugal, está sempre atento à guerra que decorre na Europa. O conflito tem sempre destaque de primeira página. Agora, desde o apresamento dos navios alemães surtos nos portos portugueses pelo governo de Lisboa, o jornal mantém-se vigilante relativamente às relações de Portugal com a Alemanha. No próprio dia 9, escreve que se decidirá a situação do nosso país com a Alemanha e, depois de conhecida a declaração de beligerância, abre a edição do dia seguinte com o título «Nós e a Alemanha», o pós-título «Estado de Guerra» e o texto de abertura «A resposta do governo de Berlim [...] A Alemanha rompe as relações com Portugal e parece que nos atribuirá as responsabilidades do estado de guerra em que vamos entrar». Depois de ser conhecida a nota de beligerância alemã, através da sessão do Congresso, *O Século* escreve a toda a largura da primeira página «Hora decisiva», «Declaração de guerra da Alemanha» e a abertura «A respectiva nota, com toda a restante correspondência trocada com o governo do kaiser, foi lida ontem na sessão do Congresso da República. Mostra-se que a requisição dos navios alemães nos foi solicitada pela Inglaterra. O povo e os partidos políticos encaram a situação com um patriotismo admirável». A seguir, mas com um corpo de letra superior e em caixa alta, destaca «Vai-se constituir um ministério nacional»<sup>137</sup>. Esta vai ser a atitude de *O Século* ao longo do conflito: a guerra é o assunto do momento e do jornal.

---

<sup>137</sup> *O Século*, 9, 10, 11 e 12 de Março de 1916.

#### IV. 4 A política de guerra da *União Sagrada*

«Sem que o estivesse, *de jure*, Portugal estava, *de facto*, em guerra desde meados de 1914» (Teixeira, 1998: 62). Só que na fase de (ambígua) neutralidade, as tropas portuguesas combatem num teatro de operações secundário - Angola e Moçambique. Esta intervenção é consensual na sociedade portuguesa por se tratar da manutenção da soberania e da integridade colonial em África mas, do ponto de vista diplomático e militar não é decisiva, já que a batalha principal é travada na Europa. Por isso, o *leitmotiv* de todas as discussões no parlamento, na imprensa, na opinião pública, é a participação de Portugal na guerra europeia. Sobre esta intervenção é que não há consenso na sociedade portuguesa, porém, perante a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, os principais partidos com representação no parlamento unem-se e formam um governo de *União Sagrada* e em torno deste governo há, durante algum tempo, uma quase unanimidade até aí inimaginável.

Oficialmente, não há quem advogue vantagens numa posição pró-germânica mas também não se reúne um consenso nacional à volta da intervenção de Portugal ao lado dos aliados. Os evolucionistas, liderados por António José de Almeida, não definem com clareza a sua posição, embora defendam que Portugal deve seguir a política inglesa e agora, em 1916, partilham com os democráticos, a responsabilidade da entrada de Portugal na guerra. Os unionistas, de Brito Camacho, rejeitam a participação do país no conflito europeu, preferindo a concentração do nosso esforço defensivo nas colónias africanas, embora admitindo o auxílio à Inglaterra. A defesa mais clara da intervenção de Portugal na guerra, ao lado dos aliados, contra os impérios centrais, é feita pelos democráticos, de Afonso Costa. Estes juntam em defesa da sua tese *intervencionista* a generalidade dos intelectuais republicanos, como João Chagas e os futuros seareiros Jaime Cortesão, Raul Proença e Câmara Reis. Apesar de terem pontos de vista diferentes, todos encontram «na participação portuguesa no teatro europeu da guerra uma oportunidade de afirmação da autonomia do país longamente submetido ao

estatuto menor de protectorado inglês» (Reis, 1996: 45). Com este argumento, o intervencionismo «começou a ganhar a partida desde o primeiro momento» (Gómez, 1980: 134).

Sem a certeza desta vantagem, o ministro em Paris, João Chagas, vive «em permanente inquietude» (Gómez, 1980: 135) que nem acalma perante a constituição de um governo nacional. Na verdade, perante a declaração de guerra da Alemanha, o líder do Partido Republicano Evolucionista, António José de Almeida, aceita, a 16 de Março de 1916, a chefia de um governo composto por evolucionistas e democráticos, um governo de unidade nacional, em que a pasta das Finanças é atribuída a Afonso Costa, a dos Negócios Estrangeiros a Augusto Soares e a da Guerra a Norton de Matos. É um governo de *União Sagrada*<sup>138</sup>, não a união desejável mas a união possível, tardia e parcial, dado que os unionistas, os socialistas e os intransigentes não integram este executivo. Perante esta unidade nacional parcial, Chagas considera que este governo «não é uma reconciliação. É um holocausto» (Chagas, II, 1987: 97)<sup>139</sup>.

Estas palavras de João Chagas parecem premonitórias. O governo de *União Sagrada* não consegue reunir, como refere Filipe Ribeiro de Meneses, um consenso capaz de corresponder às necessidades de um país em guerra: «montar uma campanha de propaganda abrangente e capaz de desfazer quaisquer dúvidas sobre o caminho traçado pelo governo; convencer o próprio exército da necessidade do conflito; e, finalmente, assegurar a alimentação da população, através de um estímulo à produção acompanhado do controlo rigoroso de preços e de distribuição» (Meneses, 2000:99). Esta incapacidade do governo de convencer os portugueses dos benefícios da participação na guerra, bem como o facto de ser obrigado a tomar medidas impopulares, como a censura à imprensa, que já

---

<sup>138</sup> A designação *União Sagrada* é referida pela primeira vez pelo presidente francês, Raimond Poincaré no discurso de 4 de Agosto de 1914 e pretende significar que a união é forte o suficiente para aguentar todas as exigências e dificuldades da guerra.

<sup>139</sup> Sobre o governo de *União Sagrada* vide também Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra, 1916-1918*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 99-124.



abordámos de forma pormenorizada anteriormente, facilitou o golpe falhado de Machado Santos em 13 de Dezembro de 1916.

Os jornais *anti-intervencionistas* congratulam-se com os problemas do governo de *União Sagrada*. *O Dia*, monárquico, por exemplo, enaltece o seguinte: «Os evolucionistas já não ocultam as suas fúrias contra os democratas. A imprensa evolucionista da província, onde as autoridades de sua onipotência continuam a ser tudo posso, quero, mando, já não se cala. A caldeira fez explosão... Agora é que no aeroplano já percebem que andam todos à corda de sua onipotência e que os democráticos sabem mandar e os pobres dos evolucionistas só nasceram para serem papados»<sup>140</sup>. *O Dia* é, aliás, o jornal que mais provoca o governo de *União Sagrada*, procurando evidenciar a incompatibilidade entre os evolucionistas e os democráticos, a contradição entre as leis publicadas e o espírito dos evolucionistas, explorando os factores de oposição do exército ao governo e frisando o apoio aos monárquicos exilados, considerando que só o regresso de todos os monárquicos permitiria restabelecer a paz social em Portugal.

Os jornais *intervencionistas*, pelo contrário, continuam a apoiar ou, pelo menos, a dar o benefício da dúvida ao governo. *O Século*, por exemplo, reconhece a existência de alguns problemas entre os pontos de vista dos partidos representados no governo, a inoperância governamental a alguns níveis, como a utilização dos navios apreendidos aos alemães e que, a seu ver, em vez de estarem a ser utilizados no comércio de Portugal com as colónias em África e com o Brasil, estão ao serviço dos britânicos. Mas, apesar de criticar estas políticas governamentais, ou a ausência delas, continua a apoiar o governo. *O Mundo*, por seu lado, minimiza as divergências e as dificuldades, enaltecendo sempre o esforço de guerra em que o país está envolvido e em volta do qual, em seu entender, toda a nação deve estar unida. *A Luta* que, entretanto, tem problemas com a censura e que, conforme já referimos anteriormente, acaba por ter algumas edições suspensas, critica o governo e fala na necessidade de eleições. Na mesma linha acaba por actuar *O Século*, sempre favorável à política *intervencionista*, mas que, em finais de 1916, já

---

<sup>140</sup> *O Dia*, 4 de Junho 1916, p.1.

clama por uma remodelação governamental capaz de levar à constituição de um governo patriótico, já que do executivo de *União Sagrada* o jornal não «sente a sua acção»<sup>141</sup>. Digamos que o governo de *União Sagrada* não consegue sozinho transformar a participação de Portugal na guerra numa causa verdadeiramente nacional, isto é, há sempre algum partido, alguma organização, que resiste à ideia de ir à guerra na Europa, mesmo entre os militares, há ainda alguns que recusam a beligerância nos campos de batalha da Flandres.

Mas, apesar destes inimigos internos que trabalham continuamente para derrubar a *União Sagrada*, o governo prossegue, com sucesso, através do ministro da guerra, Norton de Matos, o esforço de preparação do Corpo Expedicionário Português (CEP), respondendo aos opositores com a preparação de um contingente militar, composto por cerca de 20 mil homens, instruídos em Tancos, sob as ordens de Norton de Matos e o comando militar de Tamagnini de Abreu, que fica conhecido como *milagre de Tancos*. Para tanto, contribui o facto do governo concentrar os poderes resultantes do estado de guerra, ou estado de emergência, o que, aliás, também proporciona outros sucessos, nomeadamente nos campos legislativo, diplomático e militar, que culminam com o voto parlamentar, a 7 de Agosto (1916), aprovando o convite aliado para a participação militar portuguesa em França, acompanhado de um empréstimo britânico para os custos de guerra, a pagar depois da guerra, aquando das reparações a que Portugal teria direito no momento da vitória dos aliados.

Porém, estes sucessos governamentais não resolvem o problema do aumento do custo de vida, da escassez de géneros alimentares, do desemprego crescente, da agitação social permanente, greves, assaltos aos estabelecimentos comerciais, um ror de problemas que afectam a maioria da população que sente no corpo a dureza desta realidade e que, por isso mesmo, não aceita pacificamente que a organização de um corpo expedicionário seja a «prioridade das prioridades» governativas. Dentro das forças políticas, há críticas severas, sobretudo da parte dos unionistas e dos monárquicos e há mesmo demissões entre os evolucionistas

---

<sup>141</sup> *O Século*, 8 de Dezembro de 1916, p.1.

que, apesar do seu partido integrar a *União Sagrada*, não querem assumir a quota parte da responsabilidade governamental. Por sua vez, Afonso Costa, que tem a pasta das Finanças mas que, na verdade, define a política governamental liderada por António José de Almeida, recusa a entrada no governo de elementos de outros partidos republicanos e até independentes – como sugere Jaime Cortesão<sup>142</sup> –, contribuindo, com essa rejeição, para o fim da *União Sagrada* que acontece a 25 de Abril de 1917.

É, neste contexto, que se forma um governo liderado por Afonso Costa, portanto afecto ao Partido Republicano Português/*Partido Democrático*, embora com apoio parlamentar do Partido Republicano Evolucionista de António José de Almeida, motivo pelo qual é considerado como o 2.º governo de *União Sagrada*. Este Ministério enfrenta vários problemas, com a agravante de Afonso Costa estar tão empenhado na causa da guerra que não se apercebe do divórcio que se estabelece entre o seu executivo e o povo. Como refere Jaime Cortesão, «o presidente do Ministério tem a atenção focada sobre tão alto escopo, que não enxerga as misérias cá de baixo. Nem o suspeita, estou em crer» (Cortesão, 1919: 43). Recordemos que o governo forma-se em Abril (1917) e, logo em Maio, enfrenta uma onda de assaltos aos estabelecimentos de víveres, uma espécie de «revolução da fome» (Cortesão, 1919: 44), secretamente organizada, e que obriga o governo a utilizar a força policial, o que provoca a antipatia das classes populares.

É aqui que os parlamentares, entre os quais se conta Jaime Cortesão, pregam no parlamento «a necessidade de estabelecer entre governantes e governados a mais estreita solidariedade», defendendo que um «dos meios a utilizar seria a propaganda» (Cortesão, 1919: 44-45). O governo não reconhece

---

<sup>142</sup> Jaime Cortesão recorda esses momentos em que aconselhou a abertura a independentes no Partido Republicano Português/*Partido Democrático* em *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, uma obra editada pela Renascença Portuguesa, no Porto, em 18 de Junho de 1919, dia da assinatura do Tratado de Paz, em Paris. Jaime Cortesão foi, por vontade própria, combatente na Flandres e aí registou o dia-a-dia das batalhas nas trincheiras, porém, os escritos que, como o próprio diz no prefácio, foram feitos com a pena e com o lápis, perderam-se na Batalha de La Lys. Apesar da amargura que se abate sobre o seu espírito após esta batalha e esta perda, Jaime Cortesão reconstituiu as memórias com as cartas que enviara para Portugal e com as recordações ainda em ‘carne viva’ da violência da guerra. São, por isso, de Jaime Cortesão, as memórias mais directas da guerra na Flandres.

imediatamente a validade dessa ideia. Só mais tarde, Afonso Costa chama Jaime Cortesão a sua casa para lhe propor a direcção de uma revista, quinzenal ou semanal, com grande tiragem, destinada a fazer a propaganda da nossa intervenção na guerra. A ideia é fazer edições específicas para o povo, os soldados e o estrangeiro. Jaime Cortesão aceita a missão mas a ideia revolve-lhe o espírito. Pensa que é já tarde, que o governo devia ter começado no início da guerra... (Cortesão, 1919: 34-35). E a revista não chegou a nascer, considera Cortesão que, «em parte por incúria do governo e maiormente porque os factos começam a pesar mais que a vontade dos homens» (Cortesão, 1919: 45).

Neste quadro, alguns parlamentares, entre os quais se conta, portanto, Jaime Cortesão, denunciam os perigos enfrentados pelo partido do governo e pelo país. Cortesão recorda nas suas *Memórias da Grande Guerra*: «De princípio hesitámos em dizê-lo claramente na reunião do governo com os parlamentares. [...] Mas a consciência do dever afronta a ideia das possíveis suspeitas que hão-de lançar sobre nós dentro do próprio partido. E pouco a pouco o pensamento ganha forma. Nasceu na própria Câmara dos Deputados de uma conversa entre mim, José Ferreira da Silva e António da Fonseca. Assistia um amigo comum – o jornalista Herculano Nunes, redactor da Câmara dos Deputados, que, entrevendo a mesma verdade, apoiava as nossas intenções. Aí assentamos em que se devia entregar ao chefe do governo um documento enunciando em poucas mas firmes palavras as nossas reclamações e propósitos. [...]» (Cortesão, 1919: 45-46). Numa reunião em casa de António da Fonseca, a 15 de Junho de 1917, redigem uma mensagem destinada a Afonso Costa, em que defendem a criação de um «governo nacional em que sejam representadas, quanto possível, as correntes partidárias e as classes produtoras, de modo a assegurar às medidas governativas o apoio daqueles a quem compete a sua realização» (Cortesão, 1919: 47-48). Porém, a entrega da mensagem é atrasada, em função de novos interessados em a subscrever que se encontram fora de Lisboa. Afonso Costa percebe a intenção, João de Deus Ramos, que também assina na mensagem, acaba por apresentar uma moção com a proposta de constituição de um ministério nacional com «representantes não só dos partidos republicanos, como das classes operárias», recordando Cortesão que ia até

pronunciar-se «pela entrada no ministério de um católico, dos que se afirmavam neutros em matéria política», porque um governo assim teria, em seu entender, «a confiança da nação e ainda, quando os unionistas teimassem no seu alheamento, com a representação restante ele tornava, só por si, impossível qualquer tentativa revolucionária. Tudo era preferível à intranquilidade e à perspectiva de um desastre interno» (Cortesão, 1919: 49-52).

Afonso Costa ouve a apresentação da moção e os argumentos apresentados pelos deputados do seu próprio grupo partidário até ao fim «de boca serrada e viseira sombria» e não aprecia a iniciativa dos deputados democráticos. Conta Cortesão que Afonso Costa se levanta e «se lança ao ataque, tomando uma a uma as suas melhores armas, lento, calmo, arrogante [...], assim: *«Descobrirá o ponto vulnerável: uma 'démarche', de nossa iniciativa, para a formação do governo nacional, representava um cheque no governo e no partido e eram a sua confissão pública de incapacidade e desautorização suprema, dadas as responsabilidades gravíssimas assumidas no problema da guerra. E com o seu esplêndido poder dialéctico [...], insistiu no ponto fraco, deu-lhe proporções capazes de esconder tudo o mais, levou-o, por hipótese, até às piores consequências, e, chegado ao ponto culminante em que o auditório se deslumbra e o inimigo jorra sangue, ataca-nos então de frente, apoda-nos de descrentes, indisciplinados, a doença do partido, e de tal forma empolga a assembleia que os próprios rebeldes de há pouco deixam cair as armas e já lhe pagam, humilíssimos, tributo de apoio a aplauso. Um confessa-se vencido e convencido, outro entrega-se com armas e bagagens, e até o Ramada Curto, que pronunciara nas vésperas um discurso formidável conclui afirmando-lhe que o conflito tivera uma vantagem, - mostrar mais uma vez e de uma maneira irrefragável a sua superioridade sobre todos os outros. Era verdade. Tinham sido vencidos os liliputianos»* (Cortesão, 1919: 52-53).

E assim, um discurso retórico de Afonso Costa deixa tudo na mesma. Os democráticos continuam sozinhos no poder, sendo, porém convicção de Jaime Cortesão e outros intelectuais de que um ministério partidário, como este, não se salva e só pode terminar com uma revolução. Por isso, quando, em plenos Passos Perdidos, Afonso Costa coloca a mão no ombro de Cortesão e lhe diz: «Este é o mais ingénuo», Cortesão agradece-lhe, frisando que não podia dizer-lhe palavra mais lisongeira. Mais tarde, reflecte: «alguma razão lhe dou. Oxalá ele não venha também a dar-ma» (Cortesão, 1919: 53). Imaginamos que, provavelmente, deu... Afonso Costa é apeado pela revolução de Sidónio Pais em 5 de Dezembro desse mesmo ano de 1917.

#### IV.4. 1 Do *milagre de Tancos* à ida do CEP para França

No período de governação de *União Sagrada* – seja o primeiro governo, seja o executivo de Afonso Costa com apoio parlamentar evolucionista -, com Portugal, de facto, em guerra, devido à declaração de beligerância da Alemanha (9 de Março de 1916), como diz Norton de Matos, «o espírito de Ceuta pairou mais uma vez sobre Portugal. E nem sequer lhe faltou aquela ferrenha oposição de minorias respeitáveis, que é também uma das características da vida social portuguesa» (Matos, II, 2005: 287). Norton de Matos, então ministro da Guerra<sup>143</sup>, o grande obreiro da intervenção portuguesa no conflito na Europa, ironiza que ao reler a crónica da tomada de Ceuta até conseguiu ouvir «aquelas vozes de agouro e desânimo» que tanto o impressionaram durante o conflito mundial. Pois, é com essas vozes *anti-intervencionistas* que Norton de Matos vai defrontar-se na tutela da pasta da Guerra e sobretudo na missão de preparação do Corpo Expedicionário Português (CEP).

Portugal mobiliza, arma, instrui e organiza, entre 1914 e 1918, «forças militares consideráveis, com as quais constitui corpos expedicionários que, por mar, enviou para França e para África, destinados uns a combater ao lado dos seus aliados contra a Alemanha, e outros a defenderem os seus territórios ultramarinos dos ataques de tropas desta nação. [...] Para França, embarcaram em Lisboa, entre oficiais, sargentos e soldados, 57 000 combatentes; para África seguiram 32 000 combatentes. Um total de 89 000 homens. Nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné fez-se simultaneamente um largo recrutamento de soldados indígenas [...], que somaram 25 000 soldados africanos portugueses, além dos carregadores indígenas. Eleva-se, portanto o esforço de guerra de Portugal em combatentes, durante a Grande Guerra, estacionados e movimentados nas zonas de combate, a

---

<sup>143</sup> Norton de Matos tutela a pasta da Guerra entre 22 de Julho de 1915 e 8 de Dezembro de 1917, atravessando quatro governos, designadamente no 3.º governo de José de Castro, no 2.º governo de Afonso Costa, no governo de União Sagrada presidido por António José de Almeida, e no 3º governo de Afonso Costa.

114 000 oficiais e praças» (Matos, II, 2005: 293-294). No final de 1917, Portugal tem já preparado um segundo Corpo Expedicionário Português com o efectivo de 53 572 oficiais e praças, para render cerca de 40 por cento das tropas que combatem nos campos de batalha da Flandres. Por isso, Norton de Matos considera, nas suas *Memórias*<sup>144</sup>, que «pode considerar-se como sendo de 200 000 homens a força combatente mobilizada por Portugal para a sua intervenção na Grande Guerra» (Matos, II, 2005: 294) e admite que perdeu 20 por cento dos seus combatentes, ou seja, 0,3 por cento da população de Portugal continental, a par com as despesas avultadas que Portugal fez com a participação na guerra.

Norton de Matos sustenta que a participação de Portugal na guerra é caracterizada por «decisão, tenacidade e o poder nacional de organização; uma sublimada e serena, quase escondida, heroicidade; a ausência completa de exibicionismo; o dever cumprido em silêncio, sem propagandas humilhantes, sem solicitações de elogios; a consciência ou o instinto, como se queira, da Nação, a indicar seguramente o único caminho a seguir; a mais severa economia e a mais pura das honestidades em todas as despesas de guerra; as minorias truculentas, representantes das «divisões» históricas; os erros, sem dúvida, também...» (Matos, II, 2005: 296). Ora, sabemos que, do ponto de vista da propaganda, da ausência de exibicionismo, do silêncio..., não foi bem assim, porquanto, o primeiro governo de *União Sagrada* e o governo que se lhe seguiu, de Afonso Costa, os verdadeiros governos da guerra, fizeram uso, embora tardio, da propaganda, na procura do consenso da opinião pública face à intervenção de Portugal na guerra e bem assim da adesão da população portuguesa à mobilização *intervencionista*. É, aliás, o que sucede em Tancos.

Apesar da incontornável capacidade de coordenação da pesada máquina militar e civil que viabiliza a mobilização, o transporte e o treino militar de milhares de portugueses, sobretudo entre finais de Abril e finais de Julho de 1916, o mérito de Norton de Matos não é apenas organizacional. O ministro da Guerra tem

---

<sup>144</sup> As *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, de Norton de Matos, editadas em III extensos volumes, são, segundo o próprio, não a história da intervenção de Portugal na Grande Guerra, mas «uma apresentação de coisas, factos e estados de alma, por mim sentidos, praticados ou observados[...]».

também a seu favor o reconhecimento do valor da propaganda e a colocação em prática de uma máquina de propaganda que, embora menor que a cadeia propagandística de outros países aliados, como a Inglaterra e a França, é, para a época e para Portugal, relevante e vai influenciar a aceitação da intervenção portuguesa no conflito na Europa. Como recorda Helena Pinto Janeiro, já em Dezembro de 1915, na mesma altura em que convida o general Tamagnini para chefe da Divisão de Instrução, Norton de Matos «leva ao rubro uma assembleia de correligionários políticos quando lembra que é preciso fazer uma larga propaganda do espírito militar [pois sem o apoio da nação] nada se pode fazer em prol do exército. O exército é hoje o povo. É a nação. O seu prestígio depende da vontade popular»<sup>145</sup>. Norton de Matos sabe, desde a chegada ao governo, mesmo antes de ser ministro da Guerra, que tinha de conquistar o país, os militares, e mesmo alguns colegas do governo, para a causa *intervencionista*, de que era um distinto defensor, e identifica mesmo a forma de os convencer das vantagens da intervenção – nada é melhor, a seu ver, que organizar um campo de instrução de tropas e levar os restantes a ver a ordem, a disciplina e a preparação para o combate. É o que acontece em Tancos, onde as primeiras tropas iniciam os treinos menos de dois meses depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Mas, se por um lado quer que vejam o resultado quando as tropas estiverem devidamente instruídas, por outro lado, receia intromissões estranhas, e até insubordinações, pelo que chega mesmo a proibir a entrada de civis no acampamento de Tancos, bem como a circulação nas estradas situadas na área e nas imediações do polígono de Tancos, até por suspeitar de espionagem alemã.

É, claro, que esta interdição de entrada no campo militar de Tancos abrange a imprensa. Os jornalistas carecem, a partir daí, de uma autorização escrita, emitida pelo ministério da Guerra, para entrarem em Tancos. Só os repórteres acreditados ou convidados é que podem entrar no campo, e, uma vez lá dentro, todas as deslocações são acompanhadas por oficiais. Finalmente, as reportagens, sejam os

---

<sup>145</sup> Cfr. Helena Pinto Janeiro, «Norton de Matos e o ‘milagre’ de Tancos’: entre o mito e a realidade». Maria Fernanda Rollo (coord), no prelo para 2013, *From the Trenches to Versailles: War and Memory (1914-1918)*, Lisboa, Colibri.



textos elaborados depois das visitas, sejam as fotografias feitas durante os treinos, são revistas pela censura militar estabelecida no ministério da Guerra, sem embargo da edição completa do jornal, qualquer que seja, voltar a passar pelo crivo da censura prévia instituída pela Lei 495 de 28 Março de 1916<sup>146</sup>. Da parte dos repórteres, há um certo deslumbramento pelo acolhimento feito em Tancos, isto é, os jornalistas interpretam o acompanhamento militar durante a visita ao campo e durante a observação dos treinos, o transporte em automóvel, as refeições oferecidas, como o reconhecimento da sua função por parte do ministro da Guerra, que, por vezes, os acompanha também, enquanto, na verdade, o ministério actua assim, no sentido de vigiar todas as movimentações dos jornalistas no polígono de Tancos, bem como controlar todo o material informativo recolhido pelos repórteres, a fim de acautelar, desde o início, o que os jornais publicam nas suas páginas.

Para isto mesmo alerta Helena Pinto Janeiro quando escreve que Norton de Matos «bem conhecia o poder da imagem, tal como o da escrita pela imprensa, ao contrário do comandante que escolhera para chefiar a Divisão de Instrução e mais tarde do CEP, o general Tamagnini que, preso aos seus preconceitos de classe e a uma visão estreita da hierarquia militar, se indignava com o lugar dado aos jornalistas nos jantares com altas personalidades políticas e militares». Norton, pelo contrário, junta à ideia do estatuto militar a visão do político, e dessa junção resulta a ideia clara de que o sucesso da operação de Tancos depende também da «conquista da opinião pública e isso não podia ser feito sem uma cuidada política de relações públicas e propaganda junto dos jornalistas. Política de sedução que era o contraponto de um apertado exercício de censura»<sup>147</sup>.

---

<sup>146</sup> Norton de Matos solicita mesmo, em Junho de 1916, ao ministro do Interior que nenhuma notícia ou artigo que diga respeito à Divisão de Instrução que está a formar-se em Tancos seja publicada sem que a versão original seja visada pela Secretaria da Guerra ou no Quartel General da Divisão de Instrução. Vide AHD, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1298, Ofício Confidencial n.º 828, enviado pelo ministro da Guerra ao ministro do Interior, 15 de Junho de 1916.

<sup>147</sup> Cfr. Helena Pinto Janeiro, «Norton de Matos e o ‘milagre’ de Tancos’: entre o mito e a realidade». Maria Fernanda Rollo (coord), no prelo para 2013, *From the Trenches to Versailles: War and Memory (1914-1918)*, Lisboa, Colibri. Sobre esta matéria, vide também Helena Pinto Janeiro, «Tancos: A génese de um milagre». Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola, *O Longo Curso. Estudos em*

Ainda assim, aquando da realização da parada de Montalvo, a 22 de Julho de 1916, destinada à propaganda da instrução ministrada em Tancos desde Abril, regista-se um incidente entre o governo de *União Sagrada* e a imprensa que é revelador do tipo de relação existente entre o executivo de António José de Almeida e o ministério de Norton de Matos, por um lado, e a imprensa, por outro. De um lado, está o governo que quer mostrar a toda a gente os resultados dos treinos intensivos dos últimos três meses, e por isso faz uma extensa lista de convites a personalidades nacionais e estrangeiras, que aceitam ir ver com os próprios olhos o *milagre de Tancos*, relegando os jornalistas para uma carruagem do comboio afastada daquela em que seguiam os membros do governo e do corpo diplomático representado em Portugal. Para além da dificuldade de acesso às fontes de informação, há na reacção dos jornalistas uma insatisfação pelo modo como são subalternizados perante as altas individualidades da comitiva. Esta situação provoca mesmo a crítica da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa e a sátira de *A Vanguarda* nestes termos: «Os representantes da imprensa não passam, para estes senhores, de míseros lacaios. Nós, felizmente, não recebemos essa desconsideração, porque nem sequer fomos convidados»<sup>148</sup>.

Mas este é um problema de organização, isto é, tendo em conta o número de pessoas envolvido na deslocação a Tancos, o governo dá preferência aos convidados relacionados com o executivo, o parlamento e o corpo diplomático e, não havendo mais lugares disponíveis na carruagem desta comitiva, é obrigado a acomodar os jornalistas noutra carruagem juntamente com representantes de outras profissões. Esta situação é, no entanto, esclarecedora quanto à posição social e profissional que os jornalistas desempenham junto do poder. Ainda assim, obriga o presidente do governo, António José de Almeida (ele próprio jornalista fundador do *República*) a pedir desculpas públicas pelo incidente que, apesar do mal estar provocado, não impede uma ampla divulgação jornalística da parada de

---

*Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tina da China, 2010. E ainda, Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 2005, Coimbra, Imprensa da Universidade.

<sup>148</sup> *A Vanguarda*, 25 de Julho 1916, p.1, na notícia intitulada «O passeio oficial a Tancos. Como é tratada a imprensa em Portugal».

Montalvo em todos os jornais *intervencionistas*, afectos aos partidos que então partilham o poder: os evolucionistas e os democráticos. Já os periódicos *anti-intervencionistas*, republicanos, monárquicos ou socialistas, não são convidados e, por isso, não estando devidamente acreditados, não vão assistir à parada de Montalvo, dando conta disso mesmo nas suas edições dos dias seguintes. No entanto, podemos questionar se estes jornais podiam, ou não, sem terem sido convidados, assistir à parada de Montalvo, porquanto esta, ao contrário do campo de Tancos, era de acesso livre à população. Na verdade, podiam aceder ao espaço e assistir à parada, porém, sendo opositores à política *intervencionista* do governo, não seria de esperar que escrevessem de forma abonatória sobre o que ali presenciassem, logo, se, pelo contrário, criticassem a parada ou o trabalho do ministério da Guerra desenvolvido em Tancos seriam censurados. Logo, em nosso entender, não fazia sentido os jornais fazerem a viagem por meios próprios, já que seria um investimento sem qualquer retorno para o jornal e, consequentemente, para os seus leitores. Mais, não era ao tempo habitual um jornal deslocar-se a um qualquer acontecimento programado por organismos oficiais sem ter sido convidado.

Os jornais *anti-intervencionistas* são, como já dissemos mais que uma vez, uma minoria e, por isso mesmo, a parada de Montalvo surge aos olhos da opinião pública como a prova necessária de que Portugal tem agora um exército devidamente preparado para o combate nos campos de batalha da Flandres. Para essa imagem pública favorável do Corpo Expedicionário Português ali em preparação contribuem, especialmente, as reportagens dos jornais *A Capital*, *O Século*, *República*, *A Montanha* e *O Mundo*.

*A Capital* envia o jornalista Hermano Neves e dá conta disso mesmo na primeira página da sua edição de 22 de Julho (1916). Conta o diário republicano da noite que Hermano Neves «faz a sua viagem em motocicleta Harley-Davidson, maravilhosa de concepção mecânica, rápida, resistente e que é a mais apreciada pelos campeões da velocidade. Em companhia do nosso estimado colega, guiando a Harley-Davidson, foi um autêntico campeão português, uma glória do ciclismo nacional: Manuel Ferreira, que tem pela Davidson um extraordinário entusiasmo».

A este entusiasmo não fica, portanto, alheio *A Capital* que, muito provavelmente, teve o patrocínio da marca para a ida a Tancos, quer para assistir à parada de Montalvo (a parada da Divisão de Instrução e o desfile de todos os seus elementos perante a tribuna presidencial), quer para fazer a reportagem dos exercícios militares previstos para os dias seguintes a esta parada.

Hermano Neves descreve o campo de Tancos, o terreno da parada e a impressão causada em si pela resistência dos soldados e declara: «*É bem um exército aquilo que os meus olhos estão vendo. É bem o preâmbulo de uma epopeia o histórico momento que acabo de viver também. Tenho ali, sob a minha vista extasiada, um quadro soberbo que nenhuma fotografia pode reproduzir, que nenhum cronista pode suficientemente descrever. Não há cor neste quadro. Há patriotismo. Há sentimento. A multidão armada veste o cinzento moderno das batalhas. Lá longe, ao fundo do campo, a artilharia troveja, saudando o chefe de Estado. Cintilam baionetas sobre o mar de cabeças humanas e a cada movimento de continência, é como uma onda de luz que se propaga nas lâminas nuas, tal como nos trigais bafejados pela brisa. [...] Estão ali vinte mil homens, pregados àquele chão, formando um bloco formidável como a base de um monumento eterno. [...] A infantaria, a artilharia, a cavalaria, absolutamente tudo: Muito bem! Vê-se como é magnífica esta organização, e como o garbo do soldado traduz bem o seu espírito militar*»<sup>149</sup>.

O jornal lisboeta já destacara também, durante a instrução da Divisão, o repórter Adelino Mendes que acaba por baptizar a preparação militar do contingente, na sua rubrica *Cartas de Paulona*, como *milagre de Tancos*. Adelino Mendes escreve um total de 15 crónicas publicadas sob esta designação mas é a crónica de 19 de Junho de 1916 que atribui a designação aos treinos militares que se desenvolvem em Tancos. Também este jornalista não é alheio aos trabalhos militares (mobilização, transporte e treino), tecendo-lhe inúmeros elogios, apenas receando pelo pouco tempo de treino, mas, ainda assim, confiando no êxito da missão militar a empreender na Flandres<sup>150</sup>. Adelino Mendes, apesar de ser o autor

---

<sup>149</sup> *A Capital*, 23 de Julho de 1916, p.1, na notícia intitulada «A grande guerra. [este primeiro título é o que dá nome à rubrica diária da guerra na primeira página de *A Capital*, normalmente a abrir ou ao centro, e quase sempre num corpo de letra grande] A parada de Tancos. Um dia memorável para o nosso exército».

<sup>150</sup> Os repórteres Adelino Mendes e Oldemiro César acabam por juntar algumas das suas crónicas e reportagens num livro comum sobre a guerra intitulado *A cooperação de Portugal na guerra europeia: O milagre de Tancos*, editado em Lisboa pela Empresa Lusitana Editora, com prefácio de Leote do Rego, o militar a quem o jornal *A Capital* é fiel.

da expressão *milagre de Tancos*, é apenas um jornalista, como todos os outros, a dar os primeiros passos em matéria de reportagem de ensaios de guerra, já que, em Portugal, até aqui, não há jornalismo nem propaganda de guerra. Aliás, não há repórteres especializados, nem em *A Capital* nem em qualquer outro jornal. Neste caso concreto, aquando da parada de Montalvo, Adelino Mendes é enviado em serviço para o Alentejo e Hermano Neves é enviado para Tancos, logo é evidente que não há qualquer especialização dos jornalistas.

*O Século* manda o repórter Nobre Martins que, num extenso artigo, a duas colunas, com o título «A grande jornada patriótica. A revista militar em Montalvo», segue o modelo habitual nestas reportagens dos jornais portugueses, descrevendo a viagem, a visita ao campo de Tancos, a ida para Montalvo (entre Abrantes e Constância), a parada, confessando-se igualmente comovido, escrevendo assim: «*As lágrimas borbulham-me dos olhos e eu sinto que não saberei descrever o que vou ver. Estou diante de uma vasta planície, batida em cheio pelo sol, agora mais brilhante do que nunca. Meu adorado Portugal, como eu te bendigo neste momento! O dia de hoje será, talvez, o prenúncio das mais brilhantes páginas da tua história. Como tu és ainda grande e que instante enorme o desta hora!*». A única crítica de Nobre Martins é mesmo a ausência de um lugar adequado para os jornalistas, que assim têm de estar de pé e ao sol durante toda a parada.

*O República*, jornal republicano que ostenta na capa o nome do fundador – António José de Almeida, presidente do governo, tem agora como redactor principal Eduardo de Souza, mas não sabemos quem envia a Tancos, pois a reportagem não está assinada. No entanto, também este periódico realça o facto da parada contar com a presença de dois capitães do Estado-Maior espanhol, vindos a Portugal expressamente para esse fim. Recordamos que a Espanha se mantinha neutral na guerra e que o ministro da Espanha em Lisboa assumiu a responsabilidade pelos negócios alemães a partir da saída do ministro alemão de Lisboa, no dia seguinte à declaração de beligerância alemã. Ora, é, por isso, de grande importância que os *anti-intervencionistas*, os simpatizantes da causa da Alemanha, bem como a opinião pública em geral, tomem conhecimento de que a Espanha está presente em Montalvo, vendo como o exército português está preparado para a guerra na Europa.

A parada de Montalvo realiza-se num sábado (22 de Julho 1916) e no dia seguinte, domingo, a primeira página do *República*, muito embora não apreciemos adjectivar, é impressionante. A partir da manchete, a toda a largura do jornal, «Um dia histórico em Tancos. A Parada da Divisão de Instrução», seguida de um texto de abertura em que o dia é considerado uma «efeméride notável da obra patriótica da República», «um padrão da reconstituição do valoroso exército» de Portugal, o jornal evolucionista descreve a jornada, compreendendo, como todos os outros jornais, a viagem, a chegada à *Paulona*, a visita constatando que há poucos soldados, porque já partiram para a parada, e as impressões gerais. Esta cobertura noticiosa do República tem, no entanto, um elemento que valoriza a informação, mesmo do ponto de vista gráfico, e que é a publicação de três grandes fotografias: O Presidente da República Bernardino Machado ao centro, o presidente do Ministério António José de Almeida no canto inferior esquerdo, e o ministro da Guerra major Norton de Matos no canto inferior direito. As três fotos surgem emolduradas como numa galeria de heróis e paginadas de modo a formarem um triângulo, o que é uma disposição digna de registo, atendendo à condição maçónica dos três políticos republicados.

Mais, há no *República*, um retrato em certa medida comum da parada de Montalvo, do campo de Tancos, da viagem no comboio especial, o que nos faz pensar que os jornais *intervencionistas* fazem, de facto, uso dos materiais, neste caso os textos, fornecidos pelos serviços de propaganda recentemente constituídos pelo ministério da Guerra por iniciativa do ministro Norton de Matos. Nesta reportagem da parada, a maior operação de propaganda do governo em todo o período da guerra, essa utilização de conteúdos comuns é facilmente identificável nos jornais *intervencionistas* e até em alguns *anti-intervencionistas*, aqui quando estes citam aqueles ou quando, sobretudo a partir de Agosto, se rendem, pelo menos durante alguns meses, à causa *intervencionista*, não desejada mas agora necessária por força da declaração de beligerância alemã e do patriotismo português.

*O Mundo* envia, no comboio especial organizado pelo governo, e com partida do Rossio, em Lisboa, pelas 11h40, e chegada prevista a Tancos (Abrantes)

pelas 13h40, o jornalista José do Vale e o fotógrafo Augusto Rato. Numa extensa reportagem a duas colunas, abertura de primeira página, intitulada «Um Exército que nasce. A revista militar de ontem constitui uma apoteose à Pátria e à República. Rápidas impressões de um “repórter”», José do Vale salienta o papel do ministro da Guerra na direcção do exército que saúda com «intimo orgulho e sincero entusiasmo». O jornalista de *O Mundo* - e reparamos que o próprio jornal coloca a designação de “repórter” entre aspas, pois a denominação de repórter era habitualmente guardada para quem se dedicava inteiramente à reportagem - descreve a viagem no comboio especial, a visita ao acampamento de Tancos e o «espectáculo estonteante da formidável formatura» em Montalvo, onde, segundo relata, o exército «foi alvo de uma verdadeira apoteose»<sup>151</sup>.

O jornal democrático já enviara a Tancos, em Junho (1916), Luis Derouet e José do Vale e ambos descrevem os trabalhos a que assistem como uma maravilha, uma «ressurreição da pátria», criadores da *cidade nova* de Tancos erguida pelo «mais notável esforço militar de todos os tempos» e pronta para deixar partir a alma portuguesa «para expandir o amor sagrado da independência e da liberdade». A esta linguagem apolegética junta-se a simbologia bíblica, como a ideia da conversão, indo *O Mundo* ao ponto de citar um oficial monárquico que se convertera depois de visitar Tancos<sup>152</sup>.

De *A Montanha*, que se intitula diário do Partido Republicano Português, vai o próprio director Seixas Júnior e este escreve, numa nota breve, de apenas quatro parágrafos, «Grandes Momentos... O desfile das forças em Montalvo. A viagem do Presidente da República, dos membros do ministério e convidados. As impressões da missão espanhola». Só no dia seguinte o assunto tem grande destaque na primeira página em dois artigos intitulados, respectivamente «A alma da Pátria em Tancos» e «Um Grande Dia. A parada e revista da divisão de Tancos. Portugal já tem um exército!», este seguido da entrada «Um espectáculo maravilhoso - *Paulona*, a

---

<sup>151</sup> *O Mundo*, 22 e 23 de Julho de 1916, p.1, em «Um Exército que nasce. A revista militar de ontem constituiu uma apoteose à Pátria e à República. Rápidas impressões de um ‘repórter’».

<sup>152</sup> *O Mundo*, 10 de Junho 1916, p.1, num artigo intitulado «Soldado da Pátria. O que se passa em Tancos. Ordem, Disciplina, Entusiasmo e Amor a Portugal».

cidade da Pátria – Vinte mil homens a caminho do futuro!». Em «A alma da Pátria em Tancos», artigo não assinado, encontramos um extenso número de metáforas bíblicas. Diz o autor que *«Portugal ressurgiu. Um imenso clarão de vitória ilumina o horizonte. Não [são] mais as horas de tristeza, em que os homens descreiam do futuro e a pátria era arrastada vertiginosamente para um ponto final ignominioso. O lázaro ergueu-se e caminhou [...] voltou a ser um homem. Rosaram-se-lhe as faces, readquiriu o vigor e a indomável energia de outrora e aquela sua antiga fé ardente com que era capaz de remover montanhas e dominar os oceanos revoltosos, tornou a florir-lhe luminosamente no coração»*. Assim, declarando: *«Abençoada geração aquela que proclamou a República, abrindo horizontes novos a um povo que queria viver e tinha um sagrado direito à vida [...] Tancos – a pitoresca, a encantadora cidade de Paulona – acaba de dizer a seis milhões de portugueses e à Europa culta, que a República portuguesa integrou definitivamente na civilização, que somos uma nação ativa e nobre, com fortes aspirações e uma fé inabalável em altos e gloriosos destinos»*. Isto escreve *A Montanha* para considerar que «ao prodígio de um exército renascido das cinzas pela fé de alguns seguir-se-ão prodígios de heroísmo dos soldados no campo de batalha» e que «Tancos é a ressurreição [...] a República conseguiu, na escassa meia dúzia de anos da sua existência, operar verdadeiros milagres»<sup>153</sup>.

Depois da jornada de Montalvo, há, de facto, um equilíbrio estável entre a acção do ministério da Guerra, que tutela os trabalhos em Tancos, o ministério do Interior, que regula a censura, e a imprensa, e deste equilíbrio resulta a aceitação da censura por parte dos directores e proprietários dos jornais, bem como dos próprios jornalistas no terreno que são obrigados a submeter os seus artigos ao lápis azul. Vejamos, a título ilustrativo, a opinião do repórter Oldemiro César, enviado especial de *O Século* a Tancos: «Escreve-se [...] sujeito à tirania do horário dos comboios, à conveniência da análise da censura, tão naturalmente indicada para casos destes, e exercida com critério e delicadeza pelo capitão Abreu de Campos [...]» (César, s.d.: 32). De um modo geral, como já vimos a propósito das leis e decretos da censura, a imprensa aceita a censura, prefere mesmo a censura prévia à apreensão dos jornais depois de impressos, porque a apreensão provoca prejuízos superiores às empresas proprietárias dos periódicos. Quanto ao desempenho dos censores, nem sempre é elogiado, sendo mesmo, como também

---

<sup>153</sup> *A Montanha*, 23 e 25 de Julho de 1916, p.1, em vários artigos devidamente identificados no texto.



já esclarecemos anteriormente, criticado, quer pelos jornalistas quer pelos directores e proprietários, sobretudo quando os censores demoram a verificação das páginas, provocando atrasos na edição, levando a que muitas vezes os jornais acabem por perder os correios, ficando sem distribuição.

Apesar de todo este controlo, e mesmo de alguns jornalistas e jornais levarem a peito a intenção, tida como patriótica, de elogiarem o trabalho desenvolvido pelo ministério da Guerra, sobretudo na preparação da Divisão de Instrução em Tancos, o certo é que o ministro continua insatisfeito com algumas notícias, alguns jornais, que, em seu entender, publicam matérias inconvenientes para a política *intervencionista*. Isto mesmo verificamos em Agosto seguinte (28 Agosto 1916), quando Norton de Matos se queixa de que a imprensa continua a publicar notícias desfavoráveis à República no actual contexto de guerra, insistindo no pedido ao ministro do Interior para que os censores não deixem publicar notícias provenientes de outras fontes que não as oficiais quando estas notícias abordarem «quaisquer resoluções tomadas pelas unidades mobilizadas ou a mobilizar, sua organização e fim a que se destinam, e, bem assim, das notícias que interessam à organização e funcionamento dos diversos serviços do exército em campanha»<sup>154</sup>.

Em suma, apesar de contar com o apoio da maioria da imprensa *intervencionista*, e de, após o milagre de Tancos, usufruir da condescendência da imprensa *anti-intervencionista* e até do patriotismo da imprensa monárquica, assim unidas em torno da causa patriótica da participação na guerra na Europa, o certo é que as medidas de Norton de Matos continuam a suscitar reacções adversas entre alguns militares. A atestar essa resistência à política de guerra estão as infracções à disciplina por parte de soldados e desobediências de oficiais, entre as quais sobressai a revolta de 13 de Dezembro de 1916 liderada por Machado Santos. Estes incidentes e a falta de orçamento para a intervenção na guerra, que Portugal soluciona com um empréstimo inglês recebido em Janeiro de 1917<sup>155</sup>, dificultam a

---

<sup>154</sup> AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1298, Ofício confidencial n.º 1051, enviado pelo ministro da Guerra ao ministro do Interior, 28 de Agosto de 1916.

<sup>155</sup> Assim que é assinada a convenção entre Portugal e a Inglaterra para efeitos da intervenção militar portuguesa na conflagração europeia e se aproxima a hora de partirem as nossas tropas para as linhas da frente ocidental onde está decidido irem combater juntamente com as demais tropas

constituição definitiva da Divisão de Instrução preparada em Tancos e, bem assim, o seu envio para França. Assim, não estranhemos que a partida do Corpo Expedicionário Português só aconteça em 26 de Janeiro (1917). O quartel-general estava montado na Legação de Paris desde princípios de Janeiro e é aqui que os militares são recebidos por João Chagas. Os jornais parisienses *Le Petit Parisien* e o *Le Temps* escrevem que o diploma português em Paris «está feliz por assistir ao êxito de uma acção diplomática de que foi um artesão incansável e à qual Paris rende homenagem» (Fraga, 1986: 48).

A partir de Fevereiro de 1917, o CEP passa a ser constituído por duas divisões de 55 mil homens, embora o total de efectivos não chegue a estar completamente operacional. Entre Fevereiro e Setembro de 1917, o transporte dos contingentes militares portugueses é assegurado por 38 navios ingleses e oito portugueses. Do porto de desembarque à zona de concentração, as tropas portuguesas são transportadas de comboio. É uma viagem demorada como morosa tinha sido a peregrinação republicana que acabara por conseguir levar Portugal à guerra na Europa. Porém, agora, na Primavera de 1917, a ideia da guerra já não é tão popular como em Agosto de 1914 e, especialmente, em Julho de 1916, perante a euforia do *milagre de Tancos*. Nesta altura, há já verdadeiros descontentamentos entre as camadas populares urbanas, aquelas que mais sentem no dia-a-dia o flagelo em que se transformara a carestia de vida. Enquanto na frente ocidental da guerra há motivação para o combate, na frente interna, a maioria da população vai-se tornando *anti-intervencionista* devido à situação económico-social do país.

---

aliadas, o governo faz publicar, no *Diário do Governo*, de 17 de Janeiro de 1917, n.º 9, a «exposição oficial e justificativa dos motivos que levaram o nosso país à situação de guerra». Esta exposição preenche a quase totalidade das oito páginas do *Diário do Governo* e é um documento precioso para a síntese historiográfica das medidas governamentais tomadas até à intervenção portuguesa na guerra, nomeadamente no que concerne ao esclarecimento das hostilidade alemã face a Portugal, nomeadamente nas colónias de Angola e Moçambique, bem como a declaração de beligerância alemã. Neste extenso documento oficial, o governo admite que «é cedo para apreciar as possíveis vantagens da atitude que Portugal assumiu perante a conflagração europeia. Elas dependem da marcha dos acontecimentos. Uma, porém, lhe está já plenamente assegurada. É a de se ter afirmado um povo digno das tradições do seu passado e das esperanças do seu futuro, digno da sua liberdade e da sua independência». Dada a relevância deste documento, juntamo-lo no Anexo XXXIV, *Diário do Governo* de 17 de Janeiro de 1917.

Aliás, este é um sentimento que, por esta altura, se espalha por toda a Europa afectada pela guerra. Entre nós, este clima é aproveitado para alimentar as velhas divisões partidárias. As oposições aos partidos da guerra capitalizam o descontentamento da população que contesta nas ruas a intervenção na guerra, ainda que, na realidade, proteste contra a carestia de vida e a falta de bens essenciais. A desordem social assume uma relevância tão grande que o governo de Afonso Costa vê-se obrigado a declarar, em Julho de 1917, o estado de sítio na capital. Portugal está a ferro e fogo, cá dentro e lá fora nas trincheiras. O CEP combate no sector sul da Flandres, no vale do rio Lys, tendo a seu cargo a defesa de uma extensão territorial de 12 quilómetros. «Esses escassos doze quilómetros eram uma solução de continuidade na frente ocupada pelos ingleses: solução de continuidade na disciplina, na índole, na experiência, na força, no moral» (Fraga, 1986: 51).

Consciente deste espírito *anti-intervencionista* que se abate sobre Portugal e a Europa, e sempre vigilante da actividade da imprensa, Norton de Matos empenha-se no desenvolvimento da máquina de propaganda<sup>156</sup> que, em certa medida, continua para além dele, isto é, Norton de Matos cessa o seu longo consulado como ministro da Guerra com o golpe sidonista mas a engrenagem da máquina de propaganda *intervencionista* vai ser aproveitada para o serviço do sidonismo.

#### **IV. 5 O *sidonismo* contra a guerra**

Se o falhanço da *União Sagrada* evidencia que nem um perigo comum é suficiente para unir os portugueses, a falência da solução democrática de Afonso Costa, bem como o isolamento a que o líder dos democráticos é remetido, alegadamente devido à sua ânsia de levar Portugal à guerra na Europa, mostra que a conspiração continua a dominar a vida política nacional. Sob a aparente unanimidade patriótica em face da guerra, depois da declaração de guerra da Alemanha, claro está, e, ainda mais, depois do *milagre de Tancos*, o certo é que os

---

<sup>156</sup> Este assunto é abordado no capítulo seguinte relativo à propaganda.

partidos continuam a conspirar e, simultaneamente, o partido de Afonso Costa vai perdendo o apoio popular que tradicionalmente o diferenciara dos demais partidos republicanos nascidos do velho Partido Republicano Português. Enquanto isso, Sidónio Pais, regressado da Alemanha, onde desempenhara as funções de ministro plenipotenciário de Portugal, vai-se tornando mais conhecido dos portugueses e vai também preparando o terreno para implantar entre nós aquela que acaba por ser a segunda ditadura republicana em menos de três anos.

Aliás, é sintomático da situação portuguesa que sejam as Forças Armadas, que os *intervencionistas* - como Afonso Costa, João Chagas, Norton de Matos - pretendem dignificar com a intervenção portuguesa na frente europeia da guerra, a desautorizarem o poder político civil e a auxiliar o golpe de Sidónio Pais, iniciado em 5 de Dezembro de 1917 e vitorioso a 8, com a própria adesão popular e uma «avalancha de felicitações» (Malheiro da Silva, II, 2006: 5). Durante os breves dias de confrontos, o comando da resistência aos revoltosos é entregue ao ministro da Guerra, Norton de Matos, tendo em conta que o chefe do governo, Afonso Costa, se encontra numa reunião aliada em Paris. Mas, dado que o exército se divide entre leais ao governo democrático e apoiantes do golpe de Sidónio Pais, o Presidente da República, Bernardino Machado, decide, a 8, exonerar o governo, numa tentativa desesperada de evitar as graves consequências da divisão dos militares numa altura em que Portugal participa na guerra. O Chefe de Estado acredita que assim coloca um ponto final no golpe e retoma a normalidade parlamentar mas não podia estar mais enganado.

A Junta Revolucionária, constituída por Sidónio Pais, Machado Santos, e outros correligionários, assume o poder no mesmo dia, destitui o Presidente da República e anuncia a dissolução do parlamento. Um dia depois, reclama o triunfo em nome da República implantada em 5 de Outubro de 1910, passando a mensagem de que esta fora «miseravelmente atraçoada por uma casta política que audaciosamente conquistou o poder e o explorou em proveito próprio e com grave dano do país» (Malheiro da Silva, II, 2006: 57). No rescaldo do golpe, em Lisboa, contam-se os mortos e os feridos, somam-se os estragos nos edifícios públicos e particulares, faz-se ouvir o descontentamento pela prisão de Afonso Costa e seus

correligionários, bem como face à «repartição pelo bloco vencedor dos cargos e das posições estratégicas no aparelho de Estado» (Malheiro da Silva, II, 2006: 57). Mesmo assim, a revolução de Sidónio Pais foi descrita pelos jornais situacionistas como «libertadora da demagogia dos democráticos» (Malheiro da Silva, II, 2006: 3). Até 28 de Abril de 1918, a revolução vai sendo gerida em ditadura, «com a oposição crescente de uma parte significativa do campo republicano e com apoios até então [...] excluídos do sistema do poder (os católicos e os monárquicos)» (Malheiro da Silva, II, 2006: 3).

A subida ao poder de Sidónio Pais não provoca qualquer alteração do estatuto diplomático de Portugal, mas, com o sidonismo, inicia-se «um novo rumo para a política de guerra, em particular no que respeita à vertente militar» (Teixeira, 1998: 67). Logo em Janeiro de 1918, Sidónio Pais decide assinar uma nova convenção com a Inglaterra através da qual altera a composição do CEP, reduzindo-o a uma única Divisão, taticamente dependente do governo inglês. Ora, se é grande o sentido militar desta alteração, como então alerta João Chagas, o significado político é ainda maior. Para os militares do CEP, a questão é fundamental, porque resulta numa diminuição do número de efectivos mas, mais importante até que essa diminuição de tropas, impede o *roulement* que, na prática, faz com que, desde finais de 1917, deixe de fazer-se a rendição do contingente e o reforço das tropas.

As consequências desta política de guerra sidonista não se fazem esperar. No campo de batalha, «o desgaste físico provocado por longos meses nas trincheiras, o corte das licenças por falta de transportes, a dureza do Inverno, a crescente intensidade e frequência dos ataques inimigos e a falta de reforços, foram agravando o moral das tropas portuguesas» (Chagas, III, 1987: 1 e 5). É, neste contexto, que impera a indisciplina e a deserção que resultam na condenação de quase 400 militares do CEP no último ano da guerra. Esta situação do exército português, que os alemães conhecem, degrada-se ainda mais em Março (1918) na sequência da intensificação dos ataques inimigos. As deficientes condições do CEP são tão evidentes que a Inglaterra decide retirar o corpo expedicionário da frente e marca a rendição para o dia 9, porém os alemães bombardeiam as tropas

portuguesas em La Lys exactamente nesse dia, provocando um verdadeiro desastre naquela frente de combate. As notícias da trágica batalha de La Lys, contudo, só são conhecidas dias depois.

Francisco Homem Christo Filho, que, em Paris, faz desde Janeiro (1918) as primeiras diligências para instalar os Serviços de Informação e Propaganda nos Países Amigos e Aliados, a que preside depois de uma proposta sua ter sido aceite por Sidónio Pais, vai, a partir daqui, gerir a imagem do sidonismo no estrangeiro. O dinamismo de Francisco Homem Christo Filho é, de facto, impressionante, como veremos adiante<sup>157</sup>, porém vai enfrentar a resistência dos governantes franceses e da maioria da imprensa fiel aos ideais republicanos que mantêm a ideia sempre negada por Sidónio Pais do cariz monárquico e germanófilo do seu regime, e têm como referencial o prestígio que João Chagas acumulara, desde 1911, como representante da República e de Portugal em Paris. Com o fim da guerra, e a morte de Sidónio Pais, num atentado a 14 de Dezembro de 1918, em Lisboa, Francisco Homem Christo Filho perde o comando dos Serviços de Informação e Propaganda que, entretanto, acabam. Em Portugal, a propaganda também merece a atenção de Sidónio Pais que cria a Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército com o seguinte fim: *«registar, para serem utilizados na projecção fixa e animada, todos os assuntos relativos à educação e preparação do exército, na paz e na guerra, e tudo quanto possa aproveitar à instrução pública, à educação física e à propaganda de Portugal no estrangeiro, quer pela cinematografia de assuntos panorâmicos e regionais dos mais interessantes do nosso país, quer pela reprodução de monumentos, obras de arte e documentos oficiais ou históricos que possam interessar às repartições do Estado, estabelecimentos de ensino, arquivos, bibliotecas e museus [...]»*<sup>158</sup>.

Em matéria de exército e de guerra, a necessidade de propaganda e da constituição de uma máquina para a realizar, é, muito provavelmente, o único ponto em comum entre Norton de Matos e Sidónio Pais. No mais, até mesmo no modo de implementação dessa máquina, são, de facto, diferentes. Como diferente é também a *República Nova* de Sidónio (Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918)

---

<sup>157</sup> Este assunto é integrado no capítulo seguinte em que abordamos a propaganda.

<sup>158</sup> *Diário do Governo*, 8 de Maio de 1918, p. 670, Decreto n.º 4214 de 15 de Abril.

da *República* (Outubro de 1910 a Dezembro de 1917) e da *Nova República* que se reinventa depois da morte de Sidónio Pais e se aguenta até 28 de Maio de 1926<sup>159</sup>.

#### **IV. 6 Entre o *intervencionismo* e o *anti-intervencionismo*: o caso de *O Açoriano Oriental***

*O Açoriano Oriental*<sup>160</sup>, decano dos jornais portugueses, conta 80 anos em 1914. É um semanário, publicado ao sábado, que tem como director, editor e proprietário José Ignácio de Souza. A partir do n.º 14 da Rua do Açoriano Oriental, em Ponta Delgada (S. Miguel, Açores), escreve, compõe com caracteres tipográficos e imprime as suas quatro páginas semanais que chegam ao continente e ao outro lado do Atlântico, aos Estados Unidos da América, onde tem leitores e assinantes. A primeira notícia sobre a guerra é publicada por *O Açoriano Oriental* em 1 de Agosto de 1914 e refere-se aos telegramas que chegam ao jornal, dando conta de «um conflito internacional de excepcionais proporções»<sup>161</sup>.

A partir de 15 de Agosto (1914), a guerra torna-se tema de abertura da 1.ª página através de artigos semanais da autoria do jornalista José de Souza Calouro. São artigos em que verificamos a preocupação em analisar os motivos e os desenvolvimentos da guerra, bem como em esclarecer a opinião pública açoriana acerca das obrigações de Portugal para com a Inglaterra, devido à velha aliança entre os dois países. *O Açoriano Oriental*, através de José de Souza Calouro, vai

---

<sup>159</sup> Sobre esta divisão da I República (1910-1926) vide a introdução, onde explicitamos estes períodos e conceitos e, brevemente, dado que se encontra no prelo, a entrada sobre a *I República, Periodização*, no *Dicionário de História da I República e Republicanismo* a editar pela Assembleia da República.

<sup>160</sup> *O Açoriano Oriental* é fundado em 20 de Abril de 1834 pelo deputado Manuel António e Vasconcelos, apoiado por José Maria da Câmara Vasconcelos e por Francisco Xavier Jácome Correia, com o objectivo de defender a Constituição de 1822. Foi o primeiro jornal não oficial publicado na Ilha de São Miguel e a sua modesta tipografia foi também a primeira de São Miguel. O último número como semanário é o 7306, de 4 de Dezembro de 1976, data a partir da qual passou a diário. Para este estudo de caso, justificado pelo facto deste jornal ser o decano dos jornais portugueses, consultámos os anos de 1914-1919, período em que o jornal é publicado semanalmente ao sábado.

<sup>161</sup> *O Açoriano Oriental*, 1 Agosto 1914, p. 1.

doutrinando que a guerra «nasceu do ódio das raças e da ambição de muitos» e que as consequências serão para o povo - «o eterno escravizado»<sup>162</sup>. Além da crónica semanal de José de Souza Calouro, *O Açoriano Oriental* noticia também os telegramas que lhe chegam dos diários do continente mas, por vezes, duvida das informações aí relatadas. A certa altura escreve mesmo «que a guerra continua é um facto, mas que as notícias para aqui expedidas não são a cópia fiel dos acontecimentos é também outro facto»<sup>163</sup>.

Assume, desde o início, uma posição pro-aliada, advertindo, ao noticiar os triunfos dos alemães, que «devido à força das nações coligadas», a Alemanha pode não vencer a guerra. Aliás, vai mais longe, considerando que «as nações da Europa não hão-de querer ficar sob a hegemonia da Alemanha»<sup>164</sup>. Isto porque, apesar de José de Souza Calouro admirar «a pátria de Gothe, de Wagner, de Gutenberg [...], a Alemanha artística, industrial, poética, socialista e científica», abomina «a Alemanha autocrata e despótica do kaiser e do seu Estado Maior» e sobretudo odeia a guerra<sup>165</sup>.

A seguir, sobre a eventualidade da participação de Portugal no conflito, só considera «justa a atitude bélica de Portugal – ou no caso do nosso país ter a noção patriótica de dever assegurar a sua autonomia, a dignidade e integridade da sua independência [...] ou serem reclamados pela Inglaterra os serviços do seu aliado»<sup>166</sup>. E quando Portugal anuncia a intervenção no teatro europeu de operações bélicas, o jornal mostra confiança numa vitória próxima dos aliados e preocupação pelas baixas em ambos os terrenos de guerra, aconselhando os portugueses a terminarem «todas as dissensões», «todas as rixas» e a unirem-se numa «fé patriótica»<sup>167</sup>.

---

<sup>162</sup> *O Açoriano Oriental*, 15 Agosto 1914, p. 1.

<sup>163</sup> IDEM, 15 Agosto 1914, p. 1.

<sup>164</sup> IDEM, 5 Setembro 1914, p. 1.

<sup>165</sup> IDEM, 19 Dezembro 1914, p. 1.

<sup>166</sup> IDEM, 12 Setembro 1914, p. 1.

<sup>167</sup> IDEM, 22 Agosto 1914, p. 1.



A defesa da «fraternidade humana» e da intervenção de Portugal na guerra no quadro da aliança luso - britânica são as ideias que corporizam a linha editorial de *O Açoriano Oriental* durante um longo período de tempo e que estão subjacentes à crítica regular aos governos democráticos. A partir de meados de Janeiro de 1915 torna-se evidente que José de Souza Calouro segue a linha de Brito Camacho, defendendo, como este, que o exército deve ir para África para impedir que os inimigos se apoderem das colónias, e não para a Europa, como pretende o governo. Mais: Apesar de classificar a invasão alemã de Angola como um «verdadeiro casus belli», sustenta que não convém a Portugal ser o primeiro a declarar a guerra<sup>168</sup>. Aliás, o cronista só admite o eventual belicismo português no quadro da aliança luso – britânica, considerando ser dever do governo da República proceder de acordo com a Inglaterra. Atentemos no que escreve: «*O governo ofereceu os préstimos à Inglaterra... fez muito bem. A Inglaterra não pediu a nossa ajuda, só agradeceu a nossa disponibilidade... fez muito bem. O nosso proceder agora é esperar que ela peça e só assim o governo apoiado pela opinião pública poderá mobilizar o exército enviando-o aos campos de batalha da França para cooperar com os aliados. Doutro modo o governo seja ele qual for arrisca-se a fomentar a guerra civil no país e as dissensões no Exército. O exército português quer bater-se, mas com honra, e essa honra consiste no pedido da Inglaterra. Se esse pedido não existe [...] porque razão há-de estar a meter à cara à Inglaterra o nosso exército se ela por enquanto não precisa? É um disparate e chega até a ser um crime de lesa patriotismo. [...] Arriscar vidas, levar o país a uma guerra com a Alemanha sem que nada nos seja solicitado, não pode nem deve ser. Enviemos sim o nosso exército para África para as imensas porções de território português e evitemos que os inimigos dele se apoderem. A invasão alemã em Angola é um verdadeiro casus belli [...]. O casus belli subsiste mas não convém ao país ser o primeiro a declarar a guerra*»<sup>169</sup>.

#### **IV. 6. 1 De jornal pró-aliado a germanófilo e novamente pró-aliado**

Após a morte do director - José Ignácio de Souza -, noticiada na edição de 27 de Fevereiro de 1915, o jornal altera a orientação editorial. O irmão do director, Augusto Ignácio de Souza, torna-se gerente e traz para as páginas do semanário

---

<sup>168</sup> IDEM, 19 Dezembro 1914 e 16 Janeiro 1915, p. 1.

<sup>169</sup> *O Açoriano Oriental*, 16 Janeiro 1915, p. 1.

uma notória influência da Igreja católica. As crónicas de José de Souza Calouro desaparecem, tal como as notícias relativas à guerra, que só regressam após a entrada da Itália no conflito. A partir desse momento, *O Açoriano Oriental* altera novamente a linha editorial, tornando-se germanófilo. A abertura das primeiras páginas passa a ser da responsabilidade de Aníbal Câmara, referenciado pelo Ministério da Guerra e pela Legação da Inglaterra em Portugal como um germanófilo «monárquico enraivecido e pseudo aristocrata»<sup>170</sup>.

O jornal, que até então se posiciona ao lado dos aliados na guerra, entrega agora as suas páginas a Aníbal Câmara que critica a moral dos aliados, refere que estão em curso «duas guerras contra o povo alemão: uma, disputando-lhes a hegemonia político-económica; a outra, contestando-lhe a supremacia moral e intelectual»<sup>171</sup>, considerando que «os alemães procedem consoante os interesses supremos da pátria [...] que os seus inimigos pretendem lançar na miséria e na vergonha», e termina com uma interrogação esclarecedora: «Se nós que somos apenas admiradores (mas fanáticos) do povo alemão [...] nos sentimos revoltados com as injustiças dos aliados, como se sentirão os alemães [...]?»<sup>172</sup>.

No último trimestre de 1915, o jornal abandona a linha germanófila mas mantém a influência católica. José de Souza Calouro, que regressa discretamente ao jornal, começa a escrever artigos de política nacional, assuntos económicos e instabilidade social, dando conta da sua desilusão com a República, chegando mesmo a referir que a diferenciação de regime governamental lhe é «indiferente» e

---

<sup>170</sup> AHDMNE, Legação de Inglaterra em Portugal, 1917-1918, Caixa 445, Lista dos Germanófilos de Ponta Delgada, Açores. Aníbal Câmara é referenciado em 4.º lugar numa lista datada de 9 de Março de 1917 em que são enumerados 14 germanófilos de Ponta Delgada, Açores. É uma lista elaborada em língua francesa pelo Ministério da Guerra e enviada, confidencialmente, à Legação da Inglaterra em Lisboa. Esta Legação envia esta lista, também confidencialmente, ao secretário de Estado do Foreign Affairs, Lancelot Carnegie. Aníbal Câmara é assim retratado: «monárquico enraivecido e pseudo aristocrata. Fez os estudos na Alemanha e já publicou dois livros depois da guerra que foram amplamente distribuídos aqui e no Brasil. Disse publicamente que, se fosse para o *front*, voltar-se-ia com armas e bagagens contra os aliados (é capitão de infantaria)».

<sup>171</sup> *O Açoriano Oriental*, 24 Julho 1915, p. 1.

<sup>172</sup> *O Açoriano Oriental*, 31 Julho 1915, p. 1.

que Portugal precisa de «homens de governo à altura», que consigam «impor pela força» as leis do país<sup>173</sup>.

Perante a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o jornal noticia assim o estado de guerra: «Desde ontem que Portugal se acha em estado de guerra com a Alemanha. Foi a Alemanha quem a declarou, como consta dos seguintes telegramas publicados hoje pela *República*»<sup>174</sup>. Na edição seguinte, publica, na primeira página, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, juntamente com um soneto de José de Souza Calouro intitulado «Viva Portugal» e que termina assim: «Concede que te exalte a toda a hora/E que te cante sempre em voz sonora!/Meu Portugal! Eu morrerei por ti!»<sup>175</sup>. Um canto patriótico na hora da nação caminhar para a guerra que há ano e meio opunha aliados e potências centrais. Seguem-se outros artigos no mesmo registo patriótico, como a notícia que refere a ocupação do Quionga, em Moçambique, então colónia da África oriental; uma área que pertencia a Portugal mas estava em poder da Alemanha desde 1894<sup>176</sup>; ou um artigo intitulado «Por Deus e pela Pátria! A fé e o patriotismo dirigido aos nossos soldados», com o subtítulo «Unamo-nos!», considerando que «[...] ninguém ignora que está em jogo a independência, a integridade da Pátria. [...] Requere-se, exige-se a União Sagrada de todos os portugueses; a união de todos os patriotas [...]. Traduzamos em actos as palavras de tolerância proferidas pelo presidente do governo na sua já famosa declaração ministerial»; e que termina referindo que «estão caindo esses bravos e nobres soldados para escreverem, sobre o solo impregnado do seu sangue, que a fé é mãe do patriotismo e que morrer pela pátria é fácil aos que estão prontos a morrer por Deus: pro Deo et Pátria»<sup>177</sup>.

Entretanto, de Maio a Julho, desaparecem as notícias da guerra. Só a 8 de Julho surge uma coluna breve com «Notas de guerra» mas marginais, secundárias face ao conteúdo noticioso de *O Açoriano Oriental*. No final do mês, numa breve

---

<sup>173</sup> Cfr. *O Açoriano Oriental*, 16 Outubro e 25 Dezembro 1915.

<sup>174</sup> IDEM, 11 Março 1916, p. 1.

<sup>175</sup> IDEM, 25 Março 1916, p. 1.

<sup>176</sup> IDEM, 15 Abril 1916, p. 1.

<sup>177</sup> IDEM, 22 Abril e 6 e 13 Maio 1916, p.1.

coluna intitulada «A guerra» noticia o avanço dos aliados nas linhas alemãs, descrevendo: «*Dos dois lados do rio Somme, 60 milhas ao norte de Paris, tendo avançado cerca de cinco milhas, tomado algumas povoações, muitas trincheiras numa fronteira de sete milhas. [...] Em alguns pontos, os alemães, por meio de contra-ataques efectuados com supremos esforços, conseguiram fazer recuar os ingleses, retomando o terreno perdido. [...] Depois das vitórias que acabamos de referir, um oficial inglês disse: “os alemães, com a sua preparação de 40 anos, hão-se submeter-se à nossa preparação de dois anos”*»<sup>178</sup>.

De finais de Julho a inícios de Setembro, voltam a desaparecer as notícias da guerra que só regressam com a entrada da Roménia no conflito armado e porque José de Souza Calouro confia que a entrada deste país acelera o fim da contenda, quer pela sua posição geográfica, quer pelo seu exército que pode contribuir para a vitória dos aliados. Estava enganado, como sabemos, mas então a beligerância da Roménia foi considerada em título como «Assunto da ocasião. A Roménia na guerra». Conta assim José de Souza Calouro: «*Causou a maior satisfação entre os aliadófilos a entrada da Roménia na guerra e esta notícia correu como boa nova célere, deixando a mais grata impressão no íntimo dos que acompanham dia-a-dia o desenrolar do enorme drama da maior guerra de todos os tempos.*

*A Roménia pela sua posição especial vem contribuir para a vitória dos aliados, abreviando deste modo a duração da guerra, pois o seu esplêndido exército compõe-se actualmente de perto de um milhão de homens bem armados e equipados – tropas frescas que invadirão a Áustria, permitindo a passagem das tropas russas que se dirigirão à Bulgária a esmagá-la. [...]*

*As nações aliadas batalham em prol do direito e da justiça, em prol da civilização e da liberdade, que há-de raiar esbelta e esplendorosa no momento glorioso da vitória final. [...] A vitória dos impérios centrais seria a desgraça da Europa, seria o triunfo do militarismo prussiano, seria o aniquilamento da nossa querida pátria, que se acha igualmente em guerra com a Alemanha. [...]*

*A Itália já declarou guerra à Alemanha e Portugal dentro de pouco tempo intervirá na luta ao lado dos ingleses que estão em França.*

*É a revolta de quase toda a Europa contra a espada avassaladora do kaiser. Mas será vencido e pagará duramente a hecatombe que tem feito em vidas humanas, tendo toda a responsabilidade desta guerra»*<sup>179</sup>.

---

<sup>178</sup> IDEM, 29 Julho 1916, p.3.

<sup>179</sup> O Açoriano Oriental, 2 Setembro 1916, p.1.

#### IV. 6. 2 A reacção em face da censura

Outro dos aspectos de *O Açoriano Oriental* que importa salientar é o comportamento do jornal quando o governo decreta a censura prévia, já que declara imediatamente conformar-se «com as medidas adoptadas»<sup>180</sup>. Numa nota publicada na primeira página, com o título «Censura prévia», informa os leitores do seguinte: «Como foi decretado, já hoje o nosso jornal sai com a censura prévia, tendo sido nomeada uma comissão para tal fim. Por tal motivo o *Açoriano* apresenta hoje uns espaços em branco, cuja composição foi retirada. Nesta hora crítica, todos nós nos conformamos com as medidas adoptadas»<sup>181</sup>.

Portanto, a acção da censura é visível nas páginas do semanário açoriano mas sobretudo na rubrica *Carta de Lisboa*, que começa a ser publicada no início de 1916, mas com irregularidade, só passando a semanal em Setembro do mesmo ano. Trata-se de uma secção assinada por Justino, despachada de Lisboa para Ponta Delgada, via Funchal, e que é censurada em Lisboa, porque aborda assuntos de política interna e as questões da guerra, nomeadamente a constituição da Divisão do Corpo Expedicionário Português.

Além dos temas abordados na crónica, a forma como o cronista escreve, umas vezes afirmativa, outras interrogativa, mas sempre crítica, e por vezes até irónica, suscita a atenção da censura e dos leitores, como verificamos nesta crónica: «Como poder escrever-te? Hoje em dia só se escreve o que o governo quer.

*É por isso que, querendo narrar-te inúmeros e interessantes factos, vejo-me manietado e coacto por saber que serão cortadas todas as verdades que poderia contar aos nossos leitores.*

*E isto sobre coisas militares, pois quanto às políticas o governo fez novo decreto autorizando a crítica ao governo e desta arte a plena liberdade de comentário.*

*A política portuguesa apresenta neste momento um aspecto algo cómico, excêntrico.*

*A política de compadrio e regedoria expande-se como sempre em todo o país.*

---

<sup>180</sup> *O Açoriano Oriental*, 8 Abril 1916, p. 1.

<sup>181</sup> *IBIDEM*, p.1.

*A liberdade é positivamente uma palavra vã e só é empregada nos inflamados reptos oratórios; mas o povo já não acredita, felizmente, nesses arrancos e verborreias.*

*A realidade é bem o contraste das prometidas regalias [...]»<sup>182</sup>.*

E também nesta: *«Não posso fielmente descrever-te as mil necessidades por que passamos actualmente, por que passa Lisboa e todo o continente. A guerra, causadora de todo este mal-estar, vai-se repercutindo assustadoramente, de uma forma que as mais precisas e matemáticas previsões não podem, ao certo, dar uma pálida ideia do que nos poderá ainda suceder. Todos os artigos se acham caríssimos, num crescendo de preço contínuo. Tanto o açúcar, o peixe, a carne, os ovos, os legumes..., tudo tem tensão acrescida no preço, dificultando assim a vida, principalmente de quem vive, única e exclusivamente do seu parco ordenado, que não foi, além disso, aumentado.*

*Da guerra, as notícias são mais ou menos vagas, contudo notam-se contínuos avanços dos aliados em todas as frentes. A ofensiva da Primavera deve ser terrível, estando os aliados mais do que preparados. Esperam-se grandes surpresas na frente ocidental, donde os aliados querem expulsar o inimigo de todo o território francês e belga. [...]»<sup>183</sup>.*

O jornal notícia ainda a instabilidade política e social, a carestia de vida e a escassez de géneros essenciais, responsabilizando sempre os governos da República, como acontece aquando dos bombardeamentos alemães à Ilha de S. Miguel, em 4 de Julho de 1917, em que critica severamente «a insuficiência de defesa da ilha»<sup>184</sup>. Abre a primeira página com um artigo do Procurador à Junta Geral do Distrito de S. Miguel, Ayres Jucome Corrêa, com o título «A defesa da ilha», paginado em grandes parangonas, evidenciando que, em seu entender, o arquipélago dos Açores está defendido de modo insuficiente. Atentemos nesse texto: *«Agora que os factos demonstram a insuficiência da defesa da ilha perante a ameaça dos submarinos alemães, e que está bem provado que a responsabilidade recai nos governos ditatoriais da República, nas câmaras legislativas e sobretudo nos representantes do distrito que não souberam demonstrar a situação mais do que grave da falta de artilharia moderna e munições de que dispunham as baterias de S. Brás; quando todos reconhecem a incapacidade dos fortins espalhados pelas costas, como o de S. Caetano, o de Rosto de Cão, o da Caloura, o da Ribeira Grande, o da Vila Franca, ..., agora que os acontecimentos do dia 4 de Julho demonstram à evidência que as intenções dos germanos vão para gente portuguesa na mesma linha de conta do que para os franceses, e que as cidades pacíficas que vivem do comércio e da indústria, estão submetidas ao mesmo destino de*

---

<sup>182</sup> *O Açoriano Oriental*, 17 Fevereiro 1917, p.2.

<sup>183</sup> *O Açoriano Oriental*, 24 Março 1917, p. 2.

<sup>184</sup> *IDEM*, 4 Julho 1917, p. 1.

*que as cidades fortificadas, próprias à guerra, e de que as terras situadas dentro do raio de acção no teatro das conquistas; agora, a ilha tem que tratar da sua defesa e o sacrifício de todos impõe-se à dignidade e garantia das vidas e das propriedades da população»<sup>185</sup>.*

Entretanto, propõe uma subscrição pública para a reconstrução da ilha e afirma que o vapor carvoeiro Orion, no 4 de Julho, foi eficaz. Tanto que «[...]realizou perfeitamente todo o programa reconhecido à artilharia moderna de tiro rápido e de longo alcance nas condições e em igualdade de qualidades às que armam os navios alemães, mas os micaelenses não podem nem devem ficar à mercê de um vapor estrangeiro armado em guerra para a defesa do transporte das mercadorias carregadas a seu bordo e que incidentalmente ancorado junto do molhe, no interior da doca, se arma em fortaleza em defesa da vida dos tripulantes e em garantia do carvão de abastecimento comprado ou depositado pela Casa Coalings para o aprovisionamento dos navios americanos. [...] A situação presente, apenas apoiada no cruzeiro de um cruzador que tem que acudir a nove ilhas e a três distritos, é uma loucura. [...] Alerta! Não se trata de um simples benefício passageiro, trata-se de, em bases positivas e definitivas, começar a organização e o estabelecimento da defesa do distrito de Ponta Delgada para garantia do seu comércio, da sua indústria e da sua agricultura»<sup>186</sup>.

Portanto, o jornal continua a publicar com alguma liberdade, como verificamos neste artigo crítico relativamente à defesa insuficiente da ilha de São Miguel, e bem assim de todo o arquipélago dos Açores, bem como em muitos outros artigos, nomeadamente num de José de Souza Calouro, intitulado «Gangrena política», no qual critica a política dos governos nacionais, considerando que Portugal deveria «regenerar-se, limpando-se os parasitas [...] que infectam o organismo nacional. [...] A política que presentemente se arvora nada tem de patriótica nem se coaduna com o sentir da grande maioria do povo português: é uma verdadeira ferida, escorrendo pus, a que nem os mais fortes cautérios poderão impedir o desmembramento das fibras que estão gangrenadas a valer»<sup>187</sup>.

Aliás, mesmo perante a censura prévia, a reacção de *O Açoriano Oriental* é peculiar, porquanto, ao perceber que os telegramas não relatam a realidade dos combates e, por isso mesmo, compreender que o curso da guerra é impossível de

---

<sup>185</sup> IDEM, 14 Julho 1917, p.1.

<sup>186</sup> IBIDEM.

<sup>187</sup> IDEM, 17 Fevereiro 1917, p. 1.

narrar com rigor jornalístico e o destino da guerra é uma incógnita, deixa de publicar esses telegramas, assim se explicando a ausência de notícias do conflito armado durante alguns períodos. E quando há notícias são relativas a acções concretas, como a chegada dos militares portugueses a França e o seu desempenho no *front*, sempre confiando que os factores se conjugam para que a guerra termine durante o ano de 1917 com a vitória dos aliados e o consequente restabelecimento da paz.

#### IV. 6. 3 De jornal sidonista convicto a acolhedor do Integralismo Lusitano

Sendo assim tão crítico das políticas governamentais, não surpreende que *O Açoriano Oriental* tenha recebido o *sidonismo* com satisfação. Apesar de não conhecer Sidónio Pais, José de Souza Calouro confia na influência de Machado Santos e na novidade do presidencialismo, desejando que, após as eleições de Abril (1918), «a instabilidade» tenha um epílogo. A *Carta de Lisboa*, entretanto, elogia o regresso à capital de «quase todos os oficiais aviadores portugueses que compunham a quinta arma do nosso exército, em serviço na França», bem como dos cruzadores auxiliares *Gil Eanes* e *Pedro Nunes*, trazendo a bordo grande número de militares portugueses combatentes na Flandres<sup>188</sup>.

De seguida, explica como encostaram junto ao posto de desinfecção, onde se encontravam forças da guarda republicana para impedirem a passagem dos populares, bem como dezenas de profissionais de saúde, Cruz Vermelha, bombeiros, camiões do Exército... Como chegou Sidónio Pais, em automóvel, que entrou primeiro no *Pedro Nunes* e só depois no *Gil Eanes*, querendo saber, em ambos, informações relativas ao estado de saúde, bem como da natureza e gravidade dos ferimentos dos agora regressados elementos do CEP. Esclarece ainda que o desembarque foi feito «com toda a morosidade» de modo a que os recém

---

<sup>188</sup> *O Açoriano Oriental*, 27 Abril e 18 Maio 1918, p. 1.



chegados fossem imediatamente conduzidos aos transportes respectivos. São também indicados números de feridos<sup>189</sup>.

A meio do ano de 1918<sup>190</sup>, o jornal enfrenta dificuldades económicas, fica sem papel e é obrigado a publicar-se em apenas duas páginas. A situação é explicada aos leitores e anunciantes através desta nota breve de Redacção: *«Obrigados pela força das circunstâncias, e porque se acabou o stock do papel que tínhamos, não nos tendo vindo no “S. Miguel” o que esperávamos, passamos a dar o Açoriano em meia folha, compondo-o em tipo miúdo e suprimindo algumas secções de menor interesse. O papel estava-nos custando uma exorbitância por mês e assim com esta subida sempre crescente, sem outros recursos, a não ser o da assinatura e de meia dúzia de anúncios, cansamos no caminho e eis-nos ainda assim, com grande sacrifício pecuniário, a sustentarmos o jornal mais antigo do país – o velho Açoriano -, ameaçado de morte cruel, se à sua empresa não for dispensado um pequeno auxílio, como seria muito para desejar»*<sup>191</sup>.

A diminuição do número de páginas obriga à suspensão de diversas secções, porém a *Carta de Lisboa* mantém-se e passa a abrir a primeira página, continuando a dar conta da agitação política que se vive na capital portuguesa. A secção de *Informações Breves* começa sempre na primeira página e tem continuação na segunda. Alguns anúncios são a partir de agora publicados na primeira página e outros, menos relevantes, na página dois, quando, até então, os anúncios eram todos publicados na página quatro<sup>192</sup>.

Perante o fim da guerra, *O Açoriano Oriental* publica um texto, não assinado, sobre a assinatura do armistício, com apenas doze curtos parágrafos, e surpreendente, sobretudo se recordarmos as oscilações editoriais do jornal face à política de guerra portuguesa. Ora vejamos o texto «A Paz»:

*«Assinou-se enfim o armistício, e a paz daqui a pouco tempo será um facto consumado.*

*A Alemanha abateu perante a energia invencível dos aliados, a águia imperial e altiva, que tentava, sonho louco!, avassalar o mundo.*

---

<sup>189</sup> IBIDEM.

<sup>190</sup> *O Açoriano Oriental* passa a uma folha (duas páginas frente e verso), no n.º 4335, no dia 15 de Junho de 1918.

<sup>191</sup> IDEM, 15 Junho 1917, p.1.

<sup>192</sup> *O Açoriano Oriental* só volta às quatro páginas do formato tradicional em Agosto de 1919.

*A águia imperial quebrou as asas, a soberba Alemanha caiu vencida!*

*A causa dos aliados que se tornou, pouco depois, a causa dos portugueses, venceu, e os países latinos, a França, a Itália e Portugal, experimentados na luta das trincheiras, saberão, retemperados pela guerra, ganhar novos voos e um maior prestígio entre as nações do mundo.*

*A França que Caillaux quis desarmar, primeiro, e que, mais tarde, pretendeu vender à Alemanha, a França foi encontrar na mocidade dos seus soldados energias perdidas e inéditas!*

*É a França o país que mais admiramos pelo seu sacrifício e pelas virtudes raras dos seus soldados que nunca desfaleceram, nem nas horas de maior perigo, quando o monstro do norte, avançava terrível e feroz, despejando metralha, varrendo trincheiras.*

*De triunfo em triunfo e de milagre a milagre, a França dia a dia mais se fortalecia e engrandecia.*

*Parecia que a alma de Joana D'Arc, a Santa, perpassava sobre as almas dos franceses, animando-os para a luta terrível.*

*A guerra entre a Alemanha e a França foi a maior de todas, porque foi uma guerra de raça contra raça.*

*Mas a raça latina a que Paris dá leis, a raça latina venceu.*

*Diziam que os latinos tendiam a desaparecer. Mas a guerra veio dar à raça latina novas energias e uma nova alma.*

*A paz muitas vezes perde, a guerra quase sempre salva. E a França venceu, não só porque esmagou a Alemanha, mas porque encontrou de novo a sua alma que não envelhecera. Glória aos soldados de França!*

*Portugal bendito, de terras que o sol aquece e fecunda, de praias lindas onde o mar canta e embala! Também tu Portugal de heróis e santos, saíste do teu marasmo e te retemperaste com o sangue quente e bom dos teus soldados!*

*Portugal que parecias pequenino e humilde, como tu és grande e glorioso!*

*Hora sagrada é esta que a nossa pátria atravessa. Hora de glória e ressurreição! Benditas as mães que embalaram tamanhos soldados, bendita pátria que tantos heróis possui ainda!»<sup>193</sup>.*

Após o assassinato de Sidónio Pais, o jornal dá guarida ao Integralismo Lusitano, justificando-se com o facto de se ter formado um Núcleo Micaelense de Propaganda Integralista para «reaportuguesar Portugal e dar aos Açores uma feição

---

<sup>193</sup> O Açoriano Oriental, 16 Novembro 1918, p.1.

inteiramente açoreana»<sup>194</sup>. Ora, é sempre esta a estratégia do jornal. Os desvios editoriais acontecem mas a feição regionalista nunca é abandonada. Todos os desvios são norteados pelo que, em cada momento, mais interessa aos Açores. É exemplo desse regionalismo a publicação de um artigo do jornal *O Popular*, de New Bedford (EUA), sobre as aspirações de autonomia dos Açores no pós guerra. O artigo tem, pelo menos, oito cortes da censura, começando pelo título que se percebe, perfeitamente, tratar-se de «Autonomia dos Açores». A palavra autonomia não aparece, ficando o título na situação bizarra de «..... dos Açores»<sup>195</sup>. O experiente periódico açoriano sabe, portanto, fazer uso da manobra experimentada pelos jornais de Lisboa e Porto que percebem, em tempo útil, que quanto mais cortes a censura faz, maior é a quantidade de espaços em branco e, quanto mais têm espaços em branco, mais curiosidade suscitam nos leitores.

Os jornais do continente sabem contestar, provocar, contornar e utilizar a censura em proveito próprio. Assim como, na hora da paz, sabem elogiar Portugal e os exércitos portugueses que combateram na Flandres e em África. *O Açoriano Oriental* segue a mesma opção editorial, como constatamos neste outro texto também intitulado «A Paz».

*«Após longos momentos de ansiedade, foi finalmente assinado o Tratado de Paz com a Alemanha. Venceu finalmente a força do direito que durante muitos anos se julgara subjugado pelo direito da força.*

*Somos pequeninos mas a nossa pequenez ainda nesta guerra deu mais um exemplo do seu valor, da sua audácia e da sua coragem!*

*Foi ainda nesta guerra que a nossa pátria portuguesa pequena em territórios, mas grande em feitos heróicos, deu ao universo a mais sublime lição da sua honra e da sua lealdade.*

*Entrando na guerra cumpriu um dever de dignidade e de carácter. Viu-se com que fé se bateram os nossos soldados, viu-se como dignamente se abateram as bandeiras das facções políticas adversas e todos unidos como se fossem todos uma só fé e uma só crença, lá foram bater-se,*

---

<sup>194</sup> *O Açoriano Oriental*, 23 Dezembro 1919, p. 1.

<sup>195</sup> *O Açoriano Oriental*, 18 Janeiro 1919, p.1.

*regando com o seu sangue os campos da honra e gravando o nome português nos anais da história universal, como nome de um povo amantíssimo da sua pátria e da sua dignidade»<sup>196</sup>.*

E mesmo perante o facto de Portugal não receber as compensações pretendidas, *O Açoriano Oriental* não desarma: «[...] Nem por isso nos devemos arrepender de termos cumprido nobremente o nosso dever, pondo-nos ao lado daqueles que julgamos merecedores da nossa lealdade.

*Demos um grande exemplo e se não formos recompensados dignamente, nunca maldigamos a hora em que ao mundo inteiro demos a prova mais edificante de que em todos os tempos e em todas as ocasiões, sejam elas quais forem, sabemos sempre ser fiéis e leais aos nossos compromissos de honra, quando se trata dignificar a nossa querida e muito amada pátria portuguesa!»<sup>197</sup>.*

Em suma, *O Açoriano Oriental*, decano dos jornais portugueses, semanário de grande importância ao tempo, beneficia de ampla liberdade de expressão até à instauração da censura prévia em Março de 1916. A partir daqui, é vigiado pela censura de forma idêntica aos jornais do continente. Referimos idêntica, porque, de facto, o jornal açoriano tem menos cortes da censura do que os diários e semanários de Portugal continental. Aliás, a maior parte dos cortes de *O Açoriano Oriental* são feitos na rubrica *Carta de Lisboa* que segue de Lisboa para Ponta Delgada e é censurada no continente.

Ainda assim, esta multiplicidade de critérios das comissões de censura, tão criticada pelos jornais do continente, também é visível em *O Açoriano Oriental*, como é exemplo a crónica que refere «Como poder escrever-te? Hoje em dia só se escreve o que o governo quer. É por isso que, querendo narrar-te inúmeros e interessantes factos, vejo-me manietado e coacto por saber que serão cortadas todas as verdades [...]». Daí que a ironia, frequentemente usada pelos jornais do continente face ao desempenho dos censores, é também utilizada pelo jornal açoriano, como verificamos, a título ilustrativo, no facto de denominar a censura como «D. Censura».

---

<sup>196</sup> IDEM, 5 Julho 1919, p.1.

<sup>197</sup> *O Açoriano Oriental*, 5 Julho 1919, p.1.

Digamos que *O Açoriano Oriental* segue sempre a linha editorial que é mais favorável aos Açores, ou seja, assume uma política editorial regionalista. Por isso, no período estudado, são notórias mudanças de orientação editorial. Primeiro é pró aliado, ora próximo do Partido Republicano Português/*Partido Democrático*, ora seguidor da União Republicana. Depois, é germanófilo. De seguida, é sidonista. E, após a morte de Sidónio Pais, é integralista. Portanto, não contesta a censura, mas provoca-a, contorna-a, utiliza-a mesmo em proveito próprio, para apelar à atenção dos leitores, do mesmo modo que aproveita sempre a evolução das tendências políticas nacionais, bem como o hesitante e imprevisível curso da Primeira Guerra Mundial.



## Capítulo V: A imprensa ilustrada, a censura, a propaganda e a Guerra

Quando pensamos sobre o período que vai de 1914 a 1918 verificamos que, nesse tempo, se desenrolam duas guerras: uma de exércitos e de civis atingidos pelas batalhas e outra de gabinetes. Porém, esta guerra de gabinetes é, como escreve Karl Kraus, «tão mortífera como as granadas», uma espécie de, dizemos nós, guerra de balas de papel. Como diz Martin Gilbert, é «uma guerra de Gabinetes de Guerra e de soberanos, de propagandistas e idealistas, repleta de ambições e ideais políticos e territoriais, que determinaram o futuro dos impérios, nações e povos, de modo tão contundente como no campo de batalha» (Gilbert, 2007: 13).

Ora, é esta contenda de gabinetes de guerra que, em toda a Europa, legitima o uso, pelos estados em guerra, da propaganda e da censura, em nome do alegado superior interesse da nação. Com a censura, os estados impedem, ou procuram impedir, que os jornais publiquem notícias incómodas para o curso da guerra. Com a propaganda, promovem a mobilização da opinião pública para a causa da guerra. Quer do lado dos aliados, quer do lado dos impérios centrais, os estados recorrem à propaganda e à censura, uma censura de guerra, para atingirem os seus fins específicos. Portugal não é excepção. A propaganda é, a par com a censura, «um dos mais poderosos instrumentos do mundo moderno» (Lasswell, 1927: 220), uma *arma* dos sucessivos governos da guerra, comprometendo ambas a verdade jornalística, a verdade da guerra.

Em Portugal, assim que ganha consistência a ideia de que a conflagração à escala mundial é irreversível, perfilam-se, imediatamente, duas posições opostas: a dos *intervencionistas*, favoráveis à participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, e a dos *anti-intervencionistas*, contrários ao envolvimento do nosso país no conflito armado que já se adivinhava. *Intervencionistas*, também denominados *guerristas*, e *anti-intervencionistas*, ou *antiguerristas*, apresentam argumentos no parlamento e na imprensa, no sentido de convencerem a opinião pública portuguesa da sua causa – contrária ou favorável à participação de Portugal na guerra anunciada. Estes posicionamentos abrem um conflito na sociedade portuguesa de 1914 que vai permanecer em aberto até ao final da guerra, quatro

anos depois, e mesmo continuar a ser argumento nas clivagens políticas e partidárias que se multiplicam no pós-guerra.

*Intervencionistas e anti-intervencionistas* procuram influenciar através de discursos, artigos em jornais, panfletos e brochuras, os pouco esclarecidos face à guerra em que, dois anos mais tarde (1916), Portugal haveria de participar activamente. Antes que se abrissem os confrontos nas trincheiras, é aberto o confronto em Portugal, com tal intensidade que, como escreve João Medina, é considerado «o grande pomo da discórdia da primeira República». Entre os *intervencionistas*, apoiantes da entrada imediata do país na guerra - uns partidários dos aliados, outros da Alemanha, embora estes sejam uma minoria – e os *anti-intervencionistas*, defensores da não intervenção do país no conflito armado, não há qualquer possibilidade de consenso.

É esta ausência de consenso que divide a opinião pública portuguesa da época, embora seja uma opinião pública restrita, limitada quase exclusivamente aos centros urbanos de Lisboa e Porto, que proporciona verdadeiras batalhas em letra de forma nos periódicos portugueses. Desde logo porque os jornais assumem posicionamentos distintos, sendo uns *intervencionistas* (como *O Mundo*, *o República*, *O Século*) e sendo outros *anti-intervencionistas* (como *A Luta*, *O País*, *o Portugal*). Os *intervencionistas* assumem «a defesa de interesses nacionais e objectivos de ordem externa [...] como a garantia da integridade colonial em África, da soberania nacional face à Espanha e a conquista do prestígio internacional do regime», bem como «objectivos de ordem interna», aproveitando a conjuntura internacional criada pela guerra, pois «só uma ameaça externa e uma intervenção militar na guerra em larga escala poderia justificar o sacrifício de todas as fracturas e facções internas em função do interesse e da unidade nacional». Os *anti-intervencionistas* – a maioria dos monárquicos, republicanos unionistas, alguns sectores do exército e alguns independentes – recusam a intervenção na guerra no quadro da aliança inglesa, por considerarem que esta aliança é meramente defensiva, e, perante a forte possibilidade de Portugal entrar na contenda, sublinham que «a termos de entrar em guerra, o deveríamos fazer em África, onde



convizinhavamos com os alemães, no ocidente por Angola e no oriente por Moçambique».

Este caldeirão de paixões favoráveis e contrárias à participação de Portugal na guerra, plasmadas todos os dias nas páginas dos jornais, desperta o governo para a necessidade de reforçar a vigilância e o controlo sobre a imprensa, através da censura, e de informar e formar uma opinião pública favorável à guerra, à participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, através da propaganda.

Logo no início da guerra, em 1914, antes da introdução da censura, acontecem algumas suspensões e apreensões de jornais, mesmo algumas em nada relacionadas com o conflito armado, mas tão só motivadas pela acusação de contribuírem para a insegurança, a desordem e a intranquilidade nacionais, bem como para o descrédito das instituições republicanas. Depois, perante a multiplicação de queixas por parte dos directores de jornais, que acusam o governo de prejuízos económicos e de causar problemas sociais, porque provoca o desemprego de jornalistas, tipógrafos, distribuidores..., o governo acaba por instaurar a censura prévia, uma censura de guerra.

A introdução da censura prévia, em Portugal, através da Lei n.º 495, de 28 de Março de 1916, acontece na sequência da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, e conduz a um regresso a uma concepção de tipo absolutista de censura. Ou seja, ao estado, «o que interessa é a salvação pública, não a opinião», pelo que a censura prévia é apresentada como uma garantia da defesa nacional e a opinião pública é considerada indefesa perante uma imprensa enfeudada a interesses invisíveis ou inconfessáveis que transviam multidões. Certos doutrinários políticos e governantes enunciam o dever de não «abandonar a opinião pública a si própria» ou às forças que a pervertem, propondo a utilização da censura prévia, muitas vezes associada à propaganda de Estado. A censura prévia é adoptada «como um auxiliar corrente da governação» e utilizada para fins que vão para além do «circunstancialismo da guerra».

É, neste contexto, através de uma imprensa controlada pela censura, que a opinião pública acaba por ser dirigida e mobilizada, alegadamente, em defesa do interesse nacional, não só contra o inimigo externo, mas também contra aqueles

que, acusados de serem germanófilos, são descritos como inimigos internos. É assim em Portugal. É assim em todos os países beligerantes nesta Primeira Guerra Mundial, aquela que, pela primeira vez, além das grandes massas de soldados que combatem nas várias frentes de batalha, envolve também as populações dos países envolvidos na contenda. Por isso, para além da censura, é também determinante para a sua evolução a propaganda de guerra.

### **V. 1 A propaganda de guerra**

Ora, se a censura controla a imprensa e, controlando o fluxo noticioso, controla a opinião pública, a propaganda de Estado faz o restante. «Nunca até então a persuasão de massas tivera esse papel protagonista, determinante no desenrolar de um conflito bélico» (Quintero, 1993: 208). Agora, a propaganda manipula os leitores dos jornais, persuadindo-os e convencendo-os dos benefícios da participação dos seus países na guerra. Para tanto, são mesmo cometidos abusos de propaganda mas estes só são conhecidos no final do conflito mundial e, mesmo aí, não são julgadas as consequências desse abuso da propaganda de guerra, porquanto os propagandistas são os próprios estados em guerra, os ministérios da Guerra, os representantes diplomáticos no estrangeiro, os gabinetes de guerra, enfim, a propaganda assume-se, de facto, como uma arma poderosa de guerra e, ao mesmo tempo, um instrumento político influente. Isto porque, esta guerra, além da manutenção da boa disposição dos combatentes, implica «uma activa política externa, tanto para garantir os fornecimentos indispensáveis para as vorazes trincheiras como para atrair novos aliados a um ou outro lado de maneira que assim se pudesse romper o equilíbrio de forças» (Quintero, 1993: 209). E esta actividade política externa não compete, no entender dos homens do tempo, apenas às vias diplomáticas clássicas, mas também à propaganda dirigida à opinião pública dos países neutrais, que se pretende recrutar para as fileiras da rectaguarda guerrista, e ainda aos exércitos inimigos. Assim, como vê Alejandro Pizarroso Quintero, os vencedores acabam por ser «aqueles que lograram levar a cabo um mais eficaz, maciço e centralizado trabalho de propaganda».

De qualquer modo, durante a contenda, uns e outros usam a propaganda e ousam controlar a informação publicada através da censura de guerra. Porém, o uso da propaganda não é sempre igual ao longo dos quatro anos de guerra, sendo possível estabelecer, pelo menos, três fases. A primeira começa, naturalmente, com a eclosão da guerra, em Agosto de 1914, e é substituída pela segunda em meados de 1915. Esta prolonga-se até meados de 1917 e só termina com a entrada dos Estados Unidos da América no conflito e consequente abertura da última fase da propaganda que se estende até ao armistício<sup>198</sup>. A primeira fase é, essencialmente, caracterizada pelo recurso à censura e ao controlo da informação, pelo que é fértil em conflitos entre os organismos censores e os jornais, espaços em branco nas páginas dos periódicos, mas também notícias patrióticas, verdadeiros hinos ao patriotismo da nação, fazendo com que haja nos jornais mais propaganda que informação. Já na segunda fase há «uma identificação entre informação e propaganda» com as histórias dos correspondentes de guerra a «exagerarem uma realidade» que já por si mesma tem «um alto valor propagandístico e oculta os aspectos mais negativos desta para os interesses das suas respectivas potências» (Quintero, 1993: 210). É neste período, que vai de meados de 1915 a meio de 1917, que a Inglaterra lança a campanha de propaganda destinada a quebrar a neutralidade da opinião pública americana. A campanha é, como é sabido, bem sucedida, os Estados Unidos da América entram na guerra e, com a sua intervenção mudam, não só o curso da guerra, como a organização da propaganda. Esta é agora, nesta terceira fase, levada a efeito por organismos próprios de informação e propaganda que actuam em todos os países beligerantes, de forma concertada e com a maior eficiência de sempre... até então. Estes organismos de informação e propaganda aliada recuperam, aliás, um elemento presente na propaganda do início do conflito e que é a *atrocity propaganda*, isto é, a divulgação das atrocidades alemãs, reais ou alegadas, nos jornais dos países aliados, sem excepção, e, quase sempre, com uma narrativa e imagens fotográficas, gráficas, mapas e ilustrações

---

<sup>198</sup> Sobre este assunto, vide também Jesús Timóteo Alvarez, 1987, *Elementos para uma reinterpretación histórica del siglo XX: el caso de la información-propaganda en Gran Bretaña, 1914-1918*, Barcelona e Alejandro Pizarroso Quintero, 1993, *História da Propaganda, Notas para um estudo da propaganda política e de guerra*, Lisboa, Planeta Editora.

comuns. Trata-se de mais um dos meios de que os propagandistas lançam mão para promover aquilo a que os especialistas anglo-saxónicos classificam como *psychological warfare*, ou *guerra psicológica*, e que, como Jesús Timóteo Alvarez e Alejandro Pizarroso Quintero, preferimos denominar como *propaganda de guerra*.

De facto, partindo da máxima de Clausewitz de que «a guerra é uma continuação da política por outros meios», concordamos que a propaganda de guerra é «a continuação da propaganda política noutra situação», porque «a propaganda e a guerra têm objectivos análogos». Clausewitz clarifica essa convergência dos objectivos ao denominar a guerra como «um acto de violência dirigido a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade», já que a propaganda pode ser definida como «um acto de violência mental para forçar alguém a submeter-se à nossa vontade» (Clausewitz, 1972: 9). Portanto, atendendo a que a propaganda é dirigida à frente interna e à frente externa da guerra, ou seja, à população que internamente assegura o esforço de guerra e aos exércitos que arriscam a vida nos campos de batalha, concluímos, como Quintero, que «a propaganda é uma arma de guerra, muitas vezes, mais eficaz que outras armas», porque actua no sentido de «intimidar o inimigo, exagerar a própria força, semear discórdia, difundir falsas informações, manter o moral das próprias tropas», atingindo, em tempo de guerra, «o seu cume mais brilhante» (Quintero, 1993: 25).

Como afirma Jean-Marie Domenach, «a propaganda é polimórfica e usa recursos quase infinitos» (Domenach, 1979: 45), pelo que temos de olhar para a propaganda, neste caso específico para a propaganda de guerra, numa perspectiva multidisciplinar, sem perder de vista que se trata de uma acção ou efeito de dar a conhecer a guerra com o objectivo de atrair simpatizantes, convencer a opinião pública dos benefícios da participação no conflito, no fundo, como um processo comunicativo que dissemina e promove ideias previamente definidas. Deste modo, o propagandista (o persuasor) posiciona-se perante aqueles a quem se dirige (o auditório) como um deles, no sentido de estabelecer a cumplicidade necessária à persuasão e ao convencimento, pois, como referimos na análise do panfleto *Portugal perante a Guerra*, de João Chagas, é preciso que o auditório tenha disposição para se deixar persuadir e convencer. Cremos que esta ideia está

explícita nessa análise feita mais adiante, pelo que avançamos para a reflexão do uso concreto da propaganda durante o conflito bélico, explicitando o *modus operandi* da propaganda britânica, já que é superior à propaganda dos restantes intervenientes na guerra e é à semelhança da propaganda britânica que é feita a propaganda nos outros países aliados, incluindo em Portugal.

A Inglaterra é então a única potência europeia onde o serviço militar não é obrigatório e a opinião pública britânica é manifestamente contrária à participação da nação no conflito que então é visto como mais uma contenda balcânica. Porém, quando a Alemanha avança sobre a Bélgica, país neutral, e ocupa o território, a propaganda britânica agarra-se a esse argumento com toda a força das palavras e das imagens que chegam da ocupação, destruição e subjugação da nação belga e, desse modo, consegue o alistamento em massa dos britânicos. Os números indicam que um ano depois da guerra começar, o exército britânico conta 2 250 000 homens, o que evidencia o sucesso da mobilização britânica.

Paralelamente, os ingleses acautelam o controlo da informação, que nem foi difícil, porque a maioria da imprensa é então favorável ao governo, e criam os primeiros organismos destinados à propaganda em que sobressai o War Propaganda Bureau, dirigido por Charles Masterman, e destinado à propaganda em países neutrais, já que outros organismos iam assegurando o controlo da informação e a campanha internamente. O War Propaganda Bureau é composto por várias secções, cada uma relativa a um país, trabalhando na língua desse país, incluindo Portugal, embora a maior secção seja a destinada aos Estados Unidos da América. Ao War Propaganda Bureau deve-se, por exemplo, um extenso relatório elaborado a partir de 1200 entrevistas realizadas a refugiados belgas, que é traduzido em 36 idiomas e divulgado em todo o mundo, e que descreve as alegadas atrocidades alemãs na Bélgica. Seja verdade ou mentira, seja exagerado ou inexacto, o certo é que está na origem da *atrocities propaganda* que marca toda a guerra.

Os britânicos cuidam também do controlo da informação, criam gabinetes de censura, de distribuição de informação oficial, de organização de visitas de personalidades estrangeiras à Inglaterra, e de produção de revistas ilustradas para o

estrangeiro. À luz do modelo gráfico e de conteúdo jornalístico do *Illustrated London News*, produzem-se, em Londres, jornais ilustrados de propaganda de guerra. *O Espelho*, para Portugal e o Brasil; *América Latina*, para Espanha e América do Sul; *Hesperia*, para a Grécia; *Al Hakikat*, para os países árabes; mas também uma revista mensal, a *War Victorial*, com textos, comentários e legendas em várias línguas; e ainda uma revista em chinês intitulada *Cheng Pao*, da qual chega a ser preparada uma edição em japonês denominada *Sen Ji Gaho*<sup>199</sup>.

Os britânicos trabalham sempre no sentido de aprofundar a coordenação dos organismos de propaganda, pelo que é compreensível que Lloyd George, ao assumir a chefia do governo, em Janeiro de 1917, tenha constituído um Departamento de Informação que passa a trabalhar na directa dependência de si próprio, primeiro-ministro, e tenha ainda reorganizado o War Propaganda Bureau. A partir daqui, reforçam a utilização de oradores, cartazes, panfletos, enfim, um vasto e diverso conjunto de material produzido pela Wellington House para a propaganda interna e externa e para combate à onda crescente de pacifismo que, por esta altura, invadia os países em guerra e a que a Inglaterra não conseguira escapar. No último ano da guerra, Lloyd George vai mais longe e cria um Ministério da Informação encarregado da propaganda interna, externa e em zonas militares, artigos de imprensa, filmes, cartazes e propaganda pessoal.

Na diferença entre a propaganda britânica e a propaganda alemã reside, provavelmente, uma das razões do sucesso britânico e aliado: as acções de propaganda britânicas são sempre secretas. As acções de propaganda são simplesmente realizadas. Não são propagandeadas. Digamos que os britânicos são de tal modo mestres na arte da propaganda de guerra que conseguem fazer uma propaganda sistemática mas discreta e mesmo secreta. Durante os três primeiros anos de guerra, os britânicos, através do War Propaganda Bureau, sediado na Wellington House, levam a efeito uma propaganda intensa e diversificada para o exterior, sobretudo para os países neutrais, mas mantêm essa acção em sigilo. A Alemanha, por seu lado, baseia toda a propaganda na invencibilidade dos seus

---

<sup>199</sup> Vide Alejandro Pizarrozo Quintero, 1993, *História da Propaganda*, cit, p. 224.

exércitos, fazendo grande alarde dos seus feitos, pelo que a sua propaganda deixa de fazer efeito a partir do momento em que se registam alguns dos seus fracassos nas trincheiras. Simultaneamente, falta à Alemanha uma estrutura devidamente organizada e eficiente de propaganda e, como sublinha Alejandro Pizarroso Quintero, também carece de «imaginação suficiente para contrariar as brilhantes campanhas propagandísticas britânicas» (Quintero, 1993: 212). Um exemplo desta incapacidade para suplantar a propaganda britânica verifica-se nos Estados Unidos da América, onde a propaganda inglesa é, na verdade, mais eficaz.

Apesar de ter uma organização pública de propaganda desde o início da guerra, só em 1917 é que a Alemanha constitui o Kriegspresseamt – um serviço de imprensa de guerra, compreendendo os sectores da censura, informação externa e informação interna, e sendo dependente do comando militar. Mesmo assim, a coordenação deste serviço é insuficiente, sobretudo no que respeita à articulação entre a propaganda destinada às tropas em combate e aos alemães que, embora longe das frentes de batalha, alimentam a pesada máquina de guerra das trincheiras. Há, no entanto, aspectos bem sucedidos na propaganda alemã, como a criação de jornais nos territórios ocupados e a distribuição de panfletos com conteúdos propagandísticos. Porém, também esta medida alemã perde o seu efeito a partir da entrada dos Estados Unidos da América na guerra, porque estes vulgarizam o bombardeamento das frentes de combate com panfletos, passando estes a serem tão numerosos que se torna impossível impedir a sua propagação<sup>200</sup>. A França, cuja propaganda não chega a ter «a imaginação nem a eficácia da britânica», foi, de resto, o primeiro país a utilizar os aviões para «o lançamento de panfletos ou pasquins por trás das trincheiras inimigas».

Os Estados Unidos da América, inicialmente avessos à ideia da intervenção americana na guerra, começam a interessar-se pelo conflito que decorre na Europa e em África apenas quando a guerra submarina alemã atinge cidadãos e bens americanos. Perante as perdas de pessoas e bens, a opinião pública americana começa a admitir a participação na guerra ao lado dos aliados. O corte de relações

---

<sup>200</sup> Cfr. Alejandro Pizarroso Quintero, *História da Propaganda*, cit., p. 215.

com a nação alemã acontece em Fevereiro de 1917 e a declaração de guerra americana à Alemanha tem data de 6 de Abril. Ainda no mesmo mês, Woodrow Wilson constitui o Committee of Public Information e atribui-lhe uma elevada dotação financeira que viabiliza a realização de uma intensa campanha de propaganda que, por um lado, desenvolve um aguçado sentimento anti-germânico e, por outro, convence um número considerável de soldados alemães de que, em caso de rendição às tropas americanas, seriam tão bem tratados como o exército americano.

Portanto, durante a Primeira Guerra Mundial, a propaganda faz, especialmente, uso da palavra impressa, através de panfletos, e, sobretudo, através da imprensa. «[...] Utilizou cartazes, a caricatura, a fotografia [...]. Nunca até então a retaguarda e os combatentes se tinham visto submetidos a um bombardeamento tão intenso de palavras e ideias. Nunca até então as potências tinham dedicado tanto esforço para se dotarem de organizações capazes de levar a cabo estas maciças campanhas de propaganda de modo eficaz. [...] A propaganda demonstrou a sua eficácia. Não se pode ignorar o papel que esta desempenhou no desmoronar do moral combatente dos impérios centrais. Nem tão pouco a capacidade de mudar a orientação da opinião pública norte-americana do isolacionismo para o intervencionismo, assim como de manter a coesão interna em países como a França ou a Inglaterra apesar dos enormes sacrifícios que esta guerra colocou» (Quintero, 1993: 233-234).

Em Portugal, a propaganda de guerra tem também a missão de chegar aos cidadãos, sejam soldados, sejam civis, tomem parte activa nas trincheiras ou fiquem em casa a acompanhar o desenvolvimento dos combates e a aguardar as notícias da guerra em geral e dos seus familiares, amigos e conhecidos em particular, procurando convencê-los da ideia de que a ida à guerra, não apenas em África, onde Portugal participa, de facto, desde Agosto de 1914, mas sobretudo na Europa, teatro principal dos confrontos bélicos, é a atitude mais favorável a Portugal. Tal como acontece nos outros países aliados, em Portugal, o governo também direcciona meios humanos e materiais para a propaganda, isto é, para convencer a opinião pública da necessidade da guerra, invocando que Portugal, alinhando com os aliados, combate pela liberdade da humanidade contra a barbárie dos impérios centrais.



Depois da ambígua neutralidade que caracteriza os governos de Portugal desde o início da guerra, em Agosto de 1914 - altura em que, em contradição com a apregoada neutralidade, mas para defenderem as colónias de Angola e Moçambique, as tropas expedicionárias portuguesas se envolvem em confrontos com as tropas alemãs presentes em África – eis que, derrubada a ditadura pimentista (25 Janeiro 1915 – 14 Maio 1915) e afastado o general Pimenta de Castro, o major Norton de Matos assume a tutela do ministério da Guerra (22 Julho 1915), põe fim à política de neutralidade, e toma a peito a missão de definir uma política de guerra, colocando Portugal no seu lugar na difícil caminhada para a guerra. Norton de Matos comanda os destinos deste ministério durante dois anos e meio, sendo, assim, determinante para a prossecução da política *intervencionista* portuguesa.

Ora, é ao primeiro governo de *União Sagrada*, chefiado por António José de Almeida (15 Março 1916 a 25 Abril 1917) e ao terceiro governo de Afonso Costa (26 Abril 1917 a 5 Dezembro 1917)<sup>201</sup>, sempre com Norton de Matos na chefia da pasta da Guerra, que se deve o esforço de propaganda de guerra em Portugal, quer dirigida à opinião pública, quer direccionada para as famílias dos combatentes em África e nos campos da Flandres, em França. Para esse efeito, evolucionistas e democráticos partilham a responsabilidade da governação e da intervenção portuguesa na guerra, reunindo em torno da sua política *intervencionista* a generalidade dos intelectuais republicanos, como Jaime Cortesão, João Chagas, Raul Proença e Câmara Reys, entre outros, que vêm na participação portuguesa uma possibilidade de afirmação de Portugal junto das grandes nações europeias e a consequente libertação da situação de secular protectorado britânico.

Norton de Matos constitui, então, um gabinete para a propaganda de guerra, nomeia o capitão Almeida Santos para o chefiar, e os capitães António de Almeida, Florentino Martins e Salvador José da Costa e o tenente José Fernandes para assegurarem a área técnico - militar; bem como o pintor Sousa Lopes e o

---

<sup>201</sup> Como já vimos anteriormente, este terceiro governo de Afonso Costa é habitualmente considerado como o segundo governo de *União Sagrada* por contar com o apoio parlamentar do Partido Republicano Evolucionista de António José de Almeida.

fotógrafo Arnaldo Garcez para coordenarem a propaganda de guerra. Ciente da importância da divulgação imagética do esforço de guerra português, o então major Norton de Matos cria ainda o Serviço Fotográfico do Corpo Expedicionário Português (1917) e a Secção Cinematográfica do Exército (1917)<sup>202</sup>.

Ao serviço do Corpo Expedicionário Português, o fotógrafo Arnaldo Garcez, a quem é conferido o posto de alferes equiparado, a fim de poder integrar as tropas portuguesas no *front*, regista fotograficamente todos os movimentos dos combatentes portugueses, desde a preparação militar da Divisão de Instrução em Tancos, ao embarque para a Flandres e, uma vez no campo de batalha francês, «os exercícios militares, os batalhões a caminho da frente de combate, o quotidiano dos ‘serranos’ nas trincheiras, os encontros entre estados maiores, as visitas ministeriais e presidenciais, até aos desfiles do exército português nos Campos Elísios durante o 14 de Julho [...]»<sup>203</sup>. Esta obra de Arnaldo Garcez é um trabalho de reportagem fotográfica da guerra na França, que enaltece o esforço e o brio dos combatentes, valoriza aspectos da vida quotidiana dos soldados para além das trincheiras, evidencia o reconhecimento dos políticos, enfatiza as vitórias e disfarça as derrotas, e, embora mostre a destruição provocada pelos alemães, esconde o sangue, as mutilações, enfim, o lado mais macabro da guerra das trincheiras que, seguramente, causaria dor nas famílias e despertaria o ódio à guerra mesmo entre a opinião pública mais *intervencionista*.

Essas fotografias retratam, nomeadamente a despedida dos soldados das suas famílias; o desembarque das tropas portuguesas no porto de Brest, em França; a viagem atribulada de comboio de Brest para o norte, donde marcharam para a frente ocidental na Flandres; a integração dos soldados portugueses como Divisão de Infantaria Reforçada no 1.º exército britânico, bem como a constituição do Corpo de Artilharia Independente, conforme o pedido de auxílio francês; a

---

<sup>202</sup> Cfr. Jorge Pais de Sousa, «A Propaganda do esforço de guerra nos governos da União Sagrada e a sua transformação em máquina de propaganda política ao serviço do ditador Sidónio Pais (1915-1918)». Maria Fernanda Rollo (coord), no prelo, *From the Trenches to Versailles: War and Memory (1914-1919)*, Lisboa, Colibri.

<sup>203</sup> Idem.

passagem de revista às tropas pelo comandante do CEP, general Tamagnini Abreu e Silva; a instrução para combate nas trincheiras; os acampamentos na linha da frente, onde o chão era lama; a manutenção das trincheiras, como a drenagem, a ventilação, a camuflagem, a defesa com arame farpado e a manutenção das linhas de comunicação, tudo porque a trincheira é agora a casa, o espaço onde se conversa, se bebe para ganhar força para enfrentar o medo, se escreve à família e de onde se sai para o combate, ou de onde se largam os pombos correios que auxiliavam nas comunicações e ajudavam a sonhar com a paz e a liberdade.

Para além de Arnaldo Garcez, o primeiro repórter fotográfico de guerra português, na Primeira Guerra Mundial são também feitos registos fotográficos por fotógrafos amadores, na sua maioria soldados, o que permite considerar, como alguém já escreveu, que esta é, de facto, a primeira guerra fotografada a partir de dentro. Porém, essas fotografias só aparecem depois do fim da contenda. Não retratam a guerra que conhecemos através de Arnaldo Garcez. Mostram, outrossim, o horror da guerra considerada como «a primeira guerra total da história» (Vicente, 2000: 5). Nesta guerra, morrem mais de 9 milhões de soldados e, pelo menos, cinco milhões de civis, em consequência da ocupação e bombardeamento dos territórios, da fome, das doenças... Entre estes, sete mil soldados mortos são portugueses, muitos ficam mutilados, gaseados... Mas as imagens da morte, das mutilações, dos rostos queimados pelo gás só começam a aparecer nos anos 20. A acção da censura de guerra e da propaganda é, portanto, permanente e eficaz.

Verificamos, assim, que o governo português sabia que «as imagens, qualquer que seja a sua natureza, são elementos importantíssimos para o acompanhamento do processo histórico [neste caso, a guerra a decorrer], assim como para a construção do discurso [nesta situação, a construção da narrativa da política de guerra do governo português]» (Sontag, 2003: 27). No caso concreto da Primeira Guerra Mundial, as fotografias, as pinturas e os filmes contribuem para o conhecimento, análise, interpretação e reflexão acerca da própria guerra, de como manter a motivação dos exércitos quando a guerra continua a prolongar-se no tempo e a aceitação das famílias dos soldados e da população em geral. Digamos

que os responsáveis do governo *intervencionista* português, apesar de terem em seu poder imagens das atrocidades da guerra, avaliam cuidadosamente o significado das imagens, a natureza da guerra, os limites da compaixão pelo sofrimento dos povos e os imperativos da consciência.

Os jornais *intervencionistas* divulgam as notícias que o ministério da Guerra faz chegar às redacções, quer os telegramas quer as fotografias. Os *anti-intervencionistas* são impedidos pela censura prévia de publicar quaisquer notícias que prejudiquem a política *intervencionista*. Invariavelmente, as notícias divulgadas pelos jornais, baseadas nos telegramas das agências noticiosas validados pelos serviços do ministério da Guerra, ou nos telegramas do próprio ministério, procuram sempre justificar a participação de Portugal no conflito armado, realçando a força, a valentia, o altruísmo e outras alegadas qualidades dos combatentes portugueses no *front*. Não poucas vezes, os jornais publicam relatos das trincheiras escritos pelos próprios soldados, dado que, uma vez que os jornalistas não têm lugar nos campos de batalha, os soldados tornam-se correspondentes de guerra, sendo, naturalmente, as suas missivas passadas pelo crivo apertado do ministério da Guerra.

Mas, conforme referimos acima, Norton de Matos também cria a Secção Cinematográfica do Exército, pelo que o governo não esquece o cinema como meio de propaganda da guerra. Por isso, segundo os dados avançados por José de Mattos Cruz, em 1914, 14 dos 35 filmes realizados são sobre a temática da guerra; em 1916, 19 dos 74 filmes produzidos são relativos à guerra; e em 1917, são produzidos 16 filmes sobre a guerra, sendo que 8 são realizados pela Secção Cinematográfica do Exército. Os títulos destes filmes atestam o objectivo do governo, como verificamos nestes: «Participação de Portugal na Guerra», «Provas finais dos alunos da Escola de Guerra», «Transporte de tropas para França» e, entre outros, «Tropas portuguesas no Front».

Com o golpe e a subida ao poder de Sidónio Pais não há alteração do estatuto diplomático de Portugal mas inicia-se um novo rumo para a política de guerra, como acentua Nuno Severiano Teixeira. Sidónio Pais reduz o CEP a uma única Divisão, tacticamente dependente do governo inglês, deixando os

combatentes portugueses na Flandres sem possibilidade de *roulement*, o que provoca um desgaste físico e psicológico sem possibilidade de resolução e, consequentemente, o desastre de La Lys, em 9 de Abril de 1918. Contudo, se desvaloriza as tropas e os combates, não deixa de valorizar a propaganda, não já a propaganda de guerra mas a propaganda do regime. É, nessa perspectiva, que transforma a Secção Fotográfica e a Secção Cinematográfica do Exército num único serviço, do qual passa a dispor para uso exclusivo da imagem pessoal e do seu regime, e que nomeia o jornalista Francisco Homem Christo Filho para a chefia dos novos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados, com sede na capital francesa, e com a missão de promover Portugal. Entendemos não desenvolver as características destes Serviços de Informação e Propaganda..., porquanto o seu objectivo não se encontra relacionado com a propaganda de guerra, mas tão só com a promoção da ditadura e do próprio Sidónio Pais. Ainda assim, sublinhamos que este organismo é herdeiro dos serviços de propaganda de guerra criados no âmbito do ministério da Guerra de Norton de Matos no governo de *União Sagrada* e no terceiro governo de Afonso Costa em pleno decurso da guerra.

## **V. 2 A imprensa ilustrada de propaganda de guerra**

Ora, se a guerra é fotografada a partir de dentro, os povos têm conhecimento dela, dos combates, dos momentos de descanso dos soldados nas trincheiras..., através da imprensa, principalmente através dos jornais ilustrados. Em todos os países há então jornais e revistas ilustradas de propaganda de guerra, normalmente preenchidas por fotografias, gravuras, mapas, esquemas de ataques consumados... dedicados a elogiar a acção dos soldados nacionais e a propagandear os insucessos dos inimigos. De um modo geral, são suportados financeiramente pelos próprios governos dos estados beligerantes, e só em alguns casos particulares, pelos proprietários de jornais que estão «ansiosos para cobrir a guerra, não só pelo trabalho de propaganda, mas também porque a guerra era um bom

negócio para os jornais. A guerra não só cria uma fonte de notícias, como a procura por isso [pelas notícias]» (Knightley, 1975: 85)<sup>204</sup>.

A imprensa ilustrada é um dos mais admirados e admiráveis desenvolvimentos do século XIX. Surge, pela primeira vez, em 14 de Maio de 1842, com o número um do *Illustrated London News*, uma edição de 16 páginas e 32 xilografuras, que tem sucesso imediato e se torna a mais importante das revistas inglesas. Só em 1899, passa a ter a liderança ameaçada pelos jornais ilustrados *The Graphic* e *The Sphere*, sendo os três mais lidos durante longos anos. Portanto, a Inglaterra é o berço do jornalismo ilustrado, através do *Illustrated London News*, e desenvolve, na senda deste, outros jornais ilustrados importantes, como o *The Sphere*, o *The Graphic*, *The Daily Sketch*, *Daily Mirror* e o *Daily Graphic*.

Podemos, portanto, afirmar que nenhum outro país tem, nesta época, uma imprensa ilustrada tão desenvolvida como a Inglaterra, e, esse domínio é um contributo importante para a supremacia da propaganda britânica. A França, por exemplo, apesar do papel que tem nesta guerra, só a partir de 1916, tem algum esforço contínuo de propaganda interna e externa através da publicação de um boletim intitulado *Documents sur la guerre* que é editado em seis línguas, no sentido de chegar ao conhecimento de várias nações. Os franceses publicam também a revista *L'illustration*, suplemento de um jornal de ampla divulgação. Mas, ainda assim, é uma actividade muito inferior à britânica.

Portugal, apesar de ser um país pequeno e de apenas ter chegado à guerra em 1917, tem também os seus jornais ilustrados, salientando-se a *Ilustração Portuguesa*, suplemento do jornal *O Século*, que, conforme é sobejamente sabido, conta com as fotografias de Joshua Benoliel; e o *Portugal na Guerra*, revista quinzenal ilustrada, criada em 1917, e dirigida, a partir de Paris, por Augusto Pina. Entre nós, também havia, portanto, leitores para a imprensa ilustrada que, em tempo de guerra, se torna mesmo a mais procurada por todos.

---

<sup>204</sup> Vide Phillip Knightley, 1975, *The First Casualty*, cit, p. 85: «[...] were most anxious to cover the war, not only because of any connection a proprietor may had with propaganda work, but also because war was good business for newspapers. war not only creates a supply of news, but a demand for it».

Em todos estes jornais ilustrados, ou revistas ilustradas, os povos dos países envolvidos na contenda podem acompanhar o quotidiano dos soldados, designadamente a passagem das baterias ao longo das estradas, os batalhões a caminho das frentes de batalha, as guardas de honra, as visitas das entidades oficiais, os encontros de Estados-Maiores dos países, as visitas de missões estrangeiras, os exercícios militares, os tratamentos das enfermeiras da Cruz Vermelha..., mas também o dia-a-dia dos soldados. Os jornais ilustrados e de propaganda de guerra portugueses também mostram estas situações através das imagens de Arnaldo Garcez - que hoje encontramos nos livros mais relevantes da historiografia da Primeira Guerra Mundial<sup>205</sup> - e que então são publicadas na revista ilustrada *Portugal na Guerra*.

Assim como a revista *Portugal na Guerra* é editada em Paris, em língua portuguesa e, por vezes, em língua francesa, em Londres, é produzido, também em português, o jornal ilustrado *O Espelho*. São ambos distribuídos na Europa e na América do Sul, no sentido de propagar a informação relativa ao esforço de guerra dos aliados e, desse modo, conseguir o apoio dos povos, sobretudo dos neutrais. A publicação destes jornais integra-se num esforço de propaganda de guerra, em certa medida comum aos países aliados, mas liderado pelos britânicos, e que se caracteriza por uma estratégia rigorosa de propaganda em que a língua portuguesa não é subalternizada e Portugal não é esquecido.

De facto, desde o início da guerra, apesar de ter acautelado o controlo da imprensa através da limitação explícita da liberdade de expressão, ou seja, da censura, a Inglaterra, logo em Agosto de 1914, cria um serviço secreto directamente dependente do primeiro-ministro Asquith e do War Office, com o objectivo de fazer a propaganda da causa dos aliados em todo o império britânico. Durante o primeiro ano de guerra, este serviço promove conferências, espectáculos, e produz cartazes, panfletos e outras publicações. Deste nasce a nova organização War Propaganda Bureau, sediada na Wellington House, vocacionada para «a divulgação de material

---

<sup>205</sup> Martin Gilbert em *A Primeira Guerra Mundial*, obra editada por A Esfera dos Livros, em 2007, publica uma colecção de imagens de Arnaldo Garcez referenciada como propriedade da Lusa, Agência de Notícias de Portugal.

impresso nos países neutrais e mesmo na Alemanha, valendo-se do correio, a partir da Holanda e Suíça» (Quintero, 1993: 221-222). Asquith nomeia o seu amigo Charles Masterman para dirigir este serviço que é dividido em várias secções a que correspondem países agrupados consoante a língua oficial. De acordo com Alejandro Pizarroso Quintero, há secções para a Escandinávia, para a Holanda, para Espanha, para Portugal e América do Sul, para Itália e Suíça, entre outros países, como a China e o Japão. O War Propaganda Bureau tem um papel fundamental na propaganda britânica quer dentro do império quer no exterior, sobretudo nos países neutrais e inimigos. É neste organismo que nasce a ideia que se materializa na produção de revistas ilustradas destinadas à propaganda de guerra e que, tendo como modelo o *Illustrated London News*, são editadas na língua oficial de cada um dos países cujos povos se pretendem conquistar para a causa dos aliados, não surpreendendo, assim, que existam revistas ilustradas com conteúdos iguais (textos, fotografias, gravuras, desenhos, mapas e respectivas legendas) em vários países e línguas no período da guerra.

Entre estas revistas ilustradas ou jornais ilustrados conta-se *O Espelho*, jornal ilustrado feito pelos ingleses que, no entanto, durante a guerra, se afirma como um jornal brasileiro ou um jornal para os falantes da língua portuguesa e, só em Dezembro de 1918, se assume como inglês e sempre um jornal de propaganda: propaganda de guerra durante o conflito armado; propaganda política e económica para aproximar os interesses do Brasil e Portugal dos interesses comerciais da Inglaterra depois do fim da guerra. E, entre outras, a revista ilustrada *América Latina*, destinada à América do Sul e Espanha; *Hesperia*, jornal ilustrado semanal editado em grego; *Al Hakikat*, escrito em árabe; *Cheng Pao*, revista em chinês, que foi traduzida para japonês com o título *Sen Ji Gaho*; *Illustrierter Kriegs-Kurier*, para a Prússia; *The Illustrated War News*, para a Rússia; e ainda *La Guerra Illustrée*, revista mensal que segue o modelo de paginação do *Illustrated London News* mas tem um formato inferior ao tablóide, sendo equivalente a um tamanho A4. *La Guerra Illustrée* é redigida em francês pelo que se destina, aparentemente, ao mundo francófono, porém apresenta as legendas em quatro línguas: francês, italiano, espanhol e português, e destaca maioritariamente os méritos dos soldados ingleses,



belgas e portugueses. Tal como todos os outros jornais e revistas ilustradas, também esta é impressa na Imprimerie de L'illustrated London News. A partir de Dezembro de 1917 e até Setembro de 1918, a revista passa a ter uma edição integralmente em língua portuguesa com o título *A Guerra Ilustrada*, integrando, no entanto, no cabeçalho, por cima deste título e em letra mais pequena, a inscrição *La Guerre Illustrée*.

No nosso país, a propaganda de guerra é feita, sobretudo com recurso às fotografias de Arnaldo Garcez, aos relatos dos correspondentes de guerra, que são muitas vezes soldados, e cujas cartas enviadas para os jornais e familiares em Portugal são rigorosamente vigiadas pela censura militar, mas também às reportagens de guerra dos jornalistas que se deslocam a França, como Hermano Neves, Adelino Mendes e Mário de Almeida, do jornal *A Capital*, que relatam a guerra em França no Outono de 1917 e na Primavera de 1918, depois da batalha de La Lys. Mas também o próprio director de *O Século*, Silva Graça, o seu correspondente em Paris António de Almada Negreiros e ainda Augusto de Castro que narram as histórias da guerra que permitem perceber que a guerra deixa de ser um terreno desconhecido dos repórteres portugueses.

Sobre os relatos dos correspondentes soldados, temos de recordar que entre estes estão escritores notáveis como André Brun, Augusto Casimiro e Jaime Cortesão. Aliás, Cortesão faz diariamente os relatos da guerra nas trincheiras mas acaba por os perder na batalha de La Lys mas, apesar deste contratempo, no fim da contenda, volta a escrever as memórias da guerra com base nas recordações da Flandres e nas cartas que enviara à família durante a sua permanência em França. Desse esforço, nasce a obra *Memórias da Grande Guerra*, publicadas no Porto precisamente no dia em que é assinado o Tratado de Paz – 19 de Junho de 1919. Jaime Cortesão já colaborara activamente na propaganda *intervencionista*, em 1916, no «número especial da revista portuense *A Águia*, dedicado ao tema “Portugal e a Guerra”, cujo destinatário era o escol intelectual, onde colaborou, com artigos de opinião ou poemas, vasto sector das Letras, a maioria deles de matriz republicana, como, por exemplo, Teixeira de Pascoaes, Teófilo Braga, Raul Proença, Jaime Cortesão, João de Barros, Leonardo Coimbra ou Augusto Casimiro»;

e escrevendo a *Cartilha do Povo* «consagrada ao incitamento patriótico intervencionista dos soldados, da qual o ministro da Guerra adquiriria 100 000 exemplares» (Leal, 2001: 591-608).

Quanto a Arnaldo Garcez, verificamos que regista os aspectos do quotidiano e dos combates dos soldados do CEP. O trabalho do repórter – o fotógrafo de Santarém que primeiro quis ser relojoeiro mas que se apaixona pela fotografia – é «um manancial de informação» (Vicente, 2000: 17), mas é, ainda assim, complementado pelo trabalho do pintor Sousa Lopes que também é enviado a França ao serviço do CEP e que pinta a guerra em gravuras e telas de grande dimensão e valor. Sousa Lopes - o pintor que começa como ajudante de farmácia mas acaba por cursar a Academia de Belas Artes, em Lisboa, e a Académie Julian, em Paris, onde também tinham estudado, entre outros, Matisse e Van Gogh -, apesar de ser admirador dos impressionistas, escolhe um caminho pessoal que acaba por integrar, em 1917, a ida para a guerra. Aí, nos campos de batalha da Flandres, o capitão graduado esboça em traços largos a vida violenta dos soldados do CEP que, só no fim da guerra, pinta com singularidade. Porém são as fotografias de Arnaldo Garcez que, poucos anos depois da guerra, correm mundo na obra *Portugal na Grande Guerra*, da autoria do general Ferreira Martins, como hoje, na obra *Primeira Guerra Mundial* de Martin Gilbert.

Para os anais das histórias ímpares, e ao tempo ocultadas pela censura e pela propaganda, fica a história contada a António Pedro Vicente pelo filho do repórter fotográfico – hoje chamar-lhe-íamos fotojornalista. Conta Charles Garcez que, em Outubro de 1917, o Presidente da República Bernardino Machado e o ministro da Guerra Norton de Matos se deslocam a França, indo o ministro ao teatro da guerra, acompanhado por Garcez. Já na frente, dirige-se-lhe Norton de Matos: «*Oh Arnaldo, queres ver o ‘boche’? Subiram a um posto de observação, não viram qualquer alemão e, ao descerem, a precária estrutura de madeira desaba metralhada pelo inimigo. Por pouco ficava o país sem ministro da Guerra e o CEP sem fotógrafo. O susto foi o maior da sua carreira segundo narrou o seu filho Charles Garcez*» (Vicente, 2000: 19-20). Mas a vigilância rigorosa da censura garantiu que o segredo ficasse até aos dias de hoje guardado da opinião pública.

### **V. 2. 1 *Portugal na Guerra*, revista ilustrada de propaganda de guerra**

A revista ilustrada *Portugal na Guerra* nasce a 1 de Junho de 1917, em Paris, sob a direcção de Augusto Pina. É editada em formato tablóide, papel de jornal, em língua portuguesa e francesa e destina-se a ser distribuída em França, em Portugal e no Brasil, com o objectivo de documentar o esforço de guerra de Portugal e manter elevado o espírito nacional. São objectivos ambiciosos que não têm tempo para dar frutos, já que a revista *Portugal na Guerra* tem vida curta, porque é suspensa, em Dezembro do mesmo ano de 1917, pelo governo de Sidónio Pais. São, portanto, publicados apenas sete números de *Portugal na Guerra*.

O primeiro número de *Portugal na Guerra* tem 20 páginas, 24 fotografias e uma gravura a cores, o que evidencia a valorização da imagem em detrimento do texto. A capa é de cor verde. O título *Portugal* é muito destacado em relação a *na Guerra*. E, à esquerda, do lado do coração, surge um dos símbolos maiores da pátria – o escudo nacional. Por baixo, o ano – 1917, seguido, a uma coluna, do sumário, do índice de gravuras, fotografias e actualidades. Ao lado, em tamanho grande, emoldurada, apresenta a fotografia de Bernardino Machado, Presidente da República. Lá dentro, há uma espécie de segunda capa, idêntica à principal, mas a preto e branco, e com uma breve biografia de Bernardino Machado. Depois, a ficha técnica ocupa uma página inteira e apresenta *Portugal na Guerra* como uma revista quinzenal ilustrada que conta com o trabalho jornalístico de Mayer Garção, Alfredo de Mesquita e José Paulo Fernandes, com as crónicas do Capitão X, o apoio de redacção de José de Freitas Bragança, a colaboração de escritores e artistas portugueses e estrangeiros, e ainda o serviço fotográfico especial do fotógrafo Arnaldo Garcez, que se encontra com o CEP na Flandres, bem como do fotógrafo Alberto Lima, correspondente em Portugal.

A adopção do nome *Portugal na Guerra* é justificada, num editorial com o mesmo título, com o facto da publicação se destinar «a documentar a intervenção militar dos portugueses na maior conflagração de que há memória na história da

humanidade», tão grande que é já «um capítulo da história de Portugal». As razões do aparecimento da revista encontram-se «na própria magnitude do acontecimento que o inspira», já que «a guerra, em si mesma, é um facto de tal natureza grande que preencherá por longos séculos a imaginação dos homens», deixando apenas espaço para «uma apagada lembrança [...] sobre as devastações e as carnificinas a que estamos assistindo».

O mesmo editorial refere que o «futuro falará desta guerra e dos seus furores, como hoje se fala da invasão dos bárbaros, do cristianismo ou da Reforma», porque «se a guerra em si mesma é um facto de consideráveis proporções, em relação à história do mundo, a guerra que nós próprios vamos fazer com os nossos soldados, em campos de batalha comuns, é, em relação à nossa história, um acontecimento de tamanha grandeza que podemos considerá-lo único nos anais da nacionalidade»<sup>206</sup>. Sobretudo, porque esta é a primeira vez, desde Aljubarrota, em que Portugal sai da cena política nacional para «a vastidão da cena política universal e aparece como nação armada, ao lado das mais poderosas nações armadas do mundo, defendendo uma causa que já não é exclusivamente sua, mas de todos».

Lê-se também no editorial que «Portugal realiza um esforço militar igualmente sem precedentes [...]. Constitui um exército capaz de combater ao mesmo tempo no continente e nas colónias, manda sessenta mil homens para França, trinta mil para África e encontra ainda nas suas reservas os elementos constitutivos de uma guarnição territorial». O mesmo editorial realça o facto deste exército ser «exclusivamente nacional», ao contrário de anteriores batalhas em que o nosso exército incorporava ingleses e franceses<sup>207</sup>.

Finalmente, sustenta que a entrada de Portugal na guerra na Europa tem de trazer benefícios: «O velho Portugal renasce senão para a glória de novas conquistas, para as recompensas da consideração que se deve aos povos vigorosos. O dia de hoje é cheio de promessas; o de amanhã cheio de esperanças. Depois dos grandes dias do passado, este é o mais belo da nossa história». Por isso, conclui:

---

<sup>206</sup> *Portugal na Guerra*, n.º 1, 1 Junho 1917, p. 2.

<sup>207</sup> *Portugal na Guerra*, n.º 1, 1 Junho 1917, p. 2.

«Esse momento nos propomos fixar nesta publicação, destinada [...] a documentar o esforço militar de Portugal na presente guerra, mas destinada também, se isso for possível, a manter elevado o espírito nacional, pelo exemplo glorioso dos seus»<sup>208</sup>. Está assim clarificada a missão de propaganda, tida por patriótica, de *Portugal na Guerra*.

As páginas seguintes são dedicadas aos amigos de Portugal: os franceses e os ingleses; ao ministro da Guerra, major Norton de Matos; ao general Tamagnini, comandante do CEP (a revista publica, numa página inteira, a primeira proclamação do general às tropas portuguesas em França); à declaração de guerra da Alemanha a Portugal (publica a primeira página da declaração e o último parágrafo seguido da assinatura de Rosen, bem como uma fotografia deste ministro da Alemanha em Lisboa e do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares); às imagens das tropas portuguesas na França, acompanhadas das legendas em português e francês; a uma gravura a cores do porta-bandeira português na Grande Guerra; ao *Diário de Campanha Do Capitão X...*, com o título *Dois dias de trincheiras*, data de 1, 2 e 3 de Maio, e um relato impressionante, em três páginas, da incorporação de uma companhia portuguesa num sector inglês, alguns confrontos com os alemães, a morte de um soldado português, alguns feridos, as conversas entre o comandante de uma companhia portuguesa (o Capitão X) e um comandante inglês, sempre sem perder de vista a ideia de que as tropas estão moralizadas, alimentadas, bem alojadas em acampamentos, que as técnicas militares são tão organizadas matematicamente que as trincheiras até têm ruas com nomes célebres, que o facto dos ingleses não dominarem o francês e o português, e dos portugueses não falarem correctamente inglês e francês, não é problemático, conquanto entre umas palavras franceses e outras ingleses, de um e outro lado, lá se vão entendendo e vivendo nas trincheiras das Flandres<sup>209</sup>.

Assim é o primeiro número. Os seguintes seguem o mesmo modelo, tendo sempre a mesma cor e grafismo de capa e, em média, 16 páginas e 20 imagens.

---

<sup>208</sup> *Portugal na Guerra*, n.º 1, 1 Junho 1917, p. 2.

<sup>209</sup> *Portugal na Guerra*, n.º 1, 1 Junho 1917, pp. 10, 11 e 14. Notamos que o Capitão X é um comandante de companhia português.

Apenas a periodicidade quinzenal não é respeitada. A revista publica-se a 1 e 15 de Junho, desaparece em Julho e Agosto, reaparece a 15 de Setembro e 1 de Outubro, e depois tem nova edição não datada no mesmo mês, uma edição em Novembro e a última em Dezembro. As personalidades representadas nas capas dos números 2 a 7 são, por esta ordem, o rei Jorge V de Inglaterra, o Presidente da França Raymond Poincaré, o rei Alberto da Bélgica, o Presidente da República de Portugal Bernardino Machado com o Presidente da França Raymond Poincaré, o Presidente da República de Portugal Bernardino Machado condecorando um soldado com a Cruz de Guerra, e o presidente do governo francês Georges Clemenceau.

Do primeiro ao último número, está reflectido, nas páginas de *Portugal na Guerra*, meio ano de guerra nas trincheiras da Flandres, retratos das personalidades aliadas amigas de Portugal, presidentes, monarcas, primeiros-ministros e principais ministros, nomeadamente da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, dos países aliados, os representantes de Portugal em Londres e Paris, as visitas das personalidades republicanas portuguesas à França, nomeadamente o Presidente da República Bernardino Machado e o presidente do governo Afonso Costa, sendo estas amplamente retratadas em páginas sucessivas, elogiosas, através de muitas dezenas de fotografias de Arnaldo Garcez, e, finalmente, o *Diário da Campanha do Capitão X* por vezes substituído por outra rubrica denominada *Migalhas da Guerra*.

O último número, de Dezembro (1917), não tem qualquer informação de que a publicação vá terminar. Pelo contrário, sob o título *A nossa revista*, apresenta os agradecimentos a todos quantos enviavam felicitações pelas edições produzidas, informa que a publicação de uma edição especial encadernada «luxuosamente, com letras doiradas, [...] e as cores nacionais» e oferecida a individualidades da política, da ciência e da arte francesas, produzira as mais «requintadas frases de agradecimento», pelo que manifesta o desejo de «continuar a merecer os elogios do público, sério, o aplauso das elites e dos portugueses que são patriotas. [...] A nossa revista tem feito reconhecer pela imagem o heróico esforço militar português em França»<sup>210</sup>. A verdade é que a revista ilustrada *Portugal na Guerra* é suspensa nesse mesmo mês de Dezembro (1917), após o golpe de Sidónio Pais, o que se

---

<sup>210</sup> *Portugal na Guerra*, n.º 7, Dezembro 1917, p. 7.

entende à luz do comportamento político e militar de Sidónio face à intervenção do CEP na frente ocidental da guerra na Flandres francesa.

### **V. 2. 2 *O Espelho*, jornal ilustrado de propaganda de guerra**

*O Espelho*, cujo número um é publicado em Setembro de 1914, em Londres, apresenta-se aos leitores como um jornal ilustrado, um jornal ideal, com circulação na Europa e em todos os estados do Brasil. Apesar de ser escrito em língua portuguesa, e de ter a indicação de ser impresso e publicado pela *The Brazilian Associated Press*, é, na verdade, um produto inglês. Como referimos anteriormente, é um dos jornais produzidos pelo *War Propaganda Bureau*, na secção de Portugal e América do Sul, para a divulgação, no Brasil e em Portugal, de informação de propaganda aliada.

O desconhecimento sobre este modelo de organização da propaganda britânica está na base de alguns equívocos sobre a origem do jornal *O Espelho*. Há quem tenha escrito que *O Espelho* é um jornal português; nós chegámos a pensar estar perante um jornal ilustrado brasileiro; o próprio registo da British Library Newspapers, em Londres, único local onde existe a colecção completa deste periódico, identifica *O Espelho* como um jornal mensal ilustrado brasileiro. Porém, a leitura atenta da colecção de *O Espelho*, na British Library Newspapers, decifra os equívocos: *O Espelho* é obra da propaganda britânica que, como vimos acima, é discreta e até secreta. «Na realidade, durante os primeiros três anos de guerra, a propaganda britânica evita manifestar-se como tal no exterior»<sup>211</sup>. Mas, o facto de não se mostrar, não significa que não trabalhe a propaganda. Age e com eficácia. *O Espelho* não é, como já referimos acima, caso único. Outros jornais e revistas ilustradas foram produzidos para diversos países.

*O Espelho* não é, portanto, um produto singular, como é a revista *Portugal na Guerra*. *O Espelho* é idêntico aos jornais ingleses *The Illustrated London News*,

---

<sup>211</sup> Sobre esta temática da propaganda, vide Alejandro Pizarroso Quintero, *História da Propaganda*, cit., p. 220-227.

*The Sphere*, *The Graphic* e *Daily Mirror*, publicando, essencialmente os conteúdos (textos e fotografias) publicados por estes periódicos ilustrados de propaganda de guerra inglesa. Aliás, na capa do primeiro número, assume-se mesmo como «um fiel Espelho» com Serviço de Photographos do *Daily Mirror*, Londres. Compulsando alguns jornais ilustrados ingleses, nomeadamente o *The Illustrated London News*, o *The Sphere*, o *The Graphic* e o *Daily Mirror*, verificamos que há repetição de conteúdos nesses periódicos ao longo do curso da guerra, logo há um discurso de propaganda *intervencionista* comum.

Olhando *O Espelho*, na sua primeira edição, constatamos que estamos perante um jornal ilustrado em formato tablóide, com 16 páginas e 45 fotografias. Uma edição cuidada, com páginas a cores e ou a preto e branco, sempre emolduradas pelo discurso patriótico e de superioridade moral dos aliados face aos impérios centrais. A capa do primeiro número apresenta uma fotografia do rei e da rainha de Inglaterra com o príncipe de Gales. A fotografia é do tamanho da página e é um retrato de família. Em rodapé, como legenda da imagem, o jornal inscreve uma mensagem do rei George V ao seu exército: «*Deixais vossos lares para defender a segurança e a honra do meu império. A Bélgica, cujo país estamos comprometidos a defender, foi atacada, e a França está próxima a ser invadida pelo mesmo poderoso inimigo. Em vós, meus soldados, deposito toda a confiança. Dever - será a vossa senha, e tenho a certeza que a vossa obrigação há-de ser nobremente cumprida. Ficai certo de que acompanharei todos os vossos passos, com o mais profundo interesse, e diariamente tomarei conhecimento do vosso progresso. É com viva satisfação que afirmo ter constante em meu pensamento o vosso bem estar. Peço a Deus que vos abençoe e guarde, trazendo-vos vitoriosos*»<sup>212</sup>.

Aqui está devidamente identificado o *leitmotiv* da participação britânica na guerra – a invasão da Bélgica – e o invasor sem nome mas identificado como o poderoso inimigo. Simultaneamente, está também clarificado o propósito editorial de *O Espelho* e que é fazer a propaganda aliada junto dos falantes de língua portuguesa na Europa e no Brasil através das «melhores e mais vividas fotografias tiradas no local dos acontecimentos», escreve ainda o jornal por cima do seu título.

---

<sup>212</sup> *O Espelho*, n.º 1, Setembro 1914, p. 1.



Na página dois, insere um anúncio de página inteira de uma companhia de seguros brasileira que oferece «protecção à viuvez, à invalidez, à orfandade e à velhice», anunciando «empréstimos aos segurados» e deixando a mensagem de que «prever o futuro é semear para colher a tempo», em suma três mensagens incisivas, tendo em conta a conjuntura de guerra. A página três abre com uma notícia, a quatro colunas, ou seja, à largura da página, sobre a origem da guerra, intitulada «Synopsis do Grande Conflito Europeu» e acompanhada de quatro fotografias, sendo uma do rei e da rainha de Inglaterra e as outras três das tropas a receber os reis, marchando para o embarque e já no paquete que os leva a França, legendando o jornal que as forças britânicas «calmamente e com denodada coragem [...] seguem para o campo de batalha, e não menos louvável é a resignação de suas famílias, as quais se despedem dos entes queridos com grande ânimo». Durante a travessia do canal da Mancha, escreve o jornal, «os alegres e extraordinariamente bem dispostos ingleses mais pareciam numa excursão de prazer do que na horrível missão de guerra».

Na página quatro, composta por cinco fotografias, o destaque é dado a uma duquesa inglesa que chega à Bélgica para trabalhar como enfermeira voluntária da Cruz Vermelha, aos soldados franceses que se dirigem para a fronteira e às trincheiras que se montam em plenas ruas de Bruxelas ou às parelhas de cães utilizados para alguns transportes. Na página cinco há apenas duas grandes fotografias, de modo a salientar como o exército belga defende o seu país do «cruel ataque dos alemães» e como os belgas tratam os prisioneiros alemães que a imagem apresenta pacificamente num pátio interior da prisão de Bruges. Nas páginas seis e sete, mantém-se o esquema gráfico com títulos a uma linha seguidos de fotografias e legendas, retratando a calma dos soldados belgas e a valentia do monarca belga, que «só recua no campo de batalha, depois de vigorosa resistência» por contraposição ao kaiser traidor que cumprimenta o czar sem apresentar «a menor indicação de que se achava resolvido e preparadíssimo para lhe fazer guerra».

As páginas centrais, oito e nove, mostram um conjunto de fotografias denunciando «alemães fatigados e sofrendo fome, depois de um ataque aos

belgas» enquanto o «kaiser examina os movimentos do inimigo». Numa das imagens lê-se que um soldado alemão se dirigiu a um soldado belga, rogando-lhe que guardasse a espingarda e lhe desse um pão e algumas empadas, e que, em troca, lhe entregaria uma dúzia de alemães. Noutra página, insere a publicidade, maioritariamente dirigida às mulheres, deixando apenas espaço para duas fotografias dos soldados ingleses a despedirem-se da família ou a dormiram no chão de um parque de Londres antes do embarque para a guerra. Noutra mostra alguns dos altos representantes da nação inglesa e francesa, havendo mesmo uma imagem com o Presidente da França e o Príncipe de Gales, juntos, sendo este identificado como o herdeiro da coroa de Inglaterra e frisando que se encontra vestido com o uniforme da marinha britânica. E noutra ainda mostra-se o medo e o sofrimento dos soldados belgas, feridos e assustados por contraponto aos soldados alemães feitos prisioneiros a receberem tratamento da parte das enfermeiras belgas e inglesas da Cruz Vermelha.

Segue-se, na página 13, a consternação belga, a tentativa da defesa de Louvain, a construção de trincheiras nas cidades fronteiriças, a fuga dos camponeses para as cidades, especialmente para Bruxelas. São duas grandes imagens onde os soldados belgas se misturam com civis, incluindo mulheres com crianças pela mão e ao colo, dando sinais de aflição e desespero em face da notícia de aproximação do exército alemão. A antepenúltima página dá conta do desembarque do general inglês John French, comandante das forças britânicas, em França, sendo este um facto significativo, porque procura evidenciar as boas relações diplomáticas entre a Inglaterra e a França, do mesmo lado nesta guerra contra os impérios centrais.

A penúltima narra os êxitos do exército francês e da tropa belga e insere, à direita, de alto a baixo, uma coluna com as informações relativas às próximas edições de *O Espelho*. Promete uma edição especial, isto é, um jornal especial, com «a história do conflito na Europa, ilustrada, contendo centenas das melhores fotografias do *Daily Mirror* de Londres», acentuando que «*O Espelho* dispõe do trabalho do corpo de fotógrafos do *Daily Mirror*, actualmente no campo de acção, e publicará as mais vividas fotografias dos importantes acontecimentos da guerra, em

terra, nos mares e nos ares», fazendo, assim «um verdadeiro álbum ilustrado» e, finalmente, apelando à encomenda dos números seguintes. A última página volta a apelar à «compra dos números a seguir» deste jornal que promete ser «o fiel espelho da guerra» e, fecha a edição número um com três fotos da destruição alemã na Bélgica, legendando que «cruel tem sido o procedimento das tropas do kaiser, na Bélgica, e os crimes ali praticados são atrozes demais para a publicação».

As edições seguintes de *O Espelho* apelam ainda mais à emoção dos leitores. O número dois, de 31 de Outubro, faz capa com uma fotografia de uma mulher belga, com um bebé ao colo e outros dois filhos pequenos junto dela, segurando um prato em que alguns homens que vão passando lançam esmolas. O jornal identifica o local da imagem como a rua em frente à casa em que esta família vivia e que foi destruída pelo fogo lançado pelos soldados alemães. No interior, anuncia a abertura de um novo escritório do jornal em Londres, e da existência de agências no Rio de Janeiro, Paris, Lisboa e Porto. Depois, salienta com perplexidade a queda de Antuérpia, a destruição da catedral de Rheims, e noticia uma tentativa, já subjugada, de restauração monárquica em Portugal, referindo que «a imprensa inglesa acusa os realistas e o clero de procurarem conseguir o descontentamento entre o povo e as classes militares, atacando a maioria dos portugueses, os quais se mostram inclinados a cooperarem com as forças dos aliados». Tendo em conta que *O Espelho* sai de dentro do organismo de propaganda britânica, é curiosa esta releitura inglesa face à posição de Portugal perante a guerra.

Portugal volta a ser notícia na terceira edição do jornal de 15 de Dezembro. Desta vez é na secção *Echos de toda a parte* e fala-se de «Portugal e a Alemanha», considerando-se «coerente a notícia do governo alemão ter pedido desculpas ao governo português, por intermédio do seu cônsul em Luanda, Angola, e o governo geral daquela colónia» devido aos conflitos nas fronteiras com as colónias portuguesas, Moçambique e Angola. A partir deste número, a alegada empresa proprietária muda de designação, passando a denominar-se The Brazil Press Association e a sede do jornal também muda de rua mas mantém-se no centro de Londres, a uma distância de poucos minutos, a pé, da Wellington House, onde está sediado o quartel general da propaganda britânica. Por outro lado, apesar de ter

definida uma periodicidade mensal, *O Espelho* é publicado com alguma irregularidade mas sempre na mesma linha de acção. Assim, quando entra no ano de 1915, publica um editorial intitulado «Novo ano, nova folha. Um dever», em que sustenta o seguinte: «*Sentimo-nos [...] forçados a constatar que apesar dos esforços empregados para obter uma publicação condigna dos fins a que se destina, a ilustração dos acontecimentos mais notáveis, especialmente com relação à Europa, e estreitar as relações que sempre existiram entre a Inglaterra e o Brasil, procuraremos dia-a-dia melhorar as edições, tornando O Espelho um interessante transmissor de notícias ilustradas, apreciadas num relance de vista, sem esforço, o mundo reflectido num Espelho, procurando cada vez mais merecer o extraordinário acolhimento que o público nos dispensou.*

*[...] Sem feição política, todos os assuntos serão tratados com inteira imparcialidade, e a nossa divisa será sempre: a verdade, - tal qual nos produzam os factos ou as provas, apresentando ao público, no Espelho, o reflexo do que a câmara fotográfica ou o lápis delineou. Deixaremos de incluir nas nossas páginas, durante algum tempo, assuntos de especial interesse e modas, para dar lugar a um maior número de ilustrações sobre a guerra, que a todos interessa no actual momento»*<sup>213</sup>.

Ora, na verdade, a isenção anunciada por *O Espelho* corresponde à missão de propaganda dos aliados. E assim será até ao final da guerra. O jornal acompanha a evolução dos combates nas frentes de guerra, a certa altura enfrenta o problema da falta de papel, noutra as dificuldades em imprimir, está mesmo três meses sem sair, e quando volta às ruas, escreve em editorial que está novamente preparado «para recomeçar com o programa iniciado: a publicação de fiéis ilustrações cujos assuntos se relacionem com a guerra e a defesa da justa causa por que os aliados se batem»<sup>214</sup>. Ora aí está a assumpção da missão aliada espelhada no editorial de *O Espelho* que, a partir do Verão de 1915, passa a publicar gravuras do *The Graphic* e do *The Sphere* relativas a alguns acontecimentos, como o naufrágio do paquete Lusitânia, e a desvalorizar a propaganda alemã em território brasileiro e, ao mesmo tempo, a sublinhar as atrocidades alemãs na Bélgica e na França<sup>215</sup>.

A Portugal, apesar de ter agentes em Lisboa e Porto desde o início, o jornal só chega a partir do número doze, em Outubro de 1915, sendo, por isso, este o

---

<sup>213</sup> *O Espelho*, n.º 4, 1 Janeiro 1915, p. 7.

<sup>214</sup> *O Espelho*, n.º 7, Junho 1915.

<sup>215</sup> *O Espelho*, n.º 7, Junho 1915.

primeiro número a ostentar o preço do periódico entre nós – 10 cêntimos e, bem assim, o nome de Portugal no cabeçalho. Neste número há também uma alteração da imagem gráfica do jornal, a começar pelo próprio título, tornando-se um jornal graficamente menos formal. Quanto ao preço, verificamos que sofre algumas oscilações determinadas pelo valor do papel. A qualidade do papel de impressão também é variável ao longo do tempo da guerra, havendo, por vezes, mais que um tipo de papel na mesma edição do jornal. Isto porque o papel é um dos bens que falta ao longo do tempo de guerra, sobretudo devido às dificuldades de abastecimento, o que provoca diversos constrangimentos à imprensa, fazendo, ora aumentar o preço do jornal, ora diminuir o número de páginas.

Quando a guerra termina, *O Espelho* está no seu quinto ano, e decide então uma alteração editorial profunda motivada sobretudo pelo fim da necessidade da propaganda agora que a era da paz se abre para todos os povos do mundo. Assim, em editorial, o jornal anuncia que vai trabalhar para «estreitar os laços económicos que unem o Brasil à Grã-Bretanha», dedicando «maior número de colunas aos assuntos económicos que interessam ao Brasil e seus aliados», dedicando-se «às questões económicas internacionais». Deste modo, *O Espelho* transforma-se num «órgão de interesse geral, em que serão discutidos assuntos de política internacional, assuntos económicos e assuntos artísticos e literários», comprometendo-se os responsáveis pelo jornal a serem imparciais em matéria política e liberais na área da economia<sup>216</sup>.

Quando o ano de 1919 se abre ao mundo, *O Espelho* declara a nova fase em editorial que transcrevemos, aqui, na totalidade, porquanto este editorial permite esclarecer a origem do jornal.

*«Durante a guerra fomos órgão propagador no Brasil e Portugal da magnificente cooperação britânica na luta titânica pela vitória da causa dos aliados, empenhados que estávamos em tornar bem patente aos dois povos que falam a língua portuguesa, e nossos aliados na luta pela derrota do militarismo alemão, quão sagrada era a nossa causa, justo e nobre o nosso ideal e inabalável a nossa confiança na vitória dos povos que se batiam pela causa da liberdade humana.*

---

<sup>216</sup> *O Espelho*, n.º 22, 16 Novembro 1918.

*Mas se durante a guerra todas as forças, todas as energias, tiveram de ser concentradas num único objectivo – a vitória – agora que desapareceu a causa, cessa, ipso facto, o efeito, e assim, todas as nossas energias até então absorvidas pelos assuntos da guerra serão de agora em diante dirigidas no sentido de estreitar ainda mais os laços de amizade que prendem nosso país ao Brasil e Portugal, de desenvolver uma propaganda eficaz dos vastos recursos da grande República sul americana que tão pouco e mal conhecida é entre nós ingleses...»<sup>217</sup>.*

Ora, aqui está a clarificação de qualquer dúvida acerca da propriedade e da nova vocação de *O Espelho*. Ao entrar no seu sexto ano de publicação, continua com o mesmo objectivo: a propaganda. Todavia, a transformação do jornal ilustrado em revista comercial latino americana, uma espécie de dois em um da propaganda política e económica, não consegue o sucesso desejado, pelo que *O Espelho* deixa de ser publicado ainda em 1919.

### **V. 3 A singularidade do panfleto *Portugal perante a Guerra***

A época que estudamos é a era da palavra escrita e os panfletos são, a par com a imprensa, os instrumentos privilegiados pela propaganda de guerra. Ora, em Portugal, também se produzem alguns panfletos, predominantemente *intervencionistas*, e, entre estes, sobressai o panfleto *Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da história nacional*, escrito pelo representante diplomático de Portugal em Paris, João Chagas. O diplomata, ao tempo demissionário em virtude da ditadura de Pimenta de Castro, é um dos maiores vultos da propaganda republicana das últimas décadas do século XIX e da primeira década do século XX, e entende que é preciso explicar detalhadamente as razões pelas quais Portugal deve participar na guerra europeia. É isso mesmo que faz no panfleto *Portugal perante a Guerra*, escrito e publicado durante o ambiente revolucionário de Abril e Maio de 1915 e concebido com a intenção de compatibilizar os objectivos de informar e de mobilizar a opinião pública para a guerra. Tal como se verifica no discurso jornalístico da época, o discurso panfletário de Chagas visa o cumprimento dos objectivos de informar (o que o obriga a

---

<sup>217</sup> *O Espelho*, n.º 23, Janeiro 1919.

comprometer-se com a verdade) e de captar audiências (o que garante a sua sobrevivência).

O panfleto *Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da história nacional*, que, a partir de agora, denominamos apenas por *Portugal perante a Guerra*, cumpre os desígnios de informar e de mobilizar a opinião pública portuguesa de 1915 para a participação de Portugal na guerra. João Chagas sabe que as causas da guerra não são, para o povo português, uma evidência cartesiana, pelo que decide vir a terreiro defender uma ideia que o povo compreende: a ideia – que, em 1958, encontraremos em Perelman – de tornar o homem titular de dignidade e de respeito. Neste caso, a ideia de tornar Portugal digno de respeito por parte dos países aliados que se debatem com as potências centrais no teatro europeu das operações bélicas.

Recordemos que, ao tempo, os defensores da intervenção de Portugal na guerra, entre os quais sobressai João Chagas, têm de enfrentar «uma corrente tenaz na sua oposição» (Gomez, 1998: 103) – os *anti-intervencionistas* ou *antiguerristas*, e uma enorme maioria do país que não pode compreender o sacrifício que lhe é pedido de acudir aos campos de batalha. É, nesse contexto, que o diplomata demissionário defende a participação de Portugal na guerra contra o império germânico, em cujo esmagamento acredita, apresentando este conflito mundial como um acto necessário, redentor da humanidade, um imperativo dos valores da liberdade, da democracia e da própria paz, valores válidos para um auditório universal, o que denuncia, desde logo, a pretensão de universalidade deste texto de Chagas.

Este panfleto, divulgado pela imprensa da época e distribuído como publicação livresca, revela o conhecimento que Chagas tem das técnicas de comunicação persuasiva, porquanto esclarece a razão (as motivações *intervencionistas*) e mobiliza para a acção (a intervenção de Portugal na guerra ao lado dos aliados), utilizando um argumento quase - lógico de transitividade para pressupor que os aliados dos nossos aliados nesta guerra (França em relação com a Inglaterra) são também nossos aliados. É também um texto que exprime um juízo de valor argumentado, isto é, «um juízo de valor cuja validade se pretende medir

pelo grau de convicção que suscitou no seu (auditório) destinatário» (Cunha, 2004: 9). Apesar de não ter sido proferido em público, mas apenas divulgado através da palavra impressa, a verdade é que nele a retórica se impõe como arte, como técnica disciplinadora da palavra dirigida ao espaço público/auditório.

Se atentarmos nas teses de Perelman e de Toulmin - Perelman, que se assume herdeiro da tradição aristotélica, daí o título original da sua obra ser *La Nouvelle Rhétorique*; e Toulmin, que se situa «numa tradição mais característica de uma vertente anglo-saxónica da cultura europeia» (Cunha, 2004: 10); mas ambos ambicionando «restaurar a completude inicial da retórica como teoria da argumentação» (Cunha, 2004: 16) -, percebemos mais facilmente como, no *Portugal na Guerra*, Chagas argumenta a sua opinião de modo a persuadir o leitor/os portugueses, os argumentos mais utilizados, os argumentos mais eficazes, os argumentos que sustentam uma alegação em forma de juízo de valor; em suma, a sua eficácia persuasiva.

Se recuarmos, mais uma vez, até aos gregos, para quem a retórica designa uma actividade discursiva que visa persuadir, percebemos que «a codificação que então é feita da técnica retórica compreende [...] uma teoria dos tropos, das figuras do discurso» (Cunha, 2004: 15), sendo, sobretudo, uma teoria da argumentação. É essa retórica, definida desde os gregos, seus criadores e cultores, como a arte (*techne*) da persuasão pela palavra, que ressurgiu contemporaneamente através de Perelman e de Toulmin, que, muito antes da publicação das obras destes autores em 1958, encontramos no *Portugal perante a Guerra* de Chagas. Mas, antes de avançarmos para a reflexão acerca da argumentação de Chagas neste panfleto, bem como da sua eficácia persuasiva, pensemos, sucintamente, a retórica em si mesma. Começemos por resumir que a vocação primeira da retórica é a de ser teoria geral do discurso persuasivo, ou seja, uma teoria da argumentação. No contexto helénico, a retórica tem três finalidades, designadamente ensinar/informar (*docere*), mover/comover os sentimentos (*movere*) e seduzir/encantar (*delectare*). De acordo com o pensamento contemporâneo dos autores acima referidos, a retórica (a nova retórica) tem como objectivo a compreensão dos mecanismos do pensamento argumentativo, no sentido de conquistar a adesão dos espíritos.



A retórica perelmaniana, toulminiana e até nietzscheana apresenta-se como uma teoria da argumentação, isto é, como «o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou acrescer a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento», (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 5), admitindo que, desse modo, a adesão dos espíritos é de intensidade variável. De acordo com esta perspectiva, a retórica deve ocupar-se dos meios discursivos de persuadir e convencer, «inventariando as suas técnicas argumentativas bem como os seus pontos de partida nos *topoi*, lugares do discurso» (Cunha, 2004: 17). Sendo assim, sem democracia - a República invocada por Nietzsche - «não há lugar para a persuasão nem, conseqüentemente para a retórica». É por isso que a retórica nasce entre os gregos, então dotados de um espaço público, onde era possível fazer uso público da razão. Anteriormente, nas sociedades arcaicas, não havia lugar para uma prática discursiva de persuasão, dado que a palavra dita cumpria apenas a função de recitação do mito. Como acentua Clastres, não havia lugar para a persuasão, pois todos estavam persuadidos de uma narração que já conheciam e que era da sua própria experiência (Clastres, 1979: 152). A persuasão só faz sentido quando existe uma diferenciação entre os interlocutores. Só, nesse contexto, alguém pode persuadir outrem de alguma coisa. Logo, «só num contexto social e cultural onde haja lugar para uma distinção entre público e privado se poderá desenhar uma situação persuasiva e conseqüentemente retórica» (Cunha, 2004: 18).

Quando a palavra é de ordem, e é uma ordem ou um comando dita aos que a ela estão obrigados, isto é, quando a palavra é dita pelo senhor/rei, que representa o Estado, aos súbditos obrigados a obedecer, não há lugar à persuasão nem à retórica. Esta só é possível quando existe um conjunto de cidadãos apenas sujeitos ao poder da palavra persuasiva (Lévi-Strauss, 1981: 290). É desta concepção que surge a afirmação nietzscheana de que a retórica é republicana. Na verdade, como a história evidencia, a retórica só existe quando os interlocutores se reconhecem mutuamente como iguais, isto é, «entre sujeitos de uma cidadania [isto porque] ser cidadão é poder persuadir e ser persuadido» (Cunha, 2004: 19). O carácter essencialmente republicano da retórica decorre do facto desta implicar um contexto social e cultural em que os cidadãos têm de ser capazes de «suportar os

pontos de vista mais diferentes e mesmo de experimentar um certo prazer pela contradição» (Nietzsche, 1995: 29). No entanto, estão subjacentes à retórica alguns aspectos comuns ao mito, nomeadamente o facto do mito, como a retórica, suscitar uma opinião (*doxa*) e não um conhecimento verdadeiro (*epistêmê*) e ainda o facto da retórica, como o mito, viver sobretudo da oralidade. Os discursos, mesmo quando são escritos, são elaborados para serem escutados. Quer isto dizer que os discursos se destinam, como percebeu Platão, ao ouvido para o seduzir (Platão, 1994: 12).

Por outras palavras, a retórica, classificada desde Aristóteles como uma arte do discurso em público, evidencia a função performativa da linguagem, sem deixar de obedecer a uma racionalidade que se manifesta na aceitação, pelo auditório, da regra do melhor argumento. Ora, se «todo o desempenho discursivo de cariz persuasivo tem um público-alvo» (Cunha, 2004: 35), é a partir do conhecimento desse público/auditório que deve ser elaborado o discurso. O desconhecimento do auditório pode impedir que o orador recolha o assentimento desse mesmo auditório. Ora se a retórica contemporânea recupera «o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão de um auditório» e se, em certa medida, é isso que encontramos na comunicação política, temos que interrogar o discurso *Portugal perante a Guerra* – um documento de comunicação política à opinião pública do país –, no sentido de concluir em que medida João Chagas adopta uma postura persuasiva para convencer a opinião pública de 1915 de que a melhor opção política para Portugal é participar na guerra ao lado dos aliados.

Contemporaneamente, é aceite que a retórica, enquanto teoria da argumentação, «é uma disciplina central na consideração de toda e qualquer acção comunicativa». Assim, afigura-se-nos a disciplina mais adequada para analisarmos o panfleto *Portugal perante a Guerra*, pois este é uma acção comunicativa da propaganda *intervencionista* por meio de Chagas. Por outro lado, se a retórica é republicana, como escreve Nietzsche, e se, numa República, pelo menos em teoria, há lugar para a persuasão e consequentemente para a retórica, então entendemos que, em 1915, em Portugal, a República reunia as condições políticas, sociais e culturais para que os cidadãos pudessem ser persuadidos pelo poder da palavra,

neste caso, pelo poder persuasivo da palavra de João Chagas. Em 1915, os portugueses tinham já vivido cinco anos de República, com uma imprensa, em certa medida, plural, estando, assim, habituados (pelo menos uma elite) a debater-se com pontos de vista distintos, notando-se mesmo, nos debates parlamentares e na imprensa, o prazer pela contradição de que nos fala Nietzsche. Quanto ao texto de Chagas, notamos, desde logo, que tem um público-alvo, isto é, procura persuadir e convencer um auditório o mais abrangente possível – fortalecer as convicções *intervencionistas*, persuadir os pouco esclarecidos e, finalmente, convencer alguns dos *anti-intervencionistas*. Na verdade, João Chagas usa os seus argumentos, no sentido de persuadir e convencer um auditório universal, que conhece como poucos. Escreve com o propósito de ser lido e ouvido, ou seja, para seduzir o auditório.

O título – *Portugal perante a Guerra* - coloca a ênfase no problema acerca do qual pretende persuadir o auditório – a posição que Portugal deve ter em relação à guerra que há quase um ano devasta, sobretudo, a Europa. Trata-se de um título informativo/indicativo que cumpre as funções de designar, indicar e seduzir. Recorre a dois conceitos conhecidos pelo auditório, designadamente *Portugal* e *guerra*, e à utilização do termo *perante*, que suscita a interrogação acerca de qual deveria ser a atitude de Portugal em face da guerra. Há neste título uma intencionalidade clara de identificar o objecto do seu escrito e de mobilizar para a acção. Como sustenta Cunha, «é o acto intencional que realiza. Aliás a intencionalidade é a marca da acção, porque uma acção tem motivos, não causas» (Cunha, 2004: 101).

Ora vejamos: ao escolher este título, pretende, simultaneamente, informar o público sobre o tema e captar o interesse para a leitura. O motivo é claro: através do panfleto sabe que pode persuadir e convencer os seus interlocutores da ideia fundamental – a participação de Portugal na guerra. Mas, antes ainda de persuadir e convencer outrem acerca da vantagem do intervencionismo, sabe que tem de fazer perceber que, pelo menos, indiferentes, os portugueses não podem ficar face a este conflito. Assim, a escolha de *Portugal perante a Guerra* não pode ter sido obra do acaso, mas antes uma proposta intencional e mobilizadora da acção. O

subtítulo – *Subsídios para uma página da história nacional* – passa, para os interlocutores, a mensagem da importância do tema em debate. Sendo um subsídio, no seu sentido ontológico, entendido como algo que é entregue sem uma contrapartida directa, mas também podendo ser considerado como um conjunto de dados, informações ou elementos de estudo, cremos que, neste contexto, a palavra *subsídios* pode ser classificada como uma analogia, uma vez que estabelece uma relação de similitude entre o panfleto e um qualquer subsídio ou estudo concedido ou realizado sem esperar algo em troca. Ao utilizar esta analogia, desvia a adesão dos espíritos (dos interlocutores) daquilo que conhecem (a existência de uma guerra mundial e a intenção de Portugal de vir a intervir nos campos de batalha desse conflito) para o que é desconhecido (os motivos pelos quais Portugal deve participar na guerra).

Este procedimento argumentativo de Chagas é eficaz, porquanto a analogia não é perceptível pelos interlocutores mas capta a sua atenção para a mensagem que vem a seguir, ou seja, a continuação da frase - [...] *para uma página da história nacional*. Sem ser uma imagem, o conceito de página pode bem ser considerado como uma ilustração. Na verdade, com esta palavra, procura reforçar a adesão ao panfleto. Digamos que torna mais claro que o que ali escreve é de tal modo importante que é digno de figurar numa página da história de Portugal. Porém, o cuidado de Chagas é tão grande que usa as palavras “história nacional” ao invés de história de Portugal. Investe num argumento quase - lógico de inclusão. Com uma só palavra – *nacional* -, persuade o auditório de que o que está prestes a dizer-lhe é de relevância nacional, isto é, tem a importância da nação e diz respeito a todos os portugueses. Mais, é de tal modo importante que ficará para a história. Esta evocação da história é uma das premissas da argumentação de Chagas, na medida em que o auxilia a conduzir o público da adesão inicial à palavra/opinião que lhe é comum para uma outra de que o quer convencer. Perscrutamos aqui a importância do *kairós* e do conhecimento que o autor (autor, e não orador, dado que o panfleto não foi lido em público) deve ter do seu público, «das suas opiniões, das suas crenças, daquilo que ele tem por admitido» (Cunha, 2004: 54). Ao decidir utilizar este subtítulo, estabelece, com o seu auditório, um acordo sobre o preferível, isto é,

clarifica que o que tem para lhe transmitir, sem esperar nada em troca, é algo fundamental para o destino nacional, que tem a qualidade do que é indispensável. Sendo certo que o público aceita que o que é indispensável é preferível ao que é dispensável, sabe que assim conseguirá captar a atenção do auditório para o seu argumento e, deste modo, abrir o caminho para persuadir o auditório de que o que adiante irá ler é indiscutivelmente fundamental para o destino do país.

Por outro lado, temos de prestar alguma atenção ao autor – João Chagas, que está para os escritos panfletários – digamos apenas a título ilustrativo - como um Orson Welles está para o cinema. Digamos que, se «o uso do modelo na argumentação propõe a sua imitação» (Cunha, 2004: 61), neste caso concreto, João Chagas funciona como modelo do homem que é susceptível de estimular a imitação, dado que o seu valor é reconhecido, muito antes de ter escrito o panfleto em análise. João Chagas é então, para o povo português, o modelo por excelência da República, pois tinha construído um *ethos* que só muito dificilmente poderia ser destruído. De resto, esse *ethos* acompanha-o até à morte precoce. Estamos perante uma relação de coexistência entre uma essência (João Chagas) e as suas manifestações (panfleto), ou seja, uma relação de coexistência entre os actos praticados (o panfleto) e a pessoa que os pratica (João Chagas)<sup>218</sup>.

---

<sup>218</sup> Afinal, João Chagas fora, ao tempo da Monarquia, um jornalista conceituado, um panfletário agressivo e um republicano convicto; por isto, uma vez implantada a República, tornara-se um político respeitado e, seguidamente, um diplomata prestigiado. Ora, se o sintoma, ao contrário da influência, é «a marca da diferença e da singularidade biográfica» (Cunha, 2004: 102), cremos que também deve ser tido em conta, porque Chagas foi uma personalidade dotada de singularidade. Nasceu, no Brasil, no seio de uma família de emigrantes liberais e, tendo perdido os pais quando ainda era criança, defrontou-se sozinho com a vida. Veio para Portugal, onde, aos 20 anos, se iniciou no jornalismo e «delineou ele mesmo o programa da educação do seu espírito», afirmando-se como «um ser secretamente inspirado, que persuadia sem discutir, [... pois] propunha o argumento e logo invalidava a réplica» (Mesquita, 1930: 30-40). A desusada complexidade da personalidade de João Chagas nunca lhe permitiu hesitações. Inflamado defensor da via do confronto argumentativo nunca temeu envolver-se na defesa dos princípios em que acreditava nem que para isso tivesse que abdicar das suas relações de amizade mais antigas e da sua própria estabilidade profissional. Com o advento da República, a sua luta não claudicou. Tornou-se representante diplomático de Portugal em Paris mas continuou com a alma em Portugal. E, tal

Quanto à intencionalidade do discurso retórico, uma das marcas da retórica desde os gregos até aos contemporâneos, sabemos que todo o discurso é diferenciado consoante o auditório a quem se destina. Se assim não for, o discurso pode não ser recebido pelo auditório. É aqui que se enraíza a ideia do *kairos* retórico. Um orador, para conseguir persuadir os destinatários da sua mensagem, deve conhecer o auditório a quem a mensagem se destina, bem como as suas crenças e as suas convicções (cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 5). Esta postura persuasiva só faz sentido numa sociedade em que exista diferenciação entre os interlocutores, que permita que alguém seja capaz de persuadir outrem de alguma coisa. Portanto, só num contexto social e cultural onde haja «lugar para uma distinção entre público e privado se poderá desenhar uma situação persuasiva e consequentemente retórica» (Cunha, 2004: 34). Ora, em 1915, em Portugal, existe esta diferenciação entre público e privado. De um lado, existe a nação portuguesa e os seus interesses de Estado; do outro, existe o conjunto de portugueses e os seus interesses individuais.

Este conjunto de portugueses, *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*, constituem o público-alvo/o auditório de *Portugal perante a Guerra*. Obviamente, não se trata de um auditório fisicamente presente. O meio utilizado por João Chagas para a transmissão da mensagem ao auditório – o panfleto – é, ao tempo, um meio de comunicação que tem um efeito de ampliação que alarga a universalidade do auditório. Este auditório presumido é uma construção de Chagas, na medida perelmaniana que define o auditório como o «conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação» (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 25). Aliás, Perelman defende, em 1958, à maneira do imperativo categórico kantiano, que o destinatário da argumentação fundadora de uma deliberação tem de ser o auditório universal. Escreve assim: «argumenta de tal maneira que as tuas razões possam ser válidas e persuasivas para todos os homens» (Perelman e e Olbrechts-Tyteca, 1988: 31). Em 1915, já João Chagas,

---

como, antes de 1910, a República tinha estranhas ressonâncias na alma do povo, durante todo o período da I República, João Chagas detinha a simpatia do povo português.

íntima e convictamente convencido das suas razões, não tem dificuldade em argumentar de modo a que as suas razões se afirmem como válidas para *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*. Será, por isso, que, ao escutarmos o seu texto, nos parece que estamos na presença física de um auditório universal, quando, na verdade, estamos perante uma presença virtual desse auditório universal.

A argumentação de João Chagas pressupõe, portanto, o contexto de um espaço público, entendido, segundo Habermas, como «o conjunto das pessoas privadas fazendo uso público da razão» (Habermas, 1984: 25); e o reconhecimento do público como interlocutor válido, alguém com quem é possível aduzir argumentos. Estamos perante uma relação democrática entre orador e interlocutor, em que a palavra circula horizontalmente entre iguais, o que é exactamente o contrário da relação hierárquica em que a palavra circula verticalmente sob a forma de comando, de ordem e/ou de mandamento. Ao lermos *Portugal perante a Guerra* percebemos também que o autor tem em conta as características psicológicas dos portugueses adultos, assim como também as características sociológicas, nomeadamente as opiniões dominantes, as convicções e as premissas aceites. Verificamos, ainda, que toda a argumentação consiste num esforço para conduzir a adesão inicial do auditório, relativamente ao comportamento de Portugal perante a guerra na Europa, para aquilo de que os quer convencer – a ideia de que Portugal deveria declarar-se beligerante como aliado.

Seguindo a proposta perelmaniana, constatamos que há um acordo prévio sobre o real e o preferível entre o autor João Chagas e os seus destinatários. Este acordo, que «diz respeito ao que mutuamente se concede e admite entre o orador e o seu auditório» (Cunha, 2004: 47), exprime-se nas premissas da argumentação, acordadas explícita ou implicitamente, e sem as quais não haveria comunicação. Entendamos que um acordo sobre o real «significa consenso em torno do que se entende serem factos, verdades e presunções» e um acordo sobre o preferível é relativo aos valores, às hierarquias e aos lugares do preferível (Cunha, 2004: 48). João Chagas começa por estabelecer um acordo com o auditório – o de dizer toda a verdade, isto é, tudo o que sabe sobre a guerra europeia (Chagas, 1915: 3). Para

atestar a coerência da sua atitude, recorda que, já em Outubro de 1914 (dois meses depois do início das hostilidades), solicitara a demissão do seu cargo diplomático em Paris por discordar da política portuguesa face à guerra. Para explicitar os motivos pelos quais não agiu anteriormente, lembra como a mudança governamental que, entretanto, sucedeu, alimentou a sua esperança numa alteração da política de guerra. No sentido de não restarem dúvidas no espírito dos portugueses acerca das razões por que decidiu escrever o panfleto, acentua como a chegada de Pimenta de Castro ao poder o libertou de todas as ilusões e o fez demitir-se do seu posto diplomático na capital francesa. Em todo este discurso está presente a necessidade de estabelecimento de um acordo sobre o real com o auditório que pretende persuadir com o seu discurso. Simultaneamente, encontra-se enunciada uma relação de coexistência entre a sua pessoa e os seus actos, isto é, para que o auditório aceite como factos e como verdades, e não apenas como presunções, os dados – os *subsídios* – que se prepara para apresentar, Chagas sabe que tem de fazer prova do seu carácter, evidenciar perante o público de profanos a sua idoneidade; compreende que é fundamental que o auditório aceite a sua palavra desde o primeiro momento.

Do mesmo modo como estabelece com o auditório um acordo sobre o real, formaliza também, com os seus interlocutores, um acordo sobre o preferível, nomeadamente quando defende que, acima do seu interesse individual, bem como acima do interesse individual de cada português, está o «interesse nacional». Partindo do *topos* do preferível, aceitamos que o todo nacional é superior a uma determinada região, do mesmo modo que o interesse nacional é superior ao de um indivíduo particular. Trata-se de uma perspectiva argumentativa englobante, porquanto assenta em que o que vale para o todo, vale para as partes, sendo que o todo, uma vez que engloba a parte, é mais importante que ela. Aceitando esta premissa da argumentação, o auditório abre o espírito aos valores enunciados pelo discurso e, dependendo da hierarquia que o autor/orador apresenta, bem como dos lugares do discurso, o auditório pode ser persuadido e convencido.

Partindo do princípio de que Chagas delimita o universo daqueles que admite como seu auditório, temos também de pressupor que toda a sua



argumentação é construída a partir dessa definição de auditório. Entendemos mesmo que o conhecimento que tem dos destinatários, a nível psicológico e sociológico, e até mesmo ideológico, pode ter sido a principal garantia de eficácia da sua argumentação. O que temos de perceber é se utiliza uma técnica discursiva retórico - argumentativa específica para o seu auditório ou se, pelo contrário, usa uma técnica válida para qualquer tipo de auditório. À maneira de Perelman, distinguimos entre *persuadir* e *convencer*, considerando que a persuasão se dirige a um auditório particular e o convencimento a um auditório universal. Recordando que uma argumentação que se dirige a um auditório universal «deve convencer o leitor do carácter constringente das razões fornecidas, da sua evidência, da sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas» (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 41), e excluindo os momentos em que fala de valores, concluímos que João Chagas se dirige a um auditório universal. O seu discurso argumentativo é constituído por palavras performativas, na medida em que, com tais palavras, cumpre uma acção persuasiva que tem o efeito de «mover a mente» do destinatário, «co-movê-la» até criar uma certa «disposição à acção» (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1988: 48). E Chagas consegue levar à acção, isto é, consegue influenciar a mudança de atitude de Portugal perante a guerra, do mesmo modo que, com a argumentação do panfleto *A Última Crise*, conseguira auxiliar a mudança de rumo da governação da República. Escolhe sempre a palavra para exercer a sua acção, renunciando à violência. Estamos em crer que, em 1915, talvez já pensasse como Perelman virá a escrever em 1958, que «toda a argumentação pode ser encarada como um substituto da força material que, pelo constrangimento, se propõe obter efeitos da mesma natureza».

No que respeita à disposição dos argumentos, encontramos, no início do texto, um argumento baseado na estrutura do real, nomeadamente uma relação de coexistência entre a pessoa e os seus actos. Recorda todas as suas atitudes, no sentido de mostrar ao seu auditório a coerência entre o que sempre defendeu e o que defende desta vez no panfleto (Chagas, 1915: 3). Digamos que é uma forma de se tornar credível perante os interlocutores. Isto porque, apesar de ter constituído um *ethos* que o tornava uma pessoa fiável, é pelo discurso que se prepara para

transmitir que deverá convencer o auditório. Digamos que sabe que os seus feitos anteriores pouco contam, pelo que acaba por referir o seguinte: «antes de escrever, completei o conhecimento que tinha do assunto que vou tratar, com novos elementos de apreciação, que me permitiram formar sobre ele um juízo seguro» (Chagas, 1915: 4). De seguida, verificamos a utilização de um argumento quase - lógico de inclusão, concretamente, de subordinação da parte (interesse individual) ao todo (interesse nacional). Escreve: «O sentimento das minhas responsabilidades de cidadão não me permite, a mim, esperar que a posteridade nos julgue», e acrescenta que, acima das reservas que possam ser tidas pelos homens que, a seu ver, tinham obrigação de transmitir a sua opinião e, no entanto, se calavam, estava «o interesse público» (Chagas, 1915: 4). Seguidamente, identificamos um argumento quase - lógico de comparação que Chagas usa para colocar em evidência as diferenças existentes entre a política dos países beligerantes e a política que era feita em Portugal. Trata-se de uma categoria de argumentos em que se confrontam objectos (neste caso, políticas) para avaliar uns (políticas portuguesas) em relação aos outros (políticas dos beligerantes). Neste caso, conclui pela insatisfação perante o comportamento do governo português. (Chagas, 1915: 4-7). Neste contexto, encontramos também a metáfora – «afogar em silêncio» (Chagas, 1915: 7), uma mudança de significação de uma palavra (afogar), de modo a transportar o significado dessa palavra aceite pelo auditório para outra significação que lhe convinha em virtude da comparação que tinha no seu espírito e que pretendia transmitir para o auditório.

Esta metáfora serve na perfeição para João Chagas persuadir o auditório da existência de uma contradição ou de uma incompatibilidade (argumento quase - lógico de contradição e incompatibilidade que estabelece a necessidade de opção entre duas asserções) entre o ataque das tropas alemãs às tropas portuguesas estabelecidas em África e a manutenção de relações diplomáticas entre Portugal e a Alemanha. É, na sequência do estabelecimento desta contradição, em que também usa a metáfora «opinião espavorida», que incentiva à acção contra a atitude do governo português (Chagas, 1915:7). Nesta fase do discurso, acredita, certamente, ter já conquistado a disposição (*diathesis*) dos auditores, isto é, julga ter já

despertado a paixão (*pathos*) nacional no coração dos portugueses, pelo que avança para o apelo ao sentimento nacional do povo português. Digamos que entra no domínio do discurso enquanto prova técnica que convence, a que apresenta a verdade (ou a verosimilhança) através de razões persuasivas. Alega a existência de incompatibilidade entre um estado (Portugal) que se assume como neutral e que, ao mesmo tempo, actua com ambiguidade política, auxiliando um beligerante (Inglaterra) e mantendo relações amistosas com outro beligerante opositor (Alemanha). Inclui novamente o uso da metáfora na frase «verdadeiro golpe de morte sobre a vida moral da nação» (Chagas, 1915: 8-9). Avança para a fase da manipulação da paixão (*pathos*) do auditório, no sentido de alterar a sua disposição (*diathesis*) face à intervenção de Portugal na guerra. Utiliza um argumento quase - lógico de identidade e definição para identificar o *anti-intervencionista* Brito Camacho, e os seus artigos publicados no jornal *A Lucta*, como os maiores responsáveis pela atmosfera *anti-intervencionista* que, em Maio de 1915, paira sobre Portugal (Chagas, 1915: 10).

Há aqui uma certa reminiscência da dialéctica do senhor e do escravo. Ora vejamos: Os *intervencionistas* são os que se colocam na posição do escravo, que quer participar na guerra para não perder a sua simples vida. O escravo sabe que, na eventualidade de nada ganhar com a guerra, já ganha alguma coisa ao participar, quanto mais não seja a dignidade de ter lutado pela sua sobrevivência. Os *anti-intervencionistas* são os que se colocam na posição do senhor, todo-poderoso, que não quer ir à guerra para não correr o risco de perder a sua posição de senhor, para não correr o risco de perder a sua palavra de comando. De seguida, define a guerra como uma «batalha de princípios», utilizando um argumento fundador da estrutura do real – a ilustração (não no sentido iconográfico), para reforçar a adesão do auditório à sua crença. Isto é, apresenta a guerra como uma batalha entre as ideias liberais e as ideias reaccionárias, sublinhando que o povo prefere as primeiras. Depois, recorre a outro argumento fundador da estrutura do real – o modelo – para classificar a França como «o estado que encarna o sentimento das democracias», logo como modelo a imitar por Portugal (Chagas, 1915: 11). Na continuação do discurso, voltamos a encontrar um argumento quase - lógico de contradição e

incompatibilidade entre a manifestação da nossa solidariedade para com a velha aliada Inglaterra e a manutenção das relações de amizade com um país beligerante seu inimigo – a Alemanha. À maneira da argumentação quase - lógica perelmaniana, e, concretamente, do argumento de transitividade, deixa subentender que Portugal, por ser um velho aliado de Inglaterra, deveria tomar os aliados da nação inglesa como seus aliados (Chagas, 1915: 12-13).

Prossegue a manipulação da paixão (*pathos*) do auditório, no sentido de o persuadir da necessidade de intervenção de Portugal na guerra, desta vez, com recurso ao argumento fundador da estrutura do real – o exemplo. João Chagas refere alguns artigos publicados em alguma imprensa estrangeira, nomeadamente inglesa e espanhola, que aconselham, mormente a Espanha, a seguir o exemplo de Portugal. Este exemplo consiste na declaração de 7 de Agosto de 1914, segundo a qual a Europa, bem como o resto do mundo, ficara a saber que o nosso país tinha intenção de alinhar na guerra ao lado dos aliados. Pretende, com recurso a este exemplo, mostrar ao auditório quão calamitosa vinha sendo a política seguida desde aquela data até ao momento em que publica o seu discurso (Chagas, 1915: 19).

Segue-se uma fase discursiva em que estão presentes os argumentos baseados na estrutura do real, nomeadamente as relações de sucessão e especificamente os argumentos de causalidade. Deste modo, pretende que o auditório, ao ler o seu discurso, estabeleça um nexo de causalidade entre acontecimentos sucessivos. Colocando em evidência o efeito – a difícil situação de Portugal em 1915 -, acaba por enunciar as suas causas. Com uma argumentação pragmática, em que volta a recorrer à metáfora – «[...] procuremos desentulhar a verdade da aluvião de falsidades e sofismas em que tentaram sepultá-la [...]» -, assegura aos portugueses a veracidade dos seus argumentos, apresentando a garantia de que não se abalançaria a abordar publicamente a questão da intervenção na guerra «se não estivesse habilitado a formar sobre ela um juízo perfeito» (Chagas, 1915: 20-22).

Aduzidos os argumentos sobre o estado da nação, parte para a tentativa de mobilização. Regressa ao acordo com o auditório. Sabe que os portugueses não

equacionam sequer a possibilidade de deixarem de ter a Inglaterra como aliada, por isso, escreve: «A Inglaterra é uma das nações que possui no mais alto grau o sentimento da dignidade do Estado e não reserva a sua estima e a sua admiração para os estados que não a sabem zelar» (Chagas, 1915: 27). Com este discurso, deixa a Portugal um só caminho: auxiliar a Inglaterra, com armas e homens, no sentido de desfilar ao lado dos aliados na hora da vitória.

Entretanto, e uma vez que, ao longo de todo o discurso, centralizou a oposição dos *anti-intervencionistas* na pessoa de Brito Camacho, entende justificar-se, identificando os motivos que, segundo ele, mobilizam Brito Camacho contra a participação de Portugal no teatro europeu das operações bélicas. Acusa-o de ter visto na discussão da questão de Portugal intervir ou não na guerra «um facto que vinha desviar as atenções públicas da questão eleitoral», lembrando o que Brito Camacho escrevera no jornal *A Lucta* quando a guerra deflagrou: «lá por haver guerra na Europa, a gente não deixa de tratar da sua vida e a política é hoje uma boa porção da vida de toda a gente!» (Chagas, 1915: 28). Regressando à dialéctica do senhor e do escravo, notamos que Brito Camacho se colocara na posição do senhor que não pretendia arriscar a sua vida.

Feita a prova do seu carácter (*ethos*), ou seja, depois de ter exercido uma forte impressão no auditório; e após ter influenciado a disposição desse mesmo auditório, despertando mesmo a paixão que quase jazia no seu coração, João Chagas escreve o final do seu discurso (*logos*) desta forma: «O meu pensamento, ao escrever este opúsculo, não foi o de empurrar o meu país para a guerra, mas o de o retirar, se isso for possível, do atoleiro em que o lançaram os erros dos homens». Depois de se referir ao auxílio que podíamos, em termos efectivos, dar à Inglaterra, acrescenta: «Ou a Alemanha se apodera da Europa inteira para a esmagar, o que é hipótese muito afastada, [...] ou acaba, como é de prever, no mais formidável ocaso que a humanidade ainda presenciou. Na primeira hipótese, Portugal terá o destino da Europa, na segunda será arrastado pelo destino das nações vitoriosas. [...] Demos então as nossas armas todos aos aliados, se eles precisarem delas, mas que elas saiam pela barra fora, entre os nossos votos proclamados à luz do dia e à sombra do nosso pavilhão desfraldado a todo o vento» (Chagas, 1915: 31-32).

As metáforas voltam a estar presentes neste epílogo e, tal como noutras fases decisivas do discurso, conferem-lhe uma eficácia performativa que, por sua

vez, é garantia da persuasão e do convencimento. Seguindo a construção perelmaniana, acreditamos, embora saibamos que estamos a utilizar o argumento da probabilidade retrospectiva, que João Chagas utiliza uma técnica discursiva retórica - argumentativa válida para um auditório universal. Ainda que, quando enuncia a primazia de alguns valores sobre outros, se tenha dirigido a um auditório particular que reconhecia esses valores, e que, por isso, terá sido persuadido; a verdade é que, no geral, o seu discurso é dirigido a um auditório universal, daí que tenha procurado convencer o leitor da evidência das suas razões. A verdade é que cumpre a sua função persuasiva e alcança o efeito de mover a mente dos interlocutores e de os levar à acção. Pelo menos, um mês depois da publicação do panfleto *Portugal perante a Guerra*, Portugal toma, finalmente, o seu lugar na marcha para a guerra na Europa, já que, em África, combatia contra as tropas alemães desde Agosto de 1914.

## Conclusão

Chegados ao fim da longa marcha pelos caminhos, por vezes abertos, outras por desbravar, da imprensa, da censura e da propaganda, durante a Primeira Guerra Mundial, há algumas conclusões a apresentar sintetizadamente. Sabemos que a guerra esventra, mutila, destrói, mata. Mas não é essa guerra que vemos ao olharmos à distância através das reportagens, das crónicas, das fotografias, das gravuras, dos desenhos... Como diz Susan Sontag, «as fotografias de uma atrocidade podem dar origem a respostas contraditórias. Um apelo à paz. Um grito de vingança». Ora, em 1914, quando a guerra começa, os Estados beligerantes já conhecem o poder da imprensa e da imagem. Só falta saberem organizar os respectivos serviços de informação e propaganda, no sentido de promoverem as suas ideias e denegrirem a imagem do inimigo.

Pela mesma altura, a imprensa sabe de cor qual é o seu papel – informar – mas vai ceder o seu espaço à propaganda, favorável (*intervencionista* ou *guerrista*) ou contrária (*anti-intervencionista* ou *antiguerrista*) à guerra. As imagens são agora um auxiliar precioso para a guerra de gabinetes que se desenrola paralelamente à guerra que se trava nas trincheiras, no mar e no ar. Os Estados em conflito aprendem a seleccionar as imagens que ajudam a manter o moral dos exércitos, a criar uma opinião pública favorável às ideias *intervencionistas* e a responsabilizar inteiramente o inimigo, sem, no entanto, mostrarem o quão sangrenta é a guerra, de modo a não permitirem o despertar de sentimentos *anti-intervencionistas* entre os seus povos. De facto, como afirma, em 1917, o senador americano Hiram Warren Johnson, «The first casualty when war comes is truth/A primeira vítima quando a guerra começa é a verdade».

**1. A imprensa** - Os governos da guerra, seja do lado aliado, seja nos impérios centrais, estão, no início da guerra, em Agosto de 1914, a experimentar o terreno de areia movediça da imprensa e da propaganda, mas, uns rapidamente, outros mais lentamente, aprendem a usar a imprensa a seu favor, a transformar os jornais

de órgãos de informação em objectos de propaganda, limitando a liberdade de expressão através da censura e controlando os conteúdos publicados através da produção de textos e imagens próprias, distribuídos através dos ministérios da Guerra e ou das agências noticiosas de cada Estado. A ideia liberal de que todo o cidadão pode comunicar os seus pensamentos pela imprensa, ou por qualquer outro meio, sem dependência de censura prévia, é, durante a guerra, devolvida ao lugar da utopia, e o Estado regula, com a força da lei, o exercício deste direito, limitando a liberdade de expressão através da censura prévia e sancionando os jornais e os jornalistas pelos alegados ou efectivos abusos cometidos.

À semelhança do que acontece nos outros países beligerantes, em Portugal, durante a guerra, a imprensa também desempenha um papel activo na formação da opinião pública - embora a opinião pública portuguesa da época seja restrita aos centros urbanos, especialmente de Lisboa, Porto e Coimbra -, por isso concordamos com Karl Kraus que, em Novembro de 1914, afirma que as nações são diferentes mas a imprensa é igual por todo o lado e tem um papel maior nesta guerra. Mesmo assim, a imprensa portuguesa, tanto a *intervencionista* como a *anti-intervencionista*, não é tão poderosa quanto a imprensa das potências centrais que, de acordo com Karl Kraus, provoca a guerra. Com isto, o jornalista-escritor quer dizer que são os ódios estimulados pelos jornais que acabam por armar a mão do homem que assassina o arquiduque Francisco Fernando em Junho de 1914, na Sérvia, assim como são os mesmos ódios que, a partir deste acontecimento trágico são ainda mais acicatados, que armam os exércitos, primeiro do lado dos impérios centrais, depois do lado dos aliados.

Em nosso entender, entre nós, a imprensa é fundamental para a formação da opinião pública, porque, quer espontaneamente, quer por força das limitações e das imposições da censura de guerra, é parte activa na agitação do espírito dos portugueses, manipulando a favor ou contra a intervenção de Portugal na guerra na Europa, já que as nossas tropas combatem os exércitos alemães nas colónias de Angola e Moçambique, em África, desde o início do conflito em Agosto de 1914. Essa importância da imprensa aumenta ainda mais a partir da entrada em funcionamento do gabinete de guerra criado pelo ministro Norton de Matos no seu



ministério da Guerra. Este gabinete integra a área técnico-militar e a área da propaganda, e, para o chefiar, o ministro escolhe o seu amigo capitão Almeida Santos. O esforço de propaganda de guerra deste gabinete, acompanhado pelo trabalho desenvolvido pelo Serviço Fotográfico do Corpo Expedicionário Português (CEP), garante a divulgação pela imprensa da mensagem que se pretende fazer chegar aos portugueses, e, deste modo, assegura a propaganda *intervencionista* através da imprensa, internamente junto da opinião pública em geral e das famílias dos soldados em particular, e no *front* junto dos soldados que manifestamente se admiram perante as páginas dos jornais que aparecem nas trincheiras, dado que raramente aí encontram a verdade dos seus sentimentos, da coragem, sofrimento, angústia, medo... enfim, a verdade do inferno em que vivem nas trincheiras da Flandres.

De facto, apesar do jornalismo ser um discurso não ficcional, o que faria supor uma fidelidade ao real, a verdade é que o jornalismo não reproduz a realidade mas tão só faz a reconstrução da realidade. Isto é, a realidade é reconstruída através do jornalista, do modo como o jornalista observa e se relaciona com os acontecimentos, o tempo e o espaço em que os acontecimentos ocorrem no mundo, e bem assim com as fontes. Neste caso, as páginas dos jornais apresentam uma realidade reconstruída da guerra, tanto mais que essa realidade só raras vezes é observada directamente pelos jornalistas, sendo, quase sempre, reconstruída pelo gabinete de propaganda da guerra, pelas agências de notícias ou pelos jornais. Mesmo as fotografias de Arnaldo Garcez, o fotógrafo oficial do CEP na Flandres, mostram apenas uma perspectiva da guerra, sem as atrocidades que suscitariam o ódio à guerra, para já não falarmos acerca do facto de haver, entre o fotógrafo e a guerra, a máquina fotográfica que se intromete entre o olhar do repórter e o acontecimento.

Portanto, a imprensa apresenta a realidade reconstruída da guerra na Europa como se fosse a realidade em si mesma, principalmente com o objectivo de conferir autenticidade à informação, que aqui se confunde com a propaganda, e de, assim, conseguir persuadir e convencer os leitores da causa dos aliados, apresentada como a verdade da guerra. Porém, se internamente essa propaganda,

de facto, dá frutos, já, entre os soldados portugueses na Flandres é pouco eficaz, porque estes sabem que a verdade das trincheiras não está reflectida nas páginas dos jornais. Afinal, são os actores principais do jogo. Os jornais são o espelho, no qual os governantes e os diplomatas se contemplam. Os jornalistas são os peões movimentados de acordo com a vontade dos Estados beligerantes. E, neste jogo de guerra, a verdade foge da imprensa como os grãos de areia fogem entre os dedos dos que ditam as regras da política, da diplomacia e do jornalismo.

Assim, concluímos que a imprensa portuguesa, seja *intervencionista*, seja *anti-intervencionista*, embora não seja tão influente como a imprensa britânica, francesa, americana ou alemã, é, de facto, uma *arma* poderosa no combate que se trava entre *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*, alimentando o confronto entre os dois pontos de vista opostos. A intenção é sempre a mesma: persuadir e convencer a opinião pública portuguesa acerca das razões de cada uma das correntes de opinião que acabam por ser o grande pomo da discórdia da I República. Isto é: os jornais *intervencionistas* procuram convencer o público das razões do intervencionismo português. Os jornais *anti-intervencionistas* tentam convencer o público das motivações do anti-intervencionismo de Portugal. Uns e outros convivem com a censura e a propaganda, no sentido de levarem uma determinada ideia da guerra ao público, ou seja, a sua verdade da guerra.

Por isso, os jornais são instrumentos poderosos, uma espécie de *balas de papel* quase tão eficientes como as balas verdadeiras disparadas nos campos de batalha. Estas *balas de papel* não matam mas adormecem os espíritos, anestesiam as consciências, limitam a visão do mundo, só deixando ver o lado aliado e despertando o ódio, até então adormecido, para com o inimigo – as potências centrais agora consideradas responsáveis por todos os males da guerra. É este papel manipulador do espírito dos portugueses que a imprensa desempenha durante toda a guerra, especialmente entre 1916 e 1918, desde a declaração de beligerância alemã a Portugal até ao fim do conflito mundial, que permite concluir que a imprensa é, em Portugal, efectivamente, uma *arma* poderosa na formação de um público esclarecido e interveniente – a opinião pública (restrita) da época.

**2. Censura** – Quando a guerra começa, o alcance da imprensa é tão extenso que todos procuram influenciar o discurso dos jornais. A liberdade de imprensa, consagrada na primeira Constituição Portuguesa (1822), várias vezes atropelada durante a Monarquia Constitucional, e passada a letra de lei pela legislação republicana de Outubro de 1910, é, por isso, gradativamente limitada, até que, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal (9 de Março de 1916), é verdadeiramente afectada pela introdução da censura. O governo, chefiado por Afonso Costa, perante a declaração de beligerância alemã, e à semelhança do que acontece noutros Estados em guerra, introduz a censura, substituindo, para tanto, a lei de imprensa liberal de 1910, que ele próprio preparara, pela lei censora de 1916. Já não é Afonso Costa a assinar esta lei na qualidade de presidente do Ministério governamental, tendo em conta que, depois da entrada, *de facto*, de Portugal na guerra – porque *de jure* estava em guerra em África desde Agosto de 1914 -, se demite para dar lugar a um governo de *União Sagrada*, com poder partilhado entre o seu PRP/*Partido Democrático* e o Partido Republicano Evolucionista de António José de Almeida, que assume a presidência do governo nacional e assina esta lei mandada promulgar pelo Presidente da República Bernardino Machado.

É, portanto, este governo de *União Sagrada*, um dos governos da guerra, que, por estar ciente de que os jornais são uma *arma* poderosa - primeiro no combate que se trava entre *intervencionistas* e *anti-intervencionistas*, e, depois, no seio das famílias portuguesas que assistem à partida dos familiares para os campos de batalha -, aperta a malha da imprensa. Inicialmente, os directores dos jornais aceitam a censura, preferem-na mesmo às apreensões dos periódicos, que causam prejuízos económicos, mas, à medida que os meses vão passando e o número de cortes, a que correspondem espaços em branco nas páginas dos jornais, vão aumentando, acabam por manifestar o seu descontentamento que, aliás, é justificado pelo comportamento das comissões de censura.

A censura é instaurada para impedir que os periódicos publiquem notícias que influenciem negativamente o decurso da guerra, mas o que se verifica é que as comissões de censura aproveitam o espírito amplo da lei e censuram artigos que não se referem a assuntos da guerra, nomeadamente as notícias relacionadas com

a economia do país: a carestia de vida, a falta de víveres, os assaltos aos armazéns de alimentos, os conflitos sociais, as greves..., que, em certa medida, estão, afinal, relacionados com a guerra. Já as notícias da política nacional, mesmo as críticas ao governo de *União Sagrada*, são toleradas pelos censores.

Tanto a censura de matérias de carácter económico como a tolerância de críticas à política governamental são compreensíveis à luz da dúvida que povoa o espírito dos políticos da época. Tanto em Portugal como nos outros países em guerra, existe uma incerteza face até onde podem e devem ir em matéria de censura à imprensa, porque entendem perfeitamente que a censura excessiva pode provocar efeitos adversos aos pretendidos pelos governos. Isto mesmo entende, claramente, Afonso Costa quando, caído em desgraça o Executivo de *União Sagrada*, regressa ao comando do governo, naquele que é o seu terceiro Ministério (Abril a Dezembro de 1917), embora com apoio parlamentar dos evolucionistas, o que, em certa medida, permite considerar este governo como um segundo de *União Sagrada*. Afonso Costa ouve os protestos dos directores de jornais e, poucos dias depois, surpreende-os com uma nova lei de imprensa que especifica os casos em que as comissões de censura podem eliminar notícias ou apreciações contidas nos jornais e ainda estabelece a possibilidade de recurso sobre as decisões dos censores. Deste modo, diminui a crispação existente entre o governo e a imprensa, assim mantendo aberta a porta para a continuação da propaganda de guerra.

Porém, é curto este período de acalmia entre o governo e a imprensa. Com a chegada de Sidónio Pais ao poder, através de um golpe de Estado, assiste-se a uma abolição demagógica da censura de guerra, e, em contraposição, verifica-se uma intensificação das apreensões de periódicos e os assaltos da polícia aos jornais afectos aos democráticos, a quem são então atribuídas as culpas pelo estado de guerra de Portugal. Porém, o consulado *sidonista* não demora muito a dar nova ordem de marcha à censura. Enquanto diminui o esforço de guerra de Portugal, impedindo o *roulement* das tropas que então combatem nos campos da Flandres francesa, provocando, desse modo, o desespero dos soldados, que se sentem abandonados, e precipitando a tragédia de La Lys (9 de Abril de 1918), onde as

tropas alemãs chacinam milhares de soldados portugueses, Sidónio Pais recupera a censura à imprensa para inviabilizar as críticas à política de guerra do regime.

As contradições *sidonistas* relativamente à liberdade de imprensa e à censura tornam-se ainda mais evidentes quando a guerra acaba e Sidónio Pais opta por manter as limitações à actividade jornalística, incluindo a censura. Como a mudança da política de guerra, também a censura, e até a propaganda, são reorientadas da guerra para o regime e para Sidónio Pais, para o entronizar, sem perigo, na cadeira do poder. Afinal, o perigo não mora nas páginas dos jornais. Está, fatalmente, à espreita numa rua da capital. A censura continua entre nós até que, na Sala dos Espelhos, no Palácio de Versalhes, em Paris, nos primeiros dias de 1919, se começa a firmar a paz que os grandes beligerantes - Inglaterra, Itália, Estados Unidos da América e França – acabam por impor como um *diktat* à Alemanha. Uma paz que os alemães censuram com a mesma força com que os povos aliados censuram a guerra. Mas, do mesmo modo como os povos aliados vivem quatro anos de guerra, os alemães vão viver duas décadas de paz – com ódio.

Portanto, apesar desta acção da censura ser manifestamente uma atitude de censura de guerra semelhante à adoptada por todos os países beligerantes, também é verdade que, em Portugal, a censura é menos organizada que a censura de guerra de outras nações aliadas, como a censura dos serviços governamentais britânicos, franceses ou americanos. Tanto é assim que o próprio ministro da guerra Norton de Matos, que tutela a censura militar, faz saber algumas vezes ao seu homólogo do Interior, a cargo de quem se encontra a censura civil, que há notícias prejudiciais à política *intervencionista* que continuam a ser publicadas nas páginas dos jornais, especialmente dos periódicos *anti-intervencionistas*.

Digamos que os serviços de censura portugueses estão dispersos, organizados em comissões de censura distritais, confiadas a censores diversos e a funcionarem sem um regulamento pormenorizado que inviabilizasse a adopção de critérios díspares perante a mesma notícia em diferentes regiões do país. Observando *O Açoriano Oriental*, o decano dos jornais portugueses publicado em Ponta Delgada, São Miguel, Açores, podemos concluir que, durante uma grande parte da guerra, a censura incide apenas sobre as notícias que seguem de Lisboa

para São Miguel, deixando a descoberto toda a informação produzida nos Açores, mesmo a de carácter germanófilo.

Por isso, verificamos que a acção da censura durante a Primeira Guerra Mundial, em Portugal, apesar de ser menos limitativa do que é na generalidade dos países aliados, é relevante, porque determina, em certa medida, a narrativa jornalística que chega ao conhecimento do público. E, se o discurso dos jornais *intervencionistas* não sofre um controlo apertado, porque neles existe aquilo que os próprios denominam como sentimento patriótico e que, na prática, é uma espécie de autocensura; já a narrativa dos jornais *anti-intervencionistas* é vigiada milimetricamente em todas as edições. Concluimos, portanto que a censura controla a imprensa e, controlando o fluxo noticioso e o conteúdo das notícias, domina a opinião pública portuguesa.

**3. Propaganda** – Se juntarmos o Estado, a imprensa, a censura e a propaganda durante este primeiro conflito armado à escala mundial, que na época toma o nome de Grande Guerra e hoje preferimos denominar por Primeira Guerra Mundial, tecemos uma história com alguma tensão. De um lado, temos o Estado, beligerante, encarregado da sobrevivência da nação. Do outro, temos a imprensa que reclama o direito a saber a verdade. O Estado procura proteger-se das notícias que os jornais possam eventualmente publicar, ou querer publicar, adoptando a censura, e tenta provocar a adesão dos espíritos, implementando a propaganda. A imprensa, sobretudo a *intervencionista*, ou *guerrista*, adopta uma posição peculiar que faz lembrar a velha máxima imortalizada pelo jornal *L'Express*, ainda no século XIX, e que invoca «o direito de saber e a coragem de calar».

É, como já vimos, através da censura, que os governos da guerra, sem excepção, vigiam e sancionam a imprensa que publica notícias desvantajosas para o decurso da guerra e, por outro lado, é por meio da propaganda que a fazem deixar de ser um órgão de informação para a converterem num instrumento da propaganda de guerra. E é, assim, que a imprensa *intervencionista* se posiciona como órgão de propaganda ao serviço dos Estados beligerantes. Deste modo, concordamos com a tese de Martin Gilbert, segundo a qual, no período de 1914 a 1918, se desenrolam duas guerras: uma de exércitos e de civis atingidos pelas

batalhas e outra de gabinetes de guerra e de propagandistas que determinam o futuro das nações e dos povos, de um modo tão decisivo como as batalhas travadas nas trincheiras.

Esta guerra de gabinetes, só possível através da acção da propaganda, é, como Karl Kraus vaticinou em Novembro de 1914, «tão mortífera como as granadas». É a propaganda que ajuda a concretização dos objectivos *intervencionistas* ou *guerristas*, tanto nas potências aliadas como nos impérios centrais. Os Estados recorrem à propaganda, como à censura, para atingirem os seus fins específicos. Portugal não é excepção. Entre nós, a propaganda é, a par com a censura, um dos mais poderosos instrumentos da política *intervencionista*, uma *arma* dos sucessivos governos que compromete a verdade da guerra. Mas, no meio de um caldeirão de paixões políticas *intervencionistas* (ou *guerristas*) e *anti-intervencionistas* (ou *antiguerristas*), diariamente plasmadas nas páginas dos jornais, a verdade da guerra não interessa aos governantes. Como Kraus afirma, os diplomatas e os políticos contam as mentiras aos jornalistas e depois acreditam nelas ao vê-las publicadas.

Entretanto, o que importa é levar o país à guerra na Europa ao lado das nações aliadas, no âmbito da velha aliança luso-britânica, e, para isso, há que trabalhar para unir o que está disperso, ou seja, os partidos representados no parlamento e na imprensa, a opinião pública e a maioria da população que não compreende as motivações da guerra nem as razões do intervencionismo português. É, neste contexto, que, paralelamente às negociações diplomáticas belicistas entre os governos de Portugal, Inglaterra e França, e sobretudo à acção diplomática dos nossos representantes em Londres e em Paris, respectivamente os ministros plenipotenciários Teixeira Gomes e João Chagas, os governos da guerra desenvolvem uma campanha de propaganda *intervencionista* através da imprensa, e de alguns panfletos, como o *Portugal perante a Guerra*, da autoria de João Chagas, já que, como sustenta António Ventura, a produção de cartazes alusivos à guerra é inexistente em Portugal.

Ainda assim, em Portugal, a propaganda de guerra começa tardiamente. Apesar de, pouco depois do início da guerra, Afonso Costa, aquando do seu

segundo governo, ter conversado com Jaime Cortesão, um dos intelectuais mais notáveis do PRP/*Partido Democrático*, para que este coordenasse uma revista destinada à propaganda da política *intervencionista* portuguesa e de Jaime Cortesão ter aceitado o desafio, o certo é que, como o próprio, no fim da guerra, regista nas suas *Memórias*, a revista não chega a ser feita e o investimento na promoção da causa dos aliados nesta guerra é nulo. O escritor acaba por estar ligado, em 1915, à publicação *A Águia*, onde tem uma colaboração *intervencionista* relevante, e também escreve e publica *A Cartilha do Povo*, de que o ministério da Guerra de Norton de Matos adquire 100 000 exemplares para distribuir gratuitamente aos soldados e ao povo.

Mas, só mais tarde, depois da declaração de beligerância da Alemanha a Portugal, é que o nosso país consegue, verdadeiramente, implementar uma estratégia *intervencionista* que inclui as componentes militar e de propaganda. No campo militar, deve-se ao então major Norton de Matos, ministro da Guerra, a concepção de uma Divisão de Instrução do CEP, treinada em Tancos, durante um curto espaço de tempo (Abril a Julho de 1916), num episódio que a história portuguesa regista como o *milagre de Tancos*. É também a Norton de Matos que devemos uma das maiores campanhas de propaganda levada a efeito por Portugal durante a guerra. Esta campanha é, precisamente, realizada durante a preparação da Divisão de Instrução do CEP em Tancos e, especialmente, no dia da parada de Montalvo, que é uma espécie de atestado de nascimento, volvidos apenas três meses de gestação, de um exército português para a Flandres.

Quando o CEP desembarca em França e se dirige para os campos de batalha na Flandres, em princípios de 1917, Portugal debate-se com problemas orçamentais e é obrigado a pedir um empréstimo à Inglaterra. Entretanto, já com orçamento de guerra, o governo – o terceiro de Afonso Costa – promove a publicação, em Paris, de uma revista ilustrada denominada *Portugal na Guerra*. A revista publica-se, pela primeira vez, em 1 de Junho (1917), e a ideia inicial é a de ser quinzenal, porém tem uma saída irregular. Conta, contudo, com colunistas conhecidos, entre jornalistas, escritores e artistas, e as fotografias do fotógrafo do CEP Arnaldo Garcez. Sobretudo, com as fotografias da guerra, a guerra que o comando do CEP permitia



testemunhar, e com o *Diário de Campanha do Capitão X*, um comandante de uma companhia do CEP em serviço na Flandres, cuja identidade nunca é revelada, a revista *Portugal na Guerra* faz, provavelmente, mais pela imagem de Portugal junto dos aliados do que três anos de negociações diplomáticas.

Aliás, a revista *Portugal na Guerra* é desenvolvida à imagem de outras publicações – jornais e revistas – produzidas dos dois lados do conflito, embora, neste período, a Inglaterra domine a propaganda de guerra, que inclui a produção de jornais ilustrados, em várias línguas, destinados a diversos países, nomeadamente às nações neutrais. *O Espelho* é um desses jornais ilustrados produzidos no âmbito do War Propaganda Bureau, constituído pelo governo inglês para a coordenação da propaganda de guerra, directamente dependente do War Office. *O Espelho*, como outros títulos, é feito à imagem do histórico *The Illustrated London News*, com o objectivo de promover a causa dos aliados e culpabilizar os impérios centrais – o inimigo – em Portugal e no Brasil. Por ser editado em língua portuguesa, há quem o tenha considerado um jornal português e, por, durante a guerra, se assumir, por vezes, como um jornal do Brasil, há também quem o tenha considerado brasileiro. É, aliás, por esta razão que o registo de *O Espelho*, na British Library Newspapers, em Londres, indica a origem brasileira do jornal. Contudo, depois de uma leitura atenta do editorial publicado na edição do fim da guerra, confirmámos a origem inglesa de *O Espelho*, bem como o lugar da produção – a secção de Portugal e América do Sul do War Propaganda Bureau, em Londres.

*O Espelho* é, de facto, um dos jornais ilustrados de propaganda de guerra, de grande qualidade gráfica, editados pelos discretos, e, em certa medida, até secretos, serviços de propaganda de guerra directamente dependentes do War Office britânico. Os estudos sobre a propaganda realizados por Alejandro Pizarroso Quintero e Jesus Tmóteo Alvarez são, também, esclarecedores face à organização destes serviços de propaganda britânicos. Pensamos que, omitindo a origem inglesa, *O Espelho* cumpre mais facilmente a missão de propaganda de guerra em Portugal e no Brasil. Digamos que, deste modo, os leitores falantes da língua portuguesa acreditam que estão perante uma causa nacional, que, nesta guerra, é também a causa dos países aliados contra um inimigo comum. Afinal, estão na

presença de uma causa inglesa que é também a causa dos aliados contra os impérios centrais. É, assim, que os britânicos levam os neutrais à guerra. É a estratégia que utilizam no Brasil e, mais intensamente, nos Estados Unidos da América, cuja entrada no conflito decide a vitória aliada nesta guerra.

Portanto, a propaganda de guerra manipula o público dos jornais e revistas, persuadindo-os e convencendo-os dos benefícios da participação dos seus países na guerra, conferindo razão a Clausewitz que afirma que a propaganda é a continuação da política, embora, acrescentamos nós, por outros meios. A propaganda assenta no uso da imagem, pelo que tem na imprensa ilustrada um dos meios privilegiados de persuasão, pelo que, assim sendo, não admira que os Estados em guerra cheguem ao ponto de produzir jornais e revistas de propaganda, simulando a sua origem em determinados países. É assim dos dois lados do conflito armado, mas é em Inglaterra que esse expediente é mais utilizado. Aliás, é em Inglaterra que a propaganda de guerra é mais desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial.

**Em suma:** A imprensa faz a opinião, mas na medida em que a opinião se rende à retórica do discurso dominante. Mas, durante a Primeira Guerra Mundial, de ambos os lados, e Portugal, mais uma vez, não constitui excepção, estão reunidas as condições favoráveis à formação da opinião de pensamento único – o pensamento do Estado beligerante. Os governos das nações tentam conquistar a imprensa para, através dela, conquistarem a opinião pública. Se a imprensa resiste, instauram a censura. Como a censura não basta, implementam a propaganda.

A partir daí, a guerra, como enuncia Phillip Knightley, aparece como inevitável, o inimigo surge demonizado e os relatos das atrocidades alimentam os ódios que habitam o coração dos homens e das mulheres dos dois lados das trincheiras. A realidade do que acontece na guerra não é reproduzida pela imprensa. É reconstruída. Confunde-se com a propaganda. Na linha do pensamento de Habermas, percebemos que a informação jornalística se torna uma mercadoria, ou, como diria Ryszard Kapuscinski, a verdade (a realidade) deixa de ser importante.

A censura e a propaganda ajudam a manter o moral das tropas e a confiança das famílias e da opinião pública na vitória, mas tem custos elevados para a imprensa. Assim, se é certo que, no fim da guerra, a imprensa recupera o estatuto

de órgão de informação e a liberdade de expressão, também é verdade que não reconquista a confiança que os leitores nela depositam até 1914 e que delapida com a submissão à censura e à propaganda durante a Primeira Guerra Mundial.

Esta tese, ao confirmar que a imprensa portuguesa é parte activa na formação da opinião pública, quer espontaneamente, quer por via das limitações e das imposições da censura, quer ainda pela manipulação da propaganda, é um contributo para o compreensão da relação existente entre a imprensa portuguesa (*intervencionista e anti-intervencionista*) e o fenómeno da Primeira Guerra Mundial. Porém, há muito ainda para estudar no que se refere à relação da imprensa com a guerra. Quer relativamente à Primeira Guerra Mundial, quer sobre as outras guerras que abalam o século XX.

A imprensa tem na Primeira Guerra Mundial a sua primeira experiência de jornalismo de guerra e os Estados beligerantes têm, nesta guerra, a primeira experiência séria de censura de guerra e de propaganda de guerra. A partir da Primeira Guerra Mundial, a relação dialéctica entre a imprensa e a guerra nunca mais é a mesma. E hoje, os jornalistas, vulgarmente denominados como repórteres de guerra, são vistos como mais um elemento da estratégia da guerra. Um tanto como a chuva, o vento forte ou o calor excessivo. Um elemento perturbador mas natural, neste caso, porque necessário ao curso da guerra. É por isso que estamos empenhados em prosseguir a investigação da relação entre a imprensa, a censura, a propaganda, a opinião pública e a ciência política, ao longo do século XX em Portugal. Por agora, fica esta tese que sabemos não ser o tal filão de ouro mas tão só uma pepita desse filão.



## **Fontes e Bibliografia**

### **Arquivos e Bibliotecas**

- . Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa
- . Arquivo Histórico – Militar, Lisboa
- . Arquivo Histórico – Parlamentar, Lisboa
- . Biblioteca Nacional de Portugal
- . Biblioteca Municipal de Coimbra
- . Biblioteca Municipal de Lisboa
- . Biblioteca Municipal do Porto
- . Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian
- . British Library, Londres
- . British Library Newspapers, Colindale, Londres
- . Biblioteca do Rio de Janeiro, Brasil
- . Hemeroteca de Lisboa
- . Hemeroteca de Coimbra
  
- . Universidade de Coimbra:
- . Biblioteca Central da Faculdade de Letras
- . Biblioteca do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
- . Biblioteca Geral
- . Instituto de Estudos Alemães
- . Instituto de Estudos Filosóficos

- . Instituto de Estudos Jornalísticos
- . Instituto de História e Teoria das Ideias
- . Universidade Nova de Lisboa:
- . Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

### **Fontes Arquivísticas**

#### **Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, Lisboa:**

- . Primeira Guerra Mundial:
- . A Guerra e as colónias portuguesas, 3.º piso, armário 7, maços 15 e 16.
- . Angola. Envio de forças expedicionárias portuguesas para Angola e Moçambique. Naulila. Cuangar. Prisioneiros – 3.º piso, armário 7, maço 14.
- . Arquivo de telegramas. 1918 – 3.º piso, armário 7, maço 177.
- . Correspondência – 3.º piso, armário 6, maço 67.
- . Declarações de guerra. 1914/1918 – 3.º piso, armário 8, maço 21.
- . Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República. 1917/1918 – 3.º piso, armário 8, maço 25.
- . Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados. Relatório, 1.º semestre 1918, Missão de Propaganda incumbida a Homem Christo Filho, Processo 257, 1918 – Arquivo de Sidónio Pais.
- . Dívidas de Guerra de Portugal e Inglaterra. 1914/1926 - 3.º piso, armário 10, maço 330.
- . Guerra na Europa. 1916/1917 - 3.º piso, armário 7, maço 20.
- . Informações transmitidas pelas legações de Portugal. 1914/1916 – 3.º piso, armário 7, maço 42.

- . Legação de Inglaterra em Portugal, 1914- 1918, Caixa 445, Ofício confidencial com a lista dos germanófilos de Ponta Delgada, Açores.
- . Negociações sobre a entrada de Portugal na Guerra. Envio de tropas para França. 1914/1919 – 3.º piso, armário 7, maço 22.
- . Política Internacional pós-Guerra, 3.º piso, armário 10, maço 25.
- . Proposta de Afonso Costa ao governo inglês para empréstimo a Portugal. 1917/1918 - 3.º piso, armário 8, maço 6.
- . Protestos da Alemanha contra a atitude de Portugal perante a guerra – 3.º piso, armário 7, maço 36.
- . Relatório sobre as relações de Portugal com a Inglaterra durante a Guerra - 3.º piso, armário 6, maço 133.
- . Requisição de navios alemães surtos em portos portugueses. Estado de guerra com a Alemanha. 1914/1918 – 3.º piso, armário 7, maço 24.

#### Legação de Portugal em Londres:

- . Documentos da Legação em Londres (1910-1924)
- . Ofícios da Legação em Londres para o MNE (1910-1924)
- . Ofícios do MNE para a Legação de Londres (1910-1924)
- . Ofícios para ministérios e autoridades portuguesas (1910-1924)
- . Reservados da Legação em Londres (1910-1924)
- . Telegramas (recebidos e expedidos (1910-1924)

#### Legação de Portugal em Paris:

- . Documentos da Legação em Paris (1910-1924)
- . Ofícios da Legação em Paris para o MNE (1910-1924)
- . Ofícios do MNE para a Legação de Paris (1910-1924)

- . Ofícios para ministérios e autoridades portuguesas (1910-1924)
- . Reservados da Legação em Paris (1910-1924)
- . Telegramas (recebidos e expedidos (1910-1924)

#### **Arquivo de História Militar, Lisboa:**

- . Relatório de Comando de Tamagnini de Abreu e Silva – 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1294.
- . Ofícios confidenciais do ministro da Guerra ao ministro do Interior. 1916 – 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1298.
- . Ofícios confidenciais do ministro do Interior ao ministro da Guerra. 1916 – 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1298.
- . Ofícios confidenciais do director do Serviço de Censura Postal ao director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 1916 - 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1298.

#### **Fontes Impressas**

##### **. Códigos**

- . Código Penal, aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional.
- . Código Penal, aprovado por Decreto de 16 de Setembro de 1886, Lisboa, Imprensa Nacional.

##### **. Constituições**

- . Constituição de 1822, Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional.



- . Carta Constitucional de 1826, Lisboa, Imprensa Nacional.
- . Constituição de 1838, Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional.
- . Constituição de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional.
- . Constituição de 1933, Lisboa, Imprensa Nacional.

#### **. Documentos diplomáticos**

- . Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal no conflito europeu, Lisboa, 1920.
- . Livro Branco Portugal na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918), Tomos I e II, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1995.

#### **. Documentos parlamentares**

- . Discursos dos Deputados Republicanos
- . Actas das sessões secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra.

#### **. Legislação**

##### **Leis da Imprensa (1820-1933):**

Carta de Lei de 12 de Julho de 1821, *Diário do Governo*, n.º 175, n.º 176 e n.º 177

Lei de 10 de Agosto de 1850, *Diário do Governo*, n.º 187

Lei de 18 de Julho de 1898, *Diário do Governo*, n.º 155

Decreto-Lei de 11 (publicado a 13) de Abril de 1907, *Diário do Governo*, n.º 81

Decreto-Lei de 21 de Junho de 1907, *Diário do Governo*, n.º 136

Decreto-Lei de 28 de Outubro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 21

Decreto-Lei de 29 de Dezembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 72

Decreto n.º 2:270 de 12 de Março de 1916, *Diário do Governo*, n.º 47

Lei n.º 495 de 28 de Março de 1916, *Diário do Governo*, n.º 59

Lei n.º 815 de 6 de Setembro de 1917, *Diário do Governo*, n.º 152

Decreto de 9 (publicado a 10) de Dezembro de 1917, *Diário do Governo*, n.º 214

Decreto n.º 4:082 de 13 (publicado a 14) de Abril de 1918, *Diário do Governo*, n.º 77

Decreto n.º 5:165 de 21 de Fevereiro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 35

#### **. Publicações em série portuguesas**

- . Análise Social, Revista do Gabinete de Investigações Sociais
- . Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- . Boletim do Arquivo Histórico Militar
- . Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira
- . Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa
- . Comunicação & Cultura, Revista da Universidade Católica Portuguesa
- . Diário da Câmara dos Deputados
- . Diário do Congresso da República
- . Diário do Governo
- . Diário do Senado
- . Revista de História das Ideias

. Revista Estudos do Século XX (CEIS20 UC)

**. Publicações em série estrangeiras**

. Revue Agone, Marselha

**. Publicações periódicas portuguesas**

. Açoriano Oriental (O), Ponta Delgada

. Capital (A), Lisboa

. Comércio do Porto (O)

. Conimbricense (O), Coimbra

. Dia (O)

. Diário de Notícias, Lisboa

. Gazeta de Coimbra, Coimbra

. Jornal do Comércio e das Colónias, Lisboa

. Jornal de Notícias, Porto

. Lanterna (A), Porto

. Luta (A), Lisboa

. Montanha (A), Porto

. Mundo (O), Lisboa

. Nacional (O)

. Norte (O), Porto

. Primeiro de Janeiro (O), Porto

. República (A): Jornal do Povo, Lisboa

- . República, Lisboa
- . Século (O), Lisboa
- . Situação (A), Lisboa
- . Tempo (O), Lisboa

**. Publicações periódicas estrangeiras**

- . Echo (L') de Paris, Paris
- . Guerre Sociale, Paris
- . Matin (Le), Paris
- . Patrie (La), Paris
- . Temps (Le), Paris
- . Times (The), Londres

**. Publicações periódicas ilustradas portuguesas**

- . Águia (A)
- . Ilustração Portuguesa (A)
- . Pravda
- . Portugal na Guerra, Revista Quinzenal Ilustrada

**. Publicações periódicas ilustradas estrangeiras**

- . Daily Mirror, Londres
- . Espelho (O): Jornal Ilustrado, Londres
- . Graphic (The), Londres

- . Guerre Illustrée (La), Londres
- . Illustration (L'), Paris
- . Illustrated London News (The), Londres
- . Petit Journal (Le), Bruxelas
- . Sphere (The), Londres

**. Dicionários/ Enciclopédias/Histórias de Portugal**

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), 2004, Nova História Militar de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena, 1999, Dicionário de História de Portugal, Porto, Figueirinhas.

BRAKE, Laurel e DEMOOR, Marysa, 2009, Dictionary of Nineteenth Century Journalism in Great Britain and Ireland, Londres, Academia Press and The British Library.

LEMONS, Mário Matos e, 2006, Jornais Diários Portugueses do Século XX, Coimbra, Ariadne Editora/Ceis20.

MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir), 1991, Nova História de Portugal, vol.X, Lisboa, Editorial Presença.

MATTOSO, José (dir), 1990, História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

MEDINA, João (dir), 1990, História de Portugal, vol. X, Amadora, Ediclube.

PERES, Damião (dir), 1958, História de Portugal, suplemento, Barcelos, Portucalense Editora.

PEREIRA, José Costa (coord), 1990, Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol.I, Lisboa, Alfa.

REIS, António (dir), 1990, Portugal Contemporâneo, vol.3, Lisboa, Alfa.

RODRIGUES, António Simões (dir), 1996, História comparada. Portugal, a Europa e o Mundo, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROLLO, Maria Fernanda (dir), no prelo, Dicionário da República e do Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1988, História de Portugal, vols X e XI, Lisboa, Editorial Verbo.

### **. Obras Gerais**

ABRANTES, Ana Margarida, 2002, É a Guerra. O uso do eufemismo na imprensa. Um estudo contrastivo em Linguística Cognitiva, Viseu, Passagem Editores.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, (coord), 2010, Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918, Lisboa, QuidNovi.

ALMEIDA, António José de, 1934, Quarenta anos de vida literária e política, Lisboa. J. Rodrigues.

ÁLVAREZ, Jesús Timóteo, 1985, Del viejo orden informativo. Introducción a la historia de la comunicación, la información y la propaganda en occidente, desde sus orígenes hasta 1880, Madrid.

ÁLVAREZ, Jesús Timóteo, 1987, Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX. El nuevo orden informativo, Barcelona.

ANTUNES, José Freire, 1981, A Cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo, Lisboa, Publicações Europa-América.

ARENDT, Hannah, 1972, Cisis of the Republic: Lying in Politics; Civil Disobedience; on violence; thoughts on politcs and revolution, São Diego, Harcourt Brace & Company.

ARENDT, Hannah, 1971, Sobre a revolução, Lisboa, Moraes Editores.

ARENDT, Hannah, 1995, Verdade e política, Lisboa, Relógio D'Água Editores.

ARISTÓTELES, 1969, Metafísica, Coimbra, Atlântida.

ARRIAGA, Manuel de, 1916, Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório, Lisboa, Typographia A Editora.

AURÉLIO, Diogo Pires, 2000, Imaginação e Poder. Estudo sobre a filosofia política de Espinosa, Lisboa, Edições Colibri.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2004, Nova História Militar de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

BARBOSA, Alfredo e ROCHA, Joaquim, 1933, Portugal na Grande Guerra, Porto, A. Barbosa.

BARSAMIAN, David, 2002, Propaganda e opinião pública, Noam Chomsky, Lisboa, Campo da Comunicação.

BARTHES, Roland, 1982, "Le Discours de l'Histoire", Poétique, n.º4.

BARTHES, Roland, 1968, "L'Écriture de l'événement", Communications, n.º12.

BASTOS, José Timóteo da Silva, 1926, História da Censura Intelectual em Portugal, Ensaio sobre a compressão do pensamento português, Coimbra, Imprensa da Universidade.

BECKER, Jean-Jacques, "L'Opinion". René Remond et al., 1988, Pour une Histoire Politique, Paris, Le Seuil, 161-184.

BENJAMIN, Walter, 1986, "Fui ao denunciar a inautenticidade que Kraus se lançou na luta contra a imprensa", Pravda, n.º 4, Coimbra, Fenda Edições.

BENJAMIN, Walter, 1961, Illuminationen, Berlim, Suhrkamp Verlag.

BENJAMIN, Walter, 1931, "Karl Kraus", Frankfurter Zeitung, 10, 14, 17 e 18 Março 1931.

BENJAMIN, Walter, 1990 e 2000, "Karl Kraus", Cette Grande Époque, Paris, Editions Payot & Rivages.

BENJAMIN, Walter, 2004, Imagens do Pensamento, Lisboa, Assírio & Alvim.

BENJAMIN, Walter, 1990, Imagination y Sociedad, Iluminaciones I, Madrid, Taurus (Humanidades) Ediciones.

BENJAMIN, Walter, 1990, *Poesía y Capitalismo*, Iluminaciones II, Madrid, Taurus (Humanidades) Ediciones.

BORGES, Hermenegildo, 2005, *Vida, Razão e Justiça. Racionalidade argumentativa na motivação judiciária*, Coimbra, MinervaCoimbra.

BORGES, Hermenegildo, 1992, *Retórica, Direito e Democracia. Sobre a natureza e função da retórica jurídica*, Covilhã, UBI.

BOUVERESSE, Jacques, 2007, *Satire et Prophétie. Les voix de Karl Kraus*, Paris, Editions Agone.

BOUVERESSE, Jacques, 2008, “Au commencement était la Press... Le pouvoir des medias & la rébellion de Karl Kraus: une leçon de résistance pour notre temps?”, *Revue Agone*, n.º 40.

BOUVERESSE, Jacques, 2001, *Schmock ou Le Triomphe du Journalisme. La Grande Bataille de Karl Kraus*, Paris, Editions du Seuil.

BRANDÃO, Raúl, 2000, *Memórias*, 4 vols, Lisboa, Relógio D’Água Editores.

CABRAL, Manuel Vilaverde, 1979, “A Grande Guerra e o Sidonismo, Esboço interpretativo”, *Análise Social*, vol. XV, nº 58: 373-392.

CABRAL, Manuel Vilaverde, 1979, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.

CÁDIMA, Francisco Rui, 2002, *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, Edições Século XXI.

CAMACHO, Brito, 1936, *Rescaldo da Guerra*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores.

CAMACHO, Brito, 1935, *Portugal na Guerra*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores.

CARQUEJA, Bento, 1893, *A Liberdade de Imprensa*, Porto, ed. Autor.

CARVALHO, Alberto Arons de, 1973, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova.



CARVALHO, Alberto Arons de, 1999, A Censura à Imprensa na Época Marcelista, Coimbra, MinervaCoimbra.

CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de, 1915, O Ditador e a Afrontosa Ditadura, Weimar, Imprensa Wagner G. Kumbold.

CATROGA, Fernando, 2000, O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Editorial Notícias.

CHAGAS, João, 1930, Diário, 4 vols, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

CHAGAS, João, 1915, Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da história nacional, Porto, Tip. a vapor da Empresa Guedes.

CHAGAS, João, 1915, A Última Crise. Comentários à situação da República Portuguesa, Porto, Tip. a vapor da Empresa Guedes.

CHARAUDEAU, Patrick, 1997, Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social, Paris, Nathan, Institut National de L'Audiovisuel.

CHÂTELET, François, 1987, História da Filosofia, vols 1 a 4, Lisboa, Círculo de Leitores.

CÉSAR, Oldemiro e MENDES, Adelino, s.d., A cooperação de Portugal na Guerra Europeia: o milagre de Tancos, Lisboa, Empresa Lusitana Editora.

CLASTRES, Pierre, 1979, A sociedade contra o Estado, Porto, Afrontamento.

CLAUSEWITZ, Claus Von, 1972, Arte y Ciência de la guerra, México, Editorial Grijalbo.

CLAUSEWITZ, Claus Von, 2005, On the nature of war, Londres, Penguin Books.

CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa (coord), 2009, A História da imprensa e a imprensa na História. O Contributo dos Açores, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso e Ceis20.

CORTESÃO, Jaime, 1969, Memórias da Grande Guerra, Lisboa, Portugalíia Editora.

CORTESÃO, Jaime, 1969, Memórias da Grande Guerra (1916-1919), Porto, 1.<sup>a</sup> edição da Renascença Portuguesa.

COSTA, Manuel Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, 1996, Coimbra, Almedina.

CRESCENZO, Luciano, 1988, *História da Filosofia Grega*, Lisboa, Editorial Presença.

CRUZ, José de Mattos, e Outros, 1989, *Prontuário do Cinema Português. 1896-1989*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa.

CUNHA, Tito Cardoso e, 2004, *Argumentação e Crítica*, Coimbra, MinervaCoimbra.

DESCARTES, René, 1985, *Discurso do Método*, Porto, Porto Editora.

DESCARTES, René, 1824, *Lettres*, vol. 8.º, Paris, Librairie Levrault.

DESCARTES, René, 1976, *Meditações de Filosofia Primeira*, Coimbra, Almedina.

DISCEPOLO, Thierry e ROSAT, Jean-Jacques, 2006, “Les guerres de Karl Kraus”, revue *Agone*.

DOMENACH, Jean-Marie, 1979, *La propagande politique*, Paris, Presses Universitaires de France.

ECO, Umberto, 1992, *Interpretation and Overinterpretation*, Cambridge, Cambridge University Press.

ELLUL, Jacques, 1967, *Histoire de la Propagande*, Paris, Presses Universitaires de France.

ESTEVES, João Pissarra, 1998, *A ética da comunicação e dos media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

ESTEVES, João Pissarra, 2002, *Comunicação e sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*, Lisboa, Livros Horizonte.

ESTEVES, João Pissarra, 2007, *Comunicação e identidades sociais*. Lisboa, Livros Horizonte.

FERRÃO, Carlos, 1976, *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre.

FERENCZI, Thomas, 1993, *L' Invention du Journalisme en France*, Paris, Plon.

FERREIRA, David, 1973, História Política da 1.ª República Portuguesa, 2 vols, Lisboa, Livros Horizonte.

FERREIRA, José Medeiros, 2001, O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX, Lisboa, Editorial Estampa.

FERREIRA, José Medeiros, 1992, Portugal na Conferência da Paz. Paris. 1919, Lisboa, Quetzal.

FERREIRA, José Medeiros, 1985, Revisão histórica da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial: a dimensão ibérico-insular, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLIII, tomo II.

FERRO, Marc, 1992, História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Lisboa, Edições 70.

FERRO, Marc, e PLANCHAIS, Jean, 2000, Les médias et l'histoire. Le poids du passé dans le chaos de l'actualité, Paris, Éditions CFPJ.

FIGUEIRA, João, 2007, Os jornais como actores políticos, Coimbra, MinervaCoimbra.

FOUCAULT, Michel, 1966, Les Mots et les Choses, Paris, Éditions Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1969, L'archéologie du savoir, Paris, Éditions Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1971, L'Ordre du Discours, Paris, Éditions Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1971, Vigiar e Punir, Petrópolis, Editora Vozes.

FRADE, Maria de Fátima e SOBRAL, Vanda, 1989, Intervenção de Portugal na Grande Guerra, Lisboa, Universidade Clássica de Lisboa.

FRAGA, Luís Alves de, 2010, Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918, Coimbra, IUC.

FRAGA, Luís Alves de, 1990, Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e o esboço de uma estratégia nacional. 1914-1916, Lisboa, ISCSP.

FRAGA, Luís Alves de, 1990, Portugal na Grande Guerra. As deserções e os furtos no Corpo Expedicionário Português, Lisboa, Serviços Gerais da Liga dos Combatentes.

FRAGA, Luis Alves de, “Portugal na Grande Guerra. Espionagem no Corpo Expedicionário Português”. João Medina (dir), 1986, Guerristas e Antiguerristas, Lisboa, INIC, 45-70.

FRANCO, Graça, 1993, A censura à imprensa (1820-1974), Lisboa, Imprensa Nacional.

GILBERT, Martin, 2007, A Primeira Guerra Mundial, Lisboa, Esfera dos Livros.

GODINHO, Jacinto, 2009, As origens da reportagem – imprensa, Lisboa, Livros Horizonte.

GOMES, Gualdino e SERTÓRIO, Carlos, 1891, Balas... de Papel, n.º 1 (30.11.1891) - n.º 4 (31.01.1892), Lisboa, Imprensa Lucas Evangelista Torres.

GOMES, Pinharanda (tradução, prefácio e notas), 1994, Porfirio Isagoge. Introdução às categorias de Aristóteles, Lisboa, Guimarães Editores.

GOMEZ, Hipólito de la Torre, 1998, Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha. 1913-1919, Lisboa, Editorial Estampa.

GONÇALVES, Caetano, 1914, A primeira legislatura da República Portuguesa (1911-1914), Lisboa, Livraria Ferin.

GRAINHA, Borges, 1913, História da Franco-Maçonaria em Portugal, Lisboa, Veja.

GUIMARAIS, Alberto Laplaine e Outros, 2000, Os presidentes e os governos da República no século XX, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

HABERMAS, Jurgen, 1984, Mudança estrutural na esfera pública, Rio de Janeiro, Tempo brasileiro.

HABERMAS, Jurgen, 1998, On the Logic of the Social Sciences, Cambridge, Polity Press.

HEGEL, George Friedrich, 2002, A Fenomenologia do Espírito, Petrópolis, Editora Vozes.

HAMPTON, Mark, 2004, Visions of the Press in Britain, 1850-1950, Urbana and Chicago, University of Illinois.

HEIDEGGER, Martin, 1995, Sobre a Essência da Verdade, Porto, Porto Editora.

HOMEM, Amadeu Carvalho, 2006, “República”, Revista de História das Ideias, Coimbra, FLUC, n.º 27.

HOMEM, Amadeu Carvalho, 2001, Da Monarquia à República, Viseu, Palimage Editores.

HORIA, Vintila, 1983, Comunicación y Sociedad, Madrid, Universidade Complutense de Madrid.

HUSSERL, Edmund, 1986, A Ideia da Fenomenologia, Lisboa, Edições 70.

HUSSERL, Edmund, 1959, Recherches Logiques-Prolégomènes à La Logique Pure, Paris, Presses Universitaires de France.

JANEIRO, Helena Pinto, “Tancos: a génese de um milagre”. Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola, 2010, O longo curso. Estudos em homenagem a José Medeiros Ferreira, Lisboa, Tinta da China, 87-106.

JANEIRO, Helena Pinto, “Norton de Matos e o milagre de Tancos: entre o mito e a realidade”. Maria Fernanda Rollo, no prelo, Das trincheiras a Versalhes: Guerra e Memória (1914-1919)/From the trenches to Versailles: War and Memory (1914-1919), Lisboa, Colibri.

JEANNENEY, Jean-Noel, 1996, Uma História da Comunicação Social, Lisboa, Terramar.

KANT, Immanuel, 1985, Crítica da Razão Pura, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

KAPUSCINSKI, Ryszard, 2000, Il cinico non è adatto a questo mestiere: Conversazioni sui buon giornalismo, Roma, Editora Nodotti.

KNIGHTLEY, Phillip, 1975, The First Casualty. From the War Correspondent as Hero, Propagandist and Myth-Maker, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich.

KOYRÉ, Alexandre, 1962, Entretiens sur Descartes, Paris, Gallimard.

KRAUS, Karl, 1988, O Apocalipse Estável, Aforismos. Selecção, tradução e posfácio de António Sousa Ribeiro, Lisboa, A Páginas Tantas.

KRAUS, Karl, 2003, Os últimos dias da Humanidade, Lisboa, Antígona.

- KRAUS, Karl, 2000, *Cette grande époque*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- LABORIE, Pierre, 1988, “De l’Opinion Publique à l’ Imaginaire Social”, *Vingtième Siècle*, n.º 18: 101-118.
- LASSWELL, Harold, 1927, *Propaganda Technique in the Worl War*, Nova Iorque, Knopf.
- LASSWELL, Harold, e Outros, 1979-1980, *Propaganda and Communication in World History*, 3 vols, Honolulu, Havai University Press.
- LEAL, Ernesto Castro, 1999, *Nação e Nacionalismo, A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- LEAL, Ernesto Castro, 2008, *Partidos e Programas. O Campo partidário republicano português. 1910-1926*, Coimbra, Imprensa UC.
- LEAL, Ernesto Castro, “Memória, literatura e ideologia. Saudade, heroísmo e morte”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Lisboa, QuidNovi, 559-567.
- LEAL, Ernesto Castro, 2001, “Heroísmo em Jaime Cortesão: o civilismo guerrista”, *Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Editorial Caminho: 591-608.
- LEAL, Ernesto Castro, 2000, “Narrativas e imaginários da 1.ª Grande Guerra”, *Revista de História das Ideias, Instituto de História e Teoria das Ideias da FLUC*, n.º 21.
- LEAL, Ernesto Castro, e NOVAIS, Noémia Malva, 2012, “Ideias políticas, formas organizativas e lutas estudantis universitárias: marcos de um itinerário (1918-1926)”. NETO, Vítor (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina: 209-235.
- LEAL, Gomes, 1881, *O Renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário. Sobre a perseguição da Imprensa*, Lisboa, Tipografia Largo dos Inglesinhos.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1981, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70.

LIPOVERSKY, Gilles, 1989, *O Império do Efémoro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LOPES, Fernando Farelo, 1994, *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

LORAINÉ, A. G., 1918, *Portugal and the allies. A message to Great Britain*. London, Hazell, Watson & Viney.

LYOTARD, Jean-François, 1983, *Le Différent*, Paris, Ed. Minuit.

MacARTHUR, John, 2007, *Verdad en guerra*, Tennessee, EUA, Thomas Nelson Inc.

MAN, John, 1998, *A Primeira Grande Guerra. 1914-1918*, Lisboa, Selecções do Readers's Digest.

MATOS, Norton de, 2005, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 3 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1972, *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1981, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, A.H. de Oliveira (dir), 1978, *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1974, *O segundo governo Afonso Costa – Actas dos Conselhos de Ministros*, Lisboa, Livros Horizonte.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1977, *O terceiro governo Afonso Costa – 1917*, Lisboa, Livros Horizonte.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1977, *Afonso Costa. Discursos Parlamentares. 1914-1926*, Amadora, Livraria Bertrand.

MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), 2000, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Edições Afrontamento.

MARQUES, Isabel Pestana, 2002, *Os portugueses nas trincheiras. Um quotidiano de guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

MARQUES, Isabel Pestana, 2004, *Memórias do general. 1915-1919, «Os meus três comandos» de Fernando Tamagnini*, Viseu, Fundação Mariana Seixas.

MARTINS, Ferreira, 1934-1935, Portugal na Grande Guerra, vols I e II, Lisboa, Ática.

MARTINS, Nobre, 1916, “Repouso necessário. Notas de um repórter”, O Século, 28/07/1916: 1.

MARTINS, Rocha, s.d., O 14 de Maio. Pimenta de Castro, Lisboa, Edição do autor.

MAUSS, Marcel, 2001, Ensaio sobre a dádiva, Lisboa, Edições 70.

McLUHAN, Marshall, 1977, A Galáxia de Gutenberg, São Paulo, CEN.

McLUHAN, Marshall, 1979, Os meios de comunicação como extensões do Homem, São Paulo, Cultrix.

McLUHAN, Marshall, 2008, Compreender os meios de comunicação. Extensões do Homem, Lisboa, Relógio D’Água Editores.

MEDINA, João, 1986, *Guerristas e Antiguerristas*. Portugal na Grande Guerra. Estudos e Documentos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e INIC.

MEDINA, João, 1990, Oh, a República!... Estudos sobre o republicanismo e a Primeira República Portuguesa, Lisboa, INIC.

MEDINA, João, 1990, História Contemporânea de Portugal, Camarate, Multilar.

MENESES, Filipe Ribeiro de, 2000, União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-18), Lisboa, Edições Cosmos.

MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010, Afonso Costa, Lisboa, Texto Editores.

MESQUITA, Alfredo, 1930, João Chagas, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

MESQUITA, Mário, 2004, O quarto equívoco, O poder dos media na sociedade contemporânea, Coimbra, MinervaCoimbra.

MILZA, Pierre, 2007, As relações internacionais de 1871 a 1914, Lisboa, Edições 70.

MIRA, Ana, 2002, Actas das sessões secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra, Lisboa, Edições Afrontamento.

MIRANDA, Jorge, 1997, As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição, Lisboa, Livraria Petrony.



MIRANDA, Sacuntala de, 1991, Portugal: o círculo vicioso da dependência. 1890-1939, Lisboa, Teorema.

MONGIARDIM, Maria Regina, 2007, Diplomacia, Coimbra, Almedina.

MONIZ, Egas, 1978, Um ano de política, Lisboa, Portugal-Brasil.

MOSSE, George L., 2000, Confronting History: a memoir, Madison, The University of Wisconsin Press.

MOSSE, George L., 1999, De la Grande Guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes, Paris, Hachette Littératures.

MUCCHIELLI, Roger, 1974, História da Filosofia e das Ciências Humanas, vols I, II, III e IV, Paris, Editorial Estúdios Cor.

NIETZSCHE, Friedrich, 1998, Sobre Verdade y Mentira en Sentido Extramoral, Madrid, Editorial Tecnos.

NIETZSCHE, Friedrich, 1995, Da retórica, Lisboa, Veja.

NOGUEIRA, Franco, 1971, As crises e os homens, Lisboa, Ática.

NOVAIS, Noémia Malva, 2006, João Chagas. A Diplomacia e a Guerra. 1914-1918, Coimbra, MinervaCoimbra.

NOVAIS, Noémia Malva, 2009, "Portugal perante a Guerra. Argumentação e eficácia persuasiva na escrita de João Chagas". SARDICA, José Miguel (coord.), Comunicação & Cultura, Imagens da República, n.º 8: 71-88.

NOVAIS, Noémia Malva, 2010, "João Chagas e a República em letra de forma". HOMEM, Amadeu Carvalho (coord.), Biblos, "A República e as Letras", Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. VIII: 243-259.

NOVAIS, Noémia Malva, "A ascensão de Salazar e a imprensa". CORDEIRO, Carlos (coord.), 2011, Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas, Coimbra-Ponta Delgada, 75-91.

NOVAIS, Noémia Malva, "A Imprensa na Primeira Guerra Mundial. O olhar de O Açoriano Oriental". CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa (coord.), 2009, A

História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores, Ponta Delgada, 433-449.

NOVAIS, Noémia Malva, 2010, “Imprensa: instrumento do poder ou espaço de luta pela liberdade?”. Góis, Correia (coord), Monte Mayor, a terra e a gente, Montemor-o-Velho: 53-60.

NOVAIS, Noémia Malva, “O ângulo oculto da câmara. Interacção da cultura política com a comunicação de massas no pos guerra”. PASETTI, Matteo, 2013, Tra due crisi. Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta, Bolonha, Archetitolibri, 231-242.

NOVAIS, Noémia Malva, no prelo, “I República, Periodização”. ROLLO, Maria Fernanda e Outros (dir), Dicionário da História da I República e Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

NOVAIS, Noémia Malva, no prelo, “João Chagas”. ROLLO, Maria Fernanda e Outros (dir), Dicionário da História da I República e Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

NOVAIS, Noémia Malva, no prelo, “Pimenta de Castro”. ROLLO, Maria Fernanda e Outros (dir), Dicionário da História da I República e Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

NOVAIS, Noémia Malva, no prelo, “Fidelino Figueiredo”. ROLLO, Maria Fernanda e Outros (dir), Dicionário da História da I República e Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

NOVAIS, Noémia Malva, no prelo, “João Bonança”. ROLLO, Maria Fernanda e Outros (dir), Dicionário da História da I República e Republicanismo, Lisboa, Assembleia da República.

NOVAIS, Noémia Malva, 2011, “João Chagas e a ideia de República em Portugal”. PRADO, Maria Emília (dir), Revista Intellèctus, Ano X, n.º 1, Rio de Janeiro, UERJ.

NOVAIS, Noémia Malva, 2011, “João Chagas: Itinerários de um intelectual republicano”. PRADO, Maria Emília (dir), Revista Intellèctus, Ano IX, n.º 2, Rio de Janeiro, UERJ.

NOVAIS, Noémia Malva, “João Chagas na linha da frente intervencionista”. ROLLO, Maria Fernanda, no prelo, *Das trincheiras a Versalhes: Guerra e Memória (1914-1919)/From the trenches to Versailles: War and Memory (1914-1919)*, Lisboa, Colibri.

OLIVEIRA, César de, 1972, *O operariado e a República democrática*, Porto, Afrontamento.

OLIVEIRA, Pedro Aires e Martins, Fernando, 2005, *As revoluções contemporâneas*, Lisboa, Edições Colibri.

ORNELAS, Aires de, 1918, *O segundo ano de guerra (Agosto 1915-Agosto 1916)*, Porto, Livraria Magalhães & Moniz Editora.

PANÃO, Edgard, 2011, *O tombo da República. Ensaio sobre o período inicial do novo regime político (1910-1926)*, Coimbra, MinervaCoimbra.

PEREIRA, Miriam Halpern, 1979, *Política e economia (Portugal nos séculos XIX -XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

PERELMAN, Chaïm, 1993, *O império retórico. Retórica e argumentação*, Porto, Edições Asa.

PERELMAN, Chaïm, e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, 1983, *Traité de L’argumentation, La nouvelle rhétorique*, Bruxelas, Editions de L’Université de Buxelles.

PINTO, António Costa, 2005, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

PIRES, Ana Paula, 2011, António José de Almeida. *O tribuno da República*, Lisboa, Assembleia da República.

PIRES, Ana Paula, 2011, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*, Lisboa, Caleidoscópio.

PIRES, Edmundo Balsemão (org), 2007, *Espaços públicos, poder e comunicação*, Lisboa, Edições Afrontamento.

PLATÃO, 1987, *Diálogos III, Apologia de Sócrates, Cíton, Fédon*, Lisboa, Publicações Europa-América.

- PLATÃO, 1992, Ménon, Lisboa, Edições Colibri.
- PLATÃO, 1994, Górgias, Lisboa, Edições 70.
- PLATÃO, 2005, A República, Lisboa, Guimarães Editores.
- PRÍNCIPE, César, 1979, Os Segredos da Censura, Lisboa, Caminho.
- QUENTAL, Antero de, 1915, Cartas de Antero de Quental, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso, 1993, História da Propaganda, Notas para um estudo da propaganda política e de guerra, Lisboa, Planeta Editora.
- RAMONET, Ignacio, 2001, Propagandas silenciosas, Massas, televisão e cinema, Porto, Campo das Letras.
- RAMONET, Ignacio, 1999, A tirania da comunicação, Porto, Campo das Letras.
- REGO, Raul, 1986-1987, História da República, 5 vols, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REIS, António, 2002, A República Ontem e Hoje, Lisboa, Edições Colibri.
- REIS, António, 2003, As grandes correntes políticas e culturais do século XX, Lisboa, Edições Colibri.
- RELVAS, José, 1997, Memórias Políticas, 2 vols, Lisboa, Terra Livre.
- REMOND, René, 1994, Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias, Lisboa, Gradiva.
- REMOND, René e CASCÃO, Rui, 1996, História Crítica do Século XX, Coimbra, MinervaEditora.
- RIBEIRO, António Sousa, 1988, Karl Kraus. O Apocalipse Estável. Aforismos. Lisboa, A Páginas Tantas.
- RIBEIRO, António Sousa, no prelo, Ink thicker than blood? The (in)visibility of war on the eve of 1914.
- RIBEIRO, António Sousa, no prelo, Blood and print ink. Matrices of pacifist discourse in the context of the First World War.
- RIBEIRO, Aquilino, 1975, É a Guerra. Diário, Amadora, Livraria Bertrand.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1984, “Subsídios para a história da liberdade de imprensa. Meados do Século XIX”, Boletim do Arquivo da Universidade, VI, Coimbra, IUC.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 2001, “Le pouvoir et la guerre dans le discours parlementaire (1914-1918), Parliaments, estates, and representation, 21, Londres.

RIBEIRO, Tomás, 1892, História da Legislação Liberal Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo 2.

RICOEUR, Paul, 1986, Du texte à l’ action, Paris, Seuil.

RODRIGUES, Adriano Duarte, 1988, “O acontecimento”, Revista de Comunicação e Linguagens, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa, n.º 8.

RODRIGUES, Adriano Duarte, 1988, “O Campo dos Media, Discursividade, Narratividade, Máquinas, Lisboa, Veja.

RODRIGUES, Cunha, 1999, Comunicar e Julgar, Coimbra, MinervaCoimbra.

RODRÍGUEZ, Gema Iglesias, 1997, La Propaganda en las guerras del siglo XX, Madrid, Arco Libros.

ROLLO, Maria Fernanda e ROSAS, Fernando, 2009, História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Tinta da China.

ROSAS, Fernando, 2004, Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976), Lisboa, Editorial Notícias.

RUSSEL, Bertrand, 1961, História da Filosofia Ocidental, Lisboa, Livros Horizonte.

SAMARA, Maria Alice, 2003, Verdes e Vermelhos, Portugal e a guerra no tempo de Sidónio Pais, Lisboa, Editorial Notícias.

SANTOS, José Rodrigues dos, 2003, A Verdade da Guerra, Lisboa, Círculo de Leitores.

SANTOS, José Rodrigues dos, 1992, O que é comunicação, Lisboa, Difusão Cultural.

SANTOS, Miguel Dias, 2005, Os monárquicos e a República Nova, Coimbra, Quarteto.

SANTOS, Rogério, 2010, Do jornalismo aos media. Estudos sobre a realidade portuguesa, Lisboa, Universidade Católica Editora.

SAUSSURRE, Ferdinand, 1995, Cours de Linguistique générale, Paris, Editions Payot & Rivages.

SCHMITT, Carl, 2000, La Dictature, Paris, Seuil.

SERRA, A. Truyol, 1986, História da Filosofia do Direito e do Estado, vols 1 a 3, Lisboa, Instituto das Novas Profissões.

SERRÃO, Joel et al., 1984, Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, INIC.

SFEZ, Lucien, 1994, Crítica da Comunicação, Lisboa, Instituto Piaget.

SILVA, Armando Malheiro da, 2006, Sidónio e Sidonismo, 2 vols, Coimbra, Imprensa UC.

SILVA, Armando Malheiro da, 2000, “Egas Moniz e a política. Notas avulsas para uma biografia indiscreta”. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita (org), Egas Moniz em livre exame, Coimbra, MinervaCoimbra.

SOULIER, Gérard, 1997, A Europa. História, civilização, instituições, Lisboa, Instituto Piaget.

SOUSA, António Teixeira de, 1917, Responsabilidades históricas. Política contemporânea, Coimbra, França e Américo Livreiros.

SOUSA, Jorge Pais de, 2008, Guerra e Nacionalismo na I República e no Estado Novo entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939), Coimbra, FLUC.

SOUSA, Jorge Pais de, 2011, O Fascismo Catedrático de Salazar, Coimbra, Imprensa da Universidade.

SOUSA, Jorge Pais de, “A propaganda do esforço de guerra nos governos da União Sagrada e a sua transformação em máquina de propaganda política ao serviço do ditador Sidónio Pais (1915-1918)”. Maria Fernanda Rollo, no prelo, Das trincheiras a Versalhes: Guerra e Memória (1914-1919)/From the trenches to Versailles: War and Memory (1914-1919), Lisboa, Colibri.

SOUSA, Jorge Pedro, 1998, Uma história crítica do fotojornalismo ocidental, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, Jorge Pedro, 2006, Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, Jorge Pedro, 2000, As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos, Coimbra, MinervaCoimbra.

SOUSA, José Manuel Motta de, e Veloso, Lúcia, 1987, História da Imprensa Periódica Portuguesa, Subsídios para uma bibliografia, Coimbra, Biblioteca Geral da UC.

SOUSA, Nuno Vasconcelos de Alburquerque, 1984, A liberdade de imprensa, Coimbra, Almedina.

SONTAG, Susan, 2003, Olhando o sofrimento dos outros, Lisboa, Gótica.

STUMINGER, Alfred, 1965, Três mil anos de propaganda política, Editorial Cid.

SYMON, James D., 1914, The Press and its Story, Londres, Seeley Service and Co, Ltd.

TALEB, B.A., 2004, The Bewildered Herd. Media Coverage of International conflicts & Public Opinion, USA, iUniverse, Inc.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1996, O Poder e a Guerra. 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra, Lisboa, Editorial Estampa.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1998, Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos grandes conflitos mundiais. Séculos XIX –XX, Lisboa, Edições Colibri.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, e PINTO, António Costa (coord), 2000, A primeira República portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo, Lisboa, Colibri/IHC da FCSH da UNL.

TELO, António José, 1986, Decadência e queda da I República Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo.

- TELO, António José, 2010, Primeira República, Lisboa, Editorial Presença.
- TENGARRINHA, José, 1965, História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, Portugália Editora.
- TENGARRINHA, José Manuel, 2006, Imprensa e Opinião Pública em Portugal, Coimbra, MinervaCoimbra.
- THOMSON, Olivier, 1977, Mass persuasion in History: A historical analysis of the development of propaganda techniques, Edimburgo, Crane, Russak & Company.
- TILLY, Charles, 1996, As revoluções europeias. 1492-1992, Lisboa, Editorial Presença.
- TIMMS, Edward, 2006, "Karl Kraus & la construction de la réalité virtuelle". Revue Agone: 35-36.
- TIMMS, Edward, 2005, Karl Kraus-Apocalyptic Satirist: The Post-War Crisis and the Rise of the Swastika, Londres, Yale UP.
- TIMMS, Edward, 2008, "Les Guerres de Karl Kraus. Karl Kraus & la construction de la réalité virtuelle. Les principales étapes d'une critique paradigmatique", Revue Agone.
- TORGAL, Luis Reis e Outros, 1996, História da História em Portugal. Séculos XIX-XX; Lisboa, Círculo de Leitores.
- TOULMIN, Stephen, 1993, The uses of argument, Cambridge, Cambridge University Press.
- TRAQUINA, Nelson, e Outros, 2001, O jornalismo português em análise de casos, Lisboa, Editorial Caminho.
- VALENTE, Vasco Pulido, 1982, O poder e o povo: a revolução de 1910, Lisboa, Moraes Editores.
- VALENTE, Vasco Pulido, 1997, A «República Velha» (1910-1917), Ensaio, Lisboa, Terra Livre.
- VENTURA, António, 2004, "Persuadir para vencer. O cartaz como instrumento de propaganda na Grande Guerra", I Guerra Mundial. Catálogo: 17-39.



VENTURA, António, “Propaganda e contrapropaganda. Caso americano”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 324-328.

VENTURA, António, “Propaganda e contrapropaganda. Caso americano”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 328-330.

VENTURA, António, “O cartaz como meio de propaganda”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 331 – 335.

VENTURA, António, “O bilhete-postal ilustrado e a propaganda”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 336-341.

VENTURA, António, “A guerra e o papel da imprensa”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 490-496.

VENTURA, António, “A guerra e a imprensa portuguesa”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord), 2010, Portugal e Grande Guerra. 1914-1918, Lisboa, QuidNovi, 497-503.

VENNER, Dominique, 2009, O século de 1914. Utopias, guerras e revoluções na Europa do século XX, Porto, Civilização Editora.

VIEIRA, Joaquim, 1999, Portugal Século XX. Crónica em imagens. 1910-1920, Lisboa, Círculo de Leitores.

VICENTE, António Pedro, 2000, Arnaldo Garcez. Um repórter fotográfico na 1.ª Grande Guerra, Lisboa, Centro Português de Fotografia, Ministério da Cultura.

VINCENT-SMITH, John, 1975, As relações políticas luso-britânicas. 1910-1916, Lisboa, Livros Horizonte.

WHEELER, Douglas, 1978, Republican Portugal. A political history. 1910-1926, Madison.

WEILL, Georges, 1934, Le Journal, origines, évolution et rôle de la Presse périodique, Paris.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1998, Leçons sur la liberté de la volonté, Paris, Presses Universitaires de France.

s.a., 1998, Exército Português. Imagens da I Grande Guerra, Lisboa, GGCEME.

s.a., 1997, Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), 2 vols, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### **. Revistas Científicas**

HOMEM, Amadeu Carvalho Homem (coord), 2011, Biblos, A República e as Letras, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade.

MEDINA, João (dir), 2001, Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Editorial Caminho.

NUNES, A. Sedas (dir), 1979, Análise Social, n.º 58, volume XV, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

RODRIGUES, Adriano Duarte (coord), 1988, Revista de Comunicação e Linguagens, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa, n.º 8.

SARDICA, José Miguel (coord), 2009, Comunicação & Cultura, Imagens da República, n.º 8, Lisboa, Bond.

TORGAL, Luis Reis (dir), 2001, Revista de História das Ideias, Instituto de História e Teoria das Ideias da FLUC, n.º 21.

## **. Catálogos**

A ROLHA... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro, 2005, Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa.

I GUERRA MUNDIAL: Cartazes da Colecção da Biblioteca Nacional, 2004, Lisboa, BN.

O JORNALISMO PORTUGUÊS. Passado, Presente e Futuro, 2004, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

## **Fontes não impressas**

### **. Arquivo Municipal Fotográfico de Lisboa:**

Imagens da Colecção Ferreira da Cunha em:

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx>.

### **. Hemeroteca de Lisboa:**

Leis de Imprensa – edição de algumas digitalizada em:

<http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa.htm>

Portugal na Guerra - edição digitalizada em:

<http://www.hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/PORTUGAL/PortugalNaGuerra.html>.

### **. Biblioteca Nacional:**

Colecção de cartazes da I Guerra Mundial em:

<http://purl.pt/398/1/index.html>

**. Universidade de Paris**

Revue Agone em:

<http://revueagone.revues.org/index194.html>

**Outros endereços relativos à Grande Guerra:**

<http://www.1914-18.org>

<http://www.1914-1918.net/index.htm>

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra>

<http://www.first-world-war.com>

<http://www.content.lib.washington.edu/warposters>

[http://www.bac.d.free.fr/guerre\\_14\\_18/index.htm](http://www.bac.d.free.fr/guerre_14_18/index.htm)

<http://www.learningcurve.pro.gov.uk/greatwar/default.htm>

<http://www.grande-guerre.org>

<http://www.greatwar.com/archives/archdx.htm>

<http://www.historial.org>

<http://www.ww1-propaganda-cards.com/index.html>

